

Ana Isabel Figueiredo Rodrigues

# Caminhos de Leste

A IMIGRAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PESSOAL E SOCIAL

A IMIGRAÇÃO ENQUANTO PROCESSO  
DE TRANSIÇÃO PESSOAL E SOCIAL

# Caminhos de Leste

2010



Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade de Coimbra | 2010

Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação,  
especialização em Educação e Desenvolvimento  
Social, apresentada à Faculdade de Psicologia e de  
Ciências da Educação da Universidade de Coimbra,  
sob orientação da **Professora Doutora Maria do  
Rosário Moura Pinheiro**.

Coimbra  
2010



Aos meus pais e à minha irmã,  
os grandes suportes da minha vida.



A ti... Pedro, meu companheiro de todos os dias.



Ao meu avô, que embora não presente,  
continuará a ser para mim símbolo de sabedoria, integridade e de humildade.

À minha avó, pela meiguice, pela ternura e pelos grandes  
valores que sempre me transmitiu.

A eles devo muitos dos grandes alicerces que hoje sustentam a minha vida.





*A palavra Imigração – é bom lembrá-la não é uma palavra neutra e fria, é uma realidade que encerra pessoas, muito concretas, com as suas vidas, alegrias, esperança e desejos (...). É um puzzle humano colorido, de inumeráveis cores, línguas, sabores, tradições, culturas, religiões. Por isso mesmo, não se pede apenas uma resposta, mas respostas variadas e sucessivas, um puzzle que se vai construindo com o esforço de todos.*

P. António Vaz Pinto (2004)



## AGRADECIMENTOS

---

Desde o primeiro momento em que comecei a percorrer este *caminho* muitos foram aqueles que, directa ou indirectamente, permitiram que este projecto fosse concretizado. Marcada por muitos momentos de empenho, rigor, entusiasmo e isolamento foi assim possível concretizar esta caminhada.

Deste modo, gostaria de agradecer a todos aqueles que desde o primeiro momento me apoiaram nesta caminhada.

Agradeço aos Imigrantes que dispensaram muitos minutos do seu escasso tempo, para participar e colaborar nesta investigação, assim como, por mediarem o acesso e estabelecimento de novos contactos com outros imigrantes.

À minha orientadora, professora Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Pinheiro, que mais uma vez, me acompanhou neste novo caminho que percorri, a quem agradeço a sua competência profissional, o empenho, o rigor exigido neste trabalho e as suas preciosas orientações.

Ao Dmytro, Volodymyr, Cosmin e Daniel, que conheci na Guarda, que embora não tenham participado directamente neste estudo, tiveram um papel muito importante no início do mesmo.

À Associação Centro Cultural – Espaço Vivo, que foi intermediária no contacto com alguns imigrantes de Leste, salientando o grande apoio disponibilizado pela Dr.<sup>a</sup> Valeria Reva e Dr.<sup>a</sup> Olga Solovova.

À Carla Mendes, da UNIVA – Imigrante do INOVINTER, que desde o primeiro contacto se disponibilizou e empenhou no arranque da parte empírica deste trabalho.

Ao GIS – Grupo de Instrução e Sport, da Figueira da Foz, no qual funciona o CLAll, que permitiu o contacto com alguns imigrantes, que participaram neste estudo.

Aos meus antigos colegas do Núcleo Desportivo Social da Guarda, pela sua compreensão e pelo apoio prestado na concretização deste projecto.

Aos meus amigos, que sempre estiveram presentes e me incentivaram nos momentos mais difíceis. Agradeço em especial Elisabete pela grande amizade que tem revelado, e pelos muitos momentos que temos partilhado, mais e menos fáceis. Ao Pedro Gomes, pela sua disponibilidade e apoio em situações mais complicadas a nível informático. À Margarete pela amizade e partilha que sempre existiu entre nós.

À Adelaide Santos e Daniela Herculano, minhas colegas desta viagem marcada por sentimentos e emoções comuns, a quem agradeço todo o companheirismo e amizade.

Uma palavra de grande amizade à Catarina Afonso, pela sua alegria, humildade, sinceridade, apoio e pelos muitos e profundos momentos que partilhámos e (que sei que) partilharemos. À Vera Martins, que me acompanhou na fase final deste percurso, quero agradecer a sua colaboração, compreensão e sugestões.

Ao Carlos pela ajuda prestada no *design* da capa deste trabalho e ao Albano Martins pelo seu *toque* final que deu à mesma.

À Henriqueta a quem agradeço a ajuda e prontidão do seu apoio na recta final desta caminhada.

À Tia Eugénia pela sua disponibilidade e colaboração no finalizar deste trabalho e por todo o acompanhamento e carinho que tem demonstrado.

Aos meus padrinhos e avó Lurdes, pelo apoio, atenção e acompanhamento durante as muitas caminhadas da minha vida.

À minha mãe e ao meu pai, a quem devo tudo o que hoje sou, que sempre viveram os sucessos das filhas, a quem agradeço todo o apoio prestado nas diversas etapas da minha vida e a compreensão de muitos momentos de ausência.

À minha irmã, que tanto admiro e de quem tanto me orgulho... a minha grande conselheira e amiga, ao longo de toda a minha vida.

A ti Pedro, pelos muitos momentos de ausência mesmo quando estava sentada a teu lado, e pelo grande companheiro que demonstraste ser em cada dia desta caminhada e de muitas outras paralelas. Obrigada pelo desenho da capa.

**A todos o meu Muito Obrigada.**

## RESUMO

---

Os fenómenos migratórios embora não sejam novos na história da Humanidade, parecem evidenciar, cada vez mais, a ideia de “aldeia global”, tornando as sociedades cada vez mais pluriculturais. Portugal desde finais da década de 90 tem sido um dos principais países de destino dos chamados imigrantes de Leste. A transição decorrente destes movimentos migratórios, activa todo um processo de adaptação cujas vivências pessoais, sociais, psicológicas, profissionais e culturais se pretendem geradoras de um sucesso na sua integração e, ao mesmo tempo, impulsionadoras de um bem-estar e de satisfação com a vida. Todavia, essa transição começa muito antes da chegada ao novo país.

Tendo em conta perspectivas teóricas explicativas dos fenómenos migratórios e das transições de vida, o estudo apresentado, realizado numa amostra de 36 imigrantes provenientes de países da Europa de Leste, residentes no distrito de Coimbra, permite verificar que ao percurso migratório de natureza económica, profissional e cultural corresponde um processo de transição pessoal e social, analisado à luz da Teoria da Transição de Schlossberg, Watters e Goodman (1995). Dos resultados obtidos em diversos domínios (características do percurso migratório, da situação profissional, da adaptação ao novo país, do agregado familiar e dos contactos com o país de origem) destacamos o facto de estes imigrantes serem maioritariamente do sexo feminino (63.9%), casados (61.1%), com uma média de idade de 35.1anos (DP=6.7), correspondente à idade activa, tendo predominantemente nacionalidade ucraniana (61.1%). Saíram dos seus países por razões de cariz marcadamente económico (83.3%), estando 77.8% da amostra a residir em Portugal há mais de cinco anos. Com habilitações médio-elevadas (36.1% com o ensino secundário e 27.7% com uma licenciatura), 61.1% exerce uma profissão. Porém a quase totalidade da amostra encontra-se no mercado de trabalho da economia informal, desempenhando a maioria profissões pouco ou nada compatíveis com as suas qualificações escolares e/ou

técnico-profissionais, tendo 53.6% da amostra assistido a um processo de desqualificação. As mulheres desempenham, maioritariamente, tarefas na área do comércio e serviços (50.0%), ao passo que aos homens são reservados trabalhos na construção civil (41.7%). Apesar de 72.2% da amostra se sentir satisfeita com a vida em Portugal, a sua adaptação é considerada, por 55.6% do total dos imigrantes, como difícil. Os pilares identificados pelos imigrantes como essenciais a uma plena integração coincidem com as principais dificuldades que apontam. Na perspectiva destes imigrantes uma integração com sucesso estará dependente do domínio da língua e de ter um trabalho, como é referido por 80.6%, seguido da existência de um grupo de amigos (58.1%) e do conhecimento do modo de funcionamento de um país (33.3%). Por sua vez, os aspectos que estes imigrantes assinalam como difíceis situam-se ao nível da aprendizagem da língua portuguesa (61.1%), dos aspectos sociais (55.6%), do acesso ao trabalho (50.0%) e da legalização (50.0%). Perante estas circunstâncias desenvolvem estratégias e mecanismos de *coping*, que provocam mudanças nas rotinas de 80.6% dos imigrantes (alteração dos horários de descanso, mais horas de trabalho, menos tempo de lazer), na aquisição de novos papéis referido por 52.8% da amostra (papel de trabalhador, papéis parentais), no estabelecimento de novos relacionamentos interpessoais (30.6% diz ter criado muitas amizades), o que levou a que 72.2% alterasse a percepção acerca de si (mais responsáveis e mais auto-confiantes). A percepção do suporte social parece ser condição importante na escolha do país de destino, no seu processo de adaptação e na integração no país de acolhimento. As redes informais de solidariedade e inter-ajuda, constituídas por familiares (17.2%) e por amigos e conhecidos, quer do país de origem (17.2%) quer portugueses (13.8%) actuam como verdadeiros suportes a nível material, social, económico e emocional. No entanto, estas não se revelam suficientes para minimizar as dificuldades sentidas aquando da sua chegada. Embora todos os imigrantes recorram a uma rede mais formal, destacam-se as instituições/serviços inseridas no processo de legalização (SEF, IGT, Embaixadas), às quais têm obrigatoriamente de se dirigir. Às associações de imigrantes ou a outro tipo de associações, prestadoras de respostas mais culturais e sociais, apenas recorrem 36.1% e 5.6% imigrantes, respectivamente.

Este trabalho que pretende ser um estudo exploratório na compreensão da migração enquanto processo de transição, vem alertar para que a par de uma rede mais informal, esteja presente um suporte mais institucional, a nível local, atento a esta transição, que mais do que simples mudanças situacionais (ecológicas), exige alterações de foro psicológico. É fundamental uma intervenção em rede, sistemática, integrada e proactiva

baseada no reforço da coesão social, no diálogo intercultural e na igualdade de oportunidades, pois só deste modo será possível conhecer melhor a realidade local, intervindo de um modo mais concertado em prol do sucesso da integração dos imigrantes. O intercâmbio de culturas exige adaptações mútuas, por isso, é importante valorizarmos estes indivíduos, não como meros trabalhadores mas como pessoas, conhecê-los quanto à sua diversidade cultural, familiar, étnica e desenvolvimental, para que sejam eles os criadores das suas próprias respostas.





## ABSTRACT

---

Although migration is not a new phenomenon in humanity history, it seems to represent more and more the concept of “global village”, causing societies to become more multicultural. Since late nineteenth century, Portugal has been one of the main destinations for immigrants that come from Eastern Europe. Migration movements in this transition period stand has an active adaptation process, in which personal, social, psychological, professional and cultural experiences are responsible not only for a successful integration, but also for a new impulse of well-being and life satisfaction. However, this transition starts before of the arrival to the new country.

Concerning theoretical explanations about migratory phenomenon and life transitions, the present study, performed in a sample of 36 immigrants coming from Eastern European Countries, who are resident in Coimbra district, makes it possible to understand that the migratory path matches a personal and social transition process as to economic, professional and cultural nature, which was analyzed according to Schlossberg, Waters and Goodman Transition Theory (1995). From the results obtained in several domains (migratory path, professional situation, integration within the new country, family unit and interaction with the native country), it’s important to emphasize that these immigrants are mostly female (63.9%) and married (61.1%), their average age being 35.1 years old, meaning an active age, and they have mainly Ukrainian nationality (61.1%). They left their countries for economic reasons (83.3%), and 77.8% of this sample has been living in Portugal for five years. With medium-high qualifications (36.1% with secondary school and 27.7% bachelor degree), 61,1% have a professional life. However, almost the whole of the sample is integrated at the labor market of informal economy, and most of them have a job that is less or nothing compatible with their academic and/or technical qualifications; in fact, 53.6% of sample was found to have gone through a disqualification process. The majority of

women are employed on sales and services (50.0%), while men work mostly at construction (41.7%). Despite 72.2% of the sample consider their life in Portugal as satisfactory; their adaptation has been referred to as difficult, for 55.6% of the total number of immigrants. The main vectors found by these immigrants as essential for full integration match the main difficulties that they had referred. A successful integration, from the point of view of these immigrants, depends on their ability for learning a new language and having a job, as mentioned by 80.6%, followed by the creation of a friendship circle (58.1%) and the knowledge of the country's rules (33.3%). For instance, having to learn the Portuguese language (61.1%), social aspects (55.6%), access to work (50.0%), and legislation (50.0%) are mentioned as main difficulties by most. Facing these situations, they develop new strategies and coping mechanisms, that consequently result in changes of the life routine of 80.6% of the immigrants (schedule changes, more working hours, shorter leisure time), in performing new roles, referred to by 52.5% of the sample (worker role, parent role), on the establishment of new relationship networks (30% states to have built friendship relations), which caused 72.2% to change their perception of themselves (more responsible and self-confident). Social support perception seems to be an important condition for the final decision on the destination country, in the adaptation process and in the host country integration. The informal net of sympathy and help, formed by family (17.2%), friends and other connections, either in the home-country (17.2%), or in the hosting country (13.8%), act as a true support at a material, social, economical and emotional level. Indeed, these do not appear to be enough to minimize all the obstacles that immigrants felt at their arrival. Although all immigrants resource the formal net, it is important to emphasize institutions/services within the legalization process (SEF, IGT, embassies), towards which they have the obligation to head. Immigrant associations and other type of associations, which provide answers that are more culturally and socially oriented, are attended by only 36.1% and 5.6% of immigrants, respectively.

This study, which is meant to explore migration as a transition phenomenon, bears also a goal on alerting that in a parallel situation with an informal net, another institutional-type support is also desirable, at a local level, watching this transition which, more than a simple situational change (ecological), also demands psychological changes. Networked intervention is required, an integrated and proactive one, systematically based upon the reinforcement of social cohesion, intercultural speech and equality of opportunities, because only this way will it be possible to understand local reality properly, and thus have proper intervention as to the success of immigrants' integration.

Cultural integration demands mutual adaptations, and thus it is very important to acknowledge value to these people, regarding them not just as workers but globally as people, and get to know them as to their cultural, family, ethnic and developmental diversity, so that they can find their own answers.



## RESUMÉ

---

Malgré que les phénomènes migratoires ne soient pas nouveaux dans l'histoire de l'Humanité, ils semblent mettre en évidence, de plus en plus, l'idée de 'village global', rendant les sociétés de plus en plus pluriculturelles. Le Portugal depuis la fin des années 90 est devenu un des principaux pays de destination des appelés immigrants de l'Est. La transition résultant de ces mouvements migratoires, active tout un processus d'adaptation dont les expériences personnelles, sociales, psychologiques, professionnelles et culturelles se veulent génératrices d'un succès dans son intégration et en même temps stimulatrices d'un bien-être et de joie de vivre. Cependant, cette transition commence bien avant l'arrivée dans le nouveau pays.

Tenant compte des perspectives théoriques explicatives des phénomènes migratoires et des transitions de vie, l'étude présentée, effectuée dans un échantillon de 36 immigrants d'Europe de l'Est, résidents dans le district de Coimbra, permet de vérifier qu'au parcours migratoire de nature économique, professionnelle et culturelle correspond un processus de transition personnelle et sociale, analysé à la lumière de la Théorie de la Transition de Schlossberg, Watters et Goodman (1995). D'après les résultats obtenus dans certains domaines (caractéristiques du mouvement migratoire, de la situation professionnelle, de l'adaptation au nouveau pays, de la situation des ménages, et des contacts avec le pays d'origine) nous détachons le fait que ces immigrants soient majoritairement du sexe féminin (63.9%), mariés (61.1%), avec une moyenne d'âge de 35.1 ans (DP=6.7) correspondant à l'âge active, avec une prédominance de nationalité Ukrainienne (61.1%) Ils sont sortis de leurs pays pour des raisons de nature économiques fondamentalement (83.3%), étant 77.8% de cet échantillon à résider au Portugal depuis plus de cinq ans. Avec des qualifications moyennement élevées (36.1% avec l'enseignement secondaire et 27.7% avec un degré) 61.1% exerce une profession. Cependant presque la totalité de l'échantillon se trouve sur le marché du travail de l'économie informelle, effectuant la plupart des professions peu ou pas

compatibles avec leurs qualifications scolaires et/ou technico professionnelles, ayant 53.6% de l'échantillon eut un processus de disqualification. Les femmes effectuent, majoritairement, des tâches dans le domaine du commerce et des services (50.0%), alors qu'aux hommes sont réservés des travaux dans la construction civile (41.7%). Malgré que 72.2% de l'échantillon se sente satisfaite avec la vie au Portugal, son adaptation est considéré, par 55.6 % de la totalité des immigrants, comme difficile. Les piliers identifiés par les immigrants comme essentiels à une intégration totale coïncident avec les principales difficultés signalées. De la perspective de ces immigrants une intégration avec succès dépendra du domaine de la langue et d'avoir un emploi, comme cela a été rapporté par 80.6%, suivie par l'existence d'un groupe d'amis (58.1%) et de la connaissance du moyen de fonctionnement d'un pays (33.3%). À leur tour, les aspects que ces immigrants signalent comme difficiles se situent au niveau de l'apprentissage de la langue portugaise (61.1%), des aspects sociaux (55.6%), de l'accès au travail (50.0%) et de la légalisation (50.0%).

Dans ces circonstances, ils développent des stratégies et les mécanismes de coping, qui provoquent des changements dans les routines de 80.6% des immigrants (modification des horaires de repos, d'avantage d'heures de travail et moins de temps libre), dans l'acquisition de nouveaux rôles rapportés par 52.8% de l'échantillon (des rôle de travailleurs, des rôles parentaux), dans la création de nouvelles relations interpersonnelles (30.6% disent avoir créé de nombreuses amitiés), ce qui a fait que 72.2% modifiassent la perception de soi (plus responsables et plus auto-confiants). La perception du soutien social semble être une condition importante dans le choix du pays de destination, dans son processus d'adaptation e dans l'intégration dans le pays d'accueil. Les réseaux informels de solidarité et d'entraide, composés par des membres de leur famille (17.2%) et par des amis et connaissances, soit du pays d'origine (17.2%) soit par des Portugais (13.8%) agissent comme de véritables soutiens au niveau matériel, social, économique et émotionnel. Toutefois, ces derniers n'ont pas suffi à atténuer les difficultés rencontrées à leur arrivée. Malgré que tous les immigrants recourent à un réseau plus formel, quelques institutions/services se détachent, insérées dans le processus de légalisation (SEF, IGT Ambassades) auxquelles ils doivent obligatoirement s'adresser. Aux associations d'immigrants ou à un autre tipe d'associations, fournissant des réponses plus culturelles et sociales, seulement y ont recours 36.1% et 5.6% d'immigrants, respectivement.

Ce travail qui prétend être une étude exploratoire dans la compréhension de la migration en tant que processus de transition, vient alerter pour que, de paire avec un

réseau plus informel, soit présent un soutien plus institutionnel, au niveau local, conscient de cette transition, qui plus que de simples changements de situation (écologiques), exige des changements psychologiques. Il est fondamental qu'il y ait une intervention concrète sur le réseau, systématique, intégrée et proactive basée sur le renforcement de la cohésion sociale, dans le dialogue interculturel et dans l'égalité des opportunités, parce que seulement ainsi, on peut en apprendre davantage sur la situation locale, intervenant d'une manière plus concertée en vue de la réussite de l'intégration des immigrants. L'échange des cultures nécessite des ajustements réciproques, il est donc important de valoriser ces individus, non comme de simples employés mais comme des gens, les connaître, ainsi que leur identité culturelle, familiale, ethnique, et de développement, afin qu'ils soient eux-mêmes les créateurs de leurs propres réponses.





## ÍNDICE

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES: ALGUMAS ALTERNATIVAS TEÓRICAS</b>	
1. Introdução	9
2. Perspectivas teóricas do fenómeno migratório	11
2.1. Teorias micro-sociológicas	14
2.1.1. Teoria <i>push-pull</i> e a escola neoclássica	14
2.1.2. Teoria do capital humano	18
2.1.3. Teoria do ciclo de vida e da trajectória social	23
2.2. Teorias macro-sociológicas (histórico-estruturalistas)	24
2.2.1. Teoria do mercado de trabalho segmentado, a economia informal e enclaves étnicos	25
2.2.2. Teorias estruturais do capitalismo, teorias dos sistemas-mundo	29
2.3. Outros contributos	31
2.3.1. Nova economia das migrações	31
2.3.2. Teoria dos sistemas migratórios, redes migratórias, laços étnicos e sociais	32
2.3.3. Teorias Institucionais	34
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>IMIGRAÇÃO: DA DIMENSÃO PESSOAL À DIMENSÃO SOCIAL</b>	
1. Introdução	37
2. A dimensão pessoal	38
2.1. A vida adulta sob a perspectiva psicossocial	43
2.1.1. Modelos das crises normativas e modelo da ocorrência de eventos	49
2.1.1.1. Modelos das crises normativas	50
2.1.1.2. Modelos da ocorrência de eventos	54
2.1.2. Imigração e adultez: reflexões desenvolvimentistas	56
2.1.2.1. Compreensão do início da vida adulta	58
2.1.2.2. Compreensão da meia-idade	67
3. A dimensão social	71

3.1. Percurso migratório enquanto transição social: mudanças e desafios	74
3.1.1. Trajectórias socioprofissionais	78
3.1.2. O papel das redes sociais na integração	81
3.1.3. O processo de aculturação	85
4. Antes, durante e depois da tomada de decisão. Imigração enquanto transição pessoal e social: processo e produto	88
4.1. O modelo da transição	91
4.2. Recursos e respostas à transição: processos de <i>coping</i>	94
4.3. A transição para um novo país à luz da teoria da transição de Nancy Schlossberg	97
4.3.1. A entrada: chegada a um novo país	99
4.3.2. A estadia: permanência no país de acolhimento	101
4.3.3. A progressão: fixação ou regresso	102

### **CAPÍTULO 3**

#### **IMIGRAÇÃO DE LESTE EM PORTUGAL E A ESPECIFICIDADE DO DISTRITO DE COIMBRA**

1. Introdução	105
2. Portugal país de imigração	105
3. Caracterização da imigração de leste	119
4. A imigração de leste no distrito de Coimbra	131
4.1. Breve caracterização do distrito de Coimbra	131
4.1.2. Caracterização sociodemográfica	132
4.1.3. Caracterização económica	134
4.2. Caracterização do fenómeno imigratório no distrito de Coimbra	135

### **CAPÍTULO 4**

#### **O PERCURSO MIGRATÓRIO ENQUANTO TRANSIÇÃO PESSOAL E SOCIAL: IMIGRANTES DE LESTE DO DISTRITO DE COIMBRA**

1. Introdução	139
2. Delimitação do problema	139
3. Problemática e objectivos da investigação	140
4. Metodologia	140
4.1. Constituição da amostra	141
4.2. Caracterização da amostra	143
4.3. Instrumentos	144
4.3.1. QPPSI- Questionário do processo pessoal e social da imigração (Rodrigues & Pinheiro, 2008)	144
4.4. Procedimentos	146
5. Resultados	147
5.1. Acerca do perfil geral dos imigrantes e do seu trajecto migratório	147
5.1.1. Caracterização do percurso migratório	148
5.1.2. Caracterização profissional	161
5.1.3. Caracterização da adaptação/integração no país de acolhimento	169
5.1.4. Caracterização do agregado familiar e das condições de alojamento	183
5.1.5. Caracterização quanto ao país de origem	184

5.2. Caracterização da imigração enquanto processo de transição pessoal e social	188
5.2.1. Novos papéis sociais	189
5.2.2. Novas rotinas	190
5.2.3. Nova percepção acerca de si e do mundo	191
5.2.4. A avaliação subjectiva da transição	192
5.2.5. Recursos pessoais e sociais para lidar com a transição	196
5.2.6. <i>Moving out</i> : o finalizar de uma transição	198
6. Discussão dos resultados	201
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>229</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>247</b>
<b>ANEXOS</b>	
Anexo 1 - Questionário do processo pessoal e social da imigração (QPPSI) (Rodrigues & Pinheiro, 2008)	269
Anexo 2 - Categorização das variáveis	285
Anexo 3 - Carta de apresentação	289



## ÍNDICE DE TABELAS

---

Tabela 3-1. Percentagem, de estrangeiros por total da população residente em Portugal e países da OCDE.	107
Tabela 3-2. Total da população estrangeira em território nacional de 1980 a 2007	112
Tabela 3-3. População estrangeira residente em Território Nacional, por distritos, em 2007	114
Tabela 3-4. Residentes nacionais de Países Terceiros em Portugal em 1999	115
Tabela 3-5. Residentes (AR e AP 2001 e 2002) Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 2002	115
Tabela 3-6. População estrangeira com Autorização de Permanência por principais nacionalidades 30/11/2001	115
Tabela 3-7. População estrangeira em território nacional por grupos etários	116
Tabela 3-8. Idade média dos estrangeiros em 2001 por nacionalidade	117
Tabela 3-9. Distribuição da População Estrangeira Residente em Portugal por Nível de Qualificação Académica (2001)	117
Tabela 3-10. Distribuição da população empregada estrangeira e portuguesa por sector de actividade (2001)	118
Tabela 3-11. Impacto dos Acidentes de Trabalho Mortais na população empregada, segundo a nacionalidade (2001)	118
Tabela 3-12. Contratos de trabalho celebrados com estrangeiros com autorização de permanência, por ramo de actividade e país de origem (%)	119
Tabela 3-13. Contingentes legais dos “chamados Imigrantes do Leste” por país de origem (retirado de Santana 2003, p.23).	121
Tabela 3-14. População estrangeira em Portugal	121
Tabela 3-15. Quem solicitou o estatuto de residente	122
Tabela 3-16. Quem solicitou estatuto residente por sexo	122
Tabela 3-17. População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o grupo etário (Dados provisórios de 2006 (Processado em 26-02-2008)	122

Tabela 3-18. Área por km <sup>2</sup> e população residente por concelho do distrito de Coimbra	131
Tabela 3-19. Densidade populacional (N.º/ km <sup>2</sup> ) por Local de residência (2001 e 2007)	131
Tabela 3-20. Percentagem de variação decimal da população por concelho, do distrito de Coimbra	134
Tabela 3-21. População residente por concelho de residência e grupo etário	134
Tabela 3-22. Distribuição da população por sector económico	135
Tabela 3-23. Proporção de população estrangeira residente por local de residência (censos 2001)	135
Tabela 3-24. Taxa de crescimento migratório (%) por local de residência	136
Tabela 3-25. Stock de estrangeiros no distrito de Coimbra* até 31.12.2000	136
Tabela 3-26. População por principais nacionalidades (2007)* - População estrangeira que solicitou Título de Residência, Prorrog. AP e Prorrog Visto de Longa Duração, no distrito de Coimbra	137
Tabela 3-27. População estrangeira dos países da Europa de Leste em Coimbra	137
Tabela 3-28. Faixas etárias da população estrangeira no distrito de Coimbra	137
Tabela 4-1. Distribuição das variáveis género, estado civil, nacionalidade e habilitações	143
Tabela 4-2. Caracterização da variável idade de acordo com a variável sexo	143
Tabela 4-3. Distribuição das variáveis <i>situação legal</i> e <i>religião</i>	144
Tabela 4-4. Cruzamento das variáveis <i>estado civil</i> e <i>sexo</i>	147
Tabela 4-5. Cruzamento da variável <i>estado civil</i> e <i>nacionalidade do cônjuge/companheiro (n=26)</i>	147
Tabela 4-6. Cruzamento das variáveis <i>habilitações</i> e <i>nacionalidade</i>	148
Tabela 4-7. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>habilitações</i>	148
Tabela 4-8. Caracterização da variável <i>idade em que pensou emigrar</i>	149
Tabela 4-9. Distribuição da variável <i>motivos da emigração</i>	149
Tabela 4-10. Cruzamento das variáveis, <i>sexo</i> , <i>tempo de permanência em Portugal</i> e <i>quem os acompanhou na viagem para Portugal (n=36)</i>	151
Tabela 4-11. Distribuição da amostra por <i>sexo</i> , por <i>tempo de permanência</i> e <i>quem os acompanhou na viagem para Portugal (n=36)</i>	152
Tabela 4-12. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>tempo para a tomada de decisão pela emigração (n=36)</i>	152
Tabela 4-13. Distribuição das variáveis <i>conhecidos que tinham emigrado</i> e <i>quem tinha emigrado</i>	153
Tabela 4-14. Distribuição dos sujeitos por <i>tempo para a tomada de decisão pela emigração</i> e <i>conhecidos que tinham emigrado (n=34)</i>	153

Tabela 4-15. Distribuição das variáveis <i>partilha da decisão, com quem, a reacção e sua importância</i>	154
Tabela 4-16. Distribuição de variáveis relacionadas com a <i>escolha de Portugal</i>	155
Tabela 4-17. Cruzamento das variáveis <i>sexo e razões para a escolha de Portugal (n=26)</i>	155
Tabela 4-18. Distribuição de variáveis relacionadas com a <i>emigração para Portugal</i>	156
Tabela 4-19. Cruzamento das variáveis <i>motivos da escolha de Portugal e conhecidos que emigraram (n=36)</i>	156
Tabela 4-20. Cruzamento das variáveis <i>sexo e motivos da sua permanência em Portugal (n=34)</i>	157
Tabela 4-21. Cruzamento das variáveis <i>sexo e tempo perspectivado para a duração da emigração (n=36)</i>	158
Tabela 4-22. Cruzamento das variáveis <i>tempo de permanência em Portugal e perspectiva da duração da migração (n=36)</i>	158
Tabela 4-23. Distribuição das variáveis como trataram da viagem, <i>transporte utilizado, custo e como decorreu a viagem</i>	159
Tabela 4-24. Cruzamento das variáveis <i>meio de transporte utilizado e tempo de permanência em Portugal</i>	160
Tabela 4-25. Distribuição da variável <i>expectativas em relação à emigração</i>	161
Tabela 4-26. Cruzamento das variáveis <i>situação face ao emprego no país de origem e habilitações</i>	161
Tabela 4-27. Distribuição da variável <i>situação legal de entrada em Portugal face ao trabalho (n=36)</i>	162
Tabela 4-28. Distribuição da variável <i>meios para encontrar o primeiro emprego</i>	162
Tabela 4-29. Distribuição da variável <i>situação actual face ao trabalho (n=36)</i>	163
Tabela 4-30. Cruzamento das variáveis <i>sexo e situação actual face ao trabalho</i>	163
Tabela 4-31. Distribuição das variáveis equivalência das habilitações e como lidou com a desqualificação	164
Tabela 4-32. Distribuição da variável <i>ocupação profissional no País de Origem (n=24)</i>	165
Tabela 4-33. Distribuição da variável <i>primeiro emprego em Portugal (n=27)</i>	165
Tabela 4-34. Distribuição das variáveis <i>vínculo laboral, sector da actividade e personalidade jurídica</i>	166
Tabela 4-35. Cruzamento das variáveis <i>sexo e sector da actividade (n=28)</i>	166
Tabela 4-36. Distribuição das variáveis <i>tipo de contrato de trabalho, rendimento auferido e dias de trabalho</i>	167
Tabela 4-37. Distribuição da variável quantidade de empregos em que esteve inserido em <i>Portugal</i>	167



Tabela 4-38. Distribuição de variáveis de comparação das <i>condições de trabalho em relação aos outros colegas</i>	168
Tabela 4-39. Distribuição de variáveis de acordo com a <i>avaliação do trabalho exercido</i>	169
Tabela 4-40. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>tempo de permanência em Portugal</i>	169
Tabela 4-41. Distribuição da variável <i>primeiro distrito onde residiu</i>	170
Tabela 4-42. Distribuição da variável <i>concelho de residência</i>	170
Tabela 4-43. Distribuição da variável <i>tempo de residência no concelho do distrito de Coimbra</i>	170
Tabela 4-44. Distribuição da variável <i>avaliação da integração por área (n=36)</i>	172
Tabela 4-45. Distribuição da variável <i>avaliação da adaptação a Portugal</i>	172
Tabela 4-46. Distribuição da variável <i>aspectos fundamentais para a integração no país de acolhimento (n=36)</i>	173
Tabela 4-47. Distribuição da variável <i>fontes de apoio em Portugal (n=29)</i>	173
Tabela 4-48. Distribuição da variável <i>tipo de apoio recebido (n=29)</i>	174
Tabela 4-49. Distribuição de variáveis relacionadas com o <i>reagrupamento familiar (R.F.)</i>	175
Tabela 4-50. Distribuição de variáveis relacionadas com <i>as amizades e grupo de amigos</i>	176
Tabela 4-51. Distribuição das variáveis <i>número de elementos do grupo de amigos e nacionalidade</i>	176
Tabela 4-52. Distribuição das variáveis <i>frequência de contactos e apoio efectivo do grupo de amigos</i>	177
Tabela 4-53. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>avaliação do acolhimento dos portugueses (n=36)</i>	178
Tabela 4-54. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>comportamentos/attitudes dos portugueses</i>	178
Tabela 4-55. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>locais de discriminação</i>	178
Tabela 4-56. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>agentes de discriminação (n=36)</i>	179
Tabela 4-57. Distribuição da variável <i>ocupação dos tempos livres (n=36)</i>	179
Tabela 4-58. Distribuição de variáveis relacionadas com o <i>associativismo</i>	180
Tabela 4-59. Distribuição da variável <i>respostas à aculturação</i>	181
Tabela 4-60. Distribuição da variável <i>língua falada em casa</i>	181
Tabela 4-61. Cruzamento das variáveis <i>língua falada em casa e nacionalidade do cônjuge (n=32)</i>	181
Tabela 4-62. Distribuição da variável <i>aspectos negativos em Portugal (n=36)</i>	182
Tabela 4-63. Distribuição da variável <i>aspectos positivos em Portugal (n=36)</i>	182
Tabela 4-64. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>aspectos positivos de Portugal (n=36)</i>	182

Tabela 4-65. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>aspectos negativos de Portugal</i> ( $n=36$ )	183
Tabela 4-66. Distribuição da variável <i>número de pessoas com quem vive</i> ( $n=36$ )	183
Tabela 4-67. Distribuição da variável <i>pessoas com quem vive</i> ( $n=36$ )	183
Tabela 4-68. Cruzamento das variáveis <i>propriedade</i> e <i>tipo de alojamento</i>	184
Tabela 4-69. Distribuição da variável <i>viagens ao país de origem</i>	184
Tabela 4-70. Distribuição da variável <i>razões para não visitar o país de origem</i> ( $n=6$ )	185
Tabela 4-71. Distribuição da variável <i>frequência das viagens ao país de origem</i> ( $n=30$ )	185
Tabela 4-72. Distribuição das variáveis <i>envio de poupanças</i> , <i>frequência</i> e <i>para quem</i>	186
Tabela 4-73. Cruzamento das variáveis <i>tempo de permanência em Portugal</i> e <i>frequência do envio das poupanças</i>	186
Tabela 4-74. Cruzamento das variáveis <i>sexo</i> e <i>destinatários das poupanças</i> ( $n=20$ )	187
Tabela 4-75. Distribuição da variável <i>meios de comunicação para contacto com o país de origem</i> ( $n=36$ )	187
Tabela 4-76. Distribuição da variável <i>frequência do contactado com o país de origem</i>	187
Tabela 4-77. Distribuição da variável <i>aquisição de papéis sociais</i>	190
Tabela 4-78. Distribuição da variável <i>papéis adquiridos</i>	190
Tabela 4-79. Distribuição da variável <i>alteração de rotinas</i> ( $n=29$ )	191
Tabela 4-80. Distribuição da variável <i>mudança enquanto pessoa</i> ( $n=26$ )	191
Tabela 4-81. Distribuição da variável <i>aspectos mais importantes na vida</i> ( $n=36$ )	193
Tabela 4-82. Distribuição da variável <i>maiores receios</i> ( $n=36$ )	194
Tabela 4-83. Distribuição da variável <i>estratégias para superar dificuldades</i>	197
Tabela 4-84. Distribuição da variável <i>recurso a serviços públicos e sua avaliação</i> ( $n=36$ )	198
Tabela 4-85. Distribuição da variável <i>projectos futuros</i> ( $n=36$ )	199
Tabela 4-86. Distribuição da variável <i>tempo previsto para regresso ao país de origem</i> ( $n=17$ )	199
Tabela 4-87. Distribuição da variável <i>projectos profissionais a implementar no País de origem</i> ( $n=21$ )	199
Tabela 4-88. Distribuição da variável <i>motivos para a permanência em Portugal</i> ( $n=13$ )	199
Tabela 4-89. Distribuição da variável <i>objectivos da emigração que se mantêm</i> ( $n=36$ )	200
Tabela 4-90. Distribuição da variável <i>valeu a pena a emigração</i>	200
Tabela 4-91. Distribuição da variável <i>porque não valeu a pena a emigração</i>	200
Tabela 4-92. Distribuição das variáveis <i>ponderação da emigração para outro país</i> e <i>razões favoráveis a uma nova emigração</i>	201



## ÍNDICE DE FIGURAS

---

Figura 1-1. Equação da migração (retirado de Góis, 2007, p.41).	20
Figura 2-1. Modelo Ecológico de desenvolvimento de Bronfenbrenner (retirado de Portugal, 1992, p.23).	43
Figura 2-2. Hierarquia de necessidades de Maslow (retirado de Craig 1996, p.63).	46
Figura 2-3. A teoria das estações da vida adulta segundo Levinson (Levinson et al., 1978, retirado de Marchand, 2005, p.23).	54
Figura 2-4. Os três sistemas de desenvolvimento do adulto em interacção segundo Okum, 1984 (retirado de Craig, 1996, p.507).	62
Figura 2-5. Transição individual adaptado de Schlossberg, Watters & Goodman, 1995 (adaptado por Pinheiro, 2005a, p.5).	94



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

---

Gráfico 4-1. Distribuição dos sujeitos de acordo com a idade em que pensaram emigrar	<b>149</b>
Gráfico 4-2. Distribuição dos sujeitos por sexo e de acordo com tempo para a tomada de decisão pela emigração	<b>153</b>



## ÍNDICE DE QUADROS

---

Quadro 2-1. Os estádios de desenvolvimento psicossocial de Erikson, 1959 (adaptado por Pinheiro, 2005b, p7).	<b>51</b>
Quadro 2-2. Tarefas desenvolvimentais do início da idade adulta (retirado de Craig, 1996, p.576).	<b>64</b>
Quadro 2-3. Tarefas desenvolvimentais da meia-idade de Havighurst (retirado de Craig, 1996, p.576).	<b>68</b>
Quadro 2-4. Modelo bidimensional de aculturação de Bery, 1990 (retirado de Vala, 2003, p.51).	<b>86</b>
Quadro 2-5. Das fases da transição às acções do imigrante (adaptado de Pinheiro, 2003, p.139).	<b>99</b>





## INTRODUÇÃO

---

Portugal há muito que deixou de ser visto apenas como um país de emigração, sendo, de igual modo, considerado na actualidade um país de destino para muitos cidadãos, que por motivações e interesses vários decidem deixar os seus países de origem.

Embora, se possam identificar momentos diferenciados no que se refere às vagas migratórias rumo a Portugal, a sensibilização para as questões imigratórias, tornou-se mais evidente quando se começaram a ouvir línguas até então não “silenciosas” e a conviver com a presença, cada vez maior, de pessoas com culturas e costumes, provenientes de países com os quais, até então, não existia qualquer ligação histórica nem cultural. Referimo-nos, aos imigrantes provenientes dos países da Europa de Leste. Estes pertencem a uma vaga caracterizada pela forte dispersão geográfica e pelas elevadas habilitações destes cidadãos relativamente àquelas que possuíam os imigrantes do Brasil e dos PALOP<sup>1</sup>. Posto isto, nos finais do século XX, observa-se uma mudança no cenário migratório em Portugal, não só a nível quantitativo, mas também cultural, social e económico.

Baseados na perspectiva do ciclo do percurso migratório de Rocha-Trindade (1995), consideramos que este é composto por diferentes fases, nomeadamente a decisão de partir e os preparativos vividos ainda no país de origem, a viagem propriamente dita, as primeiras vivências no país de acolhimento (primeira instalação), seguidas da fase de inserção. A partir daqui ocorre um novo momento de decisão – voltar ao país de origem ou fixar-se no país de origem, sendo que neste último caso pode ser temporária ou

---

<sup>1</sup> PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

definitiva. Se ocorrer o retorno o imigrante terá de se reintegrar no país de origem, pelo que assim se fecha o ciclo do percurso migratório.

O início de todo o percurso/processo migratório começa muito antes da partida do país de origem. A avaliação da situação de vida de cada um dos indivíduos no país de origem, cuja melhoria poderá passar por aderir a um projecto migratório, a ponderação de todos os aspectos positivos ou negativos, a definição de uma estratégia individual ou familiar, a avaliação e percepção das redes sociais existentes noutros países, a recolha de informação acerca dos mesmos e a preparação da viagem, marcam o começo de todo este percurso. Ao longo desse tempo criam-se expectativas, definem-se objectivos, delimitam-se, muitas vezes prazos para a imigração, os quais serão mais tarde confrontados com a realidade que irão encontrar aquando da chegada a um novo país. No contacto com a nova sociedade, o indivíduo depara-se com um meio ambiente físico e social desconhecido, podendo ocorrer um choque de culturas caracterizado “pela absorção diferenças sociais (no trabalho, na habitação, na saúde, na educação (...)) e pela aprendizagem de novos papéis e novas culturas” (Gravel, 2000, cit. por Sousa, 2006, p.184), o que visará um reajuste entre o *ideal* imaginado no país de origem e o *real* encontrado no país de acolhimento. Subjacentes a esta determinação e em prol de uma melhor qualidade de vida, existem questões de sobrevivência, que geram nestes indivíduos a motivação necessária para fazerem face a todas as dificuldades de ordem burocrática, legislativa, social, económica, que encontram ao chegar ao novo país (Marques, 2005). Quer isto dizer que ao chegar ao novo país o indivíduo terá de estar em contacto directo e contínuo com uma cultura que desconhece, sendo provável que ocorra o stresse de aculturação, motivado pela própria aculturação, onde poderá estar relacionado com as dificuldades com a língua, a escassez da rede social e de recursos financeiros, a ansiedade causada pelo desemprego, a vivência de sentimentos de não pertença àquela sociedade e de desorientação num contexto não familiar, na qual são, por vezes, vítimas de discriminação (Berry & Annis, 1974; Berry, 1989; Neto, 1993, 2008).

Espera-se que a migração traga, pelo facto de ser uma transição de vida, um conjunto de mudanças ecológicas (causada por se passar a viver num novo país), económicas (pelo desejo de poupanças), culturais (porque há que lidar com novos costumes, tradições, hábitos), profissionais (porque há, muitas vezes, exercem profissões abaixo das suas qualificações) e desenvolvimentais (com a resolução de uma série de tarefas de desenvolvimento cognitivo e psicossocial) nas vidas daqueles que partem para um novo país.

De facto, a par de todas as vivências e desafios inerentes à migração, estes indivíduos têm de resolver, igualmente, tarefas desenvolvimentais, específicas do ciclo de vida pelo qual estão a passar. A construção da identidade, incluindo os seus aspectos da identidade cultural, é uma tarefa muito própria, iniciada na adolescência e que se estende à idade adulta (Marcia, 1966; Erikson, 1968; Havighurst, 1972; Levinson, 1974; Kimmel & Weiner, 1998) pelo que sempre que há uma mudança cultural, ou seja, sempre que o indivíduo se tem de inserir num contexto com culturas e tradições distintas da cultura de origem, é de esperar que essa identidade seja um pouco reconstruída, pelo menos no seu aspecto cultural. O desenvolvimento de uma identidade cultural pode partir da consciência que o indivíduo adquire das diferenças culturais do seu país de origem e das existentes no país para o qual emigrou (Perotti, 2003). A construção desta identidade dependerá do modo como irá responder a duas questões essenciais: *Devo manter a minha identidade cultural? Devo manter relações culturais com outros grupos?* (Berry, 1990, cit. por Vala, 2003), o que permitirá ainda compreender o modo de aculturação vivenciado pelo indivíduo. Por sua vez, o jovem adulto terá ainda de resolver tarefas inerentes aos papéis adquiridos nesta etapa do ciclo vital, relacionados com o trabalho e na família (Havighurst, 1953; Freud, 1961; Erikson, 1968; Levinson, 1986; Levinson, 1990, 2005; Craig, 1996). Tudo isto terá como *background* a migração na sua dimensão social. Se inicialmente os fenómenos migratórios eram caracterizados pelo homem que partia, permanecendo a família no país de origem juntando-se (ou não) a ele, mais tarde assistimos também a uma feminização na migração. As razões económicas poderiam ter sido as que motivaram e agilizaram a migração, mas as razões familiares começaram a ganhar cada vez mais evidência.

Sabemos igualmente que a integração dos imigrantes na nova sociedade depende das atitudes e comportamentos não só de quem chega mas de quem está para receber, ou seja, é um processo de ajustamento e adaptação mútua (Marques, 2006; Papademetriou, 2003; Sarriera, 2000, 2005b). Estes imigrantes, cujas motivações são, sobretudo, de cariz económico, são sujeitos assim, a trabalhos integrados no sector secundário, ocupando estratos mais baixos da sociedade de trabalho vivendo, ao mesmo tempo, desigualdades no acesso ao trabalho e nas próprias condições de trabalho, marcado pela precariedade, informalidade, desprestígio social, entre outros. As redes sociais estabelecidas no país de acolhimento podem servir como factores protectores à exclusão social, proporcionando, deste modo, condições favoráveis a uma melhor integração.

Verificamos assim que esta transição, ou seja, o viver num novo país, exige a adaptação de novas culturas, tradições, a aprendizagem da língua, o estabelecimento de novos relacionamentos pessoais, o assumir novos papéis, o que nem sempre é uma tarefa fácil. A vivência desta transição implica que sejam utilizados factores individuais, contextuais, institucionais e situacionais, destacando-se a este nível a importância da percepção do suporte social, ao longo deste processo (Schlossberg *et al.*, 1995; Pinheiro, 2004, Seco, *et al.* 2005a). Em suma, a emigração exige um processo de ajustamento, essencialmente, no momento em que ocorre o abandono de um quadro cultural a social que se domina e a inserção numa sociedade com dinâmicas e tradições por si desconhecidas, pretendendo-se todavia que esta vivência seja geradora de um sucesso na sua integração e ao mesmo tempo impulsionadora de um bem-estar psicológico e social (Pinheiro, 2004; Seco, *et al.* 2005a).

Neste sentido, propomos ao longo deste estudo, compreender o fenómeno de migração à luz da Teoria da Transição de Nancy Schlossberg (1989, 1995), uma vez que se focaliza no indivíduo e no modo como este vivência e avalia cada situação, assim como, as consequentes modificações que daí advêm. Por sua vez, esta teoria tem em consideração “as mudanças, o seu impacto em diferentes momentos, as respostas que o indivíduo constrói a partir dos seus próprios recursos e/ou de outros que entretanto mobiliza, e que lhe permitem um maior ou menor ajustamento entre si e a(s) nova(s) situação(ões) ou acontecimento(s)” (Pinheiro, 2004, p.9).

O estudo que apresentamos, de cariz exploratório, pretende analisar em que medida as vivências próprias dos imigrantes, coincidentes com uma transição (adaptação social, cultural, económica) podem ser explicadas à luz da teoria psicológica da transição de Nancy Schlossberg. Foi assim nossa intenção compreender como o modelo de transição psicológica se pode observar ao longo do percurso/processo migratório, perceber quais as estratégias adoptadas, por estes imigrantes, com vista a alcançarem os objectivos definidos para a emigração, assim como, procurámos caracterizar e avaliar a rede de suporte social no seu decorrer.

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, os quais se podem dividir em dois grupos: o primeiro refere-se ao enquadramento teórico da investigação (integra os três primeiros capítulos) e o segundo restringe-se ao último capítulo, mais concretamente ao estudo empírico, realizado com os imigrantes dos países de Leste residentes no distrito de Coimbra, o qual será ainda analisado tendo em conta a fundamentação teórica apresentada.

Relativamente ao primeiro grupo, constituído por três capítulos, começaremos, no primeiro, por fazer uma abordagem conceptual de algumas perspectivas teóricas explicativas do fenómeno migratório. Neste sentido, apresentaremos algumas teorias do tipo “micro”, as quais contemplam novos elementos relativos aos desejos e motivações do agente individual, considerando a existência de todo um processo racional nas tomadas de decisão, tendo sempre subjacente numa perspectiva de melhoria económica, como são exemplo a Teoria *Push-Pull* (Ravenstein, 1885, 1889), a Teoria do Capital Humano (Becker, 1962, cit. por. Figueiredo, 2005; Borjas, 1989, 1990) ou a Teoria do Ciclo de Vida e da Trajectória Social (Rossi (1955, cit. por Peixoto, 1998) De seguida, mencionaremos algumas teorias do tipo macro, ou seja, que consideram a existência de forças que impelem a migração, vendo o Homem como um ser economicamente racional, avaliando a migração nesta base, das quais são exemplo as Teorias do Mercado de Trabalho (Harris & Todaro, 1970; Todaro 1976; Borjas 1989, 1990). Por sua vez, analisaremos novas formas de “mobilidade”, em que é reforçado um carácter interdisciplinar e multifactorial do fenómeno migratório, conjugando-se assim, diversas perspectivas teóricas (Peixoto 2004a, Rosa, 2005) que pretendem colmatar as limitações das teorias inseridas em ambos os grupos (micro e macro), em prol de uma conciliação das mesmas, tais como a Teoria dos Sistemas Migratórios (Castles & Miller, 2003) ou das Redes Sociais (Portes, 1995, 1999). O segundo capítulo pretende abordar a imigração a partir de uma dimensão mais pessoal, tentando progressivamente chegar à sua dimensão mais social. Esta investigação centrar-se-á nos imigrantes adultos e jovens adultos. Após uma apresentação de algumas teorias que procuram explicar o desenvolvimento social e interpessoal (Erikson, 1976; Levinson, 1990, 2005; Havighurst 1953, 1972; Craig, 1996) com vista a compreender o desenvolvimento individual destes imigrantes, enquanto jovens adultos e adultos, analisaremos a nível social, características próprias da migração (inserção profissional, integração social, redes de apoio, entre outros). Finalmente, focalizar-nos-emos na Teoria da Transição de Nancy Schlossberg (1989, 1995) através da qual procuraremos interpretar o processo de transição que pode ser vivido na migração. Tendo sempre presente a noção de relatividade, ou seja, que cada caso depende da interpretação pessoal de cada indivíduo, iremos abordar este fenómeno quanto ao tipo de acontecimento, ao contexto no qual ocorre, à noção de tempo (*moving in, moving through e moving out*) e às respostas que o indivíduo é capaz de gerar de acordo com o sistema dos quatro S’s de Schlossberg (*self, situation, strategies e support*).

No terceiro capítulo pretendemos fazer uma análise histórica da imigração em Portugal. Desde os finais dos anos 90 e início deste século que se observam profundas alterações no que se refere às vagas migratórias para Portugal. Se num primeiro momento, entre os anos 74 e 75, assistíamos ao regresso dos residentes nas ex-colónias, e de muitos cidadãos nacionais dos PALOP, nos anos 80 as vagas migratórias passaram a ser caracterizadas por brasileiros e imigrantes asiáticos. Por sua vez, a terceira vaga migratória é marcada pela alteração das principais áreas de recrutamento, destacando-se alguns países da Europa de Leste. Esta é caracterizada pelas diferenças relativas aos níveis de qualificação dos imigrantes, denotando-se um aumento ao nível técnico e formação superior e pela inserção no mercado de trabalho, o qual se alargou à agricultura e a alguns ramos da indústria transformadora. Assim, num primeiro momento iremos fazer uma retrospectiva da evolução da imigração em Portugal, pelo que de seguida debruçar-nos-emos nas especificidades das vagas migratórias provenientes dos países de Leste, terminando com a caracterização do distrito de Coimbra a nível socioeconómico em geral, e a nível da imigração, em particular.

A segunda parte deste trabalho, referente à parte empírica, é constituída por um capítulo, ao longo do qual apresentaremos os principais objectivos da investigação, a metodologia utilizada, referindo os instrumentos de recolha de dados, através dos quais descreveremos também a amostra. Após uma análise do perfil geral dos imigrantes, passaremos à descrição do percurso migratório, desde as motivações que o impulsionaram até à chegada ao novo país, abordando aspectos a nível profissional, de adaptação/integração no país de acolhimento, do agregado familiar e condições de alojamento, da relação com o país de origem, considerados essenciais para a compreensão do seu contexto e modos de vida. Descrever-se-á ainda a imigração de acordo com as variáveis inerentes ao processo de transição pessoal e social. A última parte deste capítulo estará reservada para a discussão dos resultados, na qual se evidencia que estes imigrantes viveram um acontecimento – emigração – que gerou neles um processo de transição psicológica de acordo com o Modelo de Nancy Schlossberg e colaboradores (1995), cujo impacto foi visível ao nível dos papéis, das rotinas, dos relacionamentos interpessoais e na percepção acerca de si e do mundo. Paralelamente foi visível que a percepção da existência de redes sociais (suporte social) na fase da ponderação da emigração foi fundamental na escolha do país de destino. Estas redes de apoio, constituídas por amigos e familiares, actuaram ao longo de todas as fases do processo migratório a diferentes níveis (instrumental, psicológico, moral). Verifica-se que as redes informais têm um papel mais activo no que se refere à

integração e adaptação ao país de acolhimento, pelo que estes imigrantes recorrem apenas a organismos públicos, quando estes faziam parte das etapas que tinham de cumprir para se poderem estabelecer legalmente. A partir deste confronto, serão apontadas implicações resultantes deste estudo para a sociedade actual, marcada pela diversidade inter(multi)cultural e deixar-se-ão algumas questões por ele levantadas, que poderão vir a ser abordadas em investigações futuras.

Tradicionalmente Portugal era considerado um país de emigrantes. Todavia, a sociedade portuguesa tem-se tornado palco de uma diversidade cultural que se estende por todo o território nacional. Não podemos ficar indiferentes a esta realidade, é um dever promover a integração daqueles que escolhem o nosso país como destino, tendo presente que este é um processo dinâmico, que funciona nos dois sentidos, ou seja, que coloca exigências não só às sociedades de acolhimento, mas também às comunidades imigrantes. Só reconhecendo o valor da diversidade e de cada “puzzle humano” será possível promover um diálogo intercultural e assim caminhar para uma efectiva integração.





## CAPÍTULO 1

### O Estudo das Migrações: algumas considerações teóricas

---

#### 1. INTRODUÇÃO

Ao procurarmos definir o conceito *migrações* deparamo-nos com um vasto leque de definições e interpretações. As migrações podem ser traduzidas como a busca de segurança e de melhores condições de vida, quer dentro do próprio país - mudando de aldeia para a cidade, de uma região para a outra - quer entre diferentes países, denominando-se assim, de migrações internas e internacionais, respectivamente (Castles, 2000). No entanto, como adverte Peixoto esta distinção pode não ser assim tão rígida, pelo facto de actualmente se tender a “criar uma maior homogeneidade a nível do mercado de trabalho e de denominadas políticas, quando anteriormente existiam blocos políticos bem separados” (Peixoto, 1998, p.28).

As migrações internacionais são bastante distintas das migrações domésticas, considerando Massey e colaboradores (1993) que aquelas podem também ser designadas de migrações económicas, mais ou menos voluntárias, temporárias ou permanentes, tendo como objectivo principal ganhar dinheiro.

As migrações internacionais são igualmente definidas como processos sociais envolvidos nos fluxos de pessoas entre países, regiões e continentes, integrando ainda fenómenos distintos com grupos sociais e implicações diversas.

Boyle e colaboradores (1998, cit. por Castles, 2005, p.16) definem migração como “o cruzamento da fronteira de uma unidade política ou administrativa por um certo período mínimo”. No entanto, todos aqueles que atravessam fronteiras não quer dizer que sejam migrantes, pois na sua maioria são muitas vezes turistas e homens de negócios, cuja intenção não é prolongar a sua estadia. Migrar implica, para alguns países, que se estabeleça residência por um período mínimo (seis meses a um ano), podendo este

período variar de acordo com as políticas dos diferentes países. Daqui se depreenderá, que existe uma variação enorme no que concerne à definição de migração, não tendo esta nada de objectivo, visto ser resultado de políticas estatais, que visam responder a objectivos políticos e económicos, e em resposta às reacções públicas (Castles, 2005). Podemos ainda acrescentar que, segundo a ONU (1997) a definição de migrações está relacionada com a duração da estadia, factores de cidadania e razão de admissão (mais relacionados com o Estado).

Deste modo, recomendações internacionais das Nações Unidas e da União europeia (2007) consideram que a definição de migração se deve basear na mudança de residência por um período superior a um ano. Neste sentido, segundo o Regulamento n.º 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007, a imigração é definida como a “acção pela qual um indivíduo que resida habitualmente num Estado-Membro ou num país terceiro estabelece a sua residência habitual no território de outro Estado-Membro por um período cuja duração real ou prevista é, no mínimo, de doze meses”.

Se quisermos categorizar a emigração, tendo em conta todas as “circunstâncias de partida e de chegada, as causalidades, motivações e consequências envolvidas [encontrar-se-ão] tantas formas de migração quantos os indivíduos e estratégias utilizadas” (Peixoto, 1998, p.25). Para efeitos de investigação podem ser reunidos em categorias homogéneas migrantes com causas comuns de migração. Joana Figueiredo (2005) referindo-se a outros autores como Appleyard (1992), Castles (2000) e Peixoto (1998) enumera diversos agrupamentos possíveis: os trabalhadores temporários; aqueles com elevadas qualificações e de negócios, geralmente em circulação temporária; os irregulares (sem documentos); os refugiados, exilados e os que migram com carácter forçado; os migrantes permanentes ou para reunificação familiar e, na opinião de alguns autores, a migração é ainda considerada quando se dá o regresso do indivíduo ao país de origem.

De facto, na segunda metade do século XX as migrações internacionais foram um dos principais factores de transformação e de desenvolvimento social em todas as regiões do mundo (Castles, 2005). De acordo com Castles (2005, p.15) “as migrações resultam da integração das comunidades locais e de economias nacionais em relações globais, e são, simultaneamente, factores de novas transformações sociais, tanto nos países emissores como nos receptores”.

Como refere Castles (2005, p.18) “as migrações internacionais surgem num mundo dividido em Estados-Nação, em que permanecer no país de nascimento ainda é visto como uma norma e mudar-se para outro, como um desvio”. Surge daqui a necessidade de controlar os fluxos migratórios podendo mesmo restringi-los, a fim de não produzir mudanças imprevisíveis.

A razões que levam os migrantes a deixar o seu país são múltiplas, contudo, as de cariz económico têm uma maior relevância, pois “não existe migração sem uma procura económica específica” (Peixoto, 2002a, p.61). Glover e colaboradores (2001, cit. por Figueiredo, 2005, p.21) afirmam que nos países de origem e nos de destino podem ser referidas as “condições de mercado de trabalho, as leis e políticas (...) a informação e os fluxos de informação (...) os efeitos das cadeias migratórias, as restrições orçamentais (que podem influenciar as capacidades de potenciais migrantes em pagar os custos de transporte) e quase tudo aquilo que afecta o desejo de viver/ trabalhar no destino, por oposição ao país de origem, desde a etnia ou a violência política ao clima”.

Neste sentido, podem ser apontados variados factores na explicação da migração laboral. A natureza interdisciplinar, dos múltiplos estudos que têm surgido, salienta essa diversidade, relacionando-os com os domínios económicos, sociais e políticos (King, 2002, Massey *et al.*, 1993, cit. por Peixoto, 2002b).

Dado este panorama, muitas vezes mais importante do que compreender o conceito *migração* é perceber a forma pela qual se dá todo o percurso/processo migratório.

## 2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS DO FENÓMENO MIGRATÓRIO

Durante o século XX as teorias acerca do fenómeno migratório não foram totalmente claras. O estudo das migrações não surgiu autonomizado, como aconteceu com as outras ciências sociais. Ao analisar-se a história das migrações observa-se que estas foram ignoradas por muitos autores clássicos das ciências sociais, sobretudo, no período em que mais se evidenciaram, nomeadamente, os fluxos migratórios visíveis no contexto europeu, no final do século XIX e início do século XX, quer sob a forma de movimentos internos quer de migrações transoceânicas. Embora este fenómeno fosse ganhando, uma relevância cada vez maior, a sua abordagem dispersava-se pelas diversas disciplinas, realçando-se a Geografia que lhe deu maior atenção. Peixoto (2004a) refere que as desvantagens da *terra de ninguém* têm (a vantagem) permitido que se crie uma visão interdisciplinar no estudo destes fenómenos, ou seja, inúmeros

especialistas têm abordado este tema sob diversas perspectivas teóricas, pelo que esse reconhecimento recíproco permite obter grandes benefícios.

Citando Jansen (1969, p.60) podemos considerar que:

“A migração é um problema demográfico: influência a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema económico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos entre diferentes áreas; pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante”.

Desde o início dos anos 90 que podemos considerar que a imigração está presente nas agendas económicas, sociais e políticas portuguesas, tendo-se tornado “mais predominante nas mentes dos políticos e dos académicos desde 2000”, dada a duplicação de número de imigrantes em apenas três anos, ou seja, de 178 000 em 1998, para 350 000 em 2001 (Fonseca *et al.*, 2005, p.3)

A bibliografia sobre migrações partilha referências múltiplas, tanto as que provêm de diferentes disciplinas do social, como as que envolvem os próprios debates internos da sociologia. No primeiro caso, aquilo que vulgarmente se designa de “sociologia das migrações” pode ser considerado como uma mistura de referências de diferentes ciências sociais. No segundo caso, referem-se à coexistência de explicações sociológicas do *tipo micro*, que envolvem o processo racional (individual) das tomadas de decisão, e do *tipo macro*, que referem a existência de factores colectivos ou estruturantes que impulsionam a migração. Porém, é provável que o seu carácter interdisciplinar se reforce ao observarmos as novas formas de “mobilidade”.

Figueiredo (2005) segue esta linha de pensamento ao afirmar que a migração é uma temática rica, pelo que há necessidade de uma interdisciplinaridade entre as várias ciências sociais, tendo cada uma, contributos valiosos. Considera que estes estudos interdisciplinares são particularmente pertinentes, uma vez que “são uma das dimensões mais visíveis do processo de globalização mundial” (Figueiredo, 2005, p.17). “Migration is a subject that cries out for an interdisciplinary approach. Each discipline brings something to the table, theoretically and empirically” (Brettell & Hollifield, 2000, p.VII).

Vários autores têm-se debruçado sobre esta questão das migrações procurando agrupar as diversas teorias existentes sob diferentes ângulos. Neste sentido, Massey e colaboradores (1993) na sua análise consideram, por um lado, as abordagens que têm em conta a origem dos movimentos migratórios internacionais e, por outro, agrupam as abordagens que centram no seu estudo a continuação destes movimentos, a partir do momento em que se desencadearam. Assim, enquanto no primeiro grupo estão as teorias neoclássicas (abordagem macro e micro), a Teoria do Mercado de Trabalho Dual, a Teoria dos Sistemas-Mundo e a Nova Economia das Migrações, no segundo grupo consideram-se a Teoria das Redes Sociais, a Teoria dos Sistemas Migratórios, a Teoria Institucional e a Teoria da Causalidade Cumulativa.

Peixoto (1998) tem na base da sua categorização a sociologia económica, adoptando no seu estudo a perspectiva individualista ou holística. Conciliando as noções de *economia* e *sociologia*, a primeira perspectiva apresenta abordagens como a racionalidade instrumental, os rendimentos do trabalho, o investimento em capital humano, o ciclo de vida, a carreira e mobilidade social. A segunda aborda questões de segmentação do mercado de trabalho, os sistemas espaciais e sistemas-mundo, os sistemas migratórios, bem como o papel das famílias, instituições, organizações e redes migratórias e enclaves étnicos.

Brettel e Hollifield (2000), cujos estudos assentam em pontos como a política de imigração ou nas forças de trabalho, consideram que ou é o indivíduo ou a família que efectua a migração.

Por sua vez, Giddens apresenta quatro modelos de migração que permitem descrever “os principais movimentos globais da população ocorridos desde 1945” (Giddens, 2004, p.260), nomeadamente (1) o *modelo clássico* de migração visível em países como o Canadá, os Estados Unidos da América e a Austrália, os quais, desde sempre foram receptores de imigrantes, possuindo mesmo políticas à migração, não obstante as restrições e quotas ajudaram a regular o fluxo migratório; (2) *modelo colonial da imigração* adoptado por países que possuíram colónias e que tendem a favorecer os imigrantes desses territórios; (3) *modelos dos trabalhadores convidados* os imigrantes são recebidos num determinado país, temporariamente, muitas vezes com o intuito de satisfazer carências do mercado de trabalho; (4) *modelo ilegal*, que segundo Giddens (2004) é um dos mais utilizados, face às apertadas leis de migração em vigor nos países industrializados.

Seguidamente iremos abordar algumas das principais teorias acerca da imigração. Começaremos pelas chamadas teorias micro, que concebem a imigração do ponto de vista do indivíduo, e as teorias macro, que concebem a migração de acordo com factores histórico-estruturais e que abordam os movimentos migratórios sob a perspectiva de grupos sociais. Finalmente abordaremos outros contributos que visaram superar algumas limitações das abordagens anteriores.

## 2.1. TEORIAS MICRO-SOCIOLÓGICAS

As várias teorias que se enquadram neste conjunto apresentam como ponto comum, o privilégio analítico concedido ao papel do agente individual. Quer isto dizer que, independentemente das conjecturas/condicionantes externas, a tomada de decisão é racional e que, no limite, promove a decisão de mobilidade.

### 2.1.1. TEORIA *PUSH-PULL* E A ESCOLA NEOCLÁSSICA

George Ravenstein, geógrafo e cartógrafo inglês, é considerado o único autor “clássico” no que se refere a este tema (Peixoto, 2004a). O seu papel pioneiro ficou marcado pela análise empírica pormenorizada dos fenómenos migratórios e por alguns dos temas e conceitos que anunciou, os quais foram mais tarde retomados e estudados, como é o caso, da classificação de migrantes (por exemplo: temporário, de curta e média distância), migrações por etapas ou regiões de atracção.

Ravenstein publicou dois textos (1885, 1889) sobre *leis das migrações*, que abordavam os fluxos internos e internacionais, tendo em conta diversas variáveis tais como a distância, tecnologia, sexo, condições económicas. Neste âmbito, segundo o autor, existia uma relação entre a migração e a distância, das quais resultariam duas categorias de migrantes/migrações: de curta e longa distância (Góis, 2006). De acordo com a “lei da distância” a maioria dos migrantes, sobretudo mulheres tenderiam a realizar os movimentos de curta distância, ao contrário dos homens, nos quais eram evidentes movimentos de longa distância. Estes últimos, por sua vez, exigiam custos maiores, quer a nível material quer na própria procura de informação. Contemplou ainda, o desenvolvimento das tecnologias e dos transportes que permitiam que estas deslocações se tornassem mais facilitadas. No entanto, reconhecendo todos estes factores, Ravenstein apenas os entendia como catalisadores pois na base da migração estariam sempre factores económicos.

As leis enunciadas por este autor são salientadas por Castles e Miller (2003), como referindo-se à migração de indivíduos de regiões de grande densidade populacional

para zonas menos povoadas, de regiões menos desenvolvidas para outras mais ricas, e à relação entre fluxos migratórios e às flutuações conjunturais que ocorrem periodicamente, nos ciclos económicos.

Ravenstein foi o autor do modelo atracção/repulsão (*push-pull model*) baseado numa leitura neoclássica, com fundamentos a nível económico, segundo os quais a decisão de migrar passa por uma escolha individual racional, com base nos diferenciais de salários e na probabilidade em conseguir emprego (Figueiredo, 2005). O potencial migrante através da informação<sup>2</sup> que possui relativamente a *A* e *B*, com base na realidade contextual, inerente à sua situação pessoal e grupal, decidirá pela permanência ou pela emigração. Este processo de decisão individual baseado numa análise racional dos custos-benefícios apenas ocorrerá se os custos do movimento forem inferiores aos custos esperados (Peixoto, 2004a).

Durante o último século, este modelo foi muito utilizado para explicar a potencial saída de migrantes de regiões menos desenvolvidas para outras mais ricas (Góis & Marques 2007). A sua decisão seria pressionada pelos chamados factores de repulsão (factores *push*), aqueles que empurram os indivíduos para fora do país, como sejam, factores económicos, sociais, políticos, demográficos (falta de trabalho, más condições de vida) em relação ao local de partida, e por factores de atracção (factores *pull*) que integram as vantagens do país de destino face às do país de origem (bem-estar, melhoria das condições habitacionais). Castles e Miller (2003) consideram assim, que estas teorias explicam “as causas dos movimentos migratórios como uma combinação heterogénea de factores *push* (...) e factores *pull*” (Castles & Miller, 2003, p.19).

Os movimentos migratórios resultam assim de desigualdades a vários níveis: *geográfico* (melhor localização de umas zonas em detrimento de outras); *económico* (concentração de capital em determinados países), *tecnológico* (maiores e melhores meios de transportes correspondem a maiores fluxos migratórios) e *demográfico* (má distribuição da população activa). Neste sentido, o migrante deslocar-se-ia para os locais que lhe oferecessem melhores benefícios a menor custo, de modo a garantir o seu bem-estar. Facilmente se depreende que na base deste modelo, o principal motivo catalisador da migração seria o económico.

---

<sup>2</sup> Este autor partia do princípio que o potencial migrante possuía toda a informação necessária acerca do modo de actuação dos mercados.



A escola neoclássica tem como pressuposto central que a acção do indivíduo é racional, baseada numa análise dos custos-benefícios das migrações, com o intuito de maximizar o seu bem-estar, uma vez que tem acesso à informação relativa a cada um dos mercados. Quer isto dizer que se em determinado país há excesso de mão-de-obra numa dada actividade e, conseqüentemente, baixos salários, o indivíduo tem um incentivo económico para emigrar para um país em que haja escassez de mão-de-obra<sup>3</sup> (Figueiredo, 2005). A diferença salarial entre diversos países iria permitir, deste modo, um ajustamento a nível internacional quer a nível de mão-de-obra quer dos salários.

Sendo Ravenstein um autor clássico, vários foram os seguidores da perspectiva da “escolha racional” do migrante associada à perspectiva neoclássica da economia - racionalismo económico.

Everest Lee (1966) considera, por sua vez, que para além dos factores de atracção e de repulsão, existem factores de ordem pessoal (alterações do ciclo de vida, casamento, entrada no mercado de trabalho, contactos e informações disponíveis acerca do meio social de destino, capacidades pessoais como a sensibilidade e a inteligência que permitam avaliar a situação na origem e no destino e adaptar-se ou não, a uma nova sociedade) e os seus obstáculos intervenientes (entraves à saída do seu país, leis rigorosas, fiscalização fronteiriça, falta de recursos financeiros para suportar os custos da viagem), os quais irão interferir, positiva ou negativamente, na decisão individual (migrar). Deste modo, o autor afirma que esta decisão não pode ser apenas racional, ou seja, baseada apenas na comparação dos aspectos positivos e negativos de ambos os países.

Segundo Massey e colaboradores (1993) o modelo custo/benefício é apresentado com base na equação do retorno temporal esperado do ponto de vista individual, no qual são considerados “os custos da viagem, os custos de manutenção (...) o esforço desenvolvido na aprendizagem de uma língua e culturas novas, as dificuldades experimentadas na adaptação a um novo mercado de trabalho, e os custos psicológicos de cortar com os laços antigos e criar outros” (Massey *et al.*, 1993, p.434). Sempre que o retorno esperado seja positivo, o indivíduo optará pela migração, pois esperará maiores benefícios no local de destino do que no de origem. No entanto, estes custos e benefícios são muito subjectivos dado que, por exemplo, os custos tanto se podem

---

<sup>3</sup> Modelo de Heckscher–Ohli, que será mais à frente descrito.

referir ao preço dos transportes como a perdas significativas resultantes do afastamento dos familiares, enquanto os benefícios se podem referir ao aumento de satisfação profissional ou à melhor qualidade de vida.

A estes factores, Rourke e Sinnott (2003, cit. por Figueiredo, 2005) acrescentam outros de carácter mais sociológico e de inserção num contexto novo do ponto de vista social, aos quais estão inerentes, todos os sentimentos de nacionalismo, cidadania e de pertença à sociedade autóctone. Como refere Figueiredo é de “esperar que, no curto prazo, os custos sejam superiores aos benefícios, tendo em conta os elevados custos pecuniários (...) e psicológicos a serem suportados” (Figueiredo, 2005, p.25). A médio e longo prazo, o migrante espera inverter a situação, visto que os custos iniciais são amortizados, enquanto os ganhos começam a ter peso superior, devido à melhoria da situação laboral, a uma maior integração no país e na sociedade de acolhimento, sendo estes os factores que, por sua vez, reduzem os custos psicológicos da migração.

Nesta linha de pensamento, Mincer (1978) diferencia as decisões individuais das decisões familiares, ou seja, a distinção prende-se com a diferenciação que faz de ganhos familiares dos individuais/pessoais, uma vez que as famílias tendem a apresentar menor mobilidade que os indivíduos, quanto mais não seja pela diferença do número de indivíduos que emigram. Assim, esta deixa de ser uma decisão independente para ser interdependente. De acordo com a lógica do modelo de Mincer seriam os solteiros, aqueles que teriam maior probabilidade de migrar face aos casados.

Portes e Böröcz (1989) chamam à atenção para algumas limitações do modelo *push-pull*, argumentando que caso esse modelo se aplicasse efectivamente, deveriam ser os trabalhadores dos sectores com menor grau de desenvolvimento, das sociedades mais pobres, a apresentar um maior incentivo para emigrar, o que nem sempre acontecia e, por sua vez, baseando-se na teoria neoclássica, refere que, se assim fosse, a simples existência de disparidades económicas deveria ser o suficiente para gerar migrações internacionais.

Neste sentido, estes autores apresentam limitações às abordagens neoclássicas, como: o facto de esta teoria não conseguir explicar algumas determinantes de carácter micro, como por exemplo, porque é que estando vários indivíduos nas mesmas circunstâncias apenas alguns migram; e ao nível macro (que iremos abordar a seguir), como seja a diversidade da dimensão e do sentido dos fluxos migratórios, dado que se assiste a diferentes destinos, nomeadamente para regiões já por si só muito povoadas. Por sua vez, os neoclássicos partem do princípio que o indivíduo possui toda a informação

necessária para tomar uma decisão racional, com total liberdade e de uma forma individual, o que não acontece na realidade. Na verdade, sabemos hoje, que os contextos sociais e familiares são de extrema importância na tomada de decisão do indivíduo, assim como, o funcionamento dos mercados e das falhas a que estão sujeitos. Saaki & Assis afirmam que a crítica se deve, sobretudo, ao facto de “não considerarem a acção económica como sendo socialmente orientada” (Saaki & Assis, 2000, p.6). Outra das críticas apontadas é o facto de não terem em conta o contexto social e político em que se desenvolvem os processos migratórios, que são como sabemos, factores condicionantes deste processo.

Como alternativa, Keely (2000) refere que a migração depende, por um lado, de elementos de escolha (que podem ser de índole individual) e elementos de pressão (origem externa, endógenos, do contexto envolvente).

Relativamente à segunda limitação, Portes e Böröcz (1989) consideram que a continuação dos fluxos migratórios, a partir do momento que se iniciam, é independente dos ciclos económicos existentes, não se devendo a ajustamentos dos diferenciais de rendimentos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

### **2.1.2. TEORIA DO CAPITAL HUMANO**

Nestas teorias salienta-se Becker como autor de referência. Para este autor o capital humano era definido como a “actividade que influencia o rendimento real futuro pela incorporação de recursos nos indivíduos” (Becker, 1962 cit. por Figueiredo, 2005, p.29).

Partindo da teoria da escolha racional, George Borjas (1989) coloca a tónica no mecanismo de escolha individual racional, realizado pelo migrante perante as condições de mercado internacional, avaliando e calculando os custos/benefícios da sua opção. Ainda com base no conceito de mercado global das migrações procurou explicar o cálculo racional do indivíduo face aos benefícios associados ou não à migração, ou seja, uma análise com base nos custos/benefícios. A decisão de migrar aconteceria sempre que um determinado local tivesse remunerações líquidas mais elevadas, durante um dado período de tempo (Borjas, 1991, cit. por Góis & Marques, 2007). Estas teorias têm como premissas a Teoria do Capital Humano, ou seja, “o indivíduo irá migrar para a área que, de entre as limitações impostas pelos recursos que o migrante potencial dispõe, ofereça o maior retorno (Góis & Marques, 2007, p.41). Sjaastad (1962, cit. por Peixoto, 2004a) afirma que a migração pode ser vista sob um

mapa de custo/benefícios “(...) como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos” (Sjaastad (1962, cit. por Peixoto, 2004a, p.16). A avaliação desse retorno corresponde à soma de todos os ganhos futuros diferidos pelo migrante, tendo em conta a sua permanência e as respectivas taxas de desconto (Góis, 2006). Neste sentido, esta avaliação não pode ser vista a curto prazo. O indivíduo ou a família investem no seu próprio potencial produtivo, sendo os resultados atingidos e observados a longo prazo.

Os custos envolvidos na migração são um ponto fundamental na decisão, estando estes relacionados com custos de deslocação (preço de transporte), de procura de informação (quanto maior for a distância entre as duas regiões maior será a dificuldade de obter informação acerca dela), custos psicológicos (separação dos amigos, da família) e custos de oportunidade (tempo na mudança na qual o indivíduo não exerce uma actividade). Para Becker as migrações são vistas como um investimento em capital humano, pelo que os indivíduos procuram maximizar o período de tempo de usufruto do retorno desse investimento. Segundo este autor o investimento no capital humano diz respeito “às actividades que influenciam o rendimento monetário e psíquico futuro através do aumento de recursos pessoais” (Becker, 1983 cit. por Peixoto, 2004a, p.16).

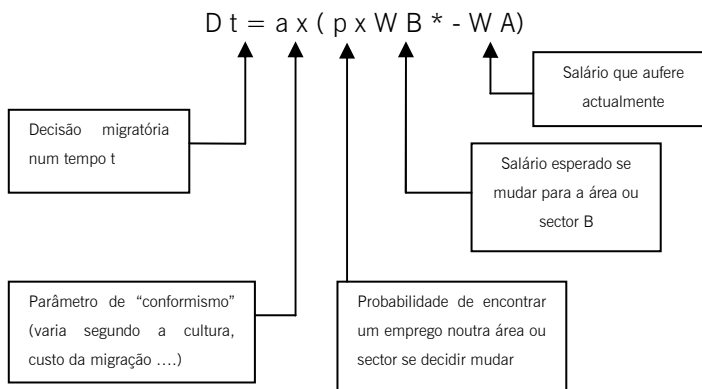
Numa primeira fase, os investimentos iniciais dizem respeito à procura de informação, custos de deslocação, custos de adaptação (aprendizagem de uma nova língua e cultura, criação de novas redes de apoio, custo de afastamento do meio de origem). É da melhoria da produtividade individual conseguida por esses investimentos, que se dá o aumento dos rendimentos (Peixoto, 2004a). Ainda segundo Sjaastad (1962, cit. por Peixoto, 2004a) há *investimentos complementares* na educação e formação, que permitem rentabilizar a mobilidade, salientando que algumas dessas formas de investimento poderão ser “a escolarização, a formação pessoal, cuidados médicos, migração e procura de informação acerca de preços e rendimentos” (Peixoto, 2004a, p.16).

Borjas (1990) tendo em conta as premissas inerentes à Teoria do Capital Humano, em articulação com a Teoria da Escolha Racional, assim como, do mecanismo da escolha individual subjacente à avaliação das condições de trabalho internacionais e do cálculo dos custos benefícios, considera que o potencial migrante deslocar-se-á para os locais cujas remunerações líquidas sejam mais elevadas, assim como, “irá imigrar para a área

que, entre as limitações impostas pelos recursos que o migrante potencial dispõe, ofereça maior retorno” (Góis & Marques, 2007, p.41)

Tudo isto pode ser expresso a partir do seguinte equação (Figura 1-1). Para avaliar o retorno são contemplados todos os ganhos futuros que possam ser obtidos, ao longo de um espectro temporal (podendo mesmo ser durante toda a vida do indivíduo) (Dt), assim como, todos os custos (a). Neste sentido, sempre que os ganhos sejam superiores aos custos, com base numa avaliação de uma origem A e um destino B, o indivíduo decidirá pela migração. Pelo contrário, quando o resultado desta equação é negativo o indivíduo decidirá por não migrar. Toda esta avaliação contempla a percepção pessoal, as características pessoais e a posição social que o indivíduo ocupa.

Figura 1-1. Equação da migração (retirado de Góis, 2007, p.41).



Para além dos atributos do indivíduo, as características do local, de origem e de destino, exercem igualmente uma grande influência. São algumas dessas variáveis, as variáveis económicas (desemprego, renda), políticas (benefícios fiscais, políticas) e físicas (clima, qualidade do meio ambiente), as quais exercem funções de atracção e repulsão.

Esta teoria tem subjacente o risco inerente à decisão de emigrar. Daí poder explicar-se o porquê de algumas deslocações aparentemente "racionais" não atingirem os objectivos esperados, ou, pelo contrário, porque é que decisões de risco se tornam num sucesso.

Num estudo desenvolvido por Keely (2000) foi constatado que aqueles que têm uma maior predisposição para emigrar são os mais jovens, pois podem usufruir do retorno durante mais anos. Assim, a existência de investimento explica que a migração diminua com a idade, uma vez que quanto mais velhos forem, menor será o período em que o investimento poderá ser compensado. Por sua vez, acrescenta ainda que um maior

grau de qualificações ou de investimento em capital humano permite aos imigrantes uma melhor capacidade de adaptação e inserção participando activamente na sociedade de acolhimento. Keely acrescenta que esta teoria só é válida para situações normais, das quais estão excluídas situações de guerra, leis de migração restritas, depressões económicas (Figueiredo, 2005).

Segundo Borjas (2000 cit. por Figueiredo, 2005) se houver uma possibilidade de o indivíduo recuperar o investimento efectuado em capital humano, decidirá pela migração. Pode estar aqui a explicação, para o facto daqueles que são originários de países menos desenvolvidos se deslocarem para outros mais desenvolvidos, visto poderem auferir um maior retorno dos investimentos. Este autor aborda ainda a selectividade dos migrantes, referindo que estes são positivamente escolhidos e que dispõem de qualidade acima da média, e negativamente no caso oposto. Considera ainda que a “selectividade será tanto maior quanto mais acentuados forem os diferenciais entre os países (...) e maiores os custos de migração” (Borjas, 2000, cit. por Figueiredo, 2005, p.30)

Barry Chiswick elaborou a versão mais elaborada acerca das Teorias do Capital Humano (1990, cit. por Rocha-Trindade, 1995). Este autor refere que ao chegarem aos países de destino, os imigrantes não possuem muitas das qualificações sociais e económicas necessárias (língua, conhecimento das ofertas de trabalho, etc.), logo em comparação com os nacionais, que ocupam a mesma posição no mercado de trabalho, estes imigrantes estão numa posição inferior. Contudo, com o decorrer da sua estadia os imigrantes começam a ter mais incentivos para investir no capital humano relativamente aos nativos (Chiswick, 1990, cit. por Rocha-Trindade, 1995). Chiswick afirma a este propósito, que um nível superior de “qualificações ou de investimento em capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de adaptação, inserção e de contribuição activa para a sociedade de acolhimento” (2000, cit. por Figueiredo, 2005, p.30). O conceito de capital humano tem por base a ideia de que “as qualificações escolares, habilidades e competências que um indivíduo possui constituem um produto de investimento realizado com o objectivo de aumentar os rendimentos individuais” (Góis & Marques, 2007, p.35).

Existe uma outra lógica diferenciada da associação destes movimentos com o trabalho, que considera o capital humano “como uma forma específica do factor produtivo capital” (mais concretamente fluxo de capital humano). Ao contrário do que acontece com o fluxo do factor trabalho, o fluxo capital deslocar-se-ia dos países mais

desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Deste modo, o capital humano iria abandonar os países mais desenvolvidos, nos quais o seu nível de produtividade era menor face à grande quantidade aí existente, para países em desenvolvimento, cujo índice de produtividade seria certamente maior. Assim, a mão-de-obra deslocar-se-ia dos países mais desenvolvidos para países em que houvesse escassez de mão-de-obra, aumentando assim a produtividade (Figueiredo, 2005).

Rourke e Sinnot (2003 cit. por Figueiredo, 2005) explicam esta lógica através do modelo de Heckscher-Ohlin, ou seja, o facto de os salários reais dos trabalhadores com mais habilitações serem mais elevados nos países em desenvolvimento (dada a sua escassez) do que nos países mais desenvolvidos (maior concorrência) e de os trabalhadores menos habilitados terem salários mais reduzidos nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos. Ao analisar este modelo de acordo com os princípios da livre circulação, os trabalhadores com mais habilitações deslocar-se-iam para os países em desenvolvimento e, pelo contrário, os trabalhadores com menos habilitações dirigir-se-iam para os mais desenvolvidos. No entanto, se tal se regesse segundo esta lógica, as migrações penalizariam os mais qualificados nos países em desenvolvimento (pois maior quantidade implicaria uma maior concorrência e neste sentido uma redução dos salários) e sairiam beneficiados aqueles com menores habilitações. O que acontece é que a emigração dos trabalhadores com estas características provocaria uma escassez de trabalhadores desta categoria, gerando um aumento salarial. Concomitantemente, nos países desenvolvidos verificar-se-ia o inverso, isto é, um maior benefício para os mais qualificados e uma diminuição salarial para os menos qualificados.

Uma das críticas apontadas a esta teoria diz respeito ao facto do mercado internacional de trabalho, não ser um espaço pleno de liberdade ou de mobilidade, assim como, da integração destes indivíduos no mercado de trabalho ser diferenciado daquele de um cidadão autóctone ou já com experiência, pelo menos a curto prazo (Blanco, 2000 cit. por Góis, 2006).

Por sua vez, estas teorias não conseguiram explicar a selecção dos países de destino e dos países de origem (regiões pobres emissoras de emigrantes e outras igualmente pobres, quase sem emigrantes) (Malgesini, 1988 cit. por Góis, 2006).

### 2.1.3. TEORIA DO CICLO DE VIDA E DA TRAJECTÓRIA SOCIAL

A perspectiva defendida pela Teoria do Ciclo de Vida, olha a migração como tendo uma natureza, sobretudo, individualizada e biográfica. São tidas em conta diversas variáveis como a influência do ciclo de vida (familiar e individual), a entrada na vida adulta, o casamento, o nascimento de filhos, o divórcio, a reforma e a influência da trajectória de mobilidade social que inclui a carreira profissional sobre os percursos territoriais (Peixoto, 1998, 2004a). Nesta análise é notório encontrarem-se domínios onde se funde a racionalidade da migração com motivações baseadas em valores ou comportamentos afectivos e tradicionais, sendo fundamental fazer-se uma interligação entre a perspectiva individual e as realidades colectivas (família, organização ou grupo/classe social), que podem mesmo constituir uma nova unidade de análise.

Um dos estudos mais referenciados acerca da mobilidade familiar é de Rossi (1955, cit. por Peixoto, 1998) o qual demonstrou que eram as diversas etapas inerentes ao ciclo de vida, nomeadamente a mudança na composição familiar, que impulsionavam à saída dos seus locais de residência devido a uma insatisfação com as características dos alojamentos e às suas situações aí vivenciadas. Esta situação era, por sua vez, mais visível entre os adultos e famílias jovens (casamentos, alargamento do agregado familiar através do nascimento de filhos, alterações de emprego), diminuindo à medida que aumentava a idade.

Por reforçar esta ideia, Sandefur e Scott realizaram um estudo demográfico em 1981, através do qual puderam concluir que a migração está fortemente relacionadas com as variáveis do ciclo de vida familiar (estado civil, dimensão familiar, idade dos filhos). Neste sentido, por exemplo, os indivíduos casados apresentam menores probabilidades de migrar, tal como acontece com agregados de maiores dimensões. Tal realidade pode dever-se ao facto de os custos económicos aumentarem com o número de pessoas na unidade familiar, assim como, a decisão de migrar dever ser ponderada no ponto de origem e depois renegociada no ponto de destino. Dadas às modificações crescentes na estrutura familiar e à fragmentação do clássico modelo do ciclo de vida, tem-se vindo a adoptar outra terminologia passando do conceito de “ciclo de vida” para “curso de vida”, o qual abraça uma maior diversidade de situações (Peixoto, 2004a).

O estudo micro-sociológico das migrações abrange ainda a perspectiva da trajectória social, ou mobilidade social e profissional. Considera-se que na mobilidade social, aquilo que está em causa é a execução de um percurso individual, por diferentes posições sociais. Este conceito envolve duas interpretações, por um lado, a ideia de que



a trajectória corresponde à “carreira organizacional”, pelo que as recompensas que uma carreira atribui são retribuições monetárias, prestígio, poder e maior liberdade e autoridade na profissão. Por outro lado, consideram-se as mudanças de emprego no mercado de trabalho. Neste caso, apesar de existir uma limitação ao mundo profissional, é a ideia geral da “melhoria” que leva ao abandono de um emprego e à integração num outro. Podemos assim concluir que está implícito, em ambos os sentidos, um cruzamento entre lógicas e estratégias individuais com mecanismos “macro” da vida social.

## **2.2. TEORIAS MACRO-SOCIOLÓGICAS (HISTÓRICO-ESTRUTURALISTAS)**

As teorias das migrações, inseridas numa perspectiva macro-sociológica, têm fortes influências marxistas, sendo também designadas por *histórico-estruturalistas*. Estas teorias têm a sua tónica no “privilegiar a acção de factores de tipo colectivo ou estruturante, que condicionam sob diversas formas, as decisões migratórias dos agentes sociais” (Peixoto, 2004a, p.22). A migração resultaria de uma desigualdade entre regiões, pelo que países mais desenvolvidos tenderiam a atrair imigrantes provenientes de países em recessão económica.

Neste contexto as diversas teorias, que fazem um corte com as teorias clássicas, desenvolvem-se em torno de disciplinas como a sociologia económica. Quer isto dizer, que consideram as restrições individuais, em termos da racionalidade dos indivíduos nas tomadas de decisões (como era defendido nas teorias micro) mas também, os constrangimentos gerados pelo ambiente social, ao qual os indivíduos pertencem, uma vez que “modifica o comportamento de maximização dos indivíduos, levando a previsões diferentes dos modelos económicos convencionais” (Portes, 1995, p.3).

É ainda de referir que do mesmo modo que o contexto social exerce influência no indivíduo, também este interage (ou procura interagir) com o ambiente que o rodeia, “gerando-se assim, uma interacção entre os indivíduos que não são mais agentes económicos isolados no seu comportamento, atitudes e decisões, como era considerado segundo o pensamento neoclássico” (Figueiredo, 2005, p.32).

Com base nestas dinâmicas entre o indivíduo, o contexto e os relacionamentos entre os vários actores sociais surgem teorias, seguidamente apresentadas, nas quais enquadram as Teorias do Mercado do Trabalho Dual ou Mercado do Trabalho Segmentado, a Economia Informal e Enclaves Étnicos, as Teorias Estruturais de

Capitalismo e Sistemas Mundo, Teorias das Instituições, Redes Migratórias, Laços Étnicos e Sociais.

### **2.2.1. TEORIA DO MERCADO DE TRABALHO SEGMENTADO, A ECONOMIA INFORMAL E ENCLAVES ÉTNICOS**

As Teorias do Mercado de Trabalho (Harris & Todaro, 1970; Todaro 1976; Borjas 1989, 1990) são originárias do modelo atracção-repulsão, pois centram as suas análises nesta variável, visto defenderem que as migrações internacionais se devem a condições de trabalho mundial (Blanco 2000, cit. por Góis, 2006).

Para diversos autores (Massey *et al.*, 1993; Piore, 1979) na génese das migrações estava o factor trabalho. É aqui, que está igualmente a origem da dualização do mercado de trabalho em diversas economias. Piore (1979) aponta três respostas possíveis para a questão da génese da migração.

A primeira é mais optimista, na qual a existência de fluxos migratórios se deve à escassez do factor trabalho no país de destino. Estas situações verificar-se-iam, sobretudo, em períodos de grande expansão económica, nos quais seria necessário uma maior quantidade de factor trabalho, pelo facto do mercado interno não conseguir responder. Nos casos em que ele diminuía, as empresas teriam muitas vezes que adoptar estratégias de atracção, como seja, melhorar as condições de trabalho e/ou aumentar os salários, ou então substituir os factores reprodutivos entre si (menor quantidade de capital e maior trabalho).

Uma resposta mais pessimista prende-se com a necessidade de ocupar a base da pirâmide da hierarquia social, representando postos de trabalho com menor estatuto social, que na sua grande maioria são recusados pelos trabalhadores locais. Neste sentido, estes lugares acabam por ser ocupados pelos imigrantes, para os quais o prestígio social não é tão marcadamente importante como para os autóctones, pelo facto de num primeiro momento se situarem no exterior ou limite externo da estrutura social sujeitando-se assim, a salários menores.

Como terceira resposta surge aquela com um perfil intermédio, a qual se denominou de Teoria do Mercado do Trabalho Dual, surgindo contra as abordagens neoclássicas. De um modo geral, esta teoria do mercado segmentado defende que os imigrantes, minorias étnicas e as mulheres têm uma maior tendência a permanecer em indústrias marginais ou num mercado secundário sem qualificações (Góis, 2006).

A Teoria do Trabalho Segmentado ou Trabalho Dual teve a sua origem em teóricos oriundos da economia, dos quais se destaca o estudo levado a cabo por Piore (1979), que concilia a multiplicidade de situações em que os indivíduos acedem ao mercado de trabalho (qualificações, profissão, sexo, etnia, idade, entre outros) e as possibilidades que daí advêm para se inserir noutra segmento (Piore, 1979 cit. por Góis, 2006).

Nos anos 60 foram distinguidos diferentes sectores no mercado de trabalho, o que veio contradizer a ideia dos neoclássicos, da existência de um mercado equilibrado. A partir dos anos 70, com as mudanças estruturais das economias *fordistas*, assim como, pelo desenvolvimento de novas formas de regulação, surgem sectores precários e a necessidade de uma mão-de-obra flexível.

Não sendo o mercado de trabalho uniforme e equilibrado, Piore (1979) identifica dois segmentos (primário e secundário), que como afirma Heisler (2000) para além de estarem separados, são distintos entre si. Entre estes dois segmentos não só os canais de comunicação formais e/ou informais são quase inexistente, como também, é diminuta a mobilidade social e profissional. Esta teoria considera que quando parte da migração internacional é dirigida de países menos desenvolvidos para países mais desenvolvidos, se deve ao facto de existirem mercados secundários que adoptam as zonas de economia informal. Podemos quase afirmar que a migração tem quase sempre uma “procura” económica específica. Como afirma Soares (2002) estão mais presentes os factores económicos que solicitam a imigração, do que aqueles que empurram os indivíduos a sair do seu país.

No segmento secundário inscrevem-se as actividades que os trabalhadores locais recusam e que atrai os imigrantes, que “mesmo em condições económicas deficientes, poderão aumentar o seu padrão anterior de vida, ou pelo menos, criar expectativas de mobilidade futura” (Peixoto, 2004b, p.23), enquanto empregos inseridos no sector primário são maioritariamente ocupados pela população da sociedade de acolhimento.

Como refere Heisler (2000) os imigrantes são explorados em termos de mão-de-obra barata, têm menor segurança no trabalho, insegurança contratual, menor estatuto, ausência protecção social e das qualificações exigidas pelo país de acolhimento, ao mesmo tempo que as possibilidades de passar para o mercado primário são (quase) inexistentes. Para os imigrantes, que vêm na possibilidade de se inserirem em postos de trabalho de segmentação secundário, uma possibilidade de se inserirem no país de acolhimento, o fosso entre o mercado de trabalho primário e secundário, torna-se ainda maior. Piore (1979) identifica aspectos inerentes a esta dualidade de sectores, como a

segurança dos empregos, o estatuto social associado, as condições de trabalho, as qualificações exigidas, grau e flexibilidade de emprego e mobilidade social ascendente.

Aqui reside a explicação para as atracções específicas da migração internacional (sobretudo para os países desenvolvidos), ou seja, para os mercados secundários (e na actualidade com as zonas de economia informal). As principais ideias desta teoria baseiam-se no facto dos fluxos migratórios responderem inicialmente a processos de atracção por parte dos países industrializados, pelo que quando um canal migratório desaparece, facilmente é substituído por outro (Portes & Böröcz, 1989), salientando um carácter, aparentemente, infinito de oferta de trabalho por parte dos imigrantes. Por isso, muitos não voltam ao país de origem, ou se o fazem voltam repetidamente ao país de acolhimento (imigração circular) e, finalmente, pelo facto de muitas vezes serem pouco qualificados (ou não) e de tenderem a ocupar empregos no segmento secundário que a população local não aceita.

É neste ponto que se faz, segundo Keely, a passagem da unidade individual ou agregado familiar, para o “contexto institucional da estrutura económica e das suas necessidades” (Keely, 2000, p.52).

No entanto, nem sempre a atracção dos migrantes está voltada para o mercado secundário. Segundo Portes (1981, cit. por Peixoto, 2004a) há também migrantes atraídos pelo mercado primário, cujas principais características são o acesso por via legal ao país de acolhimento, o acesso a empregos de acordo com as suas qualidades individuais e não por origens étnicas, e salários altos. As condições de mobilidade são semelhantes às dos autóctones e são vistos como uma mais-valia, ou “reforço” da força de trabalho nacional<sup>4</sup>. Pelo contrário, aqueles que emigram procurando o sector secundário, apresentam um estatuto jurídico precário (geralmente temporário ou ilegal), as posições que ocupam estão em consonância com as suas origens étnicas e não com as suas qualificações, ocupam-se de tarefas pontuais e não têm perspectivas de mobilidade, sendo uma função disciplinadora da força do trabalho local (forçando à redução dos salários gerais). Como refere Matos (1993, p.11) “o imigrante é, em muitos aspectos, o trabalhador ideal”, pois este aceita trabalhos que os nacionais não desejam, pelo facto de não ter perspectivas de uma carreira profissional, vendo o trabalho como temporário como, por sua vez, a inferioridade do trabalho aceite não

---

<sup>4</sup> Neste estudo não iremos abordar este tipo de imigração.

implica alteração de *status*, dado que este deriva do país de origem e do estatuto obtido ser superior ao do seu país de origem (*idem*).

Desta teoria depreende-se que os imigrantes não concorrem com os trabalhadores locais, uma vez que ocupam empregos que se situam em segmentos de mercado distintos. Porém, este não é um ponto de vista consensual e Piore (1979) refere que se, por um lado, consideram o trabalho exercido pelos imigrantes como complementar ao dos autóctones, outros chamam à atenção que se os imigrantes não ocupassem esses lugares, o desemprego no país de acolhimento diminuiria.

Borjas (2000, cit. por Figueiredo, 2005) aborda a questão do equilíbrio salarial que a imigração traria para o país de acolhimento. Verifica-se então, que num trabalho dual não se espera um equilíbrio salarial, mas um equilíbrio em cada segmento, pois estes são independentes, dado que no mercado primário podem não ocorrer quaisquer mudanças salariais, que se devam directamente ao mercado secundário.

Com referência à Teoria do Mercado de Trabalho Dual (Portes, 1995; Heiler, 2000 cit. por Figueiredo, 2005) estudam o modelo económico dos Enclaves Étnicos. Os enclaves étnicos podem ser uma alternativa à integração no mercado de trabalho secundário, por parte dos imigrantes. Estes trazem algumas vantagens como a sua protecção face à precariedade do mercado secundário, vantagens na língua e constituição de redes sociais dentro do mesmo grupo. Tudo isto está relacionado com as políticas públicas existentes, pela atitude de recepção, pelas próprias características da comunidade e pela qualificação do migrante. Heisler (2000) considera ainda existir uma forte concentração espacial e sectorial desses enclaves.

Os Enclaves de Imigrantes ou Étnicos são uma outra forma de incorporação/integração que se baseia na criação de ligações entre os migrantes e as zonas de homogeneidade étnica de economia. Neste âmbito tem vindo a surgir uma extensa bibliografia acerca dos “enclaves de imigrantes”, “negócios étnicos” ou “nichos de imigrantes” que destacam os laços de natureza social e étnica que unem algumas actividades no país de destino. Como refere Portes (1994, cit. por Carvalho, 2007) a base destes grupos pode ser mais territorial ou ocupacional. Verifica-se assim, que através do recurso intensivo a formas de “capital social”, o qual está associado a recursos económicos, são criadas e desenvolvidas actividades, assim como, é feito o recrutamento para actividades de trabalho, as quais incluem imigrantes recém-chegados. É importante aqui destacar que a nível sociológico, a acção social descrita, conjuga atitudes

instrumentais (sucesso nos negócios ou integração no mercado de trabalho) com comportamentos de “comunitário”, que se ligam a outra ordem de relações sociais.

O facto dos imigrantes se inserirem, sobretudo, no mercado secundário relaciona-se com a sua representação no empreendedorismo de pequenos negócios que conciliam as necessidades materiais com as necessidades de cariz familiar e cultural (Portes, 1994, cit. por Carvalho, 2007). O aparecimento dos enclaves étnicos pode ser visto como uma alternativa ao mercado de trabalho secundário, sendo este formado por vários grupos de imigrantes (Heisler, 2000). Este modelo refere que as políticas existentes, as qualificações do imigrante e as características da comunidade étnica condicionam o modo de recepção destes trabalhadores na sociedade de acolhimento. Os enclaves fornecem, deste modo, protecção ao imigrante, facilidades de comunicação favorecidas pela língua comum e redes sócias de grupo (Figueiredo, 2005, p.38).

### **2.2.2. TEORIAS ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO, TEORIAS DOS SISTEMAS-MUNDO**

Outras teorias que se podem enquadrar na perspectiva “macro” são, segundo Peixoto (2004a), aquelas que provêm da economia e da geografia. Estas resultam de estudos que abordam a variável espaço procurando identificar quais os aspectos que promovem o desenvolvimento de determinado território. A ideia central está no facto de existirem mecanismos que incentivam a fixação humana, urbana ou regional, central ou periférica, quer a nível nacional quer a nível internacional. Os movimentos populacionais resultariam assim, desta distribuição territorial.

As Teorias Estruturais do Capitalismo surgem nos anos 70, baseadas na economia política marxista e não numa visão individualista. Estudam as transformações, numa dimensão macro, que sustentam os movimentos populacionais, que como refere Figueiredo (2005, p.39) apontam “para as graves desigualdades na distribuição do rendimento e as fortes disparidades na regulação dos poderes político e económico a nível mundial”. Estas propõem a divisão entre as economias capitalistas (dos países desenvolvidos) e os países mais pobres ou subdesenvolvidos, estabelecendo um realce de dependências económicas e ideológicas face aos primeiros (Keely, 2000 cit. por Figueiredo, 2005).

As migrações são consideradas parte de um “processo de transformação estrutural e de desenvolvimento da sociedade, incluindo as relações sociais de produção, todas elas reguladas por várias políticas institucionais” (Shresthov, 1987, cit. por Figueiredo, 2005, p.40).

É de contactos previamente estabelecidos entre os países de envio e de acolhimento que resultam as migrações, isto é, entre as metrópoles e antigas colónias, como defende Portes & Böröcz (1989). Por sua vez, o recrutamento de imigrantes para os países mais desenvolvidos deve-se às tentativas de determinados países utilizarem estratégias de atracção face a países vizinhos e com determinadas afinidades sociais e culturais. Como terceiro argumento, os autores acima referenciados, apontam para o fomento de mistura de grupos étnicos e raciais distintos.

Ainda no que se refere às Teorias Estruturais do Capitalismo, Nikolinakos (1975) analisa o mercado de trabalho sob o ponto de vista da oferta, e não só da procura, com vista a atingir o equilíbrio nomeado. Este equilíbrio dever-se-ia a um controlo do crescimento demográfico e do desenvolvimento harmonioso do capitalismo (Figueiredo, 2005). Assim, a regulação dos fluxos migratórios estava associado ao desenvolvimento do capitalismo tendo como pressupostos, contactos anteriores entre os dois países e não tanto em relação à oferta e à procura.

No que se refere à Teoria dos Sistemas-Mundo, Brettel e Hollifield (2000) abordaram-na com uma forte conotação estrutural e sociológica. Estes olham a migração internacional mais recente, como parte de um sistema mais amplo que articula os países de origem e destino dos fluxos. A explicação da origem da migração passa por compreender as diferentes formas de incorporação dos países no sistema global (Portes, 1985 cit. por Soares, 2002). Portes considera ainda que estes movimentos populacionais recentes se apoiam na difusão cultural dos países de destino sobre os de origem e na ampliação das expectativas de consumo até às áreas mais remotas do planeta. Neste sentido, a migração resultaria de problemas internos que foram induzidos pela expansão do sistema económico global (idem).

Sassen (1988 cit. por Soares, 2002) afirma ainda que a reorganização de economia mundial, ao longo dos anos 70 e 80, contribuiu para a criação de um espaço transnacional, onde circulam trabalhadores mas também, capital, mercadorias, serviços e informações. A imigração internacional pode estar na origem de um conjunto de alterações/rupturas como a quebra das estruturas de trabalho; como a preferência pela força do trabalho feminino na indústria e como a queda das novas oportunidades de trabalho masculino.

Mais uma vez, é aqui realçada a importância da história comum dos dois países ao nível político, colonial e militar, quando se trata de economias capitalistas desenvolvidas nos países em desenvolvimento.

Várias críticas são apontadas a estas duas teorias pois não conseguem explicar a manutenção de fluxos migratórios para países específicos, quando não planeados. As Teorias Estruturais do Capitalismo são abordagens desequilibradas, situando-se no extremo oposto às neoclássicas, uma vez que menosprezam o aspecto individual das migrações e, por sua vez, consideram o cidadão migrante como um agente passivo que satisfaz os requisitos do capitalismo, transformando-os em abordagens generalistas e vagas (Figueiredo, 2005).

### **2.3. OUTROS CONTRIBUTOS**

Com o intuito de dar respostas a críticas apresentadas às teorias anteriores surgiram alguns contributos teóricos, que iremos abordar seguidamente.

#### **2.3.1. NOVA ECONOMIA DAS MIGRAÇÕES**

Massey e colaboradores (1993) referem o aparecimento nos anos 80 da Teoria Nova Economia das Migrações. Embora de carácter micro, esta teoria, nada tem a ver com as abordagens neoclássicas, pois defende que as decisões são tomadas pelos indivíduos, enquanto pertencentes a famílias ou domicílios, nos quais os indivíduos agem colectivamente, ou seja, esta não é feita isoladamente por cada indivíduo (Brettel & Holifield, 2000; Stork & Bloom, 1985 cit. por Góis, 2006).

Uma outra crítica apontada por esta teoria baseia-se no facto de o diferencial de rendimento não explicar por si só os movimentos migratórios, nem de os estancar aquando da eliminação de *gaps* salariais entre os países. Podem ser consideradas outras causas como, por exemplo, conseguir um emprego seguro, de investir em capital e a necessidade de controlar o risco a longo prazo (Castles & Miller, 2003).

Finalmente, é considerada uma terceira crítica, no que toca ao papel do Estado enquanto instituição de primazia no que se refere a políticas reguladoras de migração e consequente influência no mercado de trabalho e sociedade. A Nova Economia das Migrações defende a possibilidade da existência de falhas no mercado, nomeadamente, nos países em desenvolvimento, sobretudo, na gestão do risco de perdas de rendimento (Figueiredo, 2005).



### 2.3.2. TEORIA DOS SISTEMAS MIGRATÓRIOS, REDES MIGRATÓRIAS, LAÇOS ÉTNICOS E SOCIAIS

Castles e Miller (2003) apresentam uma outra abordagem teórica com um carácter interdisciplinar e mais inclusivo, pelo facto dos fluxos migratórios não poderem ser explicados apenas por um único factor, devendo ser tidos em conta todos os aspectos da migração. É neste contexto que surge a Teoria dos Sistemas Migratórios que tem em consideração a interacção entre factores *micro* (papel das redes sociais informais, informação, do capital cultural, das famílias e das comunidades), estruturas *macro* (economia política, relações internacionais, direito) e estruturas intermédias, ou *meso*, isto é, aquelas que são “intermediárias entre os migrantes e as instituições políticas ou económicas (Castles & Miller, 2003, p.28). Outra das premissas desta teoria é a de que existem sistemas migratórios (conjunto de dois ou mais países envolvidos entre si por migrações nos dois sentidos) que podem explicar a estabilidade dos fluxos migratórios entre os países, ao longo de determinado período e que tendem a crescer com o decorrer do tempo. Neste sentido é importante estruturarem-se os extremos dos fluxos, bem como os relacionamentos existentes entre eles (Massey *et al.*, 1993).

Estes movimentos podem estar relacionados com laços existentes entre os países de origem e de acolhimento, não só a nível de aproximação geográfica, mas também a nível colonial, político, militar, comercial, de investimento, cultural (Castles, 2000). Podem começar por um factor exógeno ou por movimentos pioneiros, os quais posteriormente se poderão repetir pelo facto de haver ajuda de quem já se encontra no país de destino (papel das redes sociais).

Alejandro Portes (1995) questiona a relevância da acção racional atribuída pelos autores neoclássicos, uma vez que não têm em conta que a acção económica fosse socialmente orientada. Quer isto dizer que os migrantes devem ser vistos, não apenas como indivíduos (agentes individuais) mas, como parte de estruturas sociais que exercem influenciam na sua tomada de decisão, defendendo assim a Teoria das Redes Sociais. Estas teorias salientam as diversas relações estabelecidas pelo migrante na sociedade de origem e na sociedade de acolhimento.

O migrante pertence a grupos étnicos ou de redes sociais, sendo que, como refere Portes (1999), é o capital social que permite aos indivíduos “mobilizar os seus recursos escassos em virtude da sua pertença a redes ou estruturas sociais mais amplas” (Góis, 2006, p.100).

Portes e Böröcz (1989) consideram que as migrações levam à criação de associações entre as pessoas, ao nível profissional, familiar, cultural e afectivo (Portes, 1995), incluindo ainda a comunidade de acolhimento.

Esta abordagem defende que os migrantes não actuam isoladamente, pois estão inseridos nestas redes. A migração torna-se assim um processo mais seguro, uma vez que o imigrante é apoiado através de informação essencial para a sua tomada de decisão, no apoio da deslocação e fixação definitiva, reduzindo ainda as dificuldades dos fluxos migratórios seguintes.

Entre as migrações internacionais e as redes sociais há uma forte interacção, pelo que Brettel e Hollifield (2000) referem que se, por um lado, a rede social constitui um conjunto de elementos de apoio ao migrante, por outro, este é, ao mesmo tempo, parte dessa rede, no que se refere às interacções que estabelece com os outros indivíduos e com potências migrantes futuros.

Na análise das redes sociais verificamos que estas podem variar no tamanho (número de indivíduos que pertencem à rede) e na sua dimensão (número de relacionamentos entre si). A existência destas redes são importantes nos fenómenos de migração pois permitem minimizar os custos e riscos a ele subjacentes. Por seu turno são importantes fontes de informação, imprescindíveis no que toca à tomada de decisão, tornando-o mais seguro, ajudando na sua auto-sustentação através de “lobbies de apoio aos fluxos migratórios” (Figueiredo, 2005, p.44).

Estas redes sociais permitem assim, criar laços de ligação entre os países de origem e os de destino (Massey *et al.*, 1993) sendo ainda de extrema importância nos relacionamentos familiares (Bach & Schraml, 1989), ou ainda no apoio à resolução de situações básicas essenciais à sua integração, como seja, a procura de alojamento, trabalho, resolução de toda a burocracia inerente e assuntos pessoais (Castles, 2000), e na ajuda de problemas inerentes ao desconhecimento da realidade do país de acolhimento, o que minimiza problemas posteriores. Neste sentido, a noção de papel social (“estruturado em rede” isto é, “redes sociais”) ganha mais importância. São as redes sociais, enquanto microestruturas, que permitem, segundo Portes e Böröcz (1989), a manutenção das migrações e não como referem as Teorias do Sistema-Mundo, os *gaps* salariais ou as taxas de emprego. Para Bourdieu o capital social pode ser entendido como “a totalidade de recursos actuais e potenciais associados como a

posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1977, cit. por Góis, 2006, p.137).

Citando Portes e Böröcz (1989, p.612) “mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nessas redes sociais que ajuda a explicar diferentes propensões a migrar e o carácter duradouro dos fluxos migratórios”, ou seja, explica porque pessoas como o capital económico e cultural semelhante, não têm a mesma propiciação para migrar (Bourdieu 1977, cit. por Góis, 2006). Os primeiros imigrantes depois de obterem informação acerca de uma realidade que era desconhecida - o país de acolhimento - vão minimizar as dificuldades a ele inerentes, nas vagas migratórias posteriores (Lee, 1966).

À medida que o indivíduo (potencial) migrante adquire capital social, vai ganhando poder (*empowerment*) e “até de mudança na correlação de forças no plano local”, o que deste modo permite destacar aqueles que pertencem a uma rede migratória (ou seja, têm potencial migratório) dos que não têm e se vêem impedidos de emigrar por não terem esse capital social (Góis, 2006, p.138). Brettel e Hollifield (2000) encaram nestas teorias a possibilidade, de através da dinâmica do agregado familiar, combinarem as perspectivas micro e macro das migrações, na qual estão inerentes a tomada de decisão por parte do indivíduo (micro) e todas as variáveis com as quais ele interage (macro).

### 2.3.3. TEORIAS INSTITUCIONAIS

Ainda neste âmbito, surgem as teorias que evidenciam o papel das instituições no despoletar e no acompanhamento dos fluxos migratórios: as Teorias Institucionais (Peixoto, 2004a). O Estado tem um papel mais ou menos activo, na fase inicial dos fluxos migratórios (tipo de políticas migratórias), na sua regulação (controlo das entradas, permanência e concessão de vistos, combate à imigração ilegal), através da articulação de diversas políticas de saúde, de educação, de segurança social e de trabalho, que pretendem integrar o imigrante na sociedade de acolhimento. O tipo de instituição é variável, podendo ser também instituições privadas, podendo ir desde organizações empregadoras, agências de emprego, associações de apoio a migrantes, até às entidades financiadoras (Figueiredo, 2005).

Como refere Peixoto (2004a) as teorias neste âmbito não são uniformes, pois tanto se podem considerar as que desencadeiam os fluxos migratórios (Mckay & Whitelaw, 1977; Salt, 1987 cit. por Peixoto, 2004a) como aquelas que servem de suporte ao

percurso desencadeado pelos indivíduos (Massey *et al.*, 1993). Embora a decisão de migrar possa ser uma decisão individual, há todo um conjunto de políticas estatais, que tanto podem limitar como incentivar a emigração.

Várias críticas foram apontadas às teorias neoclássicas, pelo que neste contexto Glover e colaboradores (2001, cit. por Figueiredo, 2005) para a explicação de possíveis falhas no mercado, apontam o papel regulador do Estado, que poderá actuar através de políticas legislativas, que promovam ou impeçam a migração. Assim, começam a surgir teorias de índole mais política e económica. Por tudo isto, quer as instituições, na gestão das migrações, quer o Estado, enquanto agente principal, têm um papel fundamental nas políticas migratórias que pretendem implementar.



## CAPÍTULO 2

### Imigração: Da dimensão pessoal à dimensão social

---

#### 1. INTRODUÇÃO

Como verificámos no capítulo anterior os fenómenos migratórios resultam da conciliação de factores de dimensão individual, avaliação das circunstâncias pessoais e de factores sociais, como seja, as políticas promotoras ou inibidoras da migração. Embora a decisão de migrar tenha exigido uma avaliação inicial em termos de ganhos e perdas, oportunidades e desafios, este projecto migratório é bastante dinâmico e complexo, pelo que não termina com o momento em que o indivíduo muda de país de residência (Rosa, 2005).

Neste capítulo iremos procurar demonstrar como a imigração decorre em termos individuais. Sendo a imigração de Leste bastante recente, as primeiras vagas de imigrantes eram constituídas, sobretudo, por jovens adultos e adultos. Neste sentido, iremos centrar no período desenvolvimental correspondente à idade adulta. Neste capítulo abordaremos algumas das teorias de desenvolvimento a fim de compreendermos as mudanças, as tarefas desenvolvimentais, as necessidades e desafios desta etapa desenvolvimental. O recurso a estas teorias pretende apresentar, de um modo coerente, conceitos logicamente relacionados entre si, que procuram explicar e prever as mudanças que ocorrem no Homem. Como refere Papalia “o campo do desenvolvimento humano constitui-se do estudo científico de como as pessoas mudam, bem como das características que permanecem razoavelmente estáveis durante toda a vida” (Papalia *et al.*, 2006, p.47).

Por sua vez, cada vivência individual é inserida numa dimensão mais social. Assim, num segundo momento iremos descrever como este percurso/processo migratório decorre em termos sociais, aquando da chegada ao país de acolhimento, com o choque cultural sentido inicialmente, assim como, as estratégias adoptadas para minimizar o

desfasamento entre as culturas, a permanência da sua estadia no país de destino e a decisão de se estabelecer no novo país ou regressar ao país de origem.

## 2. A DIMENSÃO PESSOAL

A procura da compreensão do desenvolvimento humano iniciou-se no século XIX<sup>5</sup>. Estes estudos centrados na infância, ainda não reconheciam a adolescência como um período de desenvolvimento separado. Porém, só no início do século XX, com a publicação do primeiro estudo sobre a adolescência “Adolescence” de G. Stanley Hall (1904-1916 cit. por Papalia *et al.*, 2006), é que este período passou a ser observado como tendo características próprias e diferenciadas da infância. A partir dos anos 30, começam a surgir diversos estudos, facultando informações relativas ao desenvolvimento a longo prazo, mais concretamente à idade adulta. Na realidade, o reconhecimento de que o desenvolvimento se estende ao longo de toda a vida é bastante recente (*idem*).

Assumindo-se esta visão, começa a ganhar relevância a psicologia do desenvolvimento do ciclo vital (*life-span*), pondo termo à ideia, da “infância e a adolescência como uma idade de subida, a idade adulta como um platô e a velhice como uma descida (evolução-estabilidade-declineo)” Palácios (2004a, p.371). Como refere Palácios (2004a) a psicologia evolutiva é a disciplina que se ocupa do estudo das mudanças psicológicas que ocorrem em relação à idade, nas pessoas ao longo do seu desenvolvimento, ou seja, desde a sua concepção até à morte.

É a partir da década de 1970, que através da psicologia evolutiva é reconhecida a necessidade de se estudar todo o ciclo vital, nomeadamente, a idade adulta. Mais recentemente diversos investigadores têm vindo a interessar-se por esta fase - a idade adulta - “que melhor mantém segredos na nossa sociedade” (Levinson *et al.*, 1978, p.IX), e que durante anos foi ignorada (Kirasic, 2003). Embora, como refere Rayner (1971, cit. por Papalia *et al.*, 2006), nas crianças seja, praticamente, possível verificar um processo de desenvolvimento mais ou menos comum a todas, no adulto este processo já não é tão visível, uma vez que cada pessoa desenvolve as suas próprias capacidades e idiossincrasias, de acordo com o seu trabalho e situação de vida.

---

<sup>5</sup> A preocupação com o estudo do desenvolvimento humano teve início no século XIX, quando Itard estudou Vitor, o menino selvagem de Aveyron (Papalia *et al.*, 2006).

Paul Baltes e colaboradores (Baltes, Lindenberger, & Staudinger, 1998, cit. por Dacey, 2002; Papalia *et al.*, 2006) identificaram os princípios pelos quais se rege a psicologia do ciclo vital, nomeadamente:

- 1) *o desenvolvimento é vitalício*, ou seja, em cada período de vida há *ganhos e perdas*, pelo que o que aconteceu em determinado período da vida sofreu influências do que o antecedeu e irá ter repercussões no período seguinte. Logo todos os períodos de desenvolvimento têm a mesma importância. Quer isto dizer que a evolução nem sempre significa ganhos, nem a velhice está associada a perdas;
- 2) a *multidireccionalidade e multidimensionalidade*: o desenvolvimento é resultado de um equilíbrio entre crescimento e declínio, nas múltiplas dimensões, como seja, a dimensão física, intelectual e social (Papalia *et al.*, 2006). Assim, quando se ganha em determinada dimensão pode estar-se a perder noutra. “Nem todos os conteúdos psicológicos evoluem na mesma direcção, mas alguns se deterioram, uns progridem rapidamente no começo e lentamente no final, enquanto com outros acontece exactamente o contrário” (Palácios, 2004b, p.384);
- 3) a *plasticidade*, que significa “capacidade de modificação do desempenho” (Papalia *et al.*, 2006, p.50). Muitas capacidades podem ser aperfeiçoadas com treino e prática, como é o caso da memória;
- 4) a *contextualidade*, as diversas circunstâncias, tempo e lugar, têm implicações directas no seu desenvolvimento.

Como salienta Cross, os estudos baseados no estudo do ciclo de vida estão, sobretudo, interessados “nas respostas que as pessoas criam em relação à idade e às mudanças das expectativas sociais à medida que avançam através da idade adulta” (Cross, 1984, p.168).

De acordo com Papalia e colaboradores (2006), o desenvolvimento ocorre sob a influência de diferentes factores, biológicos, psicológicos e sociais, pelo que, muitas teorias pretendem demonstrar a interacção existente entre eles. Deste modo, o desenvolvimento humano ocorre, em três áreas, a nível físico (refere-se, por exemplo, às características físicas como a altura e largura, mudança na estrutura cerebral), cognitivo (envolve as capacidades e as actividades mentais e a organização do pensamento) e a nível psicossocial (engloba as características da personalidade e aos comportamentos sociais). Em todos os indivíduos, estas três áreas de desenvolvimento



ocorrem em simultâneo, em interacção umas com as outras e sob diversas maneiras (Craig, 1996). Cada sistema evidencia a capacidade adaptativa de cada um, através da qual responde às exigências do contexto (Newman & Newman, 2003), incluindo um estilo de comportamento e de reacção individual único, ou seja, o modo como o indivíduo se sente e reage às circunstâncias sociais (Craig, 1996).

Sendo nossa intenção compreender o percurso/processo migratório é imprescindível ter presente os processos inerentes ao sistema societal, enquanto integradores do indivíduo na sociedade.

Como referem Newman e Newman (2003, p.7) as influências sociais dizem respeito aos papéis sociais, ao suporte social, à cultura (incluindo rituais, mitos e expectativas sociais, estilos de liderança), aos padrões de comunicação, à organização familiar, às influências étnicas e subculturais (...), à exposição ao racismo, sexismo e outras formas de discriminação, à intolerância ou hostilidade intergrupos". O impacto do sistema societal no desenvolvimento psicossocial reflectir-se-á, deste modo, ao nível das relações interpessoais, neste caso concreto, ao nível das relações do imigrante com autóctones ou com outros imigrantes.

Embora, reconheçamos outras áreas de desenvolvimento humano, ir-nos-emos centrar no desenvolvimento psicossocial. Quer isto dizer que procuraremos perceber as experiências internas vivenciadas pelo indivíduo, que resultam das interacções entre os processos biológicos, psicológicos e sociais (Newman & Newman, 2003), mais concretamente, no que se refere à imigração.

Relativamente as teorias que pretendem compreender o desenvolvimento psicossocial, Newman e Newman (2003) identificam três aspectos que as caracterizam: (1) estas abordam o crescimento ao longo da vida, identificando e diferenciando as questões centrais da infância até à velhice, assim como, sugerem que as experiências dos adolescentes e adultos podem ser levadas a uma revisão e reinterpretação de períodos anteriores; (2) pressupõem que os indivíduos têm a capacidade de contribuir para o seu desenvolvimento psicológico em cada etapa da vida, que têm a capacidade para integrar, organizar e conceptualizar as suas experiências a fim de se protegerem, de fazerem face a desafios e de direccionarem os cursos das suas vidas. Daí o desenvolvimento poder ser moldado pela auto-regulamentação, bem como pela permanente interacção das influências biológicas e sociais e, por fim, (3) têm em consideração o contributo activo da cultura para o crescimento individual pois, em cada fase da vida cultural estão inerentes objectivos e aspirações, expectativas e exigências

sociais e oportunidades, que exigem a reacção do indivíduo. São então, estas reacções exigidas que permitem que o indivíduo desenvolva novas capacidades.

No cerne do desenvolvimento humano está a ligação do indivíduo e do mundo. Tendo em conta as teorias do desenvolvimento deparamo-nos com diferentes perspectivas, não respondendo, no entanto, nenhuma delas à totalidade das questões desenvolvimentais. Destacamos a perspectiva *psicanalista* que se centra nas emoções e pulsões inconscientes (Freud, 1961, Erikson, 1964); *da aprendizagem* que estuda o comportamento observável (Bandura, 1969; Seligman, 1972); *humanista* que coloca a tónica no controle dos indivíduos sobre o seu desenvolvimento (Maslow, 1970; Kohlberg, 1981; Jung, 1966); *cognitiva* que enfatiza os processos de pensamento (Piaget, 1929), *etológica* que se centra nas bases evolucionistas do comportamento (Bowlby, 1951) e *contextual* que dá relevância ao impacto do contexto histórico, social e cultural (Bronfenbrenner, 1979; Rogers, 1965).

O desenvolvimento humano é resultado de variados factores internos, para o qual contribui, igualmente o contexto, enquanto factor externo. Numa perspectiva mais dinâmica e abrangente, o ser humano é encarado como um sistema aberto, em que todos os aspectos interagem: o meio natural e a família, os amigos, o grupo de vizinhança, a escola, a comunidade (Papalia *et al.*, 2006).

No que se refere à influência do contexto em termos desenvolvimentais (perspectiva contextual), é fundamental destacarmos a teoria bioecológica de Urie Bronfenbrenner, psicólogo americano. Na sua obra de 1979, *The ecology of human development: experiments by nature and design* é apresentado o seu modelo ecológico (1979), no qual considera que o desenvolvimento humano resulta de processos cada vez mais complexos, sendo este um processo dinâmico (*dynamic*), bi-direccional (*two-directional*) e mutuamente recíproco (*mutually reciprocal process*), em múltiplos contextos (Craig, 1996), baseado em quatro níveis: pessoa, processo, contexto e tempo.

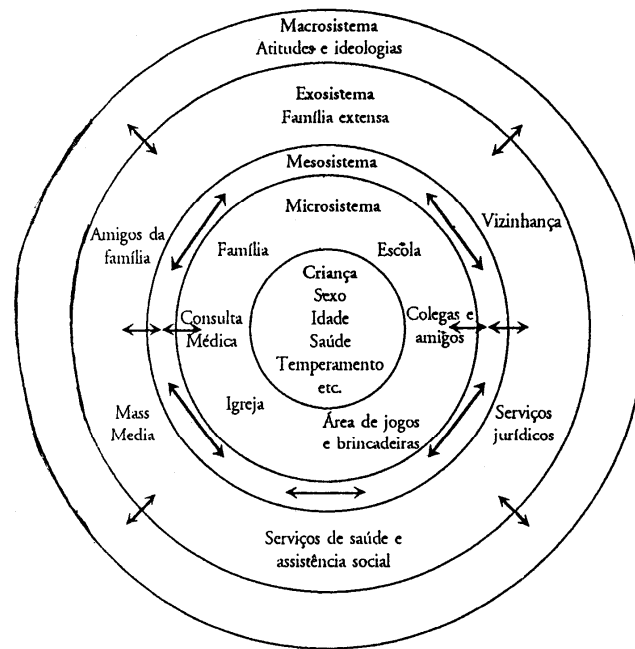
Esta teoria procura ir para lá das considerações ambientais abordadas pelas teorias anteriores. Visa demonstrar que o contexto diz respeito a um sucesso de "esferas interpenetradas de influência que exercem a sua acção combinada e conjunta sobre o desenvolvimento" (Palácios, 2004b, p.35). O crescimento do indivíduo reestrutura o ambiente no qual está envolvido, ao mesmo tempo que as suas relações interpessoais são influenciadas por esse ambiente. "Todo o organismo biológico desenvolve-se dentro do contexto dos sistemas ecológicos que favorecem ou prejudicam o seu

comportamento” (Papalia *et al.*, 2006, p.79). Estes vão desde o lar, a sala de aula escola, o local de trabalho, passando por instituições da sociedade até aos próprios padrões culturais e históricos (idem).

Por sua vez, uma mudança ecológica pode ser consequência (efeito) ou agente (causa) do desenvolvimento individual (Pinheiro, 2003), como é exemplo a migração.

Bronfenbrenner identificou cinco sistemas contextuais interligados (Figura 2-1), desde os mais íntimos até aos mais amplos. Não basta conhecer apenas o contexto onde o ser humano cresce e se desenvolve, é igualmente importante conhecer todo o meio envolvente. Assim, o *microsistema* é o primeiro nível, é o mais interno, o qual se refere a actividades, papéis e relacionamentos em contextos individuais, onde a pessoa está inserida e vive experiências significativas, em ambientes como a casa, a escola, o local de trabalho. O *mesossistema* é o segundo nível, o qual é formado por interrelações entre dois ou mais microsistemas, os quais não são independentes, como por exemplo, uma ligação entre a escola e a casa. O *exosistema* é o terceiro nível, referindo-se às configurações sociais, ou seja, é a ligação entre dois ou mais ambientes, em que num dos quais não tem a pessoa em desenvolvimento. Seguidamente, apresenta-se o *macrossistema* que diz respeito aos valores, leis, costumes típicos de uma cultura ou sociedade - padrões culturais. Mais recentemente nas últimas versões do seu modelo (Bronfenbrenner & Ceci, 1994 e Bronfenbrenner & Morris, 1998, cit. por Papalia *et al.*, 2006), para além destas instâncias, Bronfenbrenner acrescentou o *cronossistema* o qual abrange a dimensão tempo, que pode incluir mudanças na composição da família, local de residência ou emprego. Esta dimensão de tempo tem um valor igualmente importante ao do contexto, no que se refere à compreensão do desenvolvimento humano (Kaslow *et. al.*, 2002).

Figura 2-1. Modelo Ecológico de desenvolvimento de Bronfenbrenner (retirado de Portugal, 1992, p.23).



Para Bronfenbrenner (Papalia *et al.*, 2006) as pessoas só são apenas resultado do seu desenvolvimento, como são criadoras dele, através das suas características biológicas e psicológicas, talentos e habilidades, deficiências e temperamentos. Por tudo isto, embora Bronfenbrenner procurasse mostrar a ênfase do contexto, não alheou as características genóticas e fenotípicas da pessoa (Bronfenbrenner & Ceci, 1994 e Bronfenbrenner & Moris 1998 cit. por Palácios, 2004b).

Consideramos assim, que esta teoria poderá trazer contributos essenciais para perceber a relação existente entres os diversos segmentos culturais presentes numa mesma sociedade, por exemplo, numa sociedade de acolhimento, a fim de compreender o processo de desenvolvimento humano e a dimensão psicossocial de uma comunidade (Sarriera *et al.*, 2005b).

### 2.1. A VIDA ADULTA SOB A PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL

Embora reconhecendo a adultez como fase de desenvolvimento do ciclo vital, é cada vez mais difícil, devido às alterações sociais e económicas e, por conseguinte, dos papéis desempenhados pela pessoa no seu contexto social e profissional, definir a palavra “adulto”, mais concretamente de identificar, com clareza, quando uma criança/adolescente se torna adulto. Também o próprio conceito “adulto” tem vindo a sofrer alterações. Várias questões têm surgido na literatura: *é o acesso à vida*

*profissional? É o casamento? A responsabilização pela própria vida? Serão todas estas situações em simultâneo?*

Na realidade não existe uma resposta única para todas as pessoas. Podemos considerar que o período que compreende a vida adulta situa-se, geralmente, entre os 18/20 anos e os 70 anos (segundo a perspectiva de Levinson *et al.*, 1978; Levinson, 1990), o qual, por sua vez, pode ser dividido em fases, como a do *jovem adulto*, ou *idade adulta inicial*, dos 20/25 aos 40 anos; da *meia-idade*, dos 40 aos 60/65 anos; a *fase final da vida adulta*, compreendida dos 60/65 aos 70/75 anos; *idade a velhice tardia*, a partir dos 75 anos. No entanto, é de salientar que esta divisão é muito relativa, podendo aplicar-se outros tipos de fragmentações.

O critério da idade cronológica, a que mais vezes se recorre e que nos dá uma estimativa aproximada de quando determinado comportamento pode aparecer, nada nos diz acerca do motivo que causou o aparecimento de determinado comportamento num tempo específico (Doverton, 1998, cit. por Dacey, 2002), ou seja, dos mecanismos responsáveis pelo seu aparecimento. Neste sentido, a idade por si só, não é considerada o melhor critério para a análise do desenvolvimento. De acordo com Simões (1982, cit. por Caramujo, 2003, p.26) “a idade é uma variável vazia, na medida em que é apenas um índice da passagem do tempo”. Na realidade, esta apenas nos permite situar relativamente a outras fases de desenvolvimento, pelo que muitos autores preferem caracterizá-la a nível de tarefas de desenvolvimento.

Como refere Abarca (1985, cit. por Marchand, 2005, p.20) “será mais correcto encarar a vida adulta enquanto estatuto dentro do qual se alcança e evolui ao longo de uma série de anos muito variáveis segundo as culturas, os grupos sociais e as épocas históricas, que se caracteriza geralmente pela assunção de três grandes tipos de papéis (o de marido/esposa, o de pai/mãe e o de trabalhador/a) e um sem fim de papéis secundários menos sujeitos às normas e expectativas sociais do que estes três”. É por isso, preferível, muitas vezes, adoptar um critério mais de natureza psicológica, em termos de comportamentos ou condutas adoptadas pelos indivíduos (por exemplo, assumir responsabilidades, raciocinar, encarar e superar frustrações).

A transição para a idade adulta é marcada por uma série de acontecimentos e tarefas a nível familiar, escolar, profissional, social e político. Estas tarefas estão intimamente relacionadas com os papéis que possam vir a ser desempenhadas pelos adultos, em consonância com o próprio desenvolvimento do EU e a capacidade cognitiva dos indivíduos. Esta é a fase mais longa do desenvolvimento humano, pelo que as

transformações e particularidades que vão ocorrendo variam de acordo com o período em que os adultos se encontram dentro desta mesma fase (Marchand, 2005).

No estudo do adulto podem ser observadas diversas abordagens e perspectivas. Uma incidem nas estruturas e nos períodos de transição (Levinson, 1974), outros nas relações interpessoais que se vão estabelecendo ao longo da vida (nomeadamente relações familiares) (Duvall, 1962), outros estudam as tarefas desenvolvimentais próprias da vida adulta (Bee, 1987; Havighurst, 1953), outros analisam o desenvolvimento da identidade (Erikson, 1980), do Eu (Loevinger, 1982), do juízo moral (Kohlberg & Ryncarz, 1990), da cognição (Sternberg, 1990), da memória (Craik, 1999) e da sabedoria (Kramer, 1990; Sternberg, 1990).

Como referimos anteriormente, a literatura muito tem contribuído para a idade adulta seja encarada como um período de transição e de transformações, colmatando a ideia desta corresponder a uma fase de estabilidade e sem grandes mudanças.

Na realidade vários têm sido os contributos que demonstram que os adultos têm capacidades para “procriar, assumir responsabilidades em assuntos inerentes à sua vida social, económica e familiar e, ainda, serem capazes de tomar decisões em plena consciência e liberdade” (Costa, 2006, p.50). Malcolm Knowles autor da corrente humanista que a transpôs para a educação de adultos, considera que o estado adulto corresponde ao ponto em “que os indivíduos se percebem, se conhecem, ou seja, se auto-dirigem” (Knowles, cit. por Costa, 2006, p.50).

Segundo a perspectiva da corrente humanista, cada pessoa tem uma necessidade inata de auto-desenvolvimento, auto-direcção, de escolhas e auto-actualização (Maslow, 1970; Rogers, 1961 cit. por Caramujo, 2003), colocando de parte a ideia que cada indivíduo é resultado das suas “primeiras experiências inconscientes, de impulsos instituais ou de forças ambientais” (Papalia *et al.*, 2006, p.74). Os autores que aqui se inserem colocam a tónica, sobretudo, nos factores intrínsecos da personalidade, nos sentimentos, nos valores e esperanças de cada pessoa (Papalia *et al.*, 2006).

Abraham Maslow (1908-1970) considera na sua teoria da motivação (1954, Craig 1996), que cada pessoa tem uma necessidade inata para a auto-realização (pleno desenvolvimento das potencialidades). Essa necessidade de auto-realização apenas se irá manifestar quando as necessidades “menores” tiverem sido satisfeitas, ou seja, existe uma dinâmica crescente de satisfação das necessidades, desde as necessidades fisiológicas até às necessidades de auto-actualização. Há todo um eclodir, numa pessoa

saudável, que resulta de necessidades menos poderosas, mais prementes até à gratificação de necessidades mais poderosas, mais intelectualizadas.

Deste modo, Maslow organizou as necessidades humanas numa pirâmide, estabelecendo uma ordem hierárquica, em que na base estavam as necessidades fisiológicas mais básicas, seguidas das necessidades de segurança, necessidade de pertença e amor, necessidades de estima e necessidade de auto-actualização (Figura 2-2). No entanto, como salienta Maslow (1954) as necessidades fisiológicas não são menos importantes que as outras necessidades, pois é necessário que estas estejam substancialmente satisfeitas, para que o indivíduo vá atingindo um nível mais elevado na hierarquia (procure livremente o amor e aceitação, estima e realização até alcançar a auto-realização), que lhe possibilita organizar e dominar a sua personalidade, ou seja, há uma evolução rumo à maturidade. Por sua vez, chegando ao último patamar da hierarquia, todo este processo não termina, pois a auto-actualização tem subjacente, movimentos de crescimento e de dinamismo pessoal constantes (Costa, 2006). A motivação humana parece assim, estar intimamente relacionada com a necessidade de gratificações de necessidades.

**Figura 2-2. Hierarquia de necessidades de Maslow (retirado de Craig 1996, p.63).**



Tendo em conta a chegada a um novo país, muitas vezes desconhecido, o imigrante tem necessidade de satisfazer as suas necessidades mais instrumentais, como sejam as necessidades fisiológicas (ter uma comida, uma casa) de segurança (conseguir um emprego, sentir-se seguro a nível de perigo físico, estar legalizado, conhecer os seus direitos e deveres). Só mais tarde sentirá necessidade de afiliação e aceitação (sentir-se aceite, ter um grupo de amigos), necessidade de estima (ser estimado e respeitado) e num patamar último sentirá necessidade de auto-realização (concretizar os objectivos que o trouxe enquanto imigrante ou até mesmo ascender a nível profissional).

Ainda na corrente humanista, para Carl Rogers (1902-1987) a pessoa tem uma tendência natural para crescer e para se auto-actualizar (Rogers, 1965; Rogers, 1971 cit. por Costa, 2006). Para este autor, *o tornar-se pessoa* está orientado, positivamente, para a totalidade: integração, integridade e autonomia. É ainda de salientar, que no caminho para a autonomia está subjacente o conceito de liberdade, ou seja, para ser uma *pessoa totalmente funcionante* é necessário que haja liberdade de escolha. Ao contrário de Freud que defendia que a natureza humana era controlada por condutas internas, muitas das quais prejudiciais, Rogers (1965) considerou que o cerne da natureza humana se caracteriza por impulsos positivos, construtivos e saudáveis, que entram em acção logo a partir do nascimento. O indivíduo está em contacto com uma vasta gama de necessidades (ambientais, sociais, etc.), pelo que à medida que o ser humano se torna pessoa, mais sente necessidade de abertura aos outros” (Costa, 2006, p.53).

A Teoria de Campo de Kurt Lewin (1936) pode ser uma importante base para a compreensão de todas as vivências associadas ao processo migratório. Já em 1936 era expresso o grande papel da motivação para a compreensão do comportamento social do indivíduo. Nas diversas questões abordadas por Lewin (1936) a ênfase era sempre colocada nos factores psicológicos, mais do que nos simples factores ambientais ou na situação (campo). Da sua teoria faziam parte duas premissas, em que a primeira apontava para o facto de que o comportamento humano derivava da totalidade de factores coexistentes no ambiente (por exemplo, a família, o trabalho, a religião) e, a segunda, que esse conjunto de factores constituíam uma relação dinâmica e de interdependência, que designou de campo dinâmico [ $B=f(P \times E)$ ]. Havia assim, uma interacção e reciprocidade (f) entre o indivíduo (variáveis da personalidade=P) e o ambiente/meio envolvente (E), o qual definia o campo psicológico de cada indivíduo, que mais não é que o seu *espaço de vida* e a forma como percebe e define o meio externo e envolvente. Deste modo, o comportamento humano (B) não resultar apenas do passado, ou do futuro, mas do campo dinâmico actual e presente<sup>6</sup>. Neste sentido, está subjacente uma interpretação subjectiva que cada indivíduo faz acerca de objectos, pessoas ou situações que possam alcançar, num dado momento, aos quais lhes é atribuído um determinado valor. A percepção do indivíduo determinará assim, o modo

---

<sup>6</sup> O campo dinâmico é o espaço de vida que contém a pessoa e o seu ambiente psicológico (aquilo que é percebido e interpretado, e que está relacionado com as suas actuais necessidades) pela pessoa (Lewin, 1936).



como irá reagir (Marx & Hillix, 1995). Lewin contempla na sua teoria a noção de valência, inerente às opções que o indivíduo faz, sendo que objectos e circunstâncias que o atraem têm uma *valência positiva*, quando podem ou prometem satisfazer necessidades presentes do indivíduo, ou uma *valência negativa*, quando podem ou prometem gerar algum prejuízo, pelo que o podem afastar. No que se refere à migração, esta teoria poderá ajudar a explicar o facto de perante o mesmo contexto apenas alguns definirem como projecto de vida a emigração, enquanto outros decidirem permanecer nos seus países.

Em termos teóricos, no desenvolvimento psicossocial podem ser consideradas quatro abordagens: modelos de traços, modelos tipológicos, modelos de crises normativas e o modelo de momento de ocorrência de eventos.

Os *modelos de traços* e os *modelos tipológicos* defendem uma certa estabilidade da personalidade do adulto, pelo que as alterações que ocorrem são muito ténues. Enquanto os primeiros defendem estilos mais abrangentes da personalidade, focalizando-se mais nos traços ou atributos mentais, emocionais, temperamentais e comportamentais, os segundos *modelos* identificam tipos ou o modo como os traços de personalidade se organizam dentro de um indivíduo (Papalia *et al.*, 2006). Inserido nos designados modelos dos traços está o *modelo dos cinco factores* de Paul T. Costa e Robert R. McCrae (1980 cit. por, Papalia *et al.*, 2006). Segundo estes autores, cada domínio da personalidade, ou factor, representa um conjunto de traços ou facetas relacionadas: neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, escrupulosidade e nível de socialização<sup>7</sup>.

Pode considerar-se Block (Block & Hahn, 1971) como sendo um pioneiro na abordagem tipológica, pois reconhece amplos tipos de estilos de personalidade, uma vez que, a personalidade é vista como um todo que engloba atitudes, valores, comportamentos e interacções sociais. Esta abordagem pode ser considerada como um

---

<sup>7</sup> O *neuroticismo* engloba seis traços negativos (ansiedade, instabilidade, depressão, constrangimento, impulsividade e vulnerabilidade) que evidenciam instabilidade emocional. Por sua vez, a *extroversão* contempla cinco facetas (afectividade, espírito gregário, assertividade, actividade, busca de excitação e emoções positivas) caracterizando-se as pessoas com esta faceta por serem sociáveis, ocupadas, activas e em busca de excitação. As pessoas *abertas à experiência* estão receptivas a novas aprendizagens e aceitam novas ideias, apreciando a arte e questionando valores tradicionais, estão incluídas assim facetas como: fantasia, estética, sentimentos, acções, ideias e valores. A *escrupulosidade* caracteriza pessoas competentes, organizadas, obedientes, ponderadas e disciplinadas. As pessoas consideradas sociáveis revelam características como a confiança, o altruísmo, complacência, franqueza, modéstia e meiguice (Papalia *et al.*, 2006).

complemento ou expansão da teoria dos traços. De entre as diversas investigações realizadas emergiram três classificações, que se diferenciam de acordo com a resiliência do ego (adaptabilidade ao stress) e controlo do ego (autocontrolo), sendo elas: *ego-resiliente*, *supercontrolado* e *subcontrolado*<sup>8</sup>. Quanto ao Modelo das Crises Normativas e ao Modelo da Ocorrência de Eventos iremos de seguida, analisá-los mais detalhadamente.

### 2.1.1. MODELOS DAS CRISES NORMATIVAS E MODELO DA OCORRÊNCIA DE EVENTOS

Os Modelos das Crises Normativas e da Ocorrência de Eventos, ao contrário dos anteriores, têm em conta todo o ciclo de vida, evidenciando existirem mudanças consideráveis, nomeadamente ao nível da personalidade, para lá da adolescência. São estes modelos, enquadrados na perspectiva do ciclo de vida (*life-span*), que defendem a ocorrência do desenvolvimento ao longo de toda a vida, ou seja, desde o momento na concepção até à morte.

A perspectiva da psicologia do desenvolvimento do ciclo vital do ciclo de vida (*life-span*) veio demonstrar que durante a vida adulta há mudanças que podem ocorrer com a mesma importância e intensidade que nos outros períodos. É o caso dos *modelos de crises normativas*, que consideram existir, durante este período, uma sequência de desenvolvimento relacionada com a idade, prolongando-se ao longo de todo o ciclo de vida adulta, pelo que, todas as pessoas seguem uma mesma sequência de mudanças (sociais e emocionais) normativas de acordo com a idade. O *Modelo de Ocorrência de Eventos* defende, por sua vez, que a mudança se deve não só à idade, mas também, aos acontecimentos esperados ou inesperados e à ocorrência de momentos importantes na vida do indivíduo. Este modelo permite assim, realçar as diferenças individuais e contextuais.

Ambos os modelos, das crises normativas e da ocorrência de eventos, permitem identificar três tipos de mudanças no desenvolvimento: “mudanças relacionadas a necessidades ou a tarefas maturacionais que todos os seres humanos experimentam em determinadas épocas da vida; mudanças relacionadas a papéis culturalmente endossados ou com factos históricos que afectam uma determinada população;

---

<sup>8</sup> Deste modo as pessoas com um ego-resiliente têm uma facilidade na adaptação, pois são mais auto-confiantes, independentes, articuladas, atenciosas, prestativas, cooperativas e focalizadas na tarefa. Quanto às pessoas super controladas são “tímidas, quietas, ansiosas e confiáveis” (Papalia *et al.*, 2006, p.555) reservando os pensamentos para si. Pelo contrário, as pessoas subcontroladas são “activas, energéticas, impulsivas, teimosas e facilmente distraídas”.

mudanças relacionadas com experiências incomuns ou a um momento pouco comum para a ocorrência de eventos de vida” (Franz, 1997, cit. por Papaia, 2006, *et. al.*, p.627).

### 2.1.1.1. MODELOS DAS CRISES NORMATIVAS

Inserida nas abordagens das crises normativas está a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson. Este psicanalista alemão (1902-1994), que privou com Freud em Viena, baseado na sua experiência pessoal e profissional, procurou estender a teoria freudiana destacando o papel influente da sociedade no desenvolvimento humano, da qual resultou esta teoria. Erikson (1959, 1968) foi um dos pioneiros no estudo do desenvolvimento do indivíduo ao longo de toda a vida<sup>9</sup> (princípio epigenético), nomeadamente o da identidade.

A sua primeira obra *Childhood and Society* (1950) foi um marco na história no desenvolvimento humano. Para Erikson o desenvolvimento é resultado de uma interacção entre instintos inatos e exigências sociais. À medida que o indivíduo se desenvolve, a sociedade coloca-lhe novas tarefas cada vez mais complexas e mais exigentes, considerando sempre, que o homem é um ser social e como tal, vive em grupo sofrendo a pressão e influência deste (Rabello s/d). Segundo Erikson (1950) a vida humana, assim como, as experiências individuais são resultado da interacção e modificação de três grandes sistemas: sistema biológico (capacidades sensoriais, sistema endócrino, circulatório, respiratório), psicológico (processos mentais, emoção, memória, percepção, resolução de problemas, entre outros) e societal (integração na sociedade que inclui os papéis sociais, o suporte social e a cultura - rituais, expectativas sociais, estilos de liderança, organização familiar, racismo e outras formas de intolerância e hostilidade).

Deste modo o homem deixa-se afectar pelos acontecimentos ambientais e históricos mas também, e não menos importante, tem a capacidade para modelar o ambiente sociocultural e afectar o curso da história” (Pinheiro, 1994, p.32).

O conceito central da teoria de Erikson é a construção da *identidade*. Para que seja construída uma identidade íntegra, o indivíduo tem de percorrer, com sucesso, uma sequência de oito etapas ou estádios de desenvolvimento, que vão desde o nascimento

---

<sup>9</sup> Ao contrário de Freud que defendia que a personalidade se formava definitivamente na puberdade, Erikson postulou que o desenvolvimento desta era coincidente com a duração da vida.

à velhice (Quadro 2-1). Intrínseco a cada estágio está a maturação fisiológica, a formação de novas atitudes, aptidões, papéis, expectativas sociais, as quais se inter-relacionam com aspectos cognitivos, afectivos e comportamentais. Cada estágio é composto por duas orientações opostas, dois pólos do conflito normativo, que têm inerente um momento de “crise”, provocado por uma situação dilemática. “Each stage present a new challenge - we might say a new point of *turbulence* in the *stream of life* that must be negotiated successfully” (Erikson, 1980, p.13).

Cada um dos oito estádios do ciclo vital é marcado por uma questão mais particular e específica, de acordo com o cronograma de maturação. Porém, estas apenas surgem quando as anteriores estiverem resolvidas (Miller, 1989). Cada estágio representa uma estrutura dilemática entre duas tendências opostas (positivo e negativo), sendo nestes momentos críticos do desenvolvimento, que no desfecho poderá ocorrer a progressão ou a regressão. Assim, cada etapa é representada por duas qualidades opostas, ligadas pela palavra *versus*. Versus “is an interesting little word (...) Developmentally, it suggest a dialectic dynamics, in that the final strength postulated could not emerge without either of the contending qualities; yet, to assure growth, the syntonic, the one more intent on adaptation, must absorb the dystonic” (Erikson, 1976, cit por Kimmel, 1980, p.14).

**Quadro 2-1. Os estádios de desenvolvimento psicossocial de Erikson, 1959 (adaptado por Pinheiro, 2005b, p7).**

Pequena Infância 1A	Primeira infância 2-3A	Idade do jogo 4-5A	Idade escolar 6-11A	Adolescência 12-18A	Jovem-adulthood 18-35A	Idade adulta 35-65A	Velhice > 65 A
Confiança vs Desconfiança							
	Autonomia vs vergonha e dúvida						
		Iniciativa vs culpabilidade					
			Realização vs inferioridade				
				Identidade vs confusão de papéis			
					Intimidade vs Isolamento		
						Generatividade vs estagnação	
							Integridade dos valores vs angústia
I Esperança	II Vontade	III Determinação	IV Competência	V Fidelidade	VI Amor	VII Cuidar	VIII Sabedoria

Quer isto dizer, que estas crises psicossociais resultam da interacção entre a maturação biológica e psicológica com as exigências sociais. Inerentes às crises estão as *tarefas de*

*desenvolvimento*, que mais não são do que as realizações psicossociais que se impõem em cada etapa de desenvolvimento, com carácter urgente, sendo então resultado do crescimento fisiológico e psicológico com as exigências sociais (Erikson, 1972, White; 1986; Claes, 1985 cit. por Pinheiro, 2003). No momento de crise ocorre aquilo a que Erikson designa de *dissonância óptima ou desenvolvimental*, correspondendo ao período de desequilíbrio, que se acredita ter propriedades catalisadoras de desenvolvimento.

Erikson considera que cada estágio se relaciona “sistematicamente com todos os outros e que todos eles dependem do desenvolvimento adequado na sequência própria de cada item” (Erikson, 1976, p.93). Logo, caso a resolução da crise seja positiva, permite que se atinja o equilíbrio apropriado e se consiga um crescimento saudável rumo ao estágio seguinte (Pinheiro, 1994). Um desenvolvimento saudável do ego é possível, se todas estas crises forem resolvidas com sucesso.

Parar Erikson na sua obra *Adolescence et Crise*, a crise “est devenu aujourd’hui synonyme de tournant nécessaire, et moment crucial dans le développement lorsque celui-ci doit choisir entre dês voies parmi lesquelles se répartissent toutes les ressources de croissance, de rétablissement et de différenciation ultérieure” (Erikson, 1972, p.10).

Susan Krauss Whitbourne (1986, 1999) sob influência de Erikson (1969), de Piaget (1929) e de Marcia (1967), desenvolve um modelo teórico em que vê a identidade como resultado das interpretações e percepções (conscientes e inconscientes) que o indivíduo faz das suas experiências. Whitbourne no seu modelo cognitivo enfatiza diversas maneiras pelas quais os factores ambientais influenciam personalidade. O desenvolvimento da personalidade resultaria assim, dos efeitos socioculturais e históricos.

No esquema de identidade estão inerentes os traços de personalidade percebidos pelo indivíduo, as suas características físicas e capacidades cognitivas. Baseada em dois conceitos piagetianos, Whitbourne (1986, 1999) considera que as interpretações das interacções com o meio ambiente, realizadas pelos indivíduos, resultam da assimilação da identidade (enquadrar novas experiências num esquema prévio) e da acomodação de identidade (ajustamento do esquema para que se concilie com a nova experiência). Enquanto o primeiro processo pretende manter as características essenciais do *self*, o segundo permite que sejam realizadas mudanças necessárias. É neste equilíbrio que se consegue o *estilo de identidade*.

Enquanto nesta perspectiva os estádios de desenvolvimento se apresentam numa progressão de níveis numa linha vertical, em que cada estágio é melhor, a nível qualitativo, e superior, relativamente ao que lhe antecedeu, nas investigações baseadas nas fases do ciclo de vida é dada relevância a uma progressão de diferentes fases numa linha horizontal, sucedendo-se umas às outras, não sendo as últimas necessariamente melhores que as anteriores (Moura, 1999).

Neste sentido, igualmente influenciado por Erikson, Daniel Levinson psicólogo de Yale (1920 - 1994) desenvolveu uma das mais importantes teorias do desenvolvimento da psicologia do adulto. Com os seus colaboradores da Universidade de Yale (1978), realizou entrevistas aprofundadas, testes de personalidade a adultos e pesquisas biográficas criou uma teoria do desenvolvimento da personalidade na idade adulta.

Intrínseco à sua teoria do curso (*life-course*) e do ciclo de vida (*life-cycle*<sup>10</sup>) está o conceito central de *estrutura de vida* em desenvolvimento (*life-structure*) (Levinson, 1990), ou seja, “o padrão ou o projecto subjacente à vida de uma pessoa num determinado momento” (Levinson, 1986, cit. por Papalia *et al.*, 2006, p.557). Estas estruturas de vida são moldadas durante épocas de aproximadamente 20 a 25 anos. Cada época/era tem características biopsicossociais, sendo cada uma constituída por fases de ingresso e de culminação. É uma “estrutura de construção e de mudança” (Dacey, 2002 p.361). Em cada uma estão inerentes tarefas específicas, cuja resolução é fundamental para a preparação da estrutura de vida seguinte. Esta estrutura de vida é construída em torno daquilo que a pessoa considera como mais significativo sendo, geralmente, neste período, o trabalho e a família. Estas desenvolvem-se devido às constantes interações entre o *eu* e o *mundo externo* (entre o eu e os sujeitos, as instituições e os objectos), tendo por isso, diferentes manifestações de pessoa para pessoa.

O desenvolvimento da vida adulta caracteriza-se por uma alternância de fases estáveis (estruturas de vida) e de fases de transição, durante o qual a estrutura anterior é reexaminada e até mesmo modificada (Levinson, 1974; Levinson *et al.*, 1978). Quer isto dizer que a um processo de transição surge um de integração, o qual leva à

---

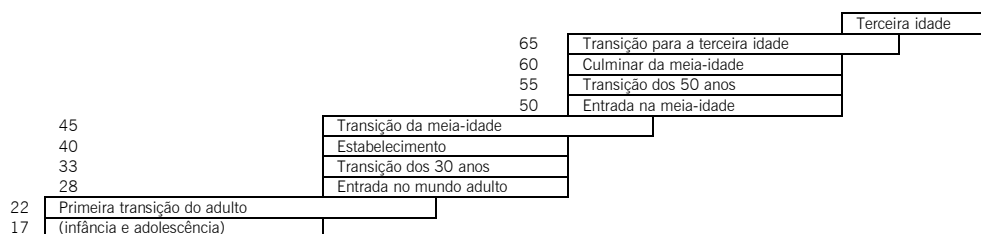
<sup>10</sup> *Life-course e life-cycle* em que vida se refere a todos os aspectos do viver (tudo o que tenha significado na vida) e *life-course* refere-se ao crescimento ou não da vida individual “olha para a complexidade da vida a todo o tempo (Dacey, 2002 p.360).

ocorrência de mudanças na estrutura de vida da pessoa, isto é, a forma de se ver a si próprio, de ver os outros e de ver o mundo.

Tal como Bronfenbrenner (1979), Levinson (1974) na sua teoria teve em conta o sistema social, desde a família até à vasta comunidade, considerando que o desenvolvimento só existe através da actividade humana intencional e que as influências do contexto e do indivíduo são recíprocas e bi-direccionais. “Context influences the individual and the individual influences one’s context” Levinson *et al.*, 1978; Scarr & McCartney, 1983 cit. por Kirasic, 2003, p.20). Nestes períodos de transição, os papéis sociais desempenhados pela pessoa são de extrema importância (casamento, nascimento de filhos, primeiro trabalho). Tal prende-se não só ao modo como esses papéis são vistos pelo indivíduo mas também, pelas expectativas sociais que se criam acerca do desempenho das tarefas a eles associadas.

No seu modelo Levinson identifica quatro *Eras* ou *Estações* (*seasons*) ao longo das quais se desenvolve o adulto: (1) a Era que precede a vida adulta (*preadulthood*), (2) o início da vida adulta (*early adulthood*), (3) a vida adulta intermédia ou meia-idade (*middle adulthood*) e (4) a vida tardia (*late adulthood*) (Figura 2-3). No seu limiar existem períodos de instabilidade e crises desenvolvimentais (Schaie & Willis, 1991).

**Figura 2-3. A teoria das estações da vida adulta segundo Levinson (Levinson *et al.*, 1978, retirado de Marchand, 2005, p.23).**



### 2.1.1.2. MODELOS DE OCORRÊNCIAS DE EVENTOS

Os Modelos de Ocorrência de Eventos consideram que o desenvolvimento da personalidade ocorre não em função da idade mas, devido a eventos que surgem ao longo da vida. Neste sentido, podemos salientar Weathersby (1978) para quem as diversas fases do ciclo vital são provocadas por acontecimentos marcantes na vida da pessoa (ser pai, viver noutra país, casamento) e pelas novas tarefas que tem de assumir a partir do momento em que se dão esses acontecimentos (ver-se como adulto, conformar-se que já não é um jovem, confrontar-se com a mortalidade). É da tensão gerada pelos papéis e novas tarefas, que o indivíduo tem de desempenhar, que

resultam situações de conflito entre as capacidades do indivíduo e as exigências dos novos papéis (Moura, 1999).

O Modelo de Ocorrência de Eventos foi também defendido por Bernice Neugarten e colaboradores (Neugarten, Moore e Lowe, 1965 e Neugarten & Neugarten, 1987, cit. por Papalia *et al.*, 2006), o qual considera que o desenvolvimento está intimamente relacionado com os acontecimentos que ocorrem na vida dos indivíduos. Neugarten (1968, cit. por Papalia *et al.*, 2006) sugere o uso do conceito “relógio social”<sup>11</sup> (*social clock*) aprendido a partir da sociedade, que nos diz quais as “escolhas” da nossa vida. São as “normas e expectativas da idade que funcionam como agulhões e travões sobre o comportamento, nalguns casos agilizando-o e noutros adiando-o” (Neugarten, Moore & Lowe, 1965, cit. por Newman & Newman, 2003, p.369). É tempo de terminar a escola, é tempo de casar, é tempo de ter o primeiro filho. Se algo acontece muito cedo ou muito tarde, o indivíduo poder-se-á sentir envergonhado e até culpado.

Um evento de vida normativo (biológico ou social) é vivenciado pela maioria das pessoas pertencentes a um determinado grupo, por sua vez, eventos normativos etários, são aqueles vivenciados por pessoas com idades semelhantes (Papalia *et al.*, 2006). Neste sentido, os eventos normativos da adultez referem-se “aqueles que ocorrem na maioria dos adultos em determinados momentos da vida - eventos como casamento, paternidade/maternidade, ser avô/avó e aposentadoria” (Papalia *et al.*, 2006, p.559). Estes acontecimentos podem ser previsíveis (são eventos normativos que estão *na época*), ou ocorrerem mais cedo ou mais tarde do que o previsto (eventos não-normativos que estão *fora da época*). Por exemplo, casar-se aos 14 anos ou aos 41 anos podemos considerar como um evento não-normativo (*idem*).

Segundo esta perspectiva, as crises que se vivenciam não resultam do facto do indivíduo ter chegado a uma determinada idade mas sim, pela ocorrência inesperada de determinados acontecimentos e pelo momento dos acontecimentos de vida. Pode vivenciar-se *stress* em momentos negativos, resultante de um evento inesperado (exemplo perder o emprego), de um evento que ocorre mais cedo ou mais tarde do que o previsto (exemplo enviuvar aos 30 anos), ou pela não ocorrência de um evento esperado (nunca chegar a casar). É de salientar, que as pessoas respondem de modos

---

<sup>11</sup> Relógio social “conjunto de normas ou expectativas culturais para os momentos de vida em certos eventos importantes, como casar-se, ter filhos, começar a trabalhar e aposentar-se, devem ocorrer (Papalia *et al.*, 2006, p.559).



diferentes a estes eventos de acordo com as características da sua personalidade. As próprias pessoas conseguem fazer uma avaliação do seu ritmo de desenvolvimento, sabendo se estão “atrasadas”, “adiantadas” ou “em época”. Interiorizam para si mesmas, o *relógio social*.

### 2.1.2. IMIGRAÇÃO E ADULTEZ: REFLEXÕES DESENVOLVIMENTISTAS

Como anteriormente referimos o período de idade adulta pode ser fragmentado em diversas fases ou etapas. Centrar-nos-emos neste capítulo na compreensão de duas etapas da adultez, nomeadamente a do início da idade adulta e da meia-idade.

As teorias do desenvolvimento do ciclo de vida (*life-span*) vieram demonstrar que esta fase do ciclo de vida corresponde a um período de transições e transformações, com especificidades próprias, que nos permitem criar fragmentações dentro do período correspondente à adultez.

Diversas conjunturas, nas últimas décadas, sobretudo a nível socioeconómico, permitiram que se identificasse um período de desenvolvimento, situado entre o adolescente e o adulto denominado de *jovem adulto*. A passagem de uma fase para a outra implica que ocorram diversas mudanças ao nível do desenvolvimento psicossocial, cognitivo, dos papéis sexuais e profissionais, pois dá-se um afastamento das vivências próprias da adolescência contudo, ainda não se vive como um adulto (Ferreira & Hood, 1990; Ferreira, Medeiros & Pinheiro, 1997; Ferreira & Pinheiro, 1995; Pinheiro, 1994, 2003; Pinheiro & Ferreira, 1995; Pinheiro & Ferreira, 1996).

No entanto, a duração dos períodos de transição e as vivências de diversas mudanças variam de acordo com as especificidades de cada realidade. Quer isto dizer que todos passam por este momento, embora o seu carácter seja mais ou menos prolongado e, consequentemente, com mais ou menos oportunidades de exploração, de investimentos momentâneos e de adiamento de investimentos mais definitivos. No caso dos imigrantes que partem do seu país com 18/19 anos de idade, e que embora a sequência básica das tarefas de desenvolvimento possa ser semelhante à vivida por outros indivíduos com a mesma idade (por exemplo que ingressam no ensino superior) o significado que lhes é atribuído e o *timing* podem variar (Simon, Gagnon & Buff, 1972, cit. por Pinheiro, 2003), pois terão de vivenciar tudo de uma forma mais intensiva, sobretudo, quando a emigração se deve a factores económicos, como é caracterizada a Imigração de Leste.

Diversos autores têm caracterizado esta fase de desenvolvimento, de um modo similar, utilizando, contudo, terminologias diferenciadas. Enquanto Freud considerava que o sucesso do início da idade adulta se traduzia na capacidade para amar e para trabalhar, Erikson afirmava que o sucesso estava na conquista da intimidade e da generatividade. Outros autores falavam ainda, na afiliação (paternidade) e realização. Quer tudo isto dizer que, os grandes marcos dos primeiros anos de vida adulta estão relacionados com o envolvimento da pessoa quer na família quer na carreira (Craig, 1996; Troll, 1975).

É este período que caracteriza o início da idade adulta, ou seja, em que o homem e a mulher exploraram a possibilidade de “formar relacionamentos que combinem uma proximidade emocional, uma partilha de interesses, uma visão partilhada do futuro e intimidade sexual” (Newman & Newman, 2003, p.373). Relativamente ao amor, durante o início da idade adulta é importante percebê-lo na família, assim como, a evolução dos estilos de vida que o indivíduo assume (saber as várias maneiras como os indivíduos estabelecem relações de intimidade com os outros e a sua importância para a construção da própria intimidade). Quanto à área do trabalho é importante focar a energia do adulto, nas suas aptidões e ambições. É fundamental compreender o modo como o trabalho molda os estilos de vida, o vestir, as amizades, o nível económico, o prestígio, as atitudes e valores (idem), visto que o trabalho tem a capacidade de mudar o indivíduo. Na realidade, o trabalho tanto pode ser sinónimo de prazer, satisfação, crescimento e plenitude, como pode significar frustração, tédio, aborrecimento, humilhação e sentimento de desespero, podendo até causar danos na saúde (Newman & Newman, 2003).

Concomitantemente, também as transformações sociais levaram a que surgisse um novo construto social, denominado de meia-idade<sup>12</sup> (Skolnick, 1991, cit. por Newman & Newman, 2003), devido à longevidade humana e ao declínio da fertilidade (idem).

Pode-se estimar que este período de vida, em termos cronológicos, tenha início por volta dos 35 ou 40 anos e termine entre os 60 e 65 anos. Os teóricos e investigadores do desenvolvimento observam-no sob diversas perspectivas: objectivamente, através da análise das trajectórias ou das rotas da vida de um indivíduo, através do desempenho

---

<sup>12</sup> Este é um construto relativamente novo e passou a ser usado na Europa e nos Estados Unidos nos anos 30 (Skolnick, 1991 cit por Willis, 1995).

dos diversos papéis sociais, (marido, pai, profissional) e, subjectivamente, ao nível das continuidades e mudanças nos papéis sociais e até mesmo dos relacionamentos.

Como referem Papalia e colaboradores (2006) *mudança e continuidade* na meia-idade devem ser vistas tendo em conta todo o ciclo vital. A autora alerta, que os padrões de vida adoptados inicialmente não são necessariamente os mesmos padrões de uma fase posterior (Lachman & James, 1997, cit. por Papalia *et al.*, 2006), assim como, as preocupações vivenciadas no princípio da meia-idade podem não ser as mesmas vividas no seu final (Helson, 1997, cit. por Papalia *et al.*, 2006). “(...) [A]s vidas não progridem isoladamente. Rotas individuais cruzam-se ou chocam-se com as dos familiares, as dos amigos e conhecidos e as de estranhos. O trabalho e os papéis individuais são interdependentes” (Papalia *et al.*, 2006, p.625).

### **2.1.2.1. COMPREENSÃO DO INÍCIO DA VIDA ADULTA**

Embora a crise de identidade esteja muito associada à adolescência, Erikson acreditava que esta continuava a ser uma questão da idade adulta (Schaie & Willis, 1991). Segundo Withbourne (1986) a identidade era construída ao longo da toda a vida, ou seja, a identidade adulta não era um fenómeno estático. A identidade de cada um estaria relacionada com os papéis sociais desempenhados, assim como, com as respostas a eventos sociais. As identidades associadas aos papéis seriam então, formas particulares de descrever e de pensar sobre si próprios em termos do seu estatuto no seio da sociedade e das suas relações com o meio que as rodeia (Moen & Wethington, 1999).

No modelo de desenvolvimento psicossocial de Erikson é essencial a resolução do conflito inerente ao quinto estágio: *identidade versus confusão de papéis*, correspondente à fase da adolescência. Como refere Claes (1985 cit. por Pinheiro, 2003, p.15) a identidade pode ser definida como “um sentimento de satisfação da pessoa a respeito dos seus atributos físicos, intelectuais e emocionais; um sentido de uniformidade (de ser ele mesmo), de unidade da personalidade e o reconhecimento da consciência do EU, por parte de outras pessoas significativas na vida do indivíduo”.

Inerente a este conceito estão as noções de *permanência e continuidade*<sup>13</sup> e de *unidade e coesão*<sup>14</sup>

Como referimos anteriormente cada um dos estádios “relaciona-se sistematicamente com todos os outros e todos eles dependem do desenvolvimento adequado na sequência própria de cada item” (Erikson, 1976, p.32) e, por sua vez, a resolução positiva de uma crise num determinado estádio é fundamental para que se alcance o equilíbrio apropriado e um crescimento saudável rumo ao estádio posterior. No entanto, apesar de uma determinada tarefa imposta socialmente ter um papel mais visível em determinado momento (período de ascendência) ela pode reaparecer ao longo de todo o percurso vital (Marchand, 2005).

Na opinião de Erikson só alcançando a identidade é possível chegar a um sentimento de fidelidade, essencial para confiar nos outros e em si próprio e assim, poder dedicar-se a um compromisso ou uma causa (Sprinthall & Collins, 1988; Miller, 1989). A fidelidade é então a “capacidade de o indivíduo ser verdadeiro em relação:

- 1) A si próprio - o que é a essência da estima e o respeito por si, de que também fazem parte os seus valores e ideais;
- 2) As ideias e valores da sua história passada (universais), de um passado mais recente (étnicos, culturais, políticos e religiosos), do presente (nacionais, estaduais, actual, reconstruída, alargada);
- 3) À ordem social: sistema que inclui e sintetiza aspectos ideais e valores, quer no sentido amplo, quer mais específicos do grupo a que o indivíduo pertence (valores de vida, liberdade humana, guerra, o uso da ciência e da tecnologia, fontes naturais);
- 4) A uma tarefa, no sentido do que vale a pena tendo em conta a ordem social, os valores e as ideias (como me vou sentir, do que sou capaz);
- 5) Ou a qualquer outra coisa que proporcione a sobrevivência e enriquecimento do indivíduo” (Juhaz, 1982, cit. por Pinheiro, 2003, p.16)

Tendo conseguido alcançar a fidelidade surge um novo conflito, o da intimidade *versus* isolamento (jovem adulto 18 aos 25 anos). Como pudemos observar através do Quadro 2-1, para Erikson a crise normativa *intimidade versus isolamento* marca a transição para a idade adulta. A formação da intimidade está relacionada com as relações

---

<sup>13</sup> Permanência e continuidade significam a manutenção das características dos objectos e do próprio sujeito apesar das alterações que possam ocorrer ao longo do tempo.

<sup>14</sup> Unidade e coesão - permite analisar os factos e agrupá-los, quanto às relações entre eles de semelhança ou não e de proximidade.

interpessoais estabelecidas pelos adultos (quer sejam solteiros, casados, divorciados, ou que coabitem). Para tal, é fundamental que o indivíduo seja capaz de se comprometer numa relação de intimidade com os outros (ou consigo próprio). A intimidade mais do que a realização sexual, é a “capacidade para fundir a sua própria identidade com a de outrem, sem medo de perder alguma parte. Inclui o desejo de envolvimento emocional, de partilha de uma relação (de dar e receber) mesmo quando isso implica sacrifícios e compromissos” (Pinheiro, 2003, p.17). Pressupõe o auto-abandono e o sentimento de que a união a alguém não irá pôr em causa a sua identidade (Marchand, 2005). Esta intimidade pode manifestar-se nas relações de amizade, de amor, nas uniões sexuais, ou até mesmo nas relações consigo próprio através dos compromissos que estabeleça (Kroger, 1989). Porém, poderá ocorrer o risco de um isolamento, em que não consegue partilhar afectos com intimidade nas relações privilegiadas, quando são evitados relacionamentos, o que provoca um afastamento do indivíduo relativamente a outras pessoas que pareçam ameaçar a sua identidade. Este ocorre quando o indivíduo não é capaz de correr riscos para a sua própria intimidade. A verdadeira intimidade só é de facto possível, quando já estiver desenvolvida a identidade do indivíduo.

No conceito de identidade, em termos psicológico, é importante salientar que embora este diga respeito à percepção que cada um faz de si próprio, tal não é um acto individual, mas recíproco, ou seja, há um “reconhecimento recíproco entre o indivíduo e a sociedade” (Perotti, 2003, p.48). Transportando esta ideia para a temática deste estudo, podemos chegar à noção de identidade cultural, ou mais concretamente de identidade étnica, mais referenciada em matéria de imigração (Perotti, 2003). Esta diz respeito a “uma história ou a uma origem simbolizada por uma herança comum mas que, contudo, apenas cobre um fragmento da cultura do grupo” (Perotti, 2003, p.49). Esta tomada de consciência das diferenças culturais manifestam-se, por exemplo, pela língua, religião e traços culturais. Neste sentido, verificamos que quando a emigração ocorre em idades correspondentes à do jovem adulto, o indivíduo, para além, de estar a resolver a crise da identidade *versus* confusão, ou intimidade *versus* isolamento, pode estar ao mesmo tempo a vivenciar um “choque cultural”, baseado nas diferenças e semelhanças entre a cultura do seu país de origem e a cultura da sociedade de acolhimento, cujo impacto poderá condicionar a sua adaptação/integração e, paralelamente, a definição da sua identidade.

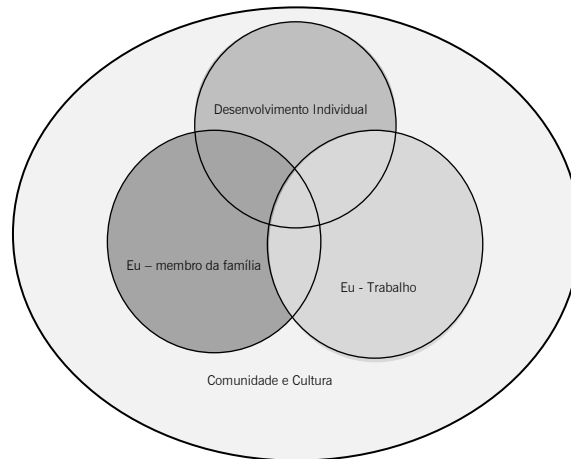
Portes & Rumbaut (2001, cit. por Carvalho, s/d), a propósito da imigração, uniram o processo de categorização com o de construção identitária, que se caracteriza pela “aplicação de um selo a si próprio, num processo cognitivo de auto-categorização que

passa tanto pela reclamação de pertença a um grupo ou categoria, como pelo estabelecimento de contrastes com outros grupos ou categorias” (Portes & Rumbaut, 2001, cit. por Carvalho, s/d, p.3). De acordo com Carvalho (s/d) consideramos que os contextos migratórios são espaços privilegiados “para a ocorrência de interação entre modos de pensar, sentir e agir diferentes e diferenciadores, e que conduzem ao processo de construção de categorias e identidades igualmente diferentes e diferenciadoras” (Carvalho, s/d, p. 4). Pode ocorrer assim uma (re)construção da identidade.

A formação da identidade implica ter presente a noção de *papel social* (Brim, 1966, 1968; Parsons, 1955, cit. por Newman & Newman, 2003). O adulto ao desempenhar um conjunto de papéis, como seja, o de trabalhador, esposa, amigo, pai, professor, mentor, voluntário ou líder comunitário, é-lhe permitido formar a estrutura essencial para a construção da sua identidade e sentido da vida, que no fundo, consiste na formação do *EU Social* (Newman & Newman, 2003). Durante horas, numa semana, um adulto pode ser mãe, irmã, filha, estudante, trabalhadora, esposa e amiga, ir a concertos, ao teatro, desabafar com ela própria escrevendo, ou através de um grupo de amigos, ensinar os seus filhos, entre outros. Claramente o *EU Social* adulto pode ser muito complexo e pode mudar de hora para hora ou de interação para interação. Podemos assim, considerar que o Eu do adulto tem uma rica e variada gama de experiências. Por sua vez, o desempenho de diferentes papéis é também considerado uma forma de integração social e de suporte social (Wethington, Moen, Glasgow & Pillemer, 2000; Thoits, 1999, cit. por Newman & Newman, 2003).

De acordo com Craig (1996), as principais tarefas de desenvolvimento do jovem adulto estariam relacionadas com: desenvolvimento pessoal (*self as individual*), o casamento e a família (*self as a family member*) e o trabalho e lazer (*self as worker*) (Figura 2-4).

Figura 2-4. Os três sistemas de desenvolvimento do adulto em interação segundo Okum, 1984 (retirado de Craig, 1996, p.507).



O desenvolvimento do *Self pessoal* diz respeito à construção da identidade, que segundo a perspectiva de Erikson corresponde à primeira tarefa da adolescência e ao início da idade adulta, a qual se desenvolve através de relações pessoais e do trabalho, como anteriormente verificamos. Os adultos estruturaram as suas identidades com base no trabalho e na família, ou seja, a formação da identidade faz-se através da relação estabelecida com os amigos, com os colegas e familiares. Por sua vez, relativamente à generatividade (inerente ao sétimo estágio de desenvolvimento), Erikson considera que pode estar relacionada com a criação e assistência à família, ou com a produtividade relacionada com o trabalho (Craig, 1996).

O ciclo de vida da família tem vindo a ser explicado por diversos modelos. A ele está associado o desenvolvimento do *self de família (self a family)*, o qual está relacionado com os papéis que todos os indivíduos, independentemente da idade ou do sexo, desempenham na família (pais, esposos, filhos, irmãos). Algumas das principais tarefas relacionadas com estes papéis são a proximidade, a comunicação e o companheirismo. Mesmo que os adultos nunca se venham a casar há sempre um processo de transição relativamente à família de origem. Dá-se assim, um processo de separação/individuação; de independência emocional; independência atitudinal e independência comportamental (Craig, 1996). A paternidade marca este período, o qual exige o desempenho de novos papéis e conseqüentemente, implica mais responsabilidades enquanto mãe e pai, conferindo-lhes até, um novo estatuto. Tudo isto implica alteração de rotinas ao nível do sono, do financeiro e de disciplina. A assunção deste papel e toda a responsabilidade a ele inerente podem estar muitas

vezes na base das decisões emigratórias, com vista a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos filhos e família (Craig, 1996).

O trabalho é outro grande marco do início da idade adulta, podendo-se identificar um *Ciclo Ocupacional*, ao longo do desenvolvimento do Homem. O adulto é igualmente definido pela sua participação no mundo do trabalho, que vai desde o primeiro trabalho até à reforma (*self worker*). Este ciclo ocupacional pode começar com os pensamentos e experiências que nos conduzem à escolha de uma determinada profissão, seguida de uma continuação do nosso investimento nesse trabalho e, finalmente, terminar com a reforma. No entanto, sabemos que nem sempre é tão linear o ciclo ocupacional para muitos adultos. Este é marcado por muitos momentos de dúvidas e incertezas, que originam momentos de crise, como pode ser o caso de uma promoção ou de um despedimento. O trabalho é visto como fundamental para o desenvolvimento da maturidade e para a saúde mental, conforme defendiam Freud e Erikson. Independentemente do que se faça, o indivíduo leva consigo atitudes, crenças, experiências intimamente relacionadas com o trabalho desempenhado. A casa onde vive, o modo como se veste, as rotinas diárias, tudo depende do trabalho. De facto, as nossas vidas são orientadas “pelo mundo do trabalho e pela nossa posição nesse mundo” (Troll, 1975, p.113).

Desde crianças que perguntam o que se quer ser no futuro. Chegando a adultos a resposta a essa pergunta tem associada muito da identidade de cada um. O trabalho pode ser visto de diferentes formas para os vários indivíduos. Enquanto para uns este é visto como um meio de sobrevivência, para conseguir ter dinheiro para comer, para se vestir e abrigar, para outros o trabalho é visto como uma possibilidade de criatividade produtividade, o qual os ajuda a ganhar auto-estima. Por sua vez, para outros o trabalho é visto como um vício<sup>15</sup>.

A adicionar ao desenvolvimento da identidade e da intimidade nas suas vidas pessoais, o jovem adulto tem ainda a tarefa de determinar a sua relação com a comunidade. Deve envolver-se na comunidade com as suas ideologias sociais e políticas e tornar-se activo numa comunidade organizada (Craig, 1996).

---

<sup>15</sup> Num dos estudos referenciados por Craig (1996) ao perguntar aos adultos o que era mais importante no trabalho, as suas respostas caíam sobre os factores intrínsecos ou extrínsecos ao trabalho, ou seja, a factores como os desafios e competências inerentes ao próprio trabalho, ou os salários, *status* e o próprio contexto de trabalho, respectivamente. Verificou-se neste sentido, que são aqueles que referem mais factores intrínsecos que revelam ter uma maior satisfação no desempenho do seu trabalho.



Robert Havighurst (1953, 1972) foi um dos mais notáveis psicólogos da psicologia do desenvolvimento humano, tendo como tônica todo o ciclo de vida (*life-span*). Na sua teoria apresentou algumas críticas às teorias do desenvolvimento, pelo facto, de estas só se basearem nas mudanças biológicas ou se centrarem apenas em aspectos psicológicos específicos (cognitivos, emocionais, sexuais e morais). Por sua vez, estas não olhavam para o desenvolvimento como um todo pois, por um lado, consideravam que o desenvolvimento praticamente se concluía na adolescência, ou no começo da juventude e, por outro, ignoravam ou minimizavam o contexto cultural e histórico.

A partir das críticas apresentadas e da abordagem de diversas teorias, Havighurst (1953, 1972) apresentou um modelo biopsicossocial (Quadro 2-2). Introduziu, pela primeira vez, o conceito de tarefas desenvolvimentais<sup>16</sup>, acreditando que o desenvolvimento humano é um processo de aprendizagem baseado nas tarefas exigidas pela sociedade às quais o indivíduo se vai adaptando. Estas tarefas variam de acordo com a idade, visto que cada sociedade tem uma idade graduada e expectativas face a determinados comportamentos, as quais, embora sejam comuns a todos os indivíduos têm características peculiares, de acordo com o contexto sócio-histórico no qual a pessoa está inserida.

**Quadro 2-2. Tarefas desenvolvimentais do início da idade adulta (retirado de Craig, 1996, p.576).**

**Tarefas do Início da idade Adulta**

1. Escolher os amigos
2. Aprender a viver com o parceiro (casamento)
3. Iniciar família
4. Criar crianças
5. Gerir uma casa
6. Começar uma ocupação
7. Ter uma responsabilidade cívica
8. Encontrar um grupo social

Neste sentido, identificou etapas de desenvolvimento ou períodos marcantes da vida adulta, as designadas tarefas biopsicossociais, que envolvem áreas relacionadas com o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional, contribuindo deste modo, para a definição do conceito do *self*, dando-lhes assim recursos para lidarem com os desafios da vida (Craig, 1996).

Assim, as tarefas desenvolvimentais inerentes à faixa etária dos 18 os 35 anos consistiam em escolher um(a) companheiro, aprender a viver com um(a)

---

<sup>16</sup> Tarefas de desenvolvimento: são aquelas que a pessoa “deve cumprir para garantir seu desenvolvimento e seu ajustamento psicológico e social”. São tarefas com as quais a pessoa satisfaz as “suas necessidades pessoais de evolução e para garantir o próprio desenvolvimento e manutenção de padrões sociais e culturais específicos” (Melo, 1981, cit. por Witter, 2006, p.14).

companheiro(a), formar uma família, educar os filhos, administrar a casa, iniciar uma ocupação, assumir responsabilidades cívicas e encontrar um grupo social conveniente (Havighurst, 1972).

Por sua vez, retomando a perspectiva da teoria do Levinson, a primeira transição da vida do adulto - *o início da vida adulta* - ocorre entre os 17 aos 22 anos sendo considerada como um ponto entre a infância/ adolescência e a idade adulta. É um momento crucial durante o ciclo vital, pois há uma reavaliação e alteração do sentido do Eu que até aí se foi construindo. Segundo Levinson (1990, cit. por Marchand, 2005, p.22) “surge um novo degrau na individualização quando o jovem adulto modifica as suas relações com a família e com os outros componentes do mundo pré-adulto e começa a assumir um lugar enquanto adulto num mundo adulto”. A palavra-chave desta fase é *separação*, mais concretamente, da família de origem. Esta manifesta-se pela crescente independência a nível financeiro e o desempenho de papéis de maior responsabilidade. Internamente há, igualmente, uma crescente diferenciação do Eu perante as figuras familiares, assim como, uma diminuição da dependência do apoio parental (Marchand, 2005). “Nesta fase ocorrem as primeiras ligações com o mundo adulto, explorando as suas potencialidades, do contributo e participação que nele pode vir a ter, na consolidação da identidade adulta e na realização e avaliação de algumas escolhas preparativas de natureza familiar e profissional” (Marchand, 2005, p.23).

Concluída esta fase, o sujeito entra na *Era* ou na *Estação*, do início da vida adulta (22-45 anos). Esta é caracterizada por uma grande energia e ao mesmo tempo por grandes contradições e tensões. Como refere Levinson “biologicamente, os 20 e 30 anos de idade são o ponto máximo do ciclo de vida (...) é a estação em que se formam e prosseguem jovens aspirações, de estabelecimento de um nicho na sociedade, de desenvolvimento familiar, e, quando a era acaba, adquirir de uma posição mais “sénior” no mundo adulto. Pode ser uma época de grande satisfação em termos de amor, de sexualidade, de vida familiar, de carreira profissional, de criatividade, e de realização dos mais importantes objectivos de vida. Mas também pode ser uma época de grandes tensões. A maior parte das pessoas adquire, simultaneamente, o fardo da paternalidade e assunção de uma ocupação. Incorre-se em pesados encargos financeiros quando a capacidade financeira é ainda relativamente pequena. Fazem-se escolhas cruciais quanto ao casamento, família, trabalho e estilo de vida, antes de ter maturidade ou experiência de vida para escolher com sabedoria” (Levinson, 1990, p.40).

Dentro da vida inicial adulta podem ser identificadas três fases: (1) a entrada no mundo adulto (*entering the adult world*), (2) a transição dos 30 anos (*age 30 transition*), e (3) o estabelecimento (*settling down*) (Figura 2-2).

A primeira fase decorre entre os 22 e 28 anos constituindo esta a primeira estrutura de vida, em que os alicerces da vida adulta, que começaram a ser desenvolvidos na primeira transição para a vida adulta, são agora avaliados, redefinidos e consolidados. Duas tarefas deverão ser desenvolvidas pelos indivíduos, uma que pressupõe uma abertura às diversas opções e alternativas existentes, não assumindo ainda compromissos definitivos e outra que pressupõe o desenvolvimento de uma estrutura vida estável, ou seja, tornar-se mais responsável e definir objectivos para a sua vida. Não é fácil contudo, conseguir o equilíbrio entre estas duas, pois caso impere a primeira o indivíduo pode tomar opções efémeras, devido à ausência de raízes fortes. Por sua vez, se predominar a segunda, o indivíduo pode assumir compromissos precocemente sem ter realizado e experienciado outras opções e alternativas.

Na transição dos 30 anos, que ocorre entre os 28 e os 33 anos, é dada ao jovem adulto a possibilidade de rever e reavaliar as opções e posições que tomou, ou seja, a sua primeira estrutura de vida, “quando sente que a vida que leva não corresponde ao que tinha “sonhado” (Marchand, 2005, p.25). Ainda que escasso, o tempo permite-lhe modificar a sua vida e aperfeiçoá-la. Este momento pode ser de tensão moderada, caso as mudanças relativas à estrutura de vida anterior sejam moderadas, ou de grande tensão se existirem grandes rupturas face à estrutura de vida anteriormente construída. Citando Levinson e colaboradores (1978, p.59) “a passagem do fim da transição dos 30 anos para o começo do período seguinte é uma das mais cruciais no desenvolvimento adulto. Nesta altura o sujeito pode fazer profundas escolhas novas, ou reafirmar escolhas antigas. Se estas escolhas forem congruentes com os seus sonhos, talentos e possibilidades externas, proporcionam a base para uma estrutura de vida relativamente satisfatória. Se as escolhas forem pobres e se a nova estrutura for gravemente imperfeita, poderá pagar um preço elevado no período seguinte”.

A terceira estrutura de vida desenvolve-se entre os 33 e os 40 anos, na fase de estabelecimento. Nesta altura, os indivíduos procuram investir em várias dimensões da estrutura (família, comunidade, interesses individuais, amizades) ao mesmo tempo que pretendem realizar as suas aspirações e objectivos. Também nesta fase são confrontados com duas tarefas, por um lado, o estabelecimento de uma posição na sociedade (ligação com a família, trabalho e comunidade) e, por outro, o

desenvolvimento de um a estrutura resultante do trabalho inerente à primeira tarefa. No final desta fase espera-se que o adulto esteja mais consciente da sua identidade, mais auto-suficiente e mais independente face ao controlo exercido pelos outros (Marchand, 2005).

#### 2.1.2.2. COMPREENSÃO DA MEIA-IDADE

A meia-idade é abordada pelas teorias clássicas, em termos psicossociais, como sendo uma fase relativamente estável. É o caso da Teoria dos Traços de Costa e McCrae (1980, cit. por Papalia *et al.*, 2006), como referimos anteriormente. Também, Freud (1906-1942) considerava desnecessária a psicoterapia para pessoas com mais de 50 anos, pois via a personalidade totalmente formada nessa altura. Em contrapartida, teóricos humanistas como Abraham Maslow e Carl Rogers observavam a meia-idade de um modo bastante positivo, como sendo um período de grandes oportunidades de crescimento. Enquanto Maslow (1968) considerava que a auto-realização só podia ocorrer com a maturidade, Rogers defendia que o pleno funcionamento humano exigia que o *self* fosse constantemente colocado em harmonia com a experiência. Neste sentido é importante, para uma melhor compreensão, saber quais os tipos de mudança que ocorrem e o que as ocasiona.

Robert Kegan (1994) diz “In over our heads”, o que está apropriado quando nos referimos à meia-idade, ou seja, o período em que os adultos procuram dar sentido aos papéis da sua vida. Entre os 40 e os 65 anos os adultos fazem uma revisão mental da sua autobiografia, ou seja, revêem os principais acontecimentos das suas vidas (perda de amigos importantes, morte dos pais, casamento). Fazem um balanço da sua vulnerabilidade, dos seus valores e decidem aquilo que é realmente importante. Esta reflexão assenta nos três mundos em interacção, que caracterizam a sua vida, os quais anteriormente referimos: o mundo pessoal, o mundo do trabalho e o mundo da família. De acordo com Whitbourne verificamos então, que “o contexto social e histórico inclui eventos e experiências da vida quotidiana que têm uma incidência directa sobre o indivíduo, incluindo relações com os familiares, envolvimento trabalho, e participação da comunidade” (Whitbourne, 1999, p.36).

A propósito de Havighurst, Pfromm Neto (1978, cit. por Witter, 2006) refere que as tarefas são como “lições” que cada um deve aprender ao longo da sua existência para se desenvolver satisfatoriamente e ter êxito na vida. Apesar de típicas em cada fase do ciclo vital, essas tarefas não são estanques, uma vez que elas se relacionam entre si.

Logo o prejuízo ou *deficit* de uma pode comprometer todas as outras no mesmo período ou em períodos futuros.

Esses períodos são segundo Havighurst, a idade adulta inicial (18 aos 35 anos), a idade média ou maturidade (dos 35 aos 65 anos) e a idade adulta final ou maturidade posterior ou velhice (Witter, 2006). Enquanto no início da idade adulta as principais questões e tarefas incidiam em iniciar família e estabilizar-se no trabalho, como verificamos anteriormente, para a meia-idade apontou uma série de questões desenvolvimentais específicas da meia-idade como: (1) ter responsabilidades cívicas e sociais; (2) estabelecer e manter um padrão económico de vida, (3) ajudar os adolescentes a serem futuros adultos responsáveis e felizes; (4) desenvolver actividades adultas de lazer; (5) estabelecer relacionamento com esposo(a) como pessoa, (6) aceitar e ajustar-se às mudanças físicas da meia-idade e (7) ajustar-se aos pais idosos (Tabela 2-3).

**Quadro 2-3. Tarefas desenvolvimentais da meia-idade de Havighurst (retirado de Craig, 1996, p.576).**

**Tarefas da meia-idade**

1. Ter responsabilidades cívicas e sociais
2. Estabelecer e manter um padrão económico de vida
3. Ajudar os adolescentes a serem futuros adultos responsáveis e felizes
4. Desenvolver actividades adultas de lazer
5. Estabelecer relacionamento com esposo(a) como pessoa
6. Aceitar e ajustar-se às mudanças físicas da meia-idade
7. Ajustar aos pais idosos

Por sua vez, Levinson considera que a transição para a meia-idade (*midlife transition*) decorre entre os 40 e os 45 anos, coincidindo com o fim da vida do jovem adulto e a entrada na meia-idade, frisando que este é um período de grande instabilidade. Neste sentido, existem determinadas questões, com as quais o adulto se depara, que coincidem com as tarefas desenvolvimentais inerentes a este período: o indivíduo deve então rever a sua vida enquanto jovem adulto, reavaliar aquilo que fez e terminar o período do início da idade adulta (*o que tenho feito da minha vida? "O que tenho obtido e o que tenho dado à minha mulher, filhos, amigos, trabalho, comunidade e ao meu eu? O que verdadeiramente desejo para mim e para os outros?"*) (Levinson *et. al.*, 1978, p.60), tem que decidir como deve ser conduzido o período da meia-idade e tem que lidar com quatro conjuntos de polaridades que são fontes de conflito, de profunda divisão na vida do homem nesta fase. Essas polaridades, que representam a luta contínua, relacionam-se com o novo/velho, a desconstrução/criação, o masculino/feminino e a proximidade/afastamento (Schaie & Willis, 1991; Dacey, 2002).

Esta fase pode ser vivenciada de diferentes modos, pois enquanto alguns nem colocam estas questões a si próprios e por isso relevam pouca apetência para uma introspecção acerca das suas vidas, outros apercebem-se das mudanças que estão a ocorrer vivendo-as serenamente, sem crise, e por fim, outros vivenciam esta transição da meia-idade como um momento de crise, moderada ou profunda. Tomam assim, consciência dos diversos aspectos das suas vidas que já não podem continuar a viver como até aí. É pois necessário construir um novo percurso ou modificar o anterior. Levinson (1990) refere-se, deste modo, a uma tarefa a realizar, referente ao desenvolvimento de uma nova etapa no processo de individuação. Nesta fase desenvolve-se uma nova estrutura. Apesar de biologicamente se começar a verificar um ténue declínio, elas são ainda suficientes para levar uma vida energética, socialmente activa com vista a proporcionar uma elevada satisfação pessoal (Marchand, 2005). A estrutura de vida que daqui resulta está dependente da satisfação que a meia-idade proporciona. De facto enquanto para uns, que não desenvolvem uma estrutura de vida adequada, a meia-idade pode ser vista como declínio e constrição, para outros esta pode ser a fase mais criativa de todo o seu ciclo de vida. Levinson demonstra que nesta fase os indivíduos estão menos direccionados para a realização pessoal e mais empenhados nos relacionamentos e em tornar-se mentores de pessoas mais jovens.

Tudo isto precede a transição para os 50 anos, na qual se cria uma nova estrutura, se dá o culminar da meia-idade, que poderá criar no indivíduo satisfação, caso se consigam adaptar as mudanças nos papéis e no Eu. Finalmente, entre os 60 e os 65 anos dá-se um novo momento de transição, a transição para a terceira idade. As principais tarefas correspondem à adaptação ao declínio do Eu e aos problemas psicológicos que podem decorrer devido à perda da juventude (Marchand, 2005).

Na mesma linha, a teoria de Maslow baseou-se no conceito da actualização do *self*, embora não se tenha voltado muito para a meia-idade. Contudo, este autor considerou que também a meia-idade, é uma oportunidade para trabalhar em direcção a individuação e auto-realização, sendo possível fazer uma compreensão mais profunda de si mesmo e perceber o seu lugar e sua relação com o mundo e com os outros

Carl Jung, psicólogo suíço, foi um dos pioneiros no estudo do desenvolvimento adulto, defendendo que para um desenvolvimento saudável na meia-idade é necessário que ocorra a individuação, ou seja, a emergência do verdadeiro *self*, através do equilíbrio ou integração das partes de maior conflito da personalidade. Até aos 40 anos os adultos focalizam-se, sobretudo, nos seus deveres para com a família, trabalho e sociedade,

desenvolvendo os aspectos da sua personalidade que lhes permitirão alcançar objectivos externos. Ele caracterizou os anos 40 como o “noon of life” (meio-dia da vida) que começava por um processo de individuação. Na meia-idade as atenções estão, sobretudo, voltadas para os seus interiores espirituais. Este é um período de maior introspecção e auto-reflexão. Duas tarefas marcam este período, o reconhecimento da perda da juventude e o reconhecimento da mortalidade. Este reconhecimento da mortalidade exige, na opinião de Jung (1966, cit. por Papalia *et al.*, 2006), uma procura do significado do Eu. Neste sentido, a meia-idade pode ser vista como uma mudança fundamental em que as pessoas podem pensar na noção que tinham de vida e do mundo (Kirasic, 2003). Tudo isto envolve dimensões sociais, psicológicas e espirituais.

Enquanto, Jung via a meia-idade como o voltar-se para o interior (eus interiores), Erikson pelo contrário considerava que esta fase correspondia à viragem para o exterior.

No seu modelo do desenvolvimento psicossocial, Erikson considerava que a etapa correspondente, à meia-idade, era a etapa da generatividade (criatividade e produção na família e no trabalho) *versus* estagnação. Esta era considerada a fase da maturidade do indivíduo. Como refere Erikson (1976, p.138) “a generatividade é pois, de modo primordial, a preocupação em estabelecer e orientar a geração seguinte”. Entende-se assim, por generatividade a capacidade de produtividade e criatividade da pessoa em relação ao si própria e em relação aos que a rodeiam. É pois, o ir para lá dos seus interesses e certezas pessoais. É o cuidar de alguém. Este conceito estende-se para lá da ideia de paternidade, abrangendo igualmente a produtividade (produtos, ideias) e a criatividade (obras de arte). Porém, “sempre que tal enriquecimento falha completamente, ocorre uma regressão e uma necessidade de pseudo-intimidade, por vezes, com um difuso sentimento de estagnação, tédio, depauperamento interpessoal” (Erikson, 1976, pp.138-139). A estagnação é o perigo deste estágio. Mais recentemente Erikson (Goldman, 1988, cit. por Schaie & Willis, 1991) identificou igualmente na generatividade uma maior preocupação, por parte dos indivíduos, com o meio ambiente global, a sua preservação e não destruição, a pensar nas gerações futuras.

Erikson apesar de centrar o desenvolvimento da identidade na adolescência defendeu que este se continuava a desenvolver ao longo de toda a vida. Por sua vez, a construção da identidade estava muito relacionada com os papéis e compromissos sociais que eram desempenhados e estabelecidos. Como a meia-idade corresponde a

um período de balanço podem também ser questionados aspectos da identidade não resolvidos.

Tal como Jung, Vaillant verificou nos seus estudos há uma tendência para o dever de zelo nos indivíduos que se encontram nesta fase. Vaillant (1977) identificou também neste estágio uma fase intermédia entre o estágio generatividade/estagnação e integridade/desespero, que decorre por volta dos 50 anos. Caracteriza-a como o “manter o significado”, ou seja, há uma preocupação do indivíduo, apesar de reconhecer uma substituição de valores, em ensinar o que “pode perpetuar o que há de melhor na sociedade, ou, ainda os esforços dispendidos pelos sujeitos para desenvolverem o sentido de identidade própria e assumirem o seu papel na sociedade” (Marchand, 2005, p.31). Erikson via a generatividade como um aspecto de formação da identidade, afirmando mesmo “Eu sou o que sobreviver à minha morte” (Erikson, 1968, p.141).

### 3.A DIMENSÃO SOCIAL

Após uma reflexão acerca da dimensão individual dos imigrantes, é importante compreendermos o fenómeno migratório na sua dimensão social.

Face ao fenómeno da globalização as interacções e interdependências, entre as diversas regiões do mundo, intensificaram-se, quer pelo avanço tecnológico, quer pela propagação das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo que a noção da possibilidade de sucesso económico noutras partes do mundo torna-se mais notória. Neste sentido, pode entender-se o acto migratório como resposta de um indivíduo e/ou família face às oportunidades (económicas, sociais e outras) diferenciadamente repartidas pelo mundo (Rosa, 2005), ou como refere Cohen (2005) a imigração, sobretudo, internacional, é causa e, ao mesmo tempo, consequência da globalização.

Na literatura pode encontrar-se um conjunto variado e extenso de definições do conceito *migração*, como já anteriormente referimos. Definido enquanto modalidade espacial, Lee afirma que migração é “uma mudança permanente ou semipermanente de residência” (Lee, 1966, p.285). No entanto, esta definição é demasiado redutora face ao objectivo deste estudo, que pretende compreender o fenómeno migratório para lá da mera deslocação territorial, ou seja, compreender a *mobilidade entre espaços sociais*, quer a nível micro quer a nível macrossistémico.



Para Jackson “a migração terá de envolver necessariamente uma transição social bem definida, implicando uma mudança no estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social” (Jackson, 1991, p.6).

Neste contexto, Mangalam (1968, cit. por Pires, 2003) define migração como um movimento (no espaço) entre sistemas de interacção, contribuindo ainda Einsenstadt com a ideia de que é a “transição, física, de um indivíduo ou grupo, de uma sociedade para outra. Esta transição envolve habitualmente o abandono de um quadro social [*social setting*] e a entrada noutra” (Einsenstadt, 1953, cit. por Pires, 2003, p.58). É aqui considerado uma mobilidade espacial específica - entre sistemas sociais - ou seja, os migrantes vivenciam uma situação de deslocação, o que implica processos de desintegração (na sociedade de partida) e de (re)integração (na sociedade de chegada). Por sua vez, quando nos referimos a migrações internacionais, que implicam a travessia de uma fronteira, equivale, na maior parte das vezes, a um estatuto de redução de direitos por parte destes agentes (Baganha, 2001; Miles, Satzewich & Zolberg, 1989, cit. por Pires, 2003).

Independentemente da definição adoptada, é certo que este fenómeno migratório tem implicações económicas, sociais, culturais e políticas no país de origem e no país de destino, a curto, médio e longo prazo, o que evidencia uma interdependência entre os países (Góis & Marques, 2007).

Para a compreensão do fenómeno migratório é fundamental fazer-se a distinção entre, por um lado, as *características dos fluxos migratórios* e, por outro, os *motivos dos migrantes* incluídos nesses fluxos. Estes fluxos integram migrantes com condições socioeconómicas diferentes decorrentes de origens e funções distintas, que por sua vez irão implicar a adopção de diferentes processos de integração. Os resultados das migrações (Pires, 2003) baseiam-se ainda na necessidade de considerar os efeitos de retroacção entre consequências e determinantes das migrações (Diaz-Briquets, 1978; Pryor, 1981, cit. por Pires, 2003, p.65).

Com base na literatura dos EUA, os imigrantes não são apenas vistos como uma amostra aleatória dos países de origem (Chiswick, 1978) mas, como detentores de um conjunto de habilidades importantes a nível económico e social. É esta questão que se tenta abordar na literatura de auto-selecção de imigrantes, ou seja, conhecer quais os seus incentivos que os fazem deixar o país de origem, quando outros, perante as mesmas circunstâncias, se mantêm nos seus países.

A migração enquanto voluntária é, sem dúvida, um processo selectivo. Perante os mesmos factores de atracção e repulsão, aquilo que poderá determinar a diferença pode ser a existência, nas diversas famílias, de uma tradição de mudança ou imobilismo. A migração pode ser assim, selectiva quer em relação aos indivíduos, quer em relação às próprias famílias (Jackson, 1991). Dadas as características específicas daqueles que tomam a decisão de viver fora do seu país de origem, não é de estranhar que a nível mundial o número de imigrantes internacionais seja apenas de cerca de 175 milhões de pessoas, ou seja, 3% da população mundial, segundo as Nações Unidas (2004) (Zlotnik, 2003).

Entre aqueles que migram podemos identificar diversas categorias, por um lado, a migração tradicional caracterizada pelo “homem que parte e a mulher que espera”, sendo este considerado o imigrante-tipo das sociedades industriais (Santana & Sarratino, 2005), ou seja, homem casado e “ganha pão” que e(i)migra primeiro e cuja mulher, assumindo aparentemente um papel secundário, o segue mais tarde ou fica à espera. Por outro lado, existe o tipo de migração “jovem a solo” que pode ser constituída por jovens adultos, homens (a qual sempre existiu) ou mulheres (menos expressiva). Castles e Miller (1993, 2003 cit. por Peixoto *et al.*, 2006, p.6) chamam à atenção para a feminização das migrações internacionais, sendo assim, um dos principais marcos da nova “era das migrações”. Podemos considerar ainda, a imigração activa, ou seja, aquela que tem como intenção exercer uma profissão e a imigração passiva, que tem como objectivo principal acompanhar o cônjuge ou família (*idem*).

A decisão de emigrar, não é tomada na maior parte das vezes individualmente e representa quase sempre, uma estratégia colectiva/familiar, que pretende melhorar a situação familiar maximizando rendimentos e minimizando os riscos. A família é a mais universal e fundamental unidade de produção e reprodução cultural, social e económica, sendo essencial para a integração dos seus membros funcionando como rede de protecção e entajuda (Fonseca, 2005).

O seu papel fundamental começa a ser desempenhado desde o momento da decisão e capacidade de emigrar, a qual está relacionada com os valores, atitudes e características culturais e socioculturais e, posteriormente, exerce influência no nível de integração, no acesso ao mercado de trabalho, sistema de ensino, cuidados de saúde, habitação e direitos de cidadania no país de destino (Fonseca, 2005). Estas famílias de origem imigrante, para além das problemáticas comuns às outras famílias, enfrentam uma série de desafios ao procurarem integrar-se num novo país, quer enquanto família

quer enquanto indivíduos. Neste sentido, Fonseca inúmera algumas das dificuldades inerentes às famílias migrantes: “inexistência ou reduzido alcance das suas redes familiares e sociais, barreiras linguísticas, dificuldades de aprendizagem, conflitos entre liberdades e valores culturais, alterações das relações de poder e de género no seio da família, discriminação no acesso aos mercados de trabalho e de habitação, precariedade laboral, salários baixo e um conjunto de riscos e necessidades específicos em matéria de saúde” (Fonseca, 2005, pp.79-80).

Em termos familiares podemos identificar diferentes tipos de famílias imigrantes: as famílias totalmente deslocadas (jovens solteiros e divorciados, com famílias de origem no país de origem); famílias parcialmente deslocadas (casais que vivem no país de acolhimento com as famílias alargadas e os filhos no país de origem) e famílias parcialmente integradas (casais com filhos que vivem no país de acolhimento com as famílias alargadas a viverem no país de origem) (Santana & Sarratino, 2005).

### **3.1. PERCURSO MIGRATÓRIO ENQUANTO TRANSIÇÃO SOCIAL: MUDANÇAS E DESAFIOS**

O percurso migratório inicia-se desde que se pretende fazer uma avaliação da situação actual no país de origem, tendo já como alternativa concreta a migração. Este é um percurso exigente que confronta o imigrante com inúmeros desafios e mudanças, o qual contempla um conjunto de passos, acções e situações que o migrante terá de dar e experienciar. Entre estes salienta-se: a intenção de partir; os preparativos da partida, a viagem; a primeira instalação; a inserção no país de acolhimento, a fixação, com carácter permanente ou o regresso ao país de origem e, neste último caso a reinserção (Rocha-Trindade, 1981). Ao longo de todo este percurso o indivíduo assume diferentes papéis, mobilizando referências culturais em cada um desses passos, quer em momentos de constrangimento que surjam, quer na definição de estratégias para alcançar determinado fim. Assim, facilmente se depreenderá que o modo como vivência este processo será determinante do grau de integração do imigrante na sociedade de acolhimento.

Para a compreensão deste fenómeno, não nos podemos reduzir apenas a uma análise dos fluxos dos países mais pobres para os países mais ricos em busca de melhores salários mas, como refere Portes (1999) é igualmente importante ter-se presente que aquilo que determina a emigração é, sobretudo, a criação de expectativas, ainda no país de origem, de conseguir uma vida melhor e reunir os meios económicos para as conseguir alcançar. Quer isto dizer que, o projecto migratório, directa ou

indirectamente, de cariz mais individual ou familiar, tem implícito o desejo de melhorar as condições de vida (Figueiredo, 2006).

Como se teve oportunidade de referir, no Capítulo 1, uma das principais teorias clássicas da migração é da atracção-repulsão (*push-pull*), a qual defende uma racionalidade formal universal na decisão de migrar, ou seja, vê o migrante como um *homo economicus*. Avaliando as vantagens e desvantagem do país de origem e de destino, o migrante decidiria ou não pela migração, de acordo com as condições materiais de vida (salários mais elevados, melhores condições laborais, entre outros). No entanto, se por si só, este modelo se verificasse empiricamente, o número de migrantes seria bem mais elevado, como já mencionámos. Podemos assim considerar, de acordo com esta abordagem, que não há qualquer tipo de relação directa entre pobreza e emigração. Por sua vez, para Castles (2005), as emigrações em países pobres tendem a ser extremamente raras, pois estes não dispõem de capital económico que lhes permita viajar, de capital cultural que lhes permita tomar consciência da existência de oportunidades noutros locais, nem mesmo de capital social, fundamental para o êxito na procura de trabalho e para a adaptação a uma nova cultura e ambiente.

Porém, para esta compreensão é necessário ter-se presente mais duas variáveis: *racionalidade limitada* (aquele que ponderará a migração decidirá sempre com base em informação limitada, dependendo das suas competências e recursos pessoais e sociais) e *motivações* (estes agentes humanos tendem a minimizar os factores de segurança ontológica, os quais também variam de acordo com a posição social de cada um) (Pires, 2003). Deste modo, o cálculo de custo-benefícios é sempre feito de uma forma muito limitada.

É ainda de salientar, que esta racionalidade limitada pode dever-se ao facto destes potenciais migrantes não se basearem, muitas vezes, em informação codificada e técnica, dado que o acesso à informação depende muito das competências de cada um. Tal contraria, mais uma vez, a teoria da atracção-repulsão pois se assim fosse, seriam os mais pobres de países em desenvolvimento, aqueles que mais facilmente decidiriam pela migração. Na realidade aquilo que acontece é que estes não têm as competências para aceder e processar toda a informação, sobre uma possível vida alternativa. É ainda de acrescentar a credibilidade da informação, ou seja, aqueles que têm qualificações mais baixas tendem a confiar menos na informação veiculada por sistemas sócio-técnicos, em prol da informação transmitida oralmente por outros

migrantes da mesma origem e meio, ou seja, “passam a palavra” a potenciais migrantes (Pires, 2003).

Por sua vez, não é só o acesso à informação que impulsiona a emigração. Estes meios de informação, como veremos mais à frente, explicam a reprodução dos fluxos migratórios e não a sua génese. Nesta questão está implícita a “selectividade das migrações”, como já referimos, ou seja, a diferenciação de potenciais migrantes que, por um lado, pressupõe a configuração espacial dos fluxos migratórios e por outro a composição demográfica e selecção desses mesmos fluxos (Pires, 2003, p.71).

É sobretudo naqueles que são mais afectados pelo hiato entre as expectativas de mobilidade e as possibilidades de realização dessas expectativas e que, por sua vez, possuem alguns recursos, que se verifica a decisão pela emigração (Portes, 1999).

Rosa (2005) procurou num dos seus estudos avaliar o sucesso (ganhos/prejuízos educativos) associados ao fluxo migratório para Portugal, mais concretamente da migração de Leste. Neste sentido apresenta a equação das migrações internacionais (laborais), na qual para além de “países pobres” (-) e “países ricos” (+) deve estar ainda incluído o factor educacional, uma vez que este é indissociável das expectativas individuais.

Assim, temos duas variáveis *educação* e *migração* que podem ser dois projectos/estratégias de vida, não actuando, necessariamente, em alternativa. Quer isto dizer que por exemplo, não são os mais pobres ou menos instruídos aqueles que emigram, como se referiu anteriormente. Por sua vez, estando as expectativas relacionadas com o nível educacional, no caso de cidadãos com qualificações mais elevadas a emigração poderia estar relacionada com factores para lá da recompensa financeira (sempre que asseguradas as condições básicas de sobrevivência), embora, seja a recompensa financeira que está na base das migrações económicas. Assim, considera-se que, para além, do diferencial de rendimento (R) entre o país de origem e de destino, está contemplada na decisão a posição/realização profissional (PP).

A *Taxa de Retorno da Educação* (TRE) é então resultado de “R + PP” (Carvalho & Assunção, 2003), logo a migração de indivíduos com qualificações escolares mais elevadas é compreensível através da TRE1 (no país de destino) ser superior à TRE0 (no país de origem).

De acordo com esta análise, há três situações em que  $TRE1$  é superior a  $TRE0$ , ou seja: (1) *TRE pleno* quando no país de destino há um reconhecimento das qualificações escolares, pelo exercício de uma actividade profissional, estando associado a benefícios financeiros, como é o caso da emigração portuguesa de quadros qualificados para países em desenvolvimento (por exemplo as ex-colónias portuguesas) e países desenvolvidos; (2) *TRE parcial  $PP > r$* , quando há uma perda do rendimento financeiro com compensação (acréscimo) da posição/realização profissional, quer isto dizer que aqueles que emigram não o fazem apenas pelo factor económico mas, com a intenção de conseguir um posto de trabalho relacionado com as suas qualificações, ou (3) *TRE parcial  $R > PP$*  quando há uma descida de posição/realização profissional e uma compensação, pelo menos equivalente do factor financeiro, de que são exemplo os imigrantes de países do Leste europeu (Rosa, 2005).

Tomada a decisão de deixar o país de residência, o percurso migratório ainda não terminou. À chegada ao país de acolhimento ocorre o *choque cultural* (no trabalho, na habitação, entre outros) que exige a readaptação a uma nova vida, sendo esta determinada por questões escolares, profissionais, habitacionais, familiares, culturais, entre outras. Há uma alteração das responsabilidades e aprendizagem de novos papéis por parte destes indivíduos, com vista a uma adaptação financeira, legal e social, no país de destino (Gravel, 2000, cit. por Sousa, 2006).

Aqueles que partem para outro país, à procura de um trabalho melhor ou rendimentos mais elevados, iniciam um processo nem sempre fácil, pois são confrontados com uma cultura diferente, com uma realidade quase sempre desconhecida, muitas vezes não coincidente com a perspectivada e com uma sociedade de “acolhimento” que nem sempre está preparada para desempenhar esse papel. Os que emigram vivenciam momentos dolorosos como, tais como, a “separação/abandono da sociedade de origem; dificuldade em encontrar meios para dar início a essa “aventura; dificuldades legais de circulação e deslocação; poucos recursos para a instalação e manutenção de condições dignas no país de “acolhimento e envolvimento permanente em situações de ilegalidade e de informalidade que dificultam ainda mais a sua integração” (REAPN, 2001, p.12).

Quer isto dizer que ao chegar ao país de acolhimento o imigrante depara-se, geralmente, com alguns *handicaps* desde a “falta de trabalho, o domínio da língua, de habitação, de contactos institucionais e pessoais, conhecimento dos múltiplos processos sociais no que respeita às relações entre pessoas e ao funcionamento

institucional e organizacional, nas regras e costumes” (Santana, 2003, p.25). Tudo isto acrescido do facto de ser estrangeiro, podendo vir a sofrer atitudes xenófobas.

Neste sentido, quando falamos em integração dos imigrantes nos países de acolhimento, mais do que falar apenas na inserção laboral, é importante ter-se presente que esta passa também por questões relacionadas com a aquisição de competências linguístico-comunicativas, de direitos de cidadania e participação na vida democrática (Simões, 2007), assim como, do reforço das suas competências pessoais, profissionais, relacionais e organizacionais e sociais. Por sua vez, a integração é um processo bilateral, ou seja, exige adaptações a quem chega e readaptações a quem acolhe. A sua integração passa ainda pelo acesso aos serviços sociais (educação, saúde, segurança social, habitação), pela participação comunitária (Almeida *et al.*, 2004), mas também se deve às atitudes e comportamentos adoptados pelos elementos da sociedade autóctone.

### 3.1.1. TRAJECTÓRIAS SOCIOPROFISSIONAIS

O trabalho é o factor essencial que move todo o movimento migratório, é o “combustível”, “é a razão de ser do movimento humano que se faz em termos de motivação económica”<sup>17</sup> (Marques, 2006, p.27). Deste modo, as trajectórias socioprofissionais destes imigrantes são para Machado e Abranches (2005) um dos indicadores principais da integração ou exclusão na sociedade de acolhimento, ou seja, todas as outras áreas de integração podem falhar se não houver sucesso na integração económica e laboral (Marques, 2006). Santana (2003) acrescenta ainda que essa avaliação da integração social e económica poderá ser medida pela actividade para a qual está profissionalmente habilitado e aquela que exerce no país de acolhimento. Logo, quanto maior for a amplitude entre uma e outra menor será a sua integração (Santana, 2003). Salienta ainda a investigadora, que a integração social parece resultar, por um lado, da integração económica, e por outro, da inserção no mercado de trabalho. No entanto, é de ressaltar que todo o processo migratório e de integração não pode ser reduzido, única e exclusivamente, ao trabalho, tal como alerta Marques (Marques, 2005).

---

<sup>17</sup> Nesta análise não contemplámos outras motivações para a emigração (por exemplo, guerra, exilamento, refugiados).

A integração social implica, de acordo com Bruto da Costa (2005) o “exercício pleno de cidadania” (p.14), que tem inerente o acesso a um conjunto de *sistemas básicos*, que podem ser agrupados em cinco domínios: o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas<sup>18</sup> (idem). O autor chama à atenção para a forte componente social da inserção no mercado de trabalho, que ultrapassa em muito a visão redutora enquanto mera fonte de rendimentos (domínio económico). Estar integrado profissionalmente é um factor fundamental na socialização e na integração social. Ainda a este propósito, Bruto da Costa salienta que, enquanto factor de integração social, é preferível um emprego precário com salário baixo a uma situação de desemprego com um subsídio razoável (Costa, 2005).

Para muitos imigrantes, o início da sua experiência migratória é caracterizado pela entrada no mercado de trabalho à margem da lei, num meio cultural e social que lhes é totalmente desconhecido, não só pelo facto de anteriormente, como é o caso dos imigrantes de Leste, não terem tido nenhum contacto com Portugal, mas também pelas diferenças linguísticas. Considera-se, segundo as estimativas de Reyneri que 30% dos imigrantes chegaram a Portugal em situação ilegal só mais tarde terão regularizado a sua situação (Reyneri, 2003). Costa aponta alguns factores que podem gerar essas situações de ilegalidade como “a redução dos canais legais de imigração, a dimensão do mercado de trabalho clandestino ou a instabilidade legislativa, relativa aos estrangeiros (Costa, 2008, p.4). É previsível que toda esta situação gere, desde logo, um conjunto de barreiras à integração no país de destino, que passam pelo acesso legal ao trabalho e até à habitação. Conforme refere Matias (2004, pp.3-4) “percepciona-se, assim, uma realidade na sociedade de acolhimento que limita as suas estratégias de integração à procura de qualquer tipo de trabalho, em que o grau de qualificação profissional ou a formalização da relação laboral não é factor prioritário”. No entanto, embora seja comum que nos primeiros anos se posicionem em sectores menos

---

<sup>18</sup> A dimensão social refere-se aos diversos sistemas a que o indivíduo pertence, mais imediatos e restritos (família, vizinhança), intermédios (associação, grupo de amigos, comunidade cultural) ou mais amplos (comunidade local, mercado de trabalho). O domínio económico integra três sistemas, os mecanismos geradores de recursos (inclui o mercado de trabalho - salários - a segurança social, pensões - e os activos), o mercado de bens e serviços (financeiros, crédito), e o sistema de poupanças. O domínio institucional inclui os sistemas prestadores de serviços (educação, saúde, justiça, habitação) e sistemas mais burocráticos. O domínio territorial refere-se às situações em que a exclusão social, para lá de abranger as pessoas e família, se estende ao território (bairros sociais, bairros degradados), podendo aplicar-se a nível mundial (é o caso das migrações, em que os imigrantes podem ser vistos como excluídos que vêm de zonas mais desfavorecidas para países mais prósperos). O domínio das referências simbólicas inclui aquilo que a pessoa em situação permanente de exclusão perde, como seja, a identidade social, a auto-estima, auto-confiança, sentido de pertença a uma sociedade (Costa, 2005, pp. 16-17).



privilegiados, a sua permanência continuada nesses sectores pode antever dificuldades no processo de integração (Machado & Abranches, 2005).

Na análise das trajectórias dos imigrantes salienta-se uma forte presença do mercado de trabalho segmentado, no qual os imigrantes, para além, de ocuparem os estratos mais baixos da estrutura ocupacional, sofrem desigualdades no acesso ao trabalho e nas próprias condições de trabalho caracterizadas pela precariedade, informalidade, desprestígio social e submissão aos mecanismos económicos. “A população imigrada é frequentemente objecto de segregação ocupacional em funções no país de origem e do sexo e independentemente das habilitações literárias” (Santana, 2003, p.20) A título de exemplo, no trabalho realizado por Baganha e colaboradores (Baganha, Ferrão & Malheiros, 1999 cit. por Costa, 2008, p.5) 74% dos estrangeiros que trabalhavam na construção civil, não tinham um contrato de trabalho válido.

Relativamente à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, Alejandro Portes (1999) identifica quatro modalidades principais: (I) mercado de trabalho primário; (II) mercado de trabalho secundário; (III) enclaves étnicos e (IV) minorias étnicas. As determinantes de cada uma das modalidades estão relacionadas com o volume e o nível de concentração espacial de cada população, a composição de classe na origem e, na actualidade, a diversidade institucional interna e o grau de preservação da própria cultura (Machado & Abranches, 2005).

Em Portugal foi visível, assim como, no resto dos países da Europa, um crescimento de sector informal. Como refere Schneider (2002) houve um crescimento de 15.9% para 22.5% de 2001 para 2002, pelo que era este um dos países da OCDE onde se registavam valores mais elevados a este nível.

É de salientar que o trabalho informal, embora não sendo necessariamente ilegal, acontece à margem das regras fiscais ou laborais. Portes (1994, cit. por Carvalho, 2007, p.14) identifica diversas facetas que podem ser assumidas quando nos referimos a economia informal, as quais são visíveis em Portugal: (I) “falsos empregos independentes e subcontratação em cascata” (situações que encobrem a relação trabalhador e empregador o que permite a fuga a compromissos fiscais e de segurança social); (II) trabalho clandestino (verifica-se em situações em que a população imigrante que não tem autorização para trabalhar ou em situações em que não têm autorização para a realização de uma segunda actividade); (III) emprego “subterrâneo” em empresas de pequenas dimensões (quando para efeitos legais apenas são declarados

parte dos trabalhadores); (IV) ou outras facetas do trabalho informal como a aquisição ou construções não autorizadas, transportes colectivos sem licença.

É a população imigrante, principalmente aquela em situação irregular, que mais facilmente é integrada neste sector da economia, caracterizado por ser “um mercado de trabalho onde pode coexistir elevado desemprego e uma procura não satisfeita de baixas qualificações e baixos salários [ou seja] deficientes condições de trabalho que a população nacional evita ocupar” (Carvalho, 2007, p.15).

Neste sentido, é ainda de acrescentar, que pelo facto da maioria dos imigrantes não objectivarem a sua permanência como efectiva, as suas motivações também não passam pela ascensão ao mercado formal, dadas as vantagens imediatas (sobretudo, a nível económico) que conseguem obter no sector informal. Os objectivos económicos dos imigrantes implicam que estes se sobreponham às exigências legais, excedendo por exemplo, muitas vezes, o número de horas de trabalho semanais permitidas, rentabilizando os dias de férias e os fins-de-semana.

Para se compreender os processos de integração ou exclusão dos imigrantes é fundamental que os mesmos sejam conceptualizados “em termos dos respectivos contrastes e continuidades face à população receptora em que estão fixados, afirmando-se que o grau de integração é inversamente proporcional ao grau de contraste, particularmente o contraste social” (Machado & Abranches, 2005, p.68).

Podem ser apontados várias determinantes para a integração económica e social dos imigrantes. Constantino Fotakis vem reforçar o papel da educação dos imigrantes que parece ser fundamental para o sucesso da sua integração no país de destino, uma vez que estes são mais adaptáveis, têm melhores capacidades linguísticas e consideram ser mais fácil recriar uma rede social num novo local, assim como, no acesso à habitação (Fotakis, 2003). Relativamente à sociedade receptora refere ainda, que é também fundamental diminuir a discriminação existente em locais como de trabalho, na rua e promover a sua participação social.

### **3.1.2. O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA INTEGRAÇÃO**

Como temos vindo a observar a migração não parte de decisões individuais isoladas mas, de um processo colectivo. As redes sociais exercem uma grande influência nos movimentos migratórios, assim como, em possíveis mudanças e reorganizações (Fazito, 2002). O estudo das redes sociais só recentemente começou a ser abordado na área da migração, considerando-se que começou com Douglas Massey e colaboradores (1987,

1997 cit. por Fazito, 2002). Fazito (2002) alerta para o modo como podem ser pensadas estas redes, enquanto grandes sistemas entre países, ou num aspecto mais restrito, ao nível das relações interpessoais (Boyd, 1989, cit. por Fazito, 2002).

De facto é importante ter presente o papel que estas redes exercem em diferentes dimensões do processo migratório. Desde logo, são um meio de ligação, funcionando como mecanismos de recurso e informação, ainda numa fase muito inicial de todo este processo (Boyd, 1989; Gurak & Caces; 1992, cit. por Fazito, 2002), seleccionando logo quem emigra e quando.

A migração leva a que os indivíduos comecem uma nova vida, pautada por múltiplos desafios a diferentes níveis, tendo como background um país desconhecido, com culturas e normas diferentes que exigem o desenvolvimento e a aquisição de novas competências promotoras da sua integração e adaptação à nova realidade.

A comunidade imigrante devido ao afastamento e ruptura das relações familiares e sociais (principalmente numa primeira fase), ausência de micro-organismos que apoiem a estabilidade do indivíduo, as barreiras da língua, das habitações (de poucas condições), a dificuldade no reconhecimento das suas habilitações, na legalização, na saúde e situações laborais precárias (Farmhouse, 2006), está exposta a maiores factores de risco aumentando, por isso, a sua vulnerabilidade à exclusão social. As desigualdades socioeconómicas que advêm manifestam-se pela redução de oportunidades de acesso à educação, informação e utilização de serviços e de saúde (Dias & Gonçalves, 2007, p.19)

Neste sentido, a existência de redes de apoio no país de destino pode ser um dos mecanismos facilitadores da integração dos imigrantes, pois são “locais de transferência de informação e de recursos que poderão ser mobilizados pelo imigrante (...) oferecem ao migrante a estrutura de suporte social que poderá auxiliar na procura de emprego, habitação (...) que permitem mitigar a incerteza que frequentemente se encontra associada ao processo migratório” (Lages *et al.*, 2006, p.106).

Só nos anos 70, do século passado, é que se começou a verificar um interesse crescente no estudo do suporte social. House (1981, cit. por Seco, 2005a) considerava que o suporte social como uma “transacção interpessoal”, que poderia envolver aspectos como o “apoio emocional, ajuda instrumental, informação acerca do meio e feedback acerca de si” (p.32). Por sua vez, Barrera (1986) e Vaux (1988, cit. por Seco, 2005a), consideravam “a rede de interacções, os comportamentos de suporte e a

avaliação ou a percepção de suporte” (idem). Irwin e Barbara Sarason definiram que a percepção do suporte social diz respeito à convicção que cada indivíduo tem de que pode obter ajuda caso dela necessite, ou seja, são as expectativas de que o “suporte existirá se dele necessitarmos” (Sarason & Sarason, 1990 cit. Seco 2005a, p.32).

Esta noção de percepção inclui dois conceitos: o de percepção da disponibilidade (aptidões sociais e circunstâncias de vida) e o de percepção de satisfação (características da personalidade).

Como refere Seco “o suporte social pode ser entendido como um conjunto vasto de benefícios (afectivos, comportamentais e de conhecimento) derivados da qualidade e quantidade dos relacionamentos interpessoais” (2005a, p.32) que o imigrante estabelece na sua rede social.

As fontes de suporte social baseiam-se nas interações e nos relacionamentos interpessoais (família, amigos, colegas, entre outros). Seco acrescenta ainda o modo como cada indivíduo poderá lidar com os diversos acontecimentos da vida será influenciado pelo tipo de interações que transmita suporte, quer em relação a si próprios quer no modo como percebem a qualidade de vida. O suporte social poderá assumir um papel protector em situações de crise tendo repercussões a nível fisiológico, psicológico e social (Sarason, Sarason & Pierce, 1990, cit. por Pinheiro, 2003).

No que se refere ao caso específico das migrações, verificamos que as redes de solidariedade criadas no país de destino, pretendem fomentar uma ou mais identidades, ligando o país de origem e o de acolhimento (Kastoryano, 2005). Estas relações sociais/ redes sociais<sup>19</sup> são importantes, numa fase inicial, para satisfazer as suas necessidades mais imediatas e centrais (trabalho e habitação). Por sua vez, a acção destas redes, a este nível vai diminuindo de importância. Deste modo, acrescentamos ao processo de integração, as emoções e relações (Marques, 2006).

Sílvia Portugal analisou o papel das redes sociais na provisão de recursos (Portugal, 2006) a fim de discutir a acção dos laços informais na produção do bem-estar. Deste modo revelou a importância que estas redes assumem na satisfação das necessidades das famílias, assim como, a primazia dos laços informais enquanto suporte no dia-a-dia

---

<sup>19</sup> Lages e colaboradores (2006) utilizam estes dois conceitos a fim de reforçar a ideia de que o suporte social do imigrante dever-se-ia não só à sua inserção em redes estruturadas, mas também a contactos mais ocasionais estabelecidos no país de acolhimento.

de cada família. No interior dessas redes circulavam inúmeros recursos, apoios, afectos, bens e serviços.

Na avaliação destas redes é importante ter presente a sua diversidade, tendo também em conta o acesso a instituições. Quer isto dizer que nestas redes devem ser contemplados para além dos familiares, amigos e conhecidos, o acesso a associações de imigrantes e outras instituições.

Numa primeira fase da imigração é comum, que os migrantes se situem em segmentos menos privilegiados da economia. No entanto, caso esta permanência seja continuada, as dificuldades de integração surgem, tornando-se estes mais vulneráveis a situações de exclusão social. Situação inversa verifica-se quando há uma mobilidade ascendente, que lhes permite estar em situações idênticas às da população nativa, o que facilitará a integração. As redes sociais exercem neste contexto, um papel importante na sua concretização da integração.

Os países de acolhimento dispõem, quase sempre, de serviços criados e estruturados para responder a questões específicas dos imigrantes, sobretudo a nível burocrático (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Inspecção Geral do Trabalho, Embaixadas/ Consulados), assim como instituições, que tendo um cariz de maior proximidade com a comunidade migrante, dão respostas a outros níveis, por exemplo psicológico, entretenimento, cultural, pedagógico. No entanto, as associações de imigrantes são consideradas um “espaço privilegiado para a expressão e conservação do legado cultural dos que abraçam a aventura de partir de sua terra natal para um novo lugar (ГРУППА, 2007, p.267). Segundo Jon Rex, conforme refere Sónia Pires (2002), estas associações de imigrantes são, sobretudo, instrumentos sociais em prol da integração social dos imigrantes. Deste modo, para Rex (1994), como refere Rui Pena Pires (2002) estas desempenham essencialmente quatro funções (1) evitar o isolamento social a que muitos imigrantes estão vulneráveis (o facto de trabalharem muitas horas, por exemplo, pode afectar a sua sociabilidade), (2) reforçar as crenças e valores de grupo, (3) prestar apoio assistencial aos seus membros e (4) defender os interesses e resolver conflitos que possam surgir entre os imigrantes e a sociedade autóctone.

Estas associações são assim, vistas pelos imigrantes como “espaços de convívio, de educação comunicação, organização social, socialização, informação, reinterpretação das tradições, solidariedade e mediação entre a sociedade de origem e a de

acolhimento” (Albuquerque *et al.*, 2000, p.11), proporcionando assim, o bem-estar social e económico, evitando a exclusão social (Simões, 2007).

Compreendendo a migração como sendo um fenómeno complexo que implica mudanças, não só a nível de endereço mas em todas as áreas de vida do indivíduo, é provável que este viva momentos de *stress* psicológico (Sarriera *et al.*, 2005b). Logo, como refere Pinheiro (2004) em situações de transição, de mudança e adaptação a novas situações é importante compreender a importância que o suporte social poderá vir a exercer. Podemos assim concluir que os processos adaptativos, que o migrante vivência, nos seus mais variados níveis, serão resultado do modo como este percebe o suporte social.

### 3.1.3. O PROCESSO DE ACULTURAÇÃO

No processo de integração e acolhimento na sociedade local estão implicados uma série de mudanças psicológicas (mecanismos de adaptação, emocionais, crenças, atitudes, valores e saúde mental), sociológicos (estereótipos, preconceitos, novas relações), legislativos (a política governamental do país de acolhimento), sócio-profissionais ((des)emprego), físicos (um novo lugar, um novo alojamento), biológicos (nova alimentação, novas doenças), políticos (perdas de autonomia), económicos (passam de formas de emprego tradicionais para novas formas), culturais (língua, religião), entre outros. Este conjunto de modificações que decorrem dos “contactos contínuos e directos entre dois grupos culturais independentes” é designado de aculturação (Neto, 2008, p.111). A condição necessária para que se inicie a aculturação é a presença, pelo menos, de duas culturas, em contacto directo e contínuo entre si. É importante ter presente, que no processo de aculturação interage uma diversidade de factores entre os quais se destacam a natureza do movimento migratório, o *status* económico, a noção de suporte social podendo ir até à receptividade da cultura acolhida (Zepeda, 200; Babatier & Berry, 1996; Berry, 1998; Gregorio Gil, Díaz-Gómez & Rivas Nina, 1994, cit. por Sarriera *et al.*, 2005a).

Relativamente à integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento existem outras questões relacionadas com a cultura. Inicialmente a relação entre os imigrantes e o país de acolhimento era descrita segundo um *continuum* unidimensional de assimilação. Nesta perspectiva o biculturalismo apenas existiria numa fase transitória com vista à assimilação (adopção total da cultura do país de acolhimento). Berry foi o primeiro autor a propor que seria possível olhar a cultura do imigrante e a de acolhimento como dimensões independentes e colocadas em pontos extremos num *continuum* bipolar,

pelo que num extremo estariam aqueles que pretendiam manter a sua identidade de origem (separação) e no outro os que adoptavam valores e comportamentos da nova sociedade (assimilação). Porém, poder-se-á considerar que exista um ponto intermédio a esses extremos - o biculturalismo/integração - em que o cidadão imigrante não abdicando da sua cultura procurava adaptar-se à cultura da sociedade de acolhimento integrando, deste modo, algumas das suas características.

Berry (1990) procurou estudar o modo como os imigrantes se integram numa nova sociedade a que chamou processos de aculturação ou relações culturais. Assim, quando confrontado com uma nova cultura/sociedade o imigrante deve colocar a si próprio duas questões: *Devo manter uma identidade cultural? Devo manter relações culturais com outros grupos?* As respostas a estas questões permitem tipificar as suas atitudes em quatro grupos teóricos, as quais definem estratégias de aculturação de acordo com a importância que dão ou não, à identidade e cultura locais ou às relações com os outros, conforme se pode observar no Quadro 2-4.

**Quadro 2-4. Modelo bidimensional de aculturação de Berry, 1990 (retirado de Vala, 2003, p.51).**

Devo manter relações culturais com outros grupos?	Devo manter a minha identidade cultural?	
	Sim	Não
Sim	Integração (Biculturality)	Assimilação
Não	Separação	Marginalização

Segundo este esquema, a *integração* refere-se a situações em que o imigrante pretende manter aspectos essenciais da identidade cultural de origem e concomitantemente estabelecer relações culturais com elementos pertencentes à sociedade de acolhimento. A *assimilação* diz respeito à total interiorização da cultura de acolhimento relativamente à cultura de origem. Pelo contrário, a *separação* consiste no fechamento do indivíduo na sua cultura de origem, não estabelecendo qualquer tipo de relação com a cultura dominante. No entanto, Berry distingue ainda a *segregação* da *separação*, pois considera que a primeira existe quando o grupo dominante exerce poder obrigando o grupo não dominante a manter às suas especificidades culturais (Sousa, 2006). Finalmente, quando o indivíduo nega quer a sua identidade social quer os valores e comportamentos da sociedade de acolhimento, estamos perante a *marginalização*, que pela negação de ambas as culturas pode ser considerada como uma não relação cultural (Vala, 2003). Porém, outros autores chamam à atenção para uma visão não negativista da dupla rejeição cultural, uma vez que isso pode ser sinónimo de uma afirmação pessoal, sem ter de se sentir preso a uma das categorias (atitude individualista).

Este processo de aculturação pode gerar stress. “Stress é um conceito que serve para identificar um estado fisiológico e psicológico do organismo que responde às condições do meio ambiente (os agentes de *stress*) por meio de um processo de confronto (*coping*), com vista a uma adaptação satisfatória à situação proposta (Selye, 1975, 1976, cit. por Neto, 2008, p.111). No caso do stress de aculturação é importante compreender todo o processo a ele inerente. Deste modo, o conceito de stress de aculturação (Berry & Annis, 1974, cit. por Neto 1993, p.93) diz respeito a “uma forma de stress cuja origem está no próprio processo de aculturação, manifestando-se por problemas de saúde mental (confusão, depressão, angústia, etc.), sentimentos de marginalidade e de alienação, aumento do nível de sintomas psicossomáticos e dificuldades identificatórias (...) o *stress* não é necessariamente negativo (...) pode ser uma força positiva e criadora que estimula e motiva o funcionamento psicológico do indivíduo”. Para o efeito Berry identifica cinco factores que controlam as relações entre aculturação e stress: (1) características da sociedade dominante, (2) tipos de grupos de aculturação, (3) modos de aculturação, (4) características sociodemográfica do indivíduo e (5) características psicológicas do indivíduo. Deste modo, podemos considerar que relativamente ao primeiro factor - características da sociedade dominante - o nível de stress é mais elevado quando estas são monistas e assimilacionistas face a sociedades pluralistas e tolerantes. Relembramos que a assimilação se refere ao “abandono da identidade cultural em benefício da comunidade dominante” (Neto, 2008, p.113). Quanto ao tipo de grupos de aculturação, os níveis mais elevados de stress verificam-se, sobretudo, naqueles constituídos por membros não voluntários. Por sua vez, o modo de aculturação em que se verifica taxas de stress mais elevadas é a separação, em que os indivíduos vivem situações de conflito entre ambas as culturas, ou grupos marginalizados. No extremo estão os indivíduos que procuram a integração (“manutenção parcial da identidade cultural do grupo étnico em paralelo com uma participação mais ou menos marcada dos indivíduos no seio da nova sociedade” (Neto, 2008, p.113)). O quarto factor inclui características psicossociais tais como a idade, sexo, o estado civil, o nível socioeconómico que interferem no processo de aculturação, que interferem nos níveis de stress. Das características psicológicas com maior influência no controlo do *stress* de aculturação, salientam-se as estratégias de controlo, estratégias de confronto (*coping*), as capacidades e motivações e o sentimento de identidade cultural (Neto, 2008).



#### **4. ANTES, DURANTE E DEPOIS DA TOMADA DE DECISÃO. IMIGRAÇÃO ENQUANTO TRANSIÇÃO PESSOAL E SOCIAL: PROCESSO E PRODUTO**

O percurso/processo migratório implica a transição para um novo país, o qual coincide com um processo de transição pessoal e social, ou seja, um processo de adaptação, cuja vivência se pretende geradora de um sucesso na sua integração, ao mesmo tempo que impulsionadora de um bem-estar psicológico, social e, também, físico (Rodrigues & Pinheiro, 2007).

Esta realidade permite que o indivíduo tenha contacto com um conjunto de vivências próprias de todos aqueles que decidem deixar o seu país de origem, implicando mudanças ao nível dos papéis, das rotinas, dos relacionamentos interpessoais e do próprio estatuto. Quer isto dizer que a imigração implica, impreterivelmente, um conjunto de mudanças a vários níveis, como por exemplo, ecológico (viver num novo país), desenvolvimental (associado às tarefas de desenvolvimento cognitivo e psicossocial), social (novas relações), económico (nova gestão financeira, diferentes despesas), profissional (novo trabalho) e cultural (contacto com novas culturas). Este processo exige ainda um processo de adaptação do indivíduo à transição anterior e a todas as transições que se seguem simultaneamente.

Para a compreensão do fenómeno migratório, enquanto transição, este estudo centrar-se-á nos trabalhos e perspectivas desenvolvidas por Schlossberg (1989, 1995), uma vez que se focaliza não só o indivíduo mas também, no modo como este vivência e avalia cada situação, assim como, nas consequentes modificações. Como refere Pinheiro, a este propósito, nesta teoria são tidas em conta “as mudanças, o impacto em diferentes momentos, as respostas que o indivíduo constrói a partir dos seus próprios recursos e/ou de outros que entretanto mobiliza, e que lhe permitem um maior ou menor ajustamento entre si a nova(s) situação(ões) ou acontecimento(s)” (Pinheiro, 2004, p.9).

Ao longo da vida ocorrem variadas mudanças, umas maiores que outras, algumas afectando toda a vida, outras exigindo apenas a alteração de algumas rotinas. As transições alteram a vida de diferentes maneiras. Contudo, para avaliar o impacto dessas mudanças é fundamental atender aos papéis, às rotinas, às relações interpessoais e à visão de si e do mundo (Chickering & Schlossberg, 1995).

Esta teoria permite fazer uma clara distinção entre mudanças e transições. As mudanças por si só não são transições, são situacionais, pois a transição implica

questões de foro psicológico. Para Schlossberg (1989; Schlossberg, Watters & Goodman, 1995), há uma transição quando a presença ou a ausência de um evento, produz uma mudança ao nível dos papéis, das rotinas, das relações pessoais, podendo afectar a ideia ou conceito que tem de si e/ou do mundo. As transições envolvem ganhos com sucessos favoráveis e perdas. Contudo, as transições não ocorrem apenas quando previstas (casar, nascimento de um filho, entre outras), podendo ocorrer acontecimentos imprevistos (morte do cônjuge, desemprego, doença), ou até mesmo por um não acontecimento, por exemplo, pelo facto de determinadas aspirações nunca se virem a realizar.

O modo como todo este processo é vivenciado está em consonância com determinadas variáveis: (1) as características desenvolvimentais do indivíduo (competência psicossocial, sexo, idade, experiências prévias de transição de natureza semelhante, estatuto socioeconómico); (2) situações específicas em que vive; (3) estratégias a que recorre para lidar com as condições ambientais e com as próprias características desenvolvimentais e as (4) as estruturas de suporte social (pessoal e institucional) que percebe como disponível para o apoiar caso necessite delas (Pinheiro, 2003).

A adaptação a uma nova realidade exige que sejam adoptadas respostas - estratégias de *coping* - que permitam redefinir papéis, reconstruir redes de relações sociais e reorganizar as rotinas diárias. A teoria psicológica de Schlossberg, neste contexto, consegue integrar as características desenvolvimentais com as vivências específicas do indivíduo, relacionando-as ainda com o suporte social e com as estratégias (*coping*) necessárias para lidar com as mudanças que integram a transição. É neste sentido que consideramos, no que se refere ao migrante, ser importante que essas respostas tenham sempre uma ligação efectiva a aspectos sociais e culturais relacionados com a migração.

Segundo abordagens psicológicas a transição está relacionada com o modo como o indivíduo vive e avalia a transição (*individual's appraisal*), através do impacto que as suas respostas tiveram em diferentes momentos da transição e das repostas que construiu a partir dos recursos disponíveis.

As vivências relacionadas com a migração podem ser vistas como potenciais situações de transição, quer pelas diversas mudanças que produzem mas, sobretudo, pelas adaptações que lhes estão inerentes. Esta situação pode ser avaliada pelo indivíduo como positiva ou negativa, tendo presente as suas características e os recursos individuais.

Os migrantes trazem do seu país de origem expectativas, características pessoais, sociais, económicas, escolares, culturais e profissionais. Todas estas variáveis na sua interação poderão facilitar ou dificultar a criação de respostas aos novos desafios com os quais são confrontados continuamente. No entanto, estes indivíduos trazem igualmente pontos fracos, frustrações, dificuldades e medos, que irão, provavelmente, influenciar na adopção de respostas aos desafios.

Deste modo, facilmente se depreende que quanto mais as transições alterarem a vida do imigrante mais adaptações este terá de realizar, colocando à prova as suas condições pessoais (aspectos psicológicos, sociodemográfico, etc.), locais e institucionais.

Bronfenbrenner (1979) na sua perspectiva ecológica (*ecological transition*) entende a transição como consequência (*efeito*) e como agente (*causa*) do desenvolvimento do indivíduo. Há uma mudança no seu cenário de vida e no seu papel. Em nosso entender, um dos exemplos claros de uma transição ecológica poderá ser a partida para um novo país.

A Teoria Psicológica da Transição de Schlossberg teve o seu início, no estudo de idosos (1981), ao nível das transições inerentes à passagem para esta etapa do ciclo vital. Mais tarde esta teoria teve diversas aplicações, nomeadamente na transição para o ensino superior (Chickering & Schlossberg, 1995), no estudo de pessoas com deficiência (Harley *et al.*, 2008). Neste sentido, este modelo será a base teórica neste estudo, a fim de compreender o fenómeno migratório enquanto processo de transição.

Schlossberg e colaboradores (1995) identificam um conjunto de factores individuais e contextuais específicos de uma situação de transição, que permitem determinar o grau de impacto que a mesma teve no indivíduo, em determinadas circunstâncias. Se inicialmente Schlossberg (1989) se referia à *adaptação à transição*, para a qual eram necessários factores de ordem individual, situacional e contextual, na revisão da sua teoria (Schlossberg *et al.*, 1995) opta por falar em *respostas à transição*, ou seja, “o reconhecimento das diversas mudanças, a tomada de consciência dos discursos disponíveis e necessários para lidar com as mudanças, a capacitação para accionar e percorrer as diferentes fases da transição e ainda, se necessário e/ou desejado, encetar novas mudanças e enfrentar novas transições” (Pinheiro, 2004, p.10).

A decisão pela migração implica que o individuo passe por diferentes fases inerentes ao percurso migratório, passe por desafios (nem sempre muitos, nem sempre novos), que

Ihe irão implicar, muitas vezes, mudanças nos padrões de comportamento, nomeadamente a adopção de diferentes papéis, quer para fazer face aos constrangimentos que encontra ao longo deste percurso, quer na definição e mobilização de estratégias e recursos disponíveis (recorrendo aos seus diferenciais culturais), que lhe permitam conseguir um melhor ajustamento entre si e as novas situações ou acontecimento e, deste modo, concretizar os objectivos que delineou com a emigração. Caso esta transição se faça com sucesso, é então de esperar desenvolvimento e progresso no indivíduo. Pelo contrário, se este processo não for bem sucedido, as suas consequências negativas serão sentidas.

Podemos sintetizar tudo isto, em diferentes níveis de acção aqui exigidos: “(1) avaliação das situações de transição; (2) o estabelecimento de objectivos imediatos; (3) a construção de um relacionamento interpessoal baseado numa relação de ajuda ou de aconselhamento; (4) a implementação de um conjunto de acções que compõem a intervenção propriamente dita (5) e ainda a conclusão ou finalização quer do processo de transição quer do processo de ajuda ou de aconselhamento” (Pinheiro, 2003, p.130).

#### 4.1. O MODELO DA TRANSIÇÃO

A Teoria Psicológica da Transição desenvolvida por Nancy Schlossberg na década de 80 e aprofundada em trabalhos posteriores (Schlossberg *et al.*, 1995) tem sido bastante útil para muitos profissionais, pois embora considerem que as transições difiram, e que há diferenças individuais, pressupõem que existe uma estrutura estável para compreender os indivíduos na transição. Fazendo uma análise a nível psicológico da transição, esta relaciona-se com o modo como cada indivíduo vive e avalia a própria transição.

Na base de uma transição há a combinação de três elementos fundamentais: a sua identificação e o processo de transição propriamente dito; os elementos ou factores determinantes das respostas à transição e a maximização ou reforço dos recursos individuais. A identificação da transição (*approaching transitions*) refere-se ao reconhecimento da natureza da transição, sendo este o ponto de partida para lidar com a situação. Tal remete para questões como: *Que mudanças é que estão ou vão acontecer?* (procurar emprego, habitação...), *Há mudança de papéis* (deixei de ser cidadão nativo para ser imigrante), *de rotinas* (mais horas de trabalho, alteração do sono), *de relacionamento* (isolamento social, criar novas amizades com cidadãos de outras nacionalidades)?

A partir do momento em que ocorre uma transição é fundamental perceber que há todo um processo que se irá iniciar e que necessita de ser percebido.

Assim, seguindo a linha teórica Schlossberg é possível identificar, quanto à sua estrutura três *tipos* de transição, ou seja, *transições previsível/esperada (anticipated transition)*, isto é, quando ocorrem transições normativas, ao longo da vida, em que há ganhos e perdas (casar, nascimento de um filho, filhos deixarem a casa, etc); *transição imprevisíveis/ inesperadas (unanticipated transition)* que engloba um conjunto de acontecimento não previstos (divórcio, doença, separação, morte prematura). A este nível Brimand Ryff (1980, cit. por Schlossberg *et al.*, 1995) alerta para a distinção dos acontecimentos que têm maior ou menor probabilidade de acontecer, como são exemplo, o casar ou tornar-se milionário, respectivamente. Finalmente, outro tipo de transição deve-se à *ausência de acontecimento (non-event transition)* que inclui aqueles acontecimentos que são esperados mas, que nunca chegam a acontecer e podem alterar a vida do indivíduo. Por sua vez é importante perceber em que dimensão decorre a transição, se ecológica, desenvolvimental, ou outra.

É importante ter-se presente o conceito de relatividade no que se refere à interpretação desta teoria, pois o que para um indivíduo pode ser considerado um evento previsível, para outro pode já não ser. Por sua vez, é necessário atender à avaliação individual (*individual's appraisal*) de cada transição, que poderá ser positiva ou negativa, satisfatória ou insatisfatória de acordo com as mudanças que ocorrem na sua vida (Pinheiro, 2003).

Por sua vez, deve-se atender ao *contexto* em que esta ocorre, pois raramente afecta só um indivíduo, envolvendo todos aqueles que fazem parte das suas relações pessoais nessa mudança, nomeadamente nos locais onde acontecem, como no trabalho, na família, no grupo de amigos. No caso de uma mudança ecológica, é importante ter ainda presente a sua integração social e económica no novo contexto, as novas aprendizagens, a socialização, a adaptação, entre outras.

Mais importante para um indivíduo que vivência uma transição, esperada ou inesperada, é o *impacto* que pode ter, o grau de mudança provocado pela transição no seu estilo de vida. Tal implica avaliar as diferenças no indivíduo e no ambiente antes e depois da transição, manifestadas ao nível dos novos papéis, das novas rotinas, dos novos relacionamentos interpessoais e da nova visão acerca de si e do mundo (Pinheiro, 2005a). O impacto está ainda relacionado com o facto de essa mudança ser gradual ou repentina, ou se estão a ocorrer mudanças em simultâneo (Schlossberg *et*

*al.*, 1995). “Quanto mais essas alterarem a sua vida, mais recursos de  *coping*  exigem, mais tempo de assimilação e mais adaptações requerem” (Pinheiro, 2003, p.133).

O conceito  *tempo*  é fundamental para compreender todo o processo de transição. É necessário tempo para que ocorra determinada mudança, tempo para que ele decorra e tempo para que novas mudanças surjam. Porém, aquilo que se sente em plena transição não é o que se vai sentir para sempre.  *Today is not forever*  (Schlossberg  *et al.*, 1995) (Figura 2-5).

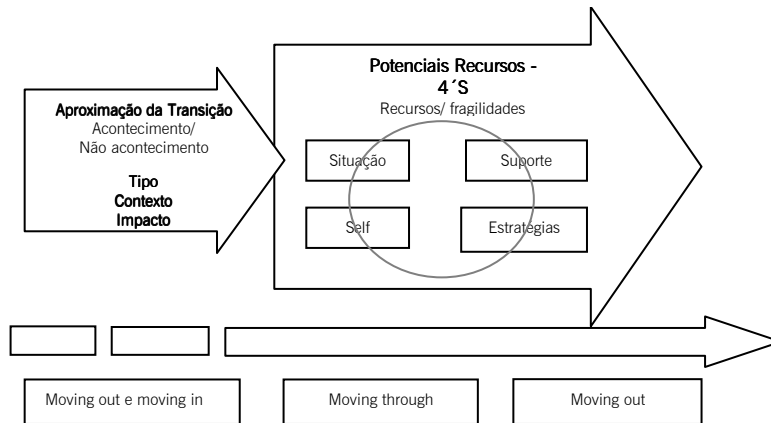
Com base em modelos de outros autores (Bridges, 1980; Van Gennep, 1960; Louis, 1980; Myerhoff, 1984, cit. por Schlossberg  *et al.*, 1995) Schlossberg e colaboradores (1995), associam ao conceito de transição, o conceito de tempo, elemento determinante, neste caso, para a adaptação do indivíduo ao novo país. Concomitantemente, apresentam um modelo integrado em que é importante identificar a fase em que está da transição:  *moving in*  (entrada),  *moving through (estadia)*  e  *moving out*  (finalização). O primeiro momento corresponde a um momento de abertura, de entrada no processo de transição ( *moving in* ). Este caracteriza-se pelo início das mudanças, da exploração e do conhecimento de novas características e regras inerentes às novas situações. Há assim um tempo de orientação, que permite que o indivíduo se aproprie daquilo que é esperado deles. Segundo Louis (1980, cit. por Schlossberg  *et al.*, 1995) há fases no processo de transição coincidentes em todas as pessoas, ou seja, num primeiro momento estas procuram familiarizar-se com as normas, regras, cultura, expectativas do novo sistema. Este é o momento em que há um confronto das expectativas que cada indivíduo traz consigo, ou seja, se estas são exageradas/inflacionadas, irrealistas e por vezes desarticuladas.

O segundo momento,  *moving through* , caracteriza-se pela manutenção da energia, das actividades de compromisso. A partir do momento em que entra no processo de transição é necessário activar e manter activos os sistemas pessoais de apoio aos desafios exigidos pela transição (Pinheiro, 2003). Este momento corresponde a um tempo de reflexão, de redefinição e de avaliação.

Finalmente, o terceiro e último momento,  *moving out* , corresponde à finalização deste processo, ou seja, em que as rotinas, os papéis, os relacionamentos e as percepções já foram alteradas e é necessário pensar naquilo que virá a seguir. Há assim um momento em que ocorre a integração dos diversos elementos do processo e é percebida a sua finalização. É a tomada de consciência daquilo que fomos e do que somos, e perguntar “O quem vem a seguir?”.

A transição tanto pode permitir o crescimento e desenvolvimento psicológico, como pode trazer perigos para o declínio psicológico, uma vez que esta se prolonga ao longo do tempo, indo desde a preocupação com a transição até à sua integração (Schlossberg *et al.* 1995). Como nos alerta Pinheiro (2003, p.128) “podemos esperar que as transições quanto mais alterarem a vida [do imigrante] mais adaptações requerem, existindo certamente condições que aumentam a vulnerabilidade à transição”.

Figura 2-5. Transição individual adaptado de Schlossberg, Watters & Goodman, 1995 (adaptado por Pinheiro, 2005a, p.5).



Deste modo consideramos que, muitas vezes, se consegue identificar o início de uma transição, com um início objectivo (primeiro dia de trabalho, uma nova relação, o nascimento de um filho), pelo que Schlossberg inspirada em Bridges (1980) afirma que o início de uma transição começa sempre com o fim de algo (*endings*). “Endings are the first phase of transition. The second phase is a time of lostness and emptiness before life resumes an intelligible pattern and direction, while the third phase is that of beginning anew” (Bridges, 1980, cit. por Schlossberg *et al.*, 1995, p.38).

#### 4.2. RECURSOS E RESPOSTAS À TRANSIÇÃO: PROCESSOS DE *COPING*

Quando falamos em transição é fundamental ter-se presente a questão da avaliação individual, pois dela dependerá a capacidade para lidar com a transição pelo que, mesmo que as mudanças sejam previsíveis e desejáveis, é fundamental avaliar as mudanças que ela trouxe. Esta tarefa permitirá que o indivíduo tome consciência do impacto que a transição teve na sua vida (Pinheiro, 2003). Esse impacto deverá ser avaliado tendo por base as quatro potenciais áreas de mudança: ao nível dos papéis, das rotinas, do relacionamento interpessoal e da percepção de si e do mundo. Por sua vez, atender ao grau dessas mudanças (número e intensidade) ajuda a prever a significância das mesmas para o indivíduo. A capacidade que o indivíduo tem para

gerar respostas adaptativas (recursos) depende de um conjunto de factores, que designam a teoria de Schlossberg como o sistema dos quatro Ss (*The 4 S's system*).

Lazarus & Folkman (1984) afirmam que os indivíduos fazem, simultaneamente, dois tipos de avaliação. A primeira avaliação refere-se à percepção da transição para eles próprios: *é positiva, negativa ou irrelevante?* se é stressante, ou seja, se é percebida como uma mudança, ameaça ou perda. Concomitantemente, os indivíduos fazem uma segunda avaliação dos seus recursos disponíveis, necessários e desejáveis para lidar com a transição, os quais dependem de quatro factores, identificados por Schlossberg como sendo: *situation, self, support e strategies* (4's).

Relembrando o conceito de relatividade, Lazarus e Folkman (1984) definem a transição como uma transacção entre o indivíduo e o contexto, pelo que a avaliação do sujeito será a chave de todo o processo.

É crucial a avaliação, positiva ou negativa, que o imigrante faz da sua situação (*individual's appraisal*), pois a partir ela irá determinar as respostas e os processos de *coping* a adoptar. O modo como cada indivíduo avalia/responde à mesma *situação* varia de acordo com um conjunto de factores (Schlossberg *et al.*, 1995) nomeadamente, quanto ao acontecimento ou factor precipitante da transição (*trigger*); o momento em que ocorreu (*timing*); a duração prevista da transição, breve, longa permanente ou por tempo indeterminado (*duration*); controlo percebido, ou seja, os aspectos que o indivíduo controla (*control*); atitude positiva/negativa face à mudança de papéis (*role change*); experiências anteriores em situações similares (*previous experience*); acontecimentos paralelos que estejam a sobrecarregar o indivíduo (*concurrent stress*) e a avaliação global acerca do grau de responsabilidade da transição que está a viver (*assessment*) (Pinheiro & Figueiredo, 2008).

Quanto aos aspectos relacionadas com o *Self* é fundamental terem-se presentes duas categorias, por um lado, as características pessoais e demográficas (género, estatuto socioeconómico, idade, situação de vida, estado civil), sociais (inclusão/exclusão, estilos e motivações relacionais...) culturais (minorias) e, por outro, as características psicológicas (desenvolvimento do ego, optimismo, percepção de competências, auto-eficácia, compromissos e valores).

Durante todo este processo o *suporte social* é um elemento-chave, sendo um dos riscos a evitar neste período de transição, o isolamento social e emocional. Nesta análise devem ser tidas em conta as fontes (família, relações de intimidade, grupo de amigos,



instituições, comunidades, etc.), o tipo de suporte (emocional, instrumental, tangível, informativo, avaliativo), as suas formas (individual, grupo, rede, directa, distância) e, finalmente, a avaliação que o indivíduo faz das redes, do apoio recebido e percebido. As funções ou provisões sociais, que numa fase inicial são pensadas em termos de afecto, afirmação, ajuda e *feedback* (Schlossberg *et al.*, 1995) são mais tarde conceptualizadas como provisões ou benefícios sociais (confiança, aliança, a vinculação, o reforço do valor e orientação) (*idem*). Neste sentido se depreende o papel imprescindível que tem a avaliação do suporte social, na compreensão dos processos de transição. Este é visto como um processo relacional, baseado na transmissão de uma compreensão e valorização pessoal por parte dos outros, permitindo deste modo atenuar as situações adversas que são vivenciadas.

O suporte social tem como principais aspectos, a rede social, os comportamentos de suporte e a avaliação subjectiva ou a percepção do suporte (Pinheiro & Ferreira, 2002). Nesta linha, Barreira (1986, cit. por Pinheiro & Ferreira, 2002) acrescenta ainda a importância de distinguir conceitos de integração social, ao qual estão associadas medidas na rede (extensão, diversidade e densidade), o suporte efectivo e o percebido, ao qual estão associadas as medidas de disponibilidade, adequação e satisfação. A “percepção do suporte social, definida enquanto expectativas de que o apoio existirá se necessitarmos dele, tem-se revelado um factor mediador do impacto das situações perturbadoras ou adversas do bem-estar físico ou emocional” (Sarason *et al.*, 1990; Baldwin, 1992; Cohen, 1988; Cohen & Wills, 1995 cit. por Pinheiro & Ferreira, 2002, p.316). Quer isto dizer, no que se refere ao suporte social, que tão importante como efectivamente tê-lo é preciso percebê-lo.

Finalmente, o quarto S diz respeito às *estratégias de coping* face à transição. Lazarus e Folkman (1984) definem *coping* como quaisquer “esforços cognitivos e comportamentais em constante mudança, de forma a lidar com exigências específicas, internas e/ou externas, que são avaliadas como atingindo ou excedendo os recursos da pessoa”, de modo a prevenir, aliviar ou responder a situações stressantes (George & Siegler, 1991, cit. por Schlossberg *et al.*, 1995). Estas estratégias podem ocorrer antes, durante ou depois dessa situação. Baseados em estudos de Perlin e Schooler (1978), de Lazarus (1980) e de George e Siegler (1981, p.37, cit. por Schlossberg *et al.*, 1995) podem ser identificadas três funções de coping: modificar a situação (negociação); controlar o significado da situação ou problema (respostas de comparação positiva, utilização de respostas que minimizem ou neutralizem os efeitos

negativos da situação) e as que controlam níveis de *stress* depois de este ocorrer (relaxamento, a negação, o evitamento, a aceitação passiva).

Segundo os mesmos autores (Schlossberg *et al.*, 1995) podem ainda ser observados quatro grandes tipos de estratégias: a acção directa (*direct action*), a procura de informação (*information seekin*), a inibição da acção (*inhibition of action*) e a mudança de atitude (*intrapsychic behavior*).

Para além da identificação e do processo de transição, assim como, dos factores determinantes das respostas à transição, acrescenta-se um terceiro elemento que diz respeito à maximização ou reforço dos recursos individuais.

Verifica-se assim, que todo o sucesso do processo de transição depende não só de factores internos mas também, de factores externos. Schlossberg, Lynd e Chickering (1989, cit. por Pinheiro, 2003, p.141) a propósito dos estudantes do ensino superior referiam que o sucesso (académico, pessoal e social) da transição dependia do grau em que os estudantes se sentiam “aceites, apoiados e valorizados pela comunidade académica, família, amigos, etc.”, o que se pode transpor para a nossa temática da migração, considerando que o sucesso da transição, tendo em conta todas as áreas que esta envolve (pessoal, social, profissional) depende, em grande parte, do modo como se sentem aceites pelos autóctones, pela família e amigos.

#### **4.3. A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO PAÍS À LUZ DA TEORIA DA TRANSIÇÃO DE NANCY SCHLOSSBERG**

Como podemos ter oportunidade de observar até aqui, muitos são aqueles que decidem deixar o seu país de origem, em busca de melhores condições de vida, que se aventuram num país com o qual, muitas vezes, nunca estabeleceram nenhum contacto. Inicia-se, deste modo, um novo percurso que coincide com uma transição para um novo estilo de vida: o de migrante.

A migração enquanto transição psicossocial implica mudanças de estatuto e acima de tudo uma alteração na relação com o meio envolvente. Assim, podem-se articular aspectos desenvolvimentais com aspectos situacionais e contextuais das transições relacionadas com a migração, nomeadamente da tomada de decisão pela emigração (*moving in*), a sua permanência no país de acolhimento (*moving through*) e a sua fixação com carácter permanente ou regresso ao país de origem (*moving out*). A chegada a um novo país é assim, uma transição de contexto e de desenvolvimento.

É fundamental compreender que a transição varia no modo como afecta cada pessoa. Por vezes identificamos facilmente quando se inicia uma transição, por exemplo um novo trabalho, uma nova relação amorosa, viver num novo país. No entanto, como chamam à atenção Chickering e Schlossberg (1995) toda a transição começa com o fim de outra e que, por sua vez, outras se irão seguir, ou seja, novos reajustamentos, novos desafios, novas respostas, novas mudanças (Pinheiro, 2003). Quer isto dizer que só se inicia a vida num outro país quando se deixou o de origem, só se tem um novo trabalho, quando terminou outro, ou se sai de uma situação de desemprego.

As transições estão sempre a acontecer, em todos os indivíduos, independentemente das características físicas, psicológicas, sociais e culturais.

Parkes (1971) introduz neste contexto o termo “transição psicossocial” que define que a mudança necessita do abandono de algo para que assim, seja possível o desenvolvimento de algo novo, habilitando o indivíduo para lidar com novas alterações no espaço de vida.

Inserido num novo ambiente, tendo novas responsabilidades e vivenciando novas experiências, são-lhes exigidas mudanças pelo que o imigrante terá de adquirir novas rotinas, que se irão manifestar nos novos papéis, nas novas relações interpessoais e na maneira de se ver a si e ao mundo (Chickering & Schlossberg, 1995). São mudanças em prol de um maior e melhor ajustamento à nova realidade.

Para o imigrante em transição é importante que este perceba que o estilo de vida que irá ter, será diferente daquele que tinha no seu país de origem, o que poderá significar um encerramento do estilo de vida anterior, embora alguns elementos se mantenham de um estilo para outro. Como refere Pinheiro (2003, p.138) “há sempre um estilo de vida antes, outro durante e outro depois da transição, sendo importante que o sujeito reflecta sobre eles.”

O imigrante quando sai do seu país traz consigo um conjunto de expectativas fundamentadas em informações ou anteriores experiências familiares ou de pessoas conhecidas, ou simplesmente por expectativas criadas pelos meios de comunicação. Com a chegada ao país de destino há todo um processo de tomada de consciência, o qual exige tempo e esforço por parte do indivíduo. Este é o momento em que se dá o ajustamento das expectativas acerca das mudanças a ela inerentes, acerca de si e do próprio país. O imigrante está presente e tem de gerir todo o processo, desde os desafios aos quais está exposto, como a adaptação a uma nova cultura, a

aprendizagem da língua, o estabelecimento de novos relacionamentos pessoais, o assumir de novos papéis, até à criação das suas respostas.

Procuraremos de seguida analisar a imigração, à luz do modelo de Chickering e Schlossberg (1989, cit. por Pinheiro, 2003), baseando-nos nas três fases identificadas por estes autores: (1) a entrada (*moving in*); a estadia (*moving through*) e a progressão (*moving out*), às quais estão inerentes determinadas respostas para lidar com os desafios implícitos a cada uma dessas fases, ou seja, avaliar (*tacking stock*), gerir e agir (*tacking control and keepin*) e integrar e avaliar (*tacking it with you*) (Pinheiro, 2003) (Quadro 2-5).

**Quadro 2-5. Das fases da transição às acções do imigrante (adaptado de Pinheiro, 2003, p.139).**

Fase de transição	Acções do imigrante
Entrada	Avaliar as mudanças nos papéis nas rotinas nos relacionamentos interpessoais no conceito de si e do mundo Avaliar os recursos pessoais a situação o suporte social o <i>self</i> as estratégias
Estadia	Gerir e agir controlar os desafios controlar os recursos controlar as estratégias de coping agir
Finalização/ progressão	Integrar e avaliar integrar os investimentos auto e hetero-avaliação

#### 4.3.1. A ENTRADA: CHEGADA A UM NOVO PAÍS

Do nosso ponto de vista, aqueles que deixam o país no qual nasceram, a sua casa, o seu ambiente, onde tudo compreendem e são compreendidos e partem para um mundo no qual nada conhecem, nada entendem e onde não são muitas vezes compreendidos, deve ser-lhes reconhecido, acima de tudo, um acto de enorme coragem. Muitas vezes mais do que o alcance de uma melhor qualidade de vida, estão questões de sobrevivência, a educação dos filhos, uma melhoria do nível de vida e do *status* socioeconómico da família, gerando neles motivação suficiente para iniciarem uma nova fase nas suas vidas, ou seja, um processo de transição, ao qual estão inerentes desafios a nível burocrático, económico, legislativo, cultural, psicológica mas também social (por exemplo: exclusão, racismo, xenofobia) (Marques, 2005)

A chegada a um novo país acerca do qual se criaram imagens e expectativas, empregos fáceis, ordenados elevados, fácil legalização, coincide com o confronto destas com a

realidade, gerando-se muitas vezes sentimentos e emoções desencontrados daquilo que idealizaram.

Mesmo que esta decisão pela emigração tenha sido (re)pensada, ou seja, previsível, há toda uma diversidade de cognições e emoções, imprevisíveis, que lhe estão inerentes. O impacto dessa decisão para o imigrante é visível através da avaliação das mudanças que ocorreram a nível dos papéis, das rotinas, dos relacionamentos interpessoais e da imagem acerca de si e do mundo. Há investimentos iniciais de todo este processo que dizem respeito à procura de informação, aos custos de deslocação, custos de adaptação (aprendizagem de uma nova língua e cultura, criação de novas redes de apoio, custo do afastamento do meio de origem).

De acordo com Schlossberg, Watters e Goodman (1995), podemos afirmar que todo este processo se inicia quando o indivíduo coloca a hipótese de emigrar para um outro país. A imigração supõe a transformação dos papéis sociais, quer na unidade doméstica (responsável por parte da economia familiar, partilha ou realização de tarefas doméstica), quer na comunidade envolvente (no trabalho, na vizinhança, em associações e redes étnicas e em agrupamentos políticos).

Ao nível das rotinas também se verificam grandes diferenças. Estes, geralmente, trabalham mais horas, têm menos tempo de descanso, menos horas de sono, passam a maior parte do tempo em casa (isolamento social), têm menos tempo e actividades de lazer.

Ao nível do relacionamento interpessoais registam-se igualmente grandes diferenças, pois têm de criar novas amizades, estabelecer novos contactos, com indivíduos da sociedade de acolhimento ou com outros imigrantes, ou seja, exige um certo esforço, um período de adaptação, no qual será exigida a actuação das competências sociais. De acordo com Schlossberg, Lynd e Chickering (1989, cit. por Pinheiro, 2003), o sucesso pessoal, social, económico depende em grande parte do grau como os imigrantes se sentem aceites, valorizados e reconhecidos, quer pela comunidade de acolhimento, quer pela família, amigos, entre outros (a integração é um processo bilateral).

As transições contribuem de igual modo para construção de uma imagem positiva ou negativa que temos acerca de nós próprios e acerca do mundo. As mudanças de estatuto são as que Chickering e Schlossberg (1995) consideram como aquelas com

maior responsabilidade pelos novos conceitos de si. Há vivências relacionadas pelo facto de se ser imigrante, do modo como se é olhado e conotado como tal.

O sucesso ou não de todo estes processo dependerá de quatro factores, como foi anteriormente referido: situação, suporte, características pessoais e as estratégias. É então o momento de o indivíduo resolver a segunda grande tarefa desta fase, ou seja, a avaliar os seus próprios recursos para fazer face a todas as mudanças/desafios com que é deparado. Esta avaliação depende muito das características (inter)individuais nas respostas a determinado tipo de transição. Estes elementos não são estáticos, podendo sofrer alterações ao longo do tempo. É assim de esperar que um mesmo indivíduo reaja de modo diferente perante situações semelhantes, dependendo da combinação que este faça dos recursos internos e externos.

Neste contexto todos aqueles que fazem parte das relações mais próximas (família, amigos, colegas) em particular, e todos os que pertencem à sociedade de acolhimento, em geral (cidadãos individuais e instituições, organismo), podem ser um recurso basilar e constituir fontes de suporte que inter-relacionadas com outros recursos, podem permitir ao imigrante a criação de suportes essenciais para lidar com a transição.

Do ponto de vista desenvolvimental verificamos que estes imigrantes são, sobretudo, jovens adultos e adultos, estando em idade activa e em constantes mudanças.

Tal como pode ser observado noutros estudo levados a cabo por Chickering e Schlossberg (1995) com estudantes do ensino superior, tal como os imigrantes, os principais riscos deste período referem-se ao isolamento social (ausência de uma rede social ou grupo de pertença) e isolamento emocional (ausência de um relacionamento de maior intimidade). Relativamente às características pessoais é fundamental a percepção da competência interpessoal e intelectual e o optimismo (Chickering & Schlossberg, 1995).

Mais uma vez referimos que podem existir, segundo Lazarus e Folkman (1984), Chickering e Schlossberg (1995) três tipos de estratégias para lidar com uma situação de transição: acção directa, a procura de informação e a inibição da acção.

#### **4.3.2. A ESTADIA: PERMANÊNCIA NO PAÍS DE ACOLHIMENTO**

Os primeiros tempos de permanência do imigrante no país de destino são acima de tudo conturbados, marcados pelas dificuldades linguísticas, por ter de conhecer uma nova cultura, interagir com pessoais com costumes diferentes, trabalhos precários, etc.

São, sobretudo, momentos de controlo dos desafios, de gestão dos recursos e de utilização de estratégias de *coping* que visem responder eficazmente à transição, que podem passar pela inscrição em aulas de português, conciliação de diferentes trabalhos, abdicação dos dias de descanso semanal e feriados, viver em condições habitacionais mais precárias, permanecer no país de acolhimento ou voltar a emigrar para outro país.

Nesta fase as grandes tarefas são *gerir e agir*, a qual começa com a chegada do indivíduo a um novo país. Num primeiro momento irá identificar e avaliar os desafios, positiva ou negativamente. De seguida deverá potenciar as estratégias de *coping*. Por fim, irá consistir na exploração e gestão dos recursos, de modo a que estes sejam ponte para a descoberta de novas estratégias de *coping* (Pinheiro, 2003), pois é necessário repensar no que vem a seguir.

O indivíduo pode questionar cada um dos recursos que dispõe (situação, *self*, suporte e estratégias) e tomar decisões de como vai agir para responder mais adequadamente, em prol do seu bem-estar. Como refere Pinheiro (2003, p.144) pode “decidir produzir mudanças num determinado recurso (...), decidir mudar a sua perspectiva sobre esse recurso (...), pode querer mudar a gestão do recurso (...), ou pode simplesmente não querer fazer nada, isto é, manter o recurso tal qual está”. Podemos considerar que esta fase corresponde “à transição propriamente dita”, como sugere Pinheiro (2003, p.144).

#### **4.3.3. A PROGRESSÃO: FIXAÇÃO OU REGRESSO**

Como pudemos ter oportunidade de observar, o processo de transição acontece muito antes da chegada efectiva ao novo país, assim como que o processo de adaptação à transição “se processa ao longo de um período que pode anteceder, acompanhar e ultrapassar os processos de mudança de uma transição” (Pinheiro, 2003, p.14), pelo que podemos subentender que os efeitos ou consequências dessa transição poder-se-ão manifestar muito para lá do tempo e espaço em que decorrem.

É importante que o imigrante seja capaz de perspectivar a sua permanência no país de acolhimento, desde que lá chega, que consiga fazer reflexões como: já não quero regressar ao meu país; quero regressar ao meu país de origem e conseguir dinheiro o mais rápido possível. Porém há sempre o risco de se criarem expectativas demasiado elevadas. De entre vários estudos chegou-se à conclusão que os imigrantes perspectivavam a sua migração com uma duração inferior aquela que hoje vivenciam, dadas as dificuldades económicas que se têm feito sentir no país (Baganha, Marques &

Góis, 2004a, 2004b e 2004c), o que por consequência retarda a concretização dos objectivos que tinham inerentes ao projecto migratório.

Assim, é importante que os investimentos dos imigrantes não parem e se estendam para outras áreas, como a família, o lazer, o convívio social.

Novas transições pessoais, relacionais, culturais e profissionais se irão seguir, pelo que mais uma vez é fundamental a avaliação das estratégias que possui e das que pretende alcançar.





## CAPÍTULO 3

### Imigração de Leste em Portugal e a especificidade do distrito de Coimbra

---

#### 1. INTRODUÇÃO

As questões relacionadas com a imigração para Portugal começam a expressar-se de uma forma mais significativa, a nível académico e político, a partir da década de 90. Até então, Portugal era caracterizado, no contexto das imigrações internacionais, como sendo um país de emigração, estando os principais fluxos de entrada no país relacionados, apenas com o retorno de emigrantes portugueses e com a questão da descolonização. Porém, à semelhança do que aconteceu com outros países da Europa do Sul, Portugal passa a ser um dos principais destinos migratórios, tendo-se acentuado este fenómeno a partir dessa década, na qual “a sociedade portuguesa se apercebe colectivamente, da transformação do estatuto do país em relação aos fenómenos migratórios, ou seja, da passagem da sua condição de país de emigrantes para país de imigração” (Reis *et al.*, 2007, p.1). Não podemos assim, ficar alheios a esta alteração da realidade, marcada pela diversidade cultural “quase 500 mil imigrantes em Portugal, oriundos de 179 países, que falam 230 línguas maternas diferentes” (Rita & Rita, 2004, p.3). Só estando assim sensíveis, é possível promover uma integração activa na sociedade de acolhimento com base na coesão social.

É deste modo, nossa intenção, ao longo deste capítulo apresentar a evolução e caracterizar as correntes migratórias em direcção a Portugal. Por sua vez, ir-nos-emos centrar mais um pouco na imigração proveniente dos países do leste europeu, em Portugal, em geral, e no distrito de Coimbra em específico.

#### 2. PORTUGAL PAÍS DE IMIGRAÇÃO

Em pleno século XXI, Portugal vê-se confrontado, com uma série de mudanças profundas e rápidas, a nível político-económico e demográfico. Como refere António Barreto (2005) as principais mudanças ocorreram nas últimas quatro décadas. Ao nível

político salienta a revolução de 1974-76, cujas consequências se fizeram sentir a nível social, cultural e económico, por exemplo a consolidação de um Estado Democrático e a consequente democratização do ensino. Por sua vez, a entrada na União Europeia em 1992 (antiga CEE) fez com que as políticas educativas portuguesas tivessem influências internacionais. É ainda de acrescentar, a nível internacional, o desmembramento do Bloco Soviético em 1991, e a integração de Hong Kong e de Macau na República Popular da China, que provocaram um fluxo migratório para Portugal (Idem). A estas alterações podem ser ainda acrescentadas as regularizações extraordinárias (por exemplo em 1992, 1996 e 2001<sup>20</sup>) e a adesão ao Espaço Schengen. Perante esta conjuntura começa a verificar-se uma evolução positiva dos fluxos migratórios para Portugal que, ao mesmo tempo, traduziram um crescente número de imigrantes ilegais<sup>21</sup>.

Saber ao certo quantos estrangeiros existem em Portugal é uma missão difícil. Não existe uma base de dados coerente e actualizada com regularidade acerca dos estrangeiros e seus descendentes quer em situação legal ou não (Almeida *et al.*, 2004). Por exemplo, como alerta Rosa e colaboradores, se atendermos só aos dados de 2001, utilizando como única fonte os dados do SEF, os residentes em Portugal chegavam “a variar entre os cerca de 224 mil e os cerca de 350 mil, consoante se considerem apenas os estrangeiros titulares de autorização de residência e de cartão de residência ou também aqueles a quem foi emitida uma autorização de permanência” (Rosa *et al.*, 2004, p.39). Iremos recorrer nesta caracterização aos dados facultados pelo SEF e INE os quais também apresentam variâncias pelo facto de não utilizarem os mesmos critérios nas suas análises. Uma terceira fonte disponível para conhecer a população

---

<sup>20</sup> Na análise da evolução da imigração em Portugal não podemos descurar alterações legislativas, que se traduzem num aumento significativo no número oficial de estrangeiros, relacionadas com a regularização de cidadãos estrangeiros, que se encontravam em situação irregular. A primeira Regularização Extraordinária ocorreu em 1992 (Decreto-Lei n.º212/92), como emissão dos Títulos de Residência em 1993 e 1994, registando-se um crescimento da população estrangeira de 5% para 8% e 10% (Relatório SEF, 2007). O segundo momento de Regularização Extraordinária deu-se em 1996 (Lei n.º 17/96), com efeito em 1999 e 2000. Em 2001, entra em vigor uma nova figura legal - autorização de permanência (AP) - (Decreto-Lei n.º4/2001 de 10 de Janeiro). Neste processo destacam-se, pela primeira vez, os imigrantes oriundos da Europa Central e Oriental, com destaque para os cidadãos ucranianos (65 000 AP concedidas).

<sup>21</sup> Em 2000 o número de imigrantes ilegais era 41 401, que corresponde ao número de pedidos de concessão de autorização de residência ao abrigo do artigo 8 do Decreto-Lei 244/98 (SEF).

migrante em Portugal diz respeito aos dados dos recenseamentos.<sup>22</sup> Deste modo, estaremos sensíveis a estas limitações identificadas.

Em 1960 os imigrantes representavam 0.3% da população total, crescendo esse valor para os 0.6% em 1980. Como refere Machado (1997) entre 1986 e 1996, o número de imigrantes quase que duplicou, evidenciando-se os imigrantes sul-africanos, sul-americanos e africanos. Tendo em conta os valores disponibilizados pelo Gabinete de Estudo e Estatística do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (GEE - ACIDI), (Tabela 3-1), desde 1992 a 2004, que é visível um crescimento significativo do número de estrangeiros<sup>23</sup> a residir em território nacional. É, sobretudo, em meados da década de 90 que o aumento dos fluxos migratórios se faz sentir com maior intensidade (que em parte se deveu às Regularizações Extraordinárias de 1992 e de 1996). Em 2000, o SEF considerava existirem a residir legalmente em Portugal 208 198 imigrantes, ou seja, cerca de 2% da população total. Em 2004 já representavam mais de 4% da população total.

**Tabela 3-1. Percentagem, de estrangeiros por total da população residente em Portugal e países da OCDE.**

País	1992	1995	1998	2001	2002(1)	2004 (2)
Áustria	7.9	8.5	8.6	8.8	8.8	9.5
Bélgica	9.0	9.0	8.7	8.2	8.2	8.4
Rep. Checa	0.4	1.5	2.1	2.0	2.3	-
Dinamarca	3.5	4.2	4.8	5.0	4.9	4.9
Finlândia	0.9	1.3	1.6	1.9	2.0	2.1
Alemanha	8.0	8.8	8.9	8.9	8.9	8.9
Irlanda	2.7	2.7	3.0	4.0	4.8	5.5
Itália	1.6	1.7	2.1	2.4	2.6	3.9
Luxemburgo	31	33.4	35.6	37.5	38.1	-
Holanda	5.0	4.7	4.2	4.3	4.3	4.3
Noruega	3.6	3.7	3.7	4.1	4.3	4.6
<b>Portugal</b>	<b>1.3</b>	<b>1.7</b>	<b>1.8</b>	<b>3.4</b>	<b>4.0</b>	<b>4.3</b>
Espanha	1.0	1.3	1.8	2.7	3.1	4.6
Suécia	5.7	5.2	5.6	5.3	5.3	5.1
Suíça	17.6	18.9	19	19.7	19.9	20.2
Reino Unido	3.5	3.4	3.8	4.4	4.5	-
Inglaterra	-	-	-	-	-	4.9

Fonte: (1) SOPEMI, 2004 (2) International Migration Outlook, OCDE, 2006 (Retirado de GEE – ACIME, 2006, s/d)

<sup>22</sup> A diferença dos dados dos Censos relativamente aos do SEF é de “não captarem, exclusivamente os estrangeiros legalizados (há legalizados que podem não ter sido recenseados e irregulares que poderão ter sido inquiridos), do desigual tipo de inquirição (no SEF trata-se da declaração no momento da chegada, enquanto agora se trata da resposta no momento censitário) e dos períodos em causa (questões retrospectivas e sua eventual subavaliação)” (Baganha *et al.*, 2002, p.49).

<sup>23</sup> Para uma análise mais fidedigna do número de estrangeiros residentes em Portugal, a nível estatístico, desde 2006, que o SEF recorre a um conceito abrangente de estrangeiro residente o qual engloba, os estrangeiros portadores do título de residência, de prorrogação de autorização de permanência e os estrangeiros portadores de prorrogação de longa duração (Relatório Anual SEF, 2007).

De facto, o movimento imigratório em Portugal começou a sentir-se, embora que tenuemente, em 1960, cujos censos registam a existência de 29 428 estrangeiros,<sup>24</sup> sendo estes maioritariamente europeus e brasileiros. Relativamente aos europeus, estes eram espanhóis refugiados da Guerra Civil, que residiam em Portugal há mais de 10 anos.

Na segunda metade da década de 60 e inícios dos anos 70 é visível uma internacionalização do país e um crescente investimento estrangeiro, o que exigiu a fixação de estrangeiros em Portugal. Por sua vez, nesta altura regista-se ainda a vinda de cidadãos das ex-colónias, sobretudo, cabo-verdianos, movidos por razões escolares e económicas. Quanto aos trabalhadores desqualificados, estes eram recrutados para o sector da construção civil, a fim de colmatar a falta de mão-de-obra sentida em Portugal, que se fez sentir devido à emigração portuguesa e ao recrutamento militar durante as guerras coloniais (Baganha *et al.*, 2006).

Constata-se que em Portugal houve um crescimento médio anual de 6.5% da população estrangeira entre 1980 e 1999. Neste sentido, têm surgido estudos que pretendem abordar o impacto da imigração na sociedade portuguesa em diferentes perspectivas, algumas delas sintetizadas por Reis e colaboradores (2007) como é o caso do impacto demográfico da imigração e a reunificação familiar (Fonseca, 2005; Rosa *et al.*, 2004); a relação entre a imigração, o emprego e a economia (Carvalho, 2004; Ferreira *et al.*, 2004; Peixoto, 2008; Oliveira, 2004, 2005; Góis & Marques, 2007); os impactos sociais e culturais da imigração (Lages & Policarpo, 2002, 2003; Marques & Rosa, 2003, Marques, 2005; Bastos & Pereira, 2006; Nico *et al.*, 2007), ou as alterações provocadas pela imigração a nível territorial (Rebelo, 2006; Fonseca, 2003a; Fonseca *et al.*, 2005; Malheiros *et al.*, 2007).

No período moderno da imigração em Portugal, tendo em conta as alterações políticas, sociais e económicas que se fizeram sentir, podemos considerar três períodos diferentes (Pires, 2003): um primeiro fluxo migratório de África, constituído por retornados, na sequência da descolonização (Fase Pós-Colonial); um segundo marcado pela crescente e diversificação dos fluxos migratórios (Fase Comunitária) e um terceiro marcado pelas novas migrações da Europa de Leste e do Brasil (Fase da Globalização).

---

<sup>24</sup> Recenseamentos gerais da população de 1960, INE.

No período após 25 de Abril de 1974 até 1977, começam a chegar as primeiras vagas de imigração a Portugal, marcadas pelo repatriamento de portugueses das ex-colónias e o início da imigração africana (Malheiros, 2005). Este fluxo ainda hoje se mantém, fixando-se estas comunidades, sobretudo, nos arredores dos grandes centros urbanos: Lisboa e Porto. Tal, poder-se-á dever ao facto de ser mão-de-obra pouco qualificada, sujeitando-se assim, a trabalhos como a construção civil.

Num segundo momento, entre os anos 80 e 90, registam-se alterações no panorama migratório português, tal como se fizeram sentir na Europa Mediterrânica. A par da imigração proveniente dos PALOP, sobretudo de imigrantes desqualificados, dos quais se destacam pessoas vindas de Angola e da Guiné-Bissau, começou a verificar-se uma aceleração da imigração brasileira, caracterizada por uma diversidade socioprofissional, bem como, por um lento mas progressivo crescimento da imigração asiática (chineses e indianos).

Paralelamente, o movimento inverso, ou seja, de emigração, era igualmente sentido em Portugal. Assim, devido aos diferenciais salariais intracomunitários, a mobilidade de mão-de-obra nos países comunitários tornou-se facilitada, pelo que há um novo arranque da emigração, em meados dos anos 80, de activos desqualificados portugueses para países como, por exemplo a Alemanha. Por sua vez, a adesão à Comunidade Europeia acelerou a internacionalização da economia portuguesa e o investimento de capitais estrangeiros para o país. Os fundos comunitários, dos quais Portugal beneficiou, permitiram a construção de infra-estruturas, o que despoletou uma crescente procura de trabalhadores desqualificados, provenientes sobretudo de África, que colmataram a falta de mão-de-obra que se fazia sentir. A integração europeia contribuiu ainda para, revalorizar a imagem externa do país, tornando-se um local atractivo para cidadãos provenientes de países como o Brasil (Pinho, 2001), num primeiro momento, ou do leste europeu, em finais da década de 90.

Nos finais da década de 90 (1998-1999), é caracterizado um terceiro momento ou fase na imigração em Portugal. Entrar no Espaço Schengen tinha deixado de ser atractivo para os cidadãos das ex-colónias, começando a surgir vagas migratórias vindas dos países do leste europeu (Baganha, 2005), especialmente da Ucrânia, Rússia, Moldávia e Roménia, os quais entraram em Portugal sem a documentação exigida (Malheiros, 2005).

Com a desintegração dos países que constituíam a U.R.S.S., muitos ucranianos, russos, antigos jugoslavos e moldavos, assim como, romenos, elegeram como

principais destinos, Portugal mas também, a Grécia, a Itália, a Espanha, anteriormente caracterizados essencialmente como países de emigração. Analisando os números não há dúvidas: “a URSS perde um milhão de pessoas entre 1987 e 1991; a Bulgária cerca de 300 000 entre 1989-90; a Roménia provavelmente entre 800 000 e um milhão em 1990” (Wendem, 1995, cit. por Meleiro, 2004, p.77). Não foram apenas as grandes alterações político-económicas vividas por estes países de Leste, que impulsionaram estes fluxos migratórios mas também, o facto de durante anos o potencial migratório ter estado estagnado: “retrospectivamente, é hoje claro que o fim da Guerra-Fria representou um marco na história das migrações globais, pondo fim a um regime político que manteve artificialmente baixas, por mais de 40 anos, os níveis da emigração mundial” (Massey, 1999, p.311). Em apenas 5 anos, a população ucraniana passa a ocupar o segundo maior grupo de estrangeiros em Portugal. Nos finais de 2001 estavam legalmente em Portugal 74 409 imigrantes provenientes da Europa de Leste dos quais 71 831 tinham Autorização de Permanência (AP). Só nos anos 2001 e 2002 obtiveram AP em Portugal, 96 122 imigrantes de Leste (Perista, 2004).

A nível interno, este período correspondeu também, a grandes mudanças a nível económico e sociodemográfico. Economicamente traduziu-se num *boom* no sector da construção e obras públicas<sup>25</sup>, o qual despoletou um acentuado crescimento na procura de mão-de-obra. Porém, a nível sociodemográfico registava-se um progressivo esgotamento das reservas internas de mão-de-obra, que se pode atribuir ao rápido decréscimo e à manutenção em baixa da taxa de fecundidade (dificultando a substituição de gerações) e à acelerada feminização da população activa. Os imigrantes provenientes dos PALOP e do Brasil, por sua vez, não eram suficientes, sentindo-se a necessidade de alargar esta oferta a outros imigrantes provenientes de países do leste europeu, nomeadamente da Ucrânia (Baganha *et al.*, 2006). Perante esta conjuntura, começa a desenvolver-se em Portugal segmentos de trabalho pertencentes ao sector secundário (Piore, 1979; Portes, 1999), caracterizados pela precariedade ligada ao carácter não contínuo do trabalho (sobretudo, de construção), à informalidade da relação de trabalho (sobretudo, construção e limpeza), a horários de trabalho prolongados, a remunerações baixas e a um *status* reduzido. Estes lugares, pouco atractivos para os autóctones passaram a ser ocupados, maioritariamente, pela

---

<sup>25</sup> Na segunda metade dos anos 90 decorreram, em Portugal, grandes obras públicas, como a EXPO 98, Ponte Vasco da Gama, Auto-Estrada do Sul e mais tarde os Estádios do Euro 2004.

população imigrante, o que será de seguida analisado estatisticamente. De acordo com os dados da OCDE, cerca de 60% do fluxo migratório registado em 2004 foi em direcção a Portugal, por motivações relacionadas com o trabalho<sup>26</sup>.

Rui Marques, antigo Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), chama à atenção para o surgimento de novas questões ao nível cultural, com esta terceira fase, pelo facto destes “não terem com Portugal qualquer laço histórico-cultural, não partilharem a mesma língua e serem portadores, em média, de um nível educacional superior ao da sociedade de acolhimento” (Marques, 2005, p.21). Como refere Igor Machado (2006) até à chegada dos imigrantes “do leste” a branquitude era sinónimo de portuguesidade. Refere ainda, que este termo “leste” tem subjacente algumas conotações que não podem ser desvalorizadas, pois como refere Said (1990 cit. por Machado, 2006, p.123) “ele implica uma distância insuperável, remetendo à ideia de oriente (...) [é um termo que] expulsa simbolicamente os do leste da Europa e os localiza num oriente mais remoto e exótico”. Machado refere ainda que esta categoria “étnica” “leste europeu” consiste numa forma tácita de racialização que permite “desbranquear esses imigrantes” (idem).

Todo este movimento foi rápido e inesperado, pelo que Portugal não tinha uma política pró-activa, no que se referia aos imigrantes de Leste. Segundo os dados do SEF na década de 90 apenas existiam 2 373 pessoas (SEF 1999), não se destacando nenhuma nacionalidade da Europa do Leste. A dimensão deste fluxo migratório só se tornou visível com o Decreto-Lei 4/2001 de 10 de Janeiro, através do qual, foram atribuídos vistos de trabalho a todos os imigrantes que apesar de se encontrarem numa situação irregular possuísssem um vínculo laboral com uma entidade empregadora. Neste sentido, concederam-se 126 901 Autorizações de Permanência das quais 56% foram concedidas a imigrantes do leste europeu, em que 36% tinham nacionalidade Ucraniana (Baganha *et al.*, 2006).

Segundo os últimos dados do INE de Dezembro de 2007 (Reis *et al.*, 2007) é confirmado, relativamente ao ano de 2006, que estavam em situação legal 434 887 cidadãos estrangeiros, dos quais 329 898 eram titulares de Autorização de Residência, 32 661 de prorrogações de Autorizações de Permanência, 55 391, prorrogação de Visto de Longa Duração (VLD) e 16 937 titulares de Visto de Longa Duração (VLD).

---

<sup>26</sup> Enquadramento da Imigração em Portugal, ACIME (s/d).



Quanto às nacionalidades encontrava-se em primeiro lugar o Brasil 16.9% (73 384), seguido de Cabo Verde 15.7% (68 145) e da Ucrânia 9.6% (42 872).

Através da Tabela 3-2 é visível um crescimento do número de estrangeiros em território nacional de 1980 a 2007, porém foi entre 2000 e 2001 que se registou, em Portugal, o maior crescimento da população com residência legal<sup>27</sup>, na ordem dos 69%, ou seja, houve um crescimento de 207 607 para 350 898, respectivamente. Embora, os dados sejam provisórios (2006 e 2007), podemos ainda constatar que houve um crescimento da população estrangeira em território nacional em 3.7% face ao ano transacto. Regista-se assim uma evolução positiva da população estrangeira, com excepção do ano de 2005, no qual se deu uma taxa de crescimento negativa (SEF 2007).

**Tabela 3-2. Total da população estrangeira em território nacional de 1980 a 2007**

Ano	Residentes	AP/ Prorrog. de AP(2005 a 2007)	Prorrog. de DLD	TOTAL População estrangeira em T. N.	Crescimento %
1980	50 750	-	-	50 750	-
1981	54 414	-	-	54 414	7.22
1982	58 674	-	-	58 674	7.82
1983	67 484	-	-	67 484	15.01
1984	79 594	-	-	73 365	8.71
1985	79 594	-	-	79 594	8.49
1986	86 982	-	-	86 982	9.28
1987	89 778	-	-	89 778	3.21
1988	94 694	-	-	94 694	5.47
1989	101 011	-	-	101 011	6.67
1990	107 767	-	-	107 767	6.68
1991	113 978	-	-	113 978	5.76
1992	123 612	-	-	123 612	8.45
1993	136 932	-	-	136 932	10.77
1994	157 073	-	-	157 073	14.70
1995	168 316	-	-	168 316	7.15
1996	172 912	-	-	172 912	2.73
1997	175 263	-	-	175 263	1.35
1998	178 137	-	-	178 137	1.63
1999	191 143	-	-	191 143	7.30
2000	207 607	-	-	207 607	8.61
2001	223 997	126 901	-	350 898	69.02
2002	238 929	174 558	-	413 487	17.84
2003	249 995	183 655	-	433 650	4.87
2004	263 322	183 833	-	447 155	3.11
2005	274 631	93 391	46 637	414 659	-7.27
2006*	332 137	32 661	55 391	420 189	1.33
2007* <sup>28</sup>	401 612	5 741	28 383	435 736	3.70

Fonte: SEF 2007 \* dados provisórios

<sup>27</sup> A partir da entrada em vigor do Decreto-lei 4/2001 a população estrangeira legalmente residente passou a ser constituída por detentores de autorizações de residência (AR) e detentores de autorização de permanência (AP).

<sup>28</sup> Na análise destes dados deve ter-se presente que em 2007, na área da imigração e asilo, entrou em vigor um novo regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 de Julho) e a entrada de Novos Estados-Membros no Espaço Schengen (Roménia e Bulgária a 1 de Janeiro de 2007).

Mais recentemente, entrou em vigor a nova lei de imigração (Lei 23/2007), sendo o ano de 2007 de transição. Desta nova lei destaca-se o facto de os “portadores de vistos e prorrogações de longa duração e autorizações de permanência, beneficiarem, no termo da validade dos respectivos títulos, de autorizações de residência temporárias ou permanentes. Esta nova lei pretende a agilização de todo o processo, pelo que contempla um único tipo de visto de residência, concedido em função dos objectivos específicos da estadia” (SEF, 2007, p.19). Deste modo registou-se em 2007 uma diminuição na prorrogação de permanência, e simultaneamente um aumento dos títulos de residência (conversão das autorizações de residência, prorrogações de vistos de longa duração e emissões são abrigo do novo regimes excepcional previsto no artigo 88º, n.º2 da nova Lei).

Os primeiros fluxos migratórios, em especial em meados da década de 90, começaram a fixar-se na Área Metropolitana de Lisboa e periferias. Analisando os dados transmitidos pela Tabela 3-3, verificamos, que em 2007, a maior parte da população estrangeira residente em território nacional, se situa nos distritos de Lisboa, Faro, Setúbal e Porto, onde é sentida, por sua vez, maior necessidade de mão-de-obra. Porém, apesar de estes serem os distritos que desde sempre registaram maior concentração da população imigrante, começou-se a verificar uma alteração do padrão de distribuição geográfica, com a chegada de novas vagas de imigrantes, nos finais da década de 90. Neste sentido, os efeitos destes fluxos migratórios tornam-se visíveis um pouco por todo o país, embora continue a ser no litoral, que esses valores são mais elevados, o que, não deixa de estar em consonância com a realidade portuguesa no que se refere à distribuição de cidadãos portugueses. Esta alteração na distribuição geográfica da imigração corresponde ao terceiro período das vagas imigratórias, caracterizado por um número significativo de imigrantes, assim como, pelas novas origens e qualificações elevadas dos cidadãos, nomeadamente no que respeita aos imigrantes da Europa de Leste. Esta nova vaga de imigração surge associada a redes profissionais de transporte e colocação de pessoas. Verifica-se também, a sua inserção profissional em novos ramos da actividade como a agricultura, a indústria transformadora, para além da construção civil.

A Tabela 3-3 transparece esta maior concentração da população imigrante no litoral em detrimento dos distritos do interior do país. Em 2007, o distrito de Coimbra contabilizou 14 508 imigrantes em situação legal.

**Tabela 3-3. População estrangeira residente em Território Nacional, por distritos, em 2007**

Distritos	Stocks de Residentes	Prorrogação de AP	Prorrogação de VLD	Total
Aveiro	16 274	125	731	17 130
Beja	4 018	41	564	4 623
Braga	7 998	94	470	8 562
Bragança	1 423	18	104	1 545
Castelo Branco	2 755	19	193	2 967
<b>Coimbra</b>	<b>13.759</b>	<b>58</b>	<b>691</b>	<b>14 508</b>
Évora	3 492	37	300	3 829
Faro	70 609	727	2.999	74 335
Guarda	2 234	20	106	2 360
Leiria	11 689	239	938	12 866
Lisboa	170 584	3.030	14.902	188 516
Portalegre	2 132	27	237	2 396
Porto	26 118	166	1.729	28 013
Santarém	6 545	585	1.428	8 558
Setúbal	41 172	400	2.249	43 821
Viana do Castelo	3 218	25	121	3 36
Vila Real	1 889	17	101	2 007
Viseu	4 052	31	201	4 284
Açores	4 692	25	113	4 830
Madeira	6 959	57	206	7 222
Total Nacional	401 612	5.741	28.383	435 736

Fonte: SEF 2007

As nacionalidades com maior expressão ao longo das últimas décadas foram sofrendo alterações de acordo com as mudanças sentidas a nível político e económico. Em 1999 os estrangeiros com Autorização de Residência (AR) correspondiam àqueles provenientes de países com os quais Portugal já estabelecia relações mais antigas e intensas, ou seja, 27% e que eram provenientes de países da União Europeia, 20% dos países de destino tradicional da emigração portuguesa (em especial do continente americano) e 44% dos PALOP. Nesta altura as seis nacionalidades mais representativas eram a cabo-verdiana (23%), a brasileira (11%), a angolana (9%), a guineense (7%), a britânica (7%) e a espanhola (6%). Estes representavam 63% do total de estrangeiros a residir em território nacional, de acordo com Rui Pena Pires (2002). Verificamos assim, que embora durante os anos 90 o número de imigrantes de Leste fosse de 2 373 pessoas, não se salientava ainda nenhuma nacionalidade em específico (SEF, 1999-2000). Com o novo regime legal de Autorização de Permanência, em 2001, pôde constatar-se uma intensificação do fluxo migratório da Europa de Leste e uma aceleração da imigração brasileira. Assim, em 2002 as posições das principais nacionalidades de imigrantes provenientes de países terceiros foram rapidamente alteradas, conforme Tabela 3-4 e Tabela 3-5, passando, em 2002, a Ucrânia a representar o país com mais imigrantes.

**Tabela 3-4. Residentes nacionais de Países Terceiros em Portugal em 1999**

Nacionalidade	Residentes
Cabo Verde	43 797
Brasil	20 887
Angola	17 695
Guiné-Bissau	14 140
Reino Unido	13 344
Espanha	11 152
S. Tomé e Príncipe	4 795
Moçambique	4 503
Venezuela	3 412
China	2 733
Total países Terceiros	138 467
Total EU	52 429
Total de estrangeiros residentes	190 896

Fonte: SEF (Estatísticas de 1999)

**Tabela 3-5. Residentes (AR e AP 2001 e 2002) Nacionais de Países Terceiros em Portugal em 2002**

Nacionalidade	Residentes
Ucrânia	62 041
Cabo Verde	60 368
Brasil	59 950
Angola	32 182
Guiné-Bissau	23 349
Moldávia	12 155
Roménia	10 938
S. Tomé e Príncipe	9 208
China	8 316
EUA	8 083
Total de países terceiros	347 302
Total da EU	66 002
Total de estrangeiros residentes	238 746
Autorizações de Permanência, 2001	126 901
Autorizações de Permanência, 2002	47 657

Fonte: SEF (Estatísticas 2001 e 2002)

Analisando apenas os imigrantes residentes com Autorizações de Permanência verificamos que em 2001, num total de 119 181, 52.3% correspondiam a imigrantes da Europa de Leste, dos quais se evidenciam os ucranianos com 35.4% (Tabela 3-6).

**Tabela 3-6. População estrangeira com Autorização de Permanência por principais nacionalidades 30/11/2001**

	n	%
Europa de Leste		
Ucrânia	42 252	35.4
Moldávia	8 404	7.1
Roménia	6 926	5.8
Rússia	4 777	4.0
PALOP		
Cabo Verde	5 174	4.3
Angola	4 723	4.0
Guiné-Bissau	3 082	2.6
Outros		
Brasil	22 426	18.8
China	3 203	2.7
Paquistão	2 784	2.3
Índia	2 670	2.2
Total	119 181	100

Fonte: SEF (2001)

Actualmente, segundo os dados do SEF 2007, constata-se que das nacionalidades com maior expressão em Portugal, que solicitaram o título de residência em 2007, 15% era

proveniente do Brasil (66 354 imigrantes), 15% de Cabo Verde (63 925 imigrantes), 9% da Ucrânia (39 480 imigrantes), 8% de Angola (32 728 imigrantes) e 5% de Guiné-Bissau (23 733 imigrantes), representando um total de 52% da população estrangeira (SEF 2007).

Relativamente à caracterização da população estrangeira por sexo, continua a predominar o sexo masculino (195 640 imigrantes), com uma diferença percentual em cerca de 10%, face ao sexo feminino (240 096), como aconteceu em 2006, ou seja, 55% e 45% respectivamente (SEF, 2007). Porém, a imigração feminina tem vindo a assumir uma expressão cada vez maior, que está relacionada, em parte, com o reagrupamento familiar (Peixoto, 2004b), mais concretamente entre os anos 2000 e 2005.

Na compreensão do fenómeno imigratório em Portugal é igualmente importante analisar as faixas etárias desta população. Adoptando as faixas etárias propostas nas análises estatísticas do SEF consideram-se as seguintes: 0-19 anos; 20-39 anos; 40-64 anos e mais de 65 anos (Tabela 3-7).

**Tabela 3-7. População estrangeira em território nacional por grupos etários**

Ano	Sexo	Total	Grupos Etários			
			0-19	20-39	40-64	>65
2006	HM	409 185	88 447	206 693	98 186	15 859
	H	226 810	46 485	115 217	57 601	7 507
	M	182 375	41 962	91 476	40 585	8 352
2007	HM	435 736	91 263	218 665	108 825	16 983
	H	240 096	48 369	12 0265	63 292	8 170
	M	195 640	42 894	98 400	45 533	8 813

Fonte: SEF, 2006, 2007,

Segundo critérios do SEF, na leitura da Tabela 3-7, as faixas etárias dos 20-39 e 40-64 correspondem à população activa e dos 0-19 anos e mais de 65 anos, como a população inactiva. Assim, a maior parte dos imigrantes são jovens em idade activa, ou seja, situados entre os 20-39 anos e os 40 e 64 anos, o que justifica a natureza, sobretudo, económica da imigração. O índice de envelhecimento desta população é, por isso, relativamente baixo, o que se deve ao facto da imigração para Portugal ser ainda um fenómeno muito recente.

De acordo com a Tabela 3-8, é possível verificar que os imigrantes provenientes de países da União Europeia apresentam a idade média mais elevada, com excepção dos franceses. Por sua vez, os africanos (excepto os de Cabo Verde), apresentam a idade média mais baixa. Quanto aos imigrantes de Leste estes evidenciam uma idade média ligeiramente superior à média, facto que pode ser explicado por esta imigração ser relativamente recente, sendo por exemplo a média de idades da Rússia de 33.8 e da Ucrânia 34.2.

**Tabela 3-8. Idade média dos estrangeiros em 2001 por nacionalidade**

Nacionalidade	Idade Média
França	26.8
Angola	28.5
São Tomé e Príncipe	29.6
Guiné-Bissau	29.8
Roménia	30.3
China	30.5
Brasil	31.2
Moldávia	32.9
Rússia	33.8
Ucrânia	34.2
Cabo Verde	34.4
Alemanha	38.4
Espanha	41.0
Reino Unido	45.3
Total de estrangeiros	32.3

Fonte: Recenseamento Geral da População de 2001 (INE 2001)

Relativamente ao nível de instrução dos estrangeiros residentes em Portugal, verifica-se através da Tabela 3-9, que os estrangeiros provenientes da Europa, incluindo da Europa Leste de são os que apresentam níveis de escolaridade mais elevados, no ensino secundário e médio e no ensino superior, respectivamente. Por sua vez, são os imigrantes provenientes dos PALOP que apresentam índices mais baixos nos níveis de escolaridade, visto que cerca de 60% apenas tinha o ensino básico e 12.6% não sabia ler nem escrever, em 2001.

**Tabela 3-9. Distribuição da População Estrangeira Residente em Portugal por Nível de Qualificação Académica (2001)**

Nacionalidades	Não Sabe ler nem escrever	Sabe ler e escrever sem possuir qualquer grau	Ensino Básico	Ensino Secundário e/ou médio	Ensino Superior
Europa	6.2	6.2	37.4	26.1	24.0
União Europeia	7.0	6.8	38.3	24.5	23.4
Federação Russa	3.7	3.9	29.0	27.0	36.3
República Moldava	2.3	2.2	33.5	33.9	28.0
Roménia	3.6	3.0	39.1	38.2	16.0
Ucrânia	3.0	3.0	36.2	30.6	27.3
África	12.6	11.2	58.8	13.8	3.7
Angola	8.2	9.7	60.4	17.8	3.9
Cabo Verde	19.5	13.4	58.5	7.1	1.4
Guiné-Bissau	12.0	12.6	56.3	14.4	4.7
Moçambique	5.7	5.1	61.3	21.5	6.4
São Tomé e Príncipe	10.1	11.1	61.9	12.6	4.3
América	5.8	6.7	48.1	25.0	14.3
Brasil	6.0	6.4	46.9	26.7	14.0
Canadá	6.8	11.8	50.9	20.2	10.2
EUA	8.4	9.5	39.8	20.8	21.5
Ásia	11.2	10.4	45.1	21.3	11.4
China	12.5	14.5	48.7	19.4	4.9
Índia	11.5	9.0	48.3	22.3	8.8
Paquistão	14.2	9.7	49.4	19.6	7.2
Oceânia	5.3	7.8	45.5	20.8	20.6
Apátridas	38.4	14.3	34.1	9.5	3.6
Total	9.3	8.7	49.4	20.1	12.5

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001 (INE 2001)

Não só em Portugal, mas nas sociedades desenvolvidas da actualidade observam-se duas situações extremas, descritas pela *Teoria Económica do Duplo Mercado de Trabalho*. Assim, o segmento do mercado “primário” é maioritariamente preenchido por imigrantes da Europa Comunitária e do continente americano, vindos muitos deles por intermédio de organizações internacionais às quais pertencem. Pelo contrário, o segmento de mercado “secundário” caracterizado por um trabalho pouco ou nada qualificado, de baixos salários, fracas perspectivas de carreira é preenchido, sobretudo, por imigrantes provenientes dos PALOP, países de Leste e, também, por alguns brasileiros (Rosa, 2005).

É visível uma concentração de imigrantes em sectores de actividade e profissionais, que dadas as suas características são menos procurados pelos portugueses, isto é, os imigrantes tendem a situar-se em determinados segmentos do mercado de trabalho, caracterizados, por exemplo, pelas baixas remunerações, horários mais prolongados, precariedade do vínculo laboral, em sector secundários, como anteriormente foi referido. Na análise da Tabela 3-10 é visível uma forte concentração nos sectores da construção civil e hotelaria, ou seja, 14.8% e 11.7%, respectivamente (INE, 2001).

**Tabela 3-10. Distribuição da população empregada estrangeira e portuguesa por sector de actividade (2001)**

Sector de Actividade	Estrangeiros por Sector (%)	Repartição Sectorial dos Estrangeiros (%)	Repartição sectorial dos restantes trabalhadores (%)
Agricultura/ Silvicultura e pescas	2.7	2.7	12.6
Indústria	3.1	14.0	22.0
Construção Civil	14.8	36.1	11.1
Hotelaria e restauração	11.7	12.9	4.9
Comércio	1.9	7.8	15.5
Serviço a empresas	9.6	15.0	4.8
Outros	2.3	11.6	29.1
TOTAL	5.0	100	100

Fonte: Censos 2001, INE

De acordo com informação da Inspeção Geral de Trabalho, os sectores onde se verifica um maior risco profissional são os que apresentam níveis mais elevados de sinistralidade e mortalidade. Em 2001, morreram 2 estrangeiros e 5.6 portugueses, por cada 10 000 trabalhadores. Por sua vez, de entre as várias nacionalidades dos estrangeiros residentes, são os ucranianos que apresentam uma maior taxa de mortalidade, tendo morrido 4.1 por cada 100 000 trabalhadores (Tabela 3-11).

**Tabela 3-11. Impacto dos Acidentes de Trabalho Mortais na população empregada, segundo a nacionalidade (2001)**

Nacionalidade	Acidentes de Trabalho Mortais (a)	População Empregada (b)	Acidentes de trabalho mortais por 10 000 empregados (c)
Total Estrangeiros	45	223 279	2.02
Ucranianos	21	51 232	4.10
Guineenses	3	12 757	2.35
Brasileiros	5	43 834	1.14
Portuguesas	280	4 989 125 (c)	0.56

Fonte: (a) Inspeção Geral do Trabalho, (b) INE – Censos 2001 e (c) Estatísticas do Emprego, INE

Quanto às actividades profissionais desempenhadas pelos imigrantes de Leste, verificamos (Tabela 3-12) que estes estão sub-representados nas actividades de hotelaria e nos serviços. Tal poder-se-á dever ao facto de haver uma tendência a que estas sejam executadas, sobretudo, pelas mulheres (em 2001 havia uma maior percentagem de imigrantes do sexo masculino) e pelo facto de exigirem o contacto com o público, logo implicarem o conhecimento da língua portuguesa. Daí os imigrantes provenientes dos PALOP e brasileiros terem a este nível menos dificuldade (Fonseca, 2003b).

**Tabela 3-12. Contratos de trabalho celebrados com estrangeiros com autorização de permanência, por ramo de actividade e país de origem (%)**

CAE	Ucrânia	Brasil	Moldávia	Roménia	Cabo Verde	Angola	Rússia
Agricultura e pesca	5.4	1.6	5.0	6.0	1.5	1.1	4.3
Indústria extractiva	1.5	0.2	0.5	0.5	0.2	0.0	0.6
Indústria transformadora	24.2	7.8	13.3	8.8	4.2	4.7	28.1
Água, gás e electricidade	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0	0.0	0.1
Construção	41.3	25.5	54.1	53.4	43.4	33.7	32.3
Comércio	7.0	12.1	5.8	5.5	6.0	8.1	7.3
Restaurantes e hotéis	6.0	22.1	6.0	6.6	9.2	14.1	9.6
Transportes e comunicações	1.5	2.0	2.4	1.2	0.6	0.6	1.4
Serviços	13.1	28.6	12.8	17.9	34.9	37.7	16.3
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IGT, Relatório de 10 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001.

### 3. CARACTERIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO DE LESTE

Quando falamos em imigração está quase sempre subjacente a ideia da integração dessas comunidades migrantes na sociedade de acolhimento<sup>29</sup>. Neste sentido, para podermos falar em integração de imigrantes é importante compreender todo o processo inerente à migração (Marques & Rosa, 2003) e as especificidades das diversas vagas migratórias. Neste sentido, procuraremos descrever as principais características da imigração de Leste que, tal como referem Baganha e colaboradores, correspondem a uma *Nova Imigração* [e a] *Novos desafios* (2004c).

Em Portugal, no ano de 2000, foi visível um crescimento súbito e maciço devido à imigração de Leste foi visível, como anteriormente referimos.

A queda do muro de Berlim em 1989 e a desintegração da União Soviética em 1991 trouxeram mudanças nos sistemas económicos e políticos, conduziram a crises sociais, nomeadamente ao nível de perturbações salariais e dificuldades de abastecimento (Peixoto, 1999) dos quais resultaram 120 mil pessoas da ex-URSS a viver em

<sup>29</sup> Aqui a integração é vista como um processo bidireccional e interactivo, ou seja, não são apenas os imigrantes que têm de se adaptar à nova sociedade, mas também os autóctones têm de se (re)integrar num novo contexto marcado pela diversidade cultural (Marques, 2006).



situações de pobreza. Os fluxos migratórios estagnados durante anos implicaram que muitos cidadãos se dirigissem para países da Europa do Sul. No caso da Ucrânia, depois da sua independência, instalou-se uma crise nas indústrias, empresas, instituições públicas que levaram ao desemprego e a redução dos salários, o que consequentemente contribuiu para uma alteração do carácter, intensidade, composição e direcção da migração (Malynovska, 2004). Assim, a nova abertura “propiciada pelas “revoluções democráticas” haveria de tornar melhor conhecidas as vantagens económicas do Ocidente e mais fácil o acesso através das fronteiras abertas” (Peixoto, 1999, p.45). O outro lado da Europa tornava-se atractivo a nível cultural e económico, assim como, em relações às oportunidades de trabalho (Wall *et al.*, 2005). Na fase inicial desta corrente todos estes migrantes eram rotulados de “ucranianos”, representando estes apenas uma das nacionalidades integradas nesta corrente.

Até aos finais da década de 90, no que se referia a populações estrangeiras em Portugal, as nacionalidades predominantes eram, sobretudo, dos PALOP e do Brasil. Era insignificante o número de cidadãos de países da Europa de Leste, como anteriormente pudemos verificar.

As diversas fontes acerca do aumento dos fluxos maciços de imigração, nomeadamente de Leste, estão relacionadas com três campos, tais como, a falta de controlo por outros estados membros da União Europeia na concessão de vistos de curta duração; a velocidade e a facilidade de circulação dentro do Espaço Schengen e o tráfico de seres humanos, organizado na Europa de Leste sob o disfarce de uma agência cultural (Baganha *et al.*, 2006). Recorrendo ao modelo *push-pull*, podemos ainda acrescentar a estas motivações, da escolha de Portugal como país de destino (Baganha, Marques & Góis, 2004a, 2004c; Matias, 2004), as diferenças salariais entre Portugal e os países de origem. Acrescenta-se ainda a facilidade de entrada no mercado de trabalho, sobretudo, a nível do trabalho informal, incluída nas promoções organizadas pelas “agências de viagens” nas quais eram apresentados pacotes atractivos e acessíveis à maioria da população, assim como, pelo crescimento de obras públicas e pela escassez de mão-de-obra no sector da construção civil. De entre todos estes aspectos salienta-se também o facto da sociedade civil e as políticas imigratórias não evidenciarem práticas de expulsão ou rejeição de imigrantes que aí se encontrassem a trabalhar ilegalmente e, finalmente, a existência da Regularização Extraordinária de trabalhadores imigrantes entre Janeiro e Novembro de 2001.

Neste sentido, começam a dirigir-se para este país, imigrantes inseridos em fluxos distintos daqueles que caracterizavam as rotas imigratórias para Portugal. Assim, enquanto em 1999 as principais nacionalidades eram a cabo-verdiana e brasileira, a partir desse ano, a Ucrânia passa a ser um dos principais países representados em Portugal. Este fenómeno só teve visibilidade aquando da entrada em vigor do novo regime de autorização de permanência, instituído pelo Decreto-Lei n.º2/2001. Dadas as alterações políticas de imigração em 2001 foi possível que 170 mil imigrantes se regularizassem até Outubro de 2002.

Deste modo, países cuja ligação cultural e linguística era escassa, passam a ganhar predominância, em 2001 e 2002, como é o caso da Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia.

Os dados demográficos dos países de Leste, embora consciente da fidedignidade dos mesmos, pelo facto de serem elaborados com base em dados administrativos, apenas incidem nos estrangeiros em situação legal (Santana, 2003). Conforme revela a Tabela 3-13 a nacionalidade ucraniana era aquela que tinha maior destaque em 2002, mantendo esse lugar em 2006 e 2007, de acordo com a Tabela 3-14.

**Tabela 3-13. Contingentes legais dos “chamados Imigrantes do Leste” por país de origem (retirado de Santana 2003, p.23)**

Nacionalidade	Total
Ucrânia	60 571
Moldávia	11 817
Roménia	10 673
Bulgária	3 178
Bielorrússia	1 110
Lituânia	924
Geórgia	901
Cazaquistão	773
Quirquizistão	47
Eslovénia	23
Total	90 017

Fonte: Serviços do Secretariado de Estado Adjunto do Ministério da Presidência, Março de 2003

**Tabela 3-14. População estrangeira em Portugal**

Nacionalidade	2006				TR	2007*		
	AR	Prorr AP	Prorr VLD	Total		Prorr AP	Prorr VLD	Total
Lituânia	188	33	23	223	-	-	-	429
Bielorrússia	416	172	205	793	-	-	-	776
Bulgária	1 536	695	926	3 160	4 702	51	275	5 028
Croácia	141	1	6	148	147	1	1	149
Moldávia	5 714	2 911	4 048	12 673	11 414	589	2 054	14 053
Roménia	4 314	2 227	3 758	10 299	17 200	179	1 776	19 155
Rússia	2 986	1 019	940	4 945	4 523	195	396	5 114
Ucrânia	19 167	10 426	8 258	37 851	34 240	1 470	3 770	39 480

Fonte: SEF (2006, 2007) \* dados provisórios

Aqueles que solicitaram o estatuto de residente em 2006 e 2007 também registam maior efectivo nos imigrantes provenientes da Ucrânia (Tabela 3-15), ou seja, 17 708 e 2 959, respectivamente.

**Tabela 3-15. Quem solicitou o estatuto de residente**

Nacionalidade	2006	2007
Lituânia	42	230
Bielorrússia	314	197
Bulgária	742	2 959
Croácia	7	1
Moldávia	4 656	3 060
Roménia	2 969	10 976
Rússia	1 754	926
Ucrânia	17 708	2 959

Fonte: SEF 2006, 2007 (dados provisórios)

Nesta caracterização é fundamental atendermos ao género dos imigrantes. Analisando o Tabela 3-16 é visível uma maior incidência no sexo masculino em todas as nacionalidades, à excepção da Lituânia em 2007, cujo número de mulheres a solicitar o estatuto de residência foi superior ao dos homens, embora essa divergência seja mais acentuada em 2006 do que no ano de 2007.

**Tabela 3-16. Quem solicitou estatuto residente por sexo**

Nacionalidade	2006		2007*	
	m	f	m	f
Lituânia	48	58	105	125
Bielorrússia	465	277	107	90
Bulgária	465	277	1 592	1 367
Croácia	4	3	-	1
Moldávia	2 935	1 721	1 757	1 303
Roménia	1 786	1 183	6 300	4 676
Rússia	935	819	434	492
Ucrânia	11 584	6 124	5 153	3 804

Fonte: SEF 2006, 2007 \* Dados provisórios.

Quanto as idades dos imigrantes residentes em Portugal, estas concentram-se, essencialmente, na idade activa, ou seja, entre os 25 aos 64 anos (Tabela 3-17), destacando-se as faixas etárias dos 30-34, 35-39 e 40-44 anos, que mais uma vez está em consonância com as motivações económicas destes imigrantes.

**Tabela 3-17. População estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade segundo o grupo etário (Dados provisórios de 2006 (Processado em 26-02-2008))**

Idade	Bielorrússia	Bulgária	Lituânia	Moldávia	Croácia	Ucrânia	Roménia	Rússia
0-4	21	43	6	622	5	1 160	382	172
5-9	17	42	5	346	7	737	194	118
10-14	22	58	5	440	8	985	186	152
15-19	15	73	6	392	8	748	228	200
20-24	22	100	37	364	14	575	531	198
25-29	76	205	49	1 049	32	2 949	1 116	433
30-34	91	247	26	1 200	25	4 117	1 066	521
35-39	62	237	23	938	23	3 492	748	479
40-44	54	261	17	836	10	3 034	415	433
45-49	35	222	17	737	4	2 856	362	338
50-54	20	108	5	394	5	1 552	162	200
55-59	8	45	1	126	2	536	40	90
60-64	0	12	2	11	0	75	7	25
> 65	2	8	1	4	3	30	9	16

Fonte: SEF (2008)

A imigração dos países de Leste é uma imigração de tipo económico, ou seja, na decisão de emigrar está subjacente o alcance de melhores condições de vida para si próprio, ou para a família, que pode ter ficado no país de origem, que pode ser

conseguido através do exercício de uma actividade remunerada e de poupanças ou remessas financeiras. A par destas motivações estão, também, as de reunificação familiar como impulsionadoras da escolha da Europa como destino migratório (Castro, 2008).

Como referem Góis e Marques (2007) a literatura não tem vindo a dar relevância aos imigrantes qualificados que se inserem no mercado secundário, o designado *brain drain*<sup>30</sup> ou desperdício de cérebros, devido à discrepância entre as qualificações profissionais que apresentam e o tipo de trabalho que realizam. Observando a posição destes imigrantes, e citando Santana e Sarratino (2005), é possível compreender as motivações inerentes à imigração de Leste “cujo objectivo, é ganhar dinheiro através do exercício de uma profissão, em geral pouco qualificada e com poucas exigências linguísticas e que, por ser pouco qualificada, atribui aos imigrantes de Leste um lugar de inclusão que exclui as suas qualificações literárias e profissionais, os remete para um estatuto social inferior àquele que lhes seria socialmente atribuído caso exercessem as profissões compatíveis com as competências conquistadas no país de origem” (Santana & Sarratino, 2005, p.246). Dá-se assim, um processo de desqualificação profissional (*deskilling*) a qual é subaproveitada nas empresas ou no Estado. Deste modo, não há um reconhecimento formal das suas habilitações, trabalhando em profissões abaixo das suas qualificações. Verificamos assim, que a integração destes imigrantes é geralmente vista de uma forma instrumental, ou seja, prende-se com a satisfação das suas necessidades básicas (Eisenstadt, 1954 & Esser, 1980, cit. por Baganha *et al.*, 2004c).

Nos diversos estudos realizados acerca da imigração de Leste, verifica-se que numa fase inicial esta corrente migratória era constituída maioritariamente por população masculina, “homem que parte, mulher que espera”<sup>31</sup>, “jovem a solo”, em idade activa

---

<sup>30</sup> O conceito *brain drain*, remota ao ano de 150 d.C., devido às queixas dos atenienses, devido ao “drain of greek brains” para Alexandria (Oliveira & Sousa, 1989, cit. por Peixoto, 1999) e mais tarde essa mesma expressão é retomada num relatório da Royal Society britânica de engenheiros, cientistas e técnicos que saíam do Reino Unido, rumo à América do Norte. Como refere Oliveira & Sousa o que na realidade se verificava era um sentimento de bem-estar nos países que recebiam estes imigrantes, perante um sentimento de perda dos países dos quais eram originários. Actualmente este conceito corresponde a “uma perda de pessoal altamente qualificado de certos países e o correspondente ganho inesperado de outros” (Portes, 1976, cit. por Peixoto, 1999, p.18). No entanto, não é esta situação que observamos em Portugal, porque não há um aproveitamento das qualificações destes imigrantes de Leste.

<sup>31</sup> Protagonista o imigrante-tipo das sociedades industriais, homem, casado e “ganha-pão”, que “emigra/imigra à frente abrindo caminho para uma futura reintegração familiar, no país de acolhimento ou no de partida, à família que se lhe junta ou para quem volta, e como protagonista aparentemente secundária

(25-49 anos), entrando, grande parte, em Portugal com vistos de curta duração ou em situação ilegal (principalmente moldavos e romenos). Nesta fase a vinda para Portugal tinha sido a primeira opção pois tinham a informação de que facilmente conseguiriam encontrar trabalho e obter bons salário (Fonseca, 2003b).

Na sua maioria estes imigrantes perspectivam a sua permanência em Portugal como temporária. Num dos estudos de Carvalho (2004) cerca de 67% dos imigrantes pretende regressar ao seu país de origem. Também Baganha e colaboradores (2004c) referem no seu estudo que 51% dos inquiridos tinham nos seus planos o regressar ao país de origem num futuro próximo, enquanto 16% pretendiam estabelecer-se em Portugal. Esta ideia é ainda reforçada por Lages e Policarpo (2002) que no seu estudo concluem igualmente que a maioria dos imigrantes de Leste (77%) deseja regressar ao seu país de origem, face a 23% que não deseja regressar. Podemos então concluir que o facto, destes imigrantes objectivarem a migração como temporária, facilmente aceitam exercer profissões abaixo das suas qualificações, inserindo-se em sectores da economia informal.

Esta corrente migratória, no seu início, era marcada por um sistema organizado por redes ilegais de tráfico de mão-de-obra. Uma das estratégias migratórias adoptadas pelos imigrantes de Leste era o acesso a estas redes sociais que se caracterizam por ser relações pouco densas e com objectivos de cariz utilitário (Matias, 2004). Estas redes qualificam-se por fortes assimetrias de informação e materializam-se, particularmente no país de origem, “sob a forma de agências de viagens ou pessoas individuais, que oferecem pactos migratórios a custos elevados” (Matias, 2004, p.6). Desses pacotes faziam parte vistos de turismo como “passe de entrada” no mercado de trabalho (foram informados de que seriam operários da construção civil) do Espaço Schengen, utilização de autocarros como principal meio de transporte e uma rede de contactos privilegiados no país de acolhimento.

O recurso a estas redes informais constituídas, sobretudo, por familiares, amigos e conhecidos, demonstra ser bastante útil para os imigrantes recém-chegados que ainda não estavam familiarizados com a cultura e dinâmica do país. Estas evidenciam ter principal importância ao nível das necessidades instrumentais dos imigrantes no país de acolhimento, como seja o acesso ao trabalho, questões burocráticas, de alojamento.

---

(pois são elas que definem a estratégia familiar de emigrar), a mulher - e frequentemente os filhos - que o segue algum tempo depois ou que fica e o espera (Santana & Sarratino, 2005).

Por sua vez, com o prolongamento da sua estadia, a dependência face a estas redes começa a diminuir (Baganha *et al.*, 2004c).

A viagem de autocarro, feita por muitos imigrantes em situação ilegal, era também sinónimo de formas de controlo das próprias redes e risco de extorsão de dinheiro e documentos, embora tal situação não fosse desconhecida por eles antes de iniciarem a viagem (Matias, 2004), que mesmo assim arriscavam, a fim de aproveitar as oportunidades que se faziam sentir do outro lado da Europa.

A sua dependência face a estas redes de tráfico estava muito relacionada com diversos obstáculos tais como: desconhecimento da língua portuguesa e a dificuldade em obter um visto de trabalho. Conscientes da situação vulnerável em que se encontravam estes imigrantes, as redes disponibilizavam um contacto com outro imigrante que se encontrava, há já algum tempo, no país de acolhimento e que tivesse um conhecimento suficiente da língua portuguesa. Estes contactos referiam-se, nalguns casos, a pessoas individuais e noutros a situações de redes mais complexas.

Por tudo isto, estas fontes de capital social, de natureza informal são especificamente instrumentais e pouco densas no que se refere às relações de solidariedade que estabelecem entre si (Portes, 2000, cit. por Matias, 2004). Estas redes sociais de “auxílio” passaram a ser a única opção para os imigrantes, pelo que lhes eram aplicadas taxas a custos fortemente inflacionadas. Por sua vez, também as entidades patronais tiravam partido desta situação, pois conseguiam mão-de-obra barata e facilmente substituível.

Dado o aumento do número de imigrantes originários de países da Europa de Leste, foi possível verificar-se uma mudança na qualidade das ligações entre si, ou seja, possibilitou a criação de laços de solidariedade de natureza mais familiar, entre o país de origem e o de destino, daí serem evidentes redes mais densas nas estratégias migratórias. Esta situação é mais vivenciada, como refere Matias (2004) pelas mulheres.

Sabemos que a aquisição de competências sociais e culturais é condição determinante para o sucesso na integração no país de acolhimento. De entre estas competências, exigidas a quem emigra, os imigrantes de Leste, neste caso particular, têm também de adquirir competências ao nível linguístico. De facto, é o conhecimento da língua que permite que se estabeleçam contactos interpessoais, que se recorra a serviços existentes e disponíveis no país de acolhimento, ou como referem Baganha e

colaboradores (2004c, p.106) permite “criar e manter formas de relacionamento com a população autóctone e a aquisição de informações sobre oportunidades existentes nas diversas esferas sociais (oportunidades culturais, económicas, etc.). Por sua vez, o domínio da língua permite que se tornem mais autónomos no recurso a diversos serviços, procura de emprego, deixando assim de estar tão dependentes dessas redes de apoio.

Ao contrário do que acontece com os imigrantes oriundos dos PALOP e brasileiros, os imigrantes de Leste apresentam um padrão distinto na implementação territorial. Estes não se concentram apenas nas grandes cidades, como Lisboa ou Porto, mas dispersam-se por todo o território nacional, desde as principais cidades do litoral às pequenas aldeias do interior, em função das oportunidades de trabalho existentes em cada região (Fonseca, 2003a, 2007).

Os imigrantes de Leste possuem níveis educacionais e qualificação profissional acima da média nacional, variando entre o ensino secundário completo, o ensino médio e o ensino superior (Matias, 2004; Fonseca *et al.*, 2004), assim como, possuem habilitações bastante superiores aos imigrantes dos PALOP, porém inserem-se em actividades não muito diferenciadas, isto é, no segmento de mercado informal. O Centro de Estudos Sociais num dos seus estudos (2002 - 2004) procurou descrever e caracterizar o fluxo migratório relativo aos países de Leste, nomeadamente nos seus processos de integração laboral, legal e espacial, no qual é realçado que 38.8% dos imigrantes tinham completado o ensino secundário, ou uma formação técnico-profissional e 60.8% tinham finalizado um curso de nível superior (Baganha *et al.*, 2004c).

Embora possuíssem perfis educativos médios ou superiores, no trajecto migratório sofrem uma mobilidade para baixo (*downward mobility*) relativa a uma desqualificação profissional que tem início no país de origem e é reforçado no país de acolhimento. No estudo de Matias (2004) eram evidentes nos imigrantes ucranianos situações de desemprego no país de origem, assim como níveis de salários baixos ou situações recorrentes e prolongadas de salários em atraso. Por sua vez, no caso destes imigrantes era notória uma tendência para ocupar postos de trabalho que exigiam poucas qualificações, assistindo-se a situações de sobrequalificação dos lugares que ocupam. No estudo realizado por Góis e Marques (2007) é visível uma tendência para que estes imigrantes ocupem posições menos qualificadas do que nos seus países de origem.

De acordo com a Taxa de Retorno da Educação, anteriormente analisada, o mercado de trabalho português está alheio a estas qualificações, havendo uma fraca correspondência entre as habilitações escolares e a inserção profissional. Daí poder-se concluir que o diferencial da TRE no país de destino e de origem é obtido apenas à custa do acréscimo do rendimento de trabalho (R) (Rosa, 2005), ou seja, verificamos uma situação de *TRE parcial*  $R > PP$  pois há uma descida de posição/realização profissional e uma compensação, pelo menos equivalente do factor financeiro.

Quase que se pode afirmar que a desqualificação das qualidades originais dos imigrantes lhes permite uma participação e inclusão no mercado de trabalho. Neste sentido, para muitos imigrantes de Leste o reconhecimento das suas competências escolares ainda não é o factor primordial na escolha do país de destino.

Em Portugal estes imigrantes são recrutados para actividades inseridas no mercado informal o que reforça a sua desqualificação profissional. “Com o prolongamento da sua estadia, acentua-se a sua inserção no mercado de trabalho através de profissões pouco ou nada qualificadas, dadas as suas necessidades de subsistência imediata, as expectativas de poupança e o estatuto legal de imigrante, que, entretanto adquirem, caracterizado pela ausência de alguns direitos laborais e sociais” (Matias, 2004, p.9). Percepcionam assim, a sua presença como temporária, dados os obstáculos que encontram e que os impossibilitam de obter condições mais estáveis no mercado de trabalho. Neste sentido, assumem o projecto de imigração que os trouxe até cá, assumem o facto de serem imigrantes, afirmando mesmo “estou aqui para ganhar dinheiro e ir-me embora” (depoimento de Natasha cit. por Figueiredo 2006, p.176).

Todo este fenómeno migratório pode ser explicado pela Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado, a qual defende que grande parte da atracção existente, nas migrações internacionais, dos países menos para os mais desenvolvidos, se deve à existência de mercados “secundários”. O tipo de trabalho que aqui se insere afasta os cidadãos nacionais, dadas as baixas recompensas monetárias e o baixo *status* social e atrai os imigrantes oriundos de países menos desenvolvidos. São os designados os trabalhos “três D’s (“sujos, perigosos e difíceis” - *dirty, dangerous and demanding*)” (Peixoto, 2008, p.22), que mesmo possuindo poucas condições podem permitir a melhoria da qualidade de vida destes imigrantes.

Por não haver um reconhecimento formal das suas habilitações, inserem-se predominantemente nos sectores da construção civil, dos serviços e da indústria e em profissões pouco ou nada qualificadas. Relativamente à inserção no sector dos serviços,



de limpeza e trabalhos domésticos, esta é marcada pelo sexo feminino, ao passo que na construção civil é evidenciado o sexo masculino (Matias, 2004). O vínculo contratual mais comum é o contrato a termo. Os horários de trabalho excedem quase sempre o previsto no contrato de trabalho e até mesmo no quadro da lei portuguesa (mais frequente no sexo masculino). Quando não há contratação são visíveis situações desde o aproveitamento da sua situação de precariedade, irregularidade e até de desconhecimento da legislação existente (Figueiredo, 2006). Os horários de trabalho são intensos e sobrecarregados tendo muitas vezes empregos em simultâneo, repartidos pelas várias fases do dia. Num estudo realizado por Monteiro (2006) vem evidenciar que há uma grande vulnerabilidade destes imigrantes de Leste a nível de saúde, estando directamente associados a condições de inserção socioeconómica, devido aos vínculos laborais precários, excesso de horas de trabalho e a realização de um trabalho não correspondente às suas habilitações.

Segundo um dos estudos de Fernando Luís Machado (2003) as percentagens de imigrantes ucranianos, moldavos ou romenos a trabalhar na construção civil situava-se entre os 50% a 60%, porém ao acrescentar-se outros inseridos em postos desqualificados e instáveis nos serviços, indústria transformadora, hotelaria e turismo, Rui Pena Pires (2002) afirma que esses valores ascendiam aos 80% a 90%. Como foi referido anteriormente, uma inserção temporária por estes sectores, poderá ser normal numa primeira fase da imigração, porém se houver uma perpetuação da mesma, desenvolver-se-ão condições que tornam estes cidadãos mais vulneráveis à exclusão social. De facto as “oportunidade de mobilidade” são mais elevadas quando está em questão o mercado de trabalho primário e em situação de enclave, ao contrário do que acontece com os imigrantes que se encontram no mercado de trabalho secundário ou os das minorias intermediárias (Portes, 1999). Possuindo os imigrantes de Leste qualificações mais elevadas, poderá estar à partida mais facilitada a sua diferenciação profissional relativamente a outros imigrantes. No entanto, até ao momento esta realidade ainda não tem essa visibilidade.

Os processos de equivalência são difíceis de concretizar e dispendiosos em tempo e dinheiro. Conseguindo as condições legais pretendidas através de contratos num mercado de trabalho pouco ou nada qualificado, muitas vezes informal, poucos são aqueles que reconhecem alguma utilidade real no reconhecimento das suas qualificações (Matias, 2004). Por sua vez, o exercício deste tipo de trabalho, apesar do elevado risco de precariedade inerente e das tarefas pouco ou nada qualificadas, possibilita-lhes remunerações monetárias muitas vezes superiores às do mercado formal

(Baganha, Ferrão & Malheiros, 2001; Pires, 2000, cit., por Matias 2004). Sujeitam-se assim, a condições de trabalho precárias, como a dificuldade de obterem contrato de trabalho, a sofrerem discriminação por parte dos empregadores, salários não pagos, baixos, ou em atraso, a exercerem tarefas mais pesadas, perigosas e com menos condições de segurança, a terem piores horários (horas extraordinárias não pagas) e menos direitos laborais (negação de dias de folga e de férias, falta de segurança social), face aos autóctones (Fonseca, 2003; Hellermann, 2005). Tudo isto porque as perspectivam como temporárias, pois o objectivo da grande maioria dos migrantes é melhorar as condições de vida a nível económico e regressar ao seu país de origem, como já salientamos anteriormente.

Embora numa fase inicial, esta corrente migratória fosse caracterizada, sobretudo, por indivíduos masculinos, começa a verificar-se, que cada vez mais, há mulheres de Leste que emigraram sozinhas, trazendo consigo motivações económicas, ou de reunificação familiar, através de canais formais ou informais (Figueiredo, 2006; Pires 2002 cit. por Wall *et al.*, 2005). No entanto, perante todas as situações precárias de trabalho anteriormente descritas, estas deparam-se com outro tipo de comportamento e atitudes, discriminatórias e estereotipadas, por parte da sociedade de acolhimento. Estas mulheres vivenciam frequentemente situações de abuso sexual no trabalho, são vistas como mulheres fáceis e abertas a relações sexuais com qualquer homem, e quando trabalham como empregadas domésticas estão mais vulneráveis a situações de abusos físicos, psicológicos e sociais (Anderson, 2000; Lutz, 2002 cit. por Hellermann, 2005). No estudo de Hellermann (2005) estas mulheres são vítimas de algum isolamento social e solidão intensa, sendo este isolamento mais visível quando emigram sós. Assim, trabalhando sozinhas e isoladas, os contactos com redes sociais informais e de amizade são limitados, devido a más experiências, marcadas, algumas delas, por situações de controlo dos homens sobre as mulheres e pelo facto de ao migrarem sozinhas serem vistas como prostitutas (Wall *et al.*, 2005). No estudo de Gonçalves (2006) é visível que estas mulheres imigrantes eram na sua maioria “trabalhadoras não qualificadas dos serviços e comércio (empregadas de limpeza em casas particulares e empresas) e do “pessoal dos serviços directos e particulares (alojamento e restauração).

O processo de reunificação familiar, embora registe maior incidência nos imigrantes dos PALOP e asiáticos, começa a ganhar evidência nos imigrantes de Leste (tal facto deve-se a este fluxo migratório ser mais recente) “reunificar a família obedece a uma lógica migratória específica - um projecto - desenvolvida pelas famílias imigrantes” (Fonseca,

2005, p.5), ou seja, quem migra, quem se reúne no país de acolhimento e quem fica no país de origem, quando devem migrar, quais os papéis e responsabilidades de cada membro no país de origem e no país de acolhimento. São um conjunto de estratégias que podem ser compreendidas de acordo com a “economia de grupo doméstico” (Taylor, 1999 cit. por Castles, 2005). Tudo isto envolve um relacionamento complexo individual e colectivo dos recursos e a uma cuidadosa gestão do tempo. Vários factores são ponderados nesta decisão tais como, a idade dos imigrantes e membros da família, as fases da vida em que se encontram, para além de um adequado acesso à integração social, oportunidades de trabalho, estabilidade laboral, capacidade de poupar dinheiro, arranjar uma habitação e sustentar a família (Fonseca, 2005).

A existência de uma rede social de apoio é fundamental para a integração destas comunidades no país de acolhimento. Porém, as redes de sociabilidade restringem-se a alguns familiares e amigos, as quais são de extrema importância, sendo redes informais, de vizinhança, de nacionalidade e de trabalho. Estas proporcionam apoio a nível financeiro, emocional e social e têm um papel importante na evolução dos fluxos migratórios (Fonseca, 2005). Contudo, estes imigrantes não demonstram grande motivação para participar em associações organizadas, (Santana & Sarratino, 2005). O facto de trabalharem muitas horas e dias tende a afectar a sua sociabilidade.

As associações de imigrantes desempenham um papel de extrema importância no que se refere à integração de imigrantes (Rex, 1994, cit. por Moren-Alegret, 2002). Sónia Pires ao abordar o panorama associativo dos imigrantes do Leste europeu, considera que estas prestam apoio essencial nas áreas socioeconómicas, como seja, a inserção no mercado de trabalho, apoio na procura de habitação, encaminhamento no acesso à saúde, tradução de documentos, apoio na aprendizagem da língua portuguesa e nas áreas legais, apoio nos processos de legalização, através do reconhecimento de diplomas, de documentos diversos (cartas de condução, certidões do estado civil, processos de reagrupamento familiar), apoio jurídico (no caso de não cumprimento dos contratos de trabalho, acidentes de trabalho). Neste levantamento o aspecto cultural foi aquele que teve menos visibilidade em todas as associações, pelo que os seus principais objectivos se prendem com a resolução de problemas imediatos (Pires, 2002).

No estudo realizado por Lages e colaboradores (2006) revela que são os imigrantes brasileiros e os da Europa de leste, que frequentemente afirmam ter recebido mais apoio desde a sua chegada a Portugal, porém esta necessidade de auxílio vai

diminuindo à medida que a sua permanência vai aumentando. “O imigrante utiliza relações sociais/redes sociais, sobretudo, para satisfazer as suas necessidades mais imediatas e centrais (encontrar emprego e habitação) (...) a acção das redes sociais do imigrante vai diminuindo de importância à medida que se trata de áreas sociais em que é exigido um conhecimento factual menos ligado a aspectos quotidianos dos indivíduos e que formam a estrutura social dos imigrantes (Lages *et al.*, 2006, p.107).

De acordo com diversos estudos e relatos dos imigrantes, o sucesso do processo migratório, passa pela sua integração no mercado de trabalho, a qual é muitas vezes dificultada dada a situação irregular em que muitos se encontram, pela dificuldade na aquisição de competências (saber falar português) e de conhecimentos específicos (funcionamento dos serviços, burocratização), morosidade nos processos de regularização e a ausência da família junto do imigrante (Lages *et al.*, 2006; Santana & Sarratino, 2005; Fotakis, 2003). A solidão é apresentada como um dos principais problemas das mulheres imigrantes, pois vivem em situação de isolamento social (Wall *et al.*, 2005). Logo, mais uma vez, é evidenciado o papel fundamental que estas redes podem exercer.

Relativamente ao conceito de stress anteriormente abordado verificamos que estes imigrantes vivenciam alguns factores de *stress*, como referiu Ana Paula Monteiro no seu estudo, como seja as rupturas com as redes de apoio familiares, desconhecimento da língua, precárias condições de trabalho, desconhecimento da região de residência e até do acesso a serviços de saúde (Monteiro, 2006), estando grande parte dos sujeitos mais vulneráveis ao *stress*. Esta vulnerabilidade está ainda, segundo a investigadora, relacionada com a clivagem entre as qualificações e o trabalho exercido.

#### **4. A IMIGRAÇÃO DE LESTE NO DISTRITO DE COIMBRA**

##### **4.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO DISTRITO DE COIMBRA**

O distrito de Coimbra localiza-se na Região Centro do país, tendo uma superfície aproximada de 3974.2 Km<sup>2</sup> (12<sup>o</sup> maior distrito português). Embora, esteja, maioritariamente, situado na Beira Litoral, parte dos seus concelhos situam-se na Beira Alta e Beira Baixa.

Este distrito é composto por 17 concelhos: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho,

Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares.

De acordo com a actual divisão do país (INE) este distrito está integrado na Região Centro, estando subdividido em duas regiões: *Baixo Mondego* e *Pinhal Interior Norte*. Enquanto da primeira sub-região fazem parte os concelhos de Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Penacova e Soure, a segunda sub-região (Pinhal Interior Norte) é constituída pelos concelhos de Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela, Tábua e Vila Nova de Poiares.

Este distrito caracteriza-se, a nível morfológico, pelo vale do Rio Mondego, que abrange toda a parte ocidental do distrito e, que por sua vez, o condiciona tanto a nível económico como social.

É um distrito de contraste pois se, por um lado, é caracterizado pelo mar, por outro, encontramos zonas bastante montanhosas, o que gera diferenças climatéricas, ou seja, zonas de clima temperado, próximas do clima mediterrâneo, e zonas muito frias, ocorrendo, por vezes a precipitação de neve.

Neste sentido, a nível turístico encontra mais-valias na sua localização junto ao mar (Figueira da Foz e Mira), como a nível termal (Amieira, Arrifana, Bicanho, Caldas de S. Geraldo, Caldas de S. Paulo, Caldas de Várzea Negra e Fonte do Brulho, em Verride) e, finalmente, espaços para passeios pedestres com muita tradição (Serra de S. Pedro de Açor ou de Arganil, a do Calcorinho e a da Lousã).

#### **4.1.2. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA**

O distrito de Coimbra tem uma densidade populacional<sup>32</sup> elevada (109.99 hab/Km<sup>2</sup>), sendo superior à da região Centro (83 hab/Km<sup>2</sup>) e quase igual à do país (112 hab/Km<sup>2</sup>).

Neste distrito os concelhos que apresentaram densidades populacionais mais elevadas e acima da média distrital são os concelhos de Coimbra (429.60 hab/Km<sup>2</sup>), Figueira da Foz (166,8 hab/Km<sup>2</sup>), Lousã (135.7 hab/Km<sup>2</sup>), Condeixa-a-Nova (125.6 hab/Km<sup>2</sup>) e

---

<sup>32</sup> *Densidade populacional* é a intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro).

Montemor-o-Velho (108.4 hab/Km<sup>2</sup>) (Tabela 3-18). Por sua vez, alguns concelhos perderam população se compararmos a densidade populacional de 2001 e 2007, nomeadamente o de Coimbra, Arganil, Góis, Montemor-o-Velho, Penela, Pampilhosa da Serra, Soure e Tábua (Tabela 3-19).

**Tabela 3-18. Área por km<sup>2</sup> e população residente por concelho do distrito de Coimbra**

Concelho	Área (km <sup>2</sup> )	População Residente
Arganil	332.8	13 623
Cantanhede	391.1	37 911
Coimbra	319.4	148 474
Condeixa-a-Nova	138.7	15 340
Figueira da Foz	379.1	62 601
Góis	263.3	4 861
Lousã	138.4	15 753
Mira	124.1	12 872
Miranda do Corvo	126.4	13 077
Montemor-o-Velho	229	25 478
Oliveira do Hospital	234.5	22 112
Pampilhosa da Serra	396.5	5 220
Penacova	216.7	16 725
Penela	134.8	6 594
Soure	265.1	20 941
Tábua	199.8	12 602
Vila Nova de Poiares	84.5	7 061

Fonte: Censos 2001 (INE)

**Tabela 3-19. Densidade populacional (N.º/km<sup>2</sup>) por Local de residência (2001 e 2007)**

Local de Residência	2001	2007
Portugal	112.30	115.30
Centro	83	84.60
Arganil	40.40	38.50
Cantanhede	96.20	99.60
Coimbra	458.10	429.60
Condeixa-a-Nova	111.20	125.60
Figueira da Foz	164.30	166.80
Góis	18.10	16.90
Lousã	113.80	135.70
Mira	102.90	107
Miranda do Corvo	103.30	108.30
Montemor-o-Velho	110.10	108.40
Oliveira do Hospital	93.60	92.60
Pampilhosa da Serra	12.80	11.10
Penacova	76.70	77.90
Penela	48.20	46.60
Soure	78	77.60
Tábua	62.30	61.70
Vila Nova de Poiares	83.50	88.70

Fonte: INE (última actualização 6 de Maio de 2009)

Segundo o Recenseamento Geral da População de 2001 (INE) foi apurado um total de 438 915 indivíduos residentes no distrito de Coimbra, dos quais 233 494 eram do sexo feminino e 205 421 do sexo masculino.

A evolução da população não foi idêntica em todos os concelhos. Os concelhos que conheceram um decréscimo dos seus efectivos populacionais entre 1991 e 2001 foram: Pampilhosa (-9.9), Góis (-9.5), Penela (-4.6), Tábua (-3.8), Soure (-3.5), Montemor-o-Velho (-3.4), Mira (-2.9), Arganil (-2.1), Oliveira do Hospital (-2) e Penacova (-0.1). Por sua vez, houve um crescimento nos concelhos de Condeixa-a-

Nova (17.7), Lousã (17.1), Vila Nova de Poiares (14.6), Miranda do Corvo (11.9) e Coimbra (6.7), conforme Tabela 3-20.

**Tabela 3-20. Percentagem de variação decimal da população por concelho, do distrito de Coimbra**

Concelho	1991/01
Arganil	-2.10
Cantanhede	2
Coimbra	6,70
Condeixa-a-Nova	17.70
Figueira da Foz	1.60
Góis	-9.50
Lousã	17.10
Mira	-2.90
Miranda do Corvo	11.90
Montemor-o-Velho	-3.40
Oliveira do Hospital	-2
Pampilhosa da Serra	-9.90
Penacova	-0.10
Penela	-4.60
Soure	-3.50
Tábua	-3.80
Vila Nova de Poiares	14.60

Fonte: INE

Em termos da faixa etária, aquela que apresenta valores mais elevados corresponde à faixa entre os 25 aos 64 anos para todos os concelhos, destacando-se os de Coimbra (78 395), Figueira da Foz (35 283) e de Cantanhede (21 150) como aqueles que apresentam valores mais elevados (Tabela 3-21).

**Tabela 3-21. População residente por concelho de residência e grupo etário**

Concelho	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Arganil	1 496	1 420	6 362	3 389
Cantanhede	4 913	4 165	21 150	8 692
Coimbra	18 345	13 579	78 395	24 995
Condeixa-a-Nova	2 724	1 664	9 568	3 781
Figueira da Foz	8 565	6 348	35 283	12 939
Góis	490	430	2 070	1 390
Lousã	3 179	1 895	10 484	3 687
Mira	1 690	1 532	7 194	2 879
Miranda do Corvo	1 913	1 515	7 480	2 847
Montemor-o-Velho	3 103	2 717	13 508	5 464
Oliveira do Hospital	2 968	2 566	11 393	4 700
Pampilhosa da Serra	345	402	1 974	1 562
Penacova	2 059	1 776	9 408	3 614
Penela	756	603	3 143	1 733
Soure	2 390	1 901	10 923	5 256
Tábua	1 727	1 538	6 255	2 787
Vila Nova de Poiares	1 194	870	4 121	1 377

Fonte: INE (última actualização 23 de Junho de 2009)

#### 4.1.3. CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

No distrito de Coimbra são ainda visíveis, algumas tradições agrícolas, imperando sobretudo a produção vinícola. A nível industrial, considera-se que este pode ser um sector em expansão, ocupando assim o sector secundário, grande parte da população destes concelhos (Tabela 3-22).

No entanto, é o sector terciário que ocupa a maioria da população activa, o que pode ser justificado por Coimbra ser uma cidade universitária, assim como, por ser uma região marcada pelo turismo. Quanto aos restantes concelhos verifica-se uma tendência para estes se situarem, sobretudo, no sector secundário.

**Tabela 3-22. Distribuição da população por sector económico**

Concelho	Total	Sector primário	Sector secundário	Sector terciário (social)	Sector terciário (económico)
Cantanhede	16 093	2 104	5 630	3 634	4 725
Coimbra	69 598	695	14 868	31 625	22 410
Condeixa-a-Nova	6 626	145	1 859	2 412	2 210
Figueira da Foz	26 455	1 364	9 738	6 912	8 441
Mira	5 181	677	1 749	1 186	1 569
Montemor-o-Velho	10 282	1 019	3 537	2 727	2 999
Penacova	6 940	597	2 583	1 822	1 938
Soure	7 933	347	2 579	2 174	2 833
Arganil	5 589	905	2 305	1 147	1 232
Góis	1 775	262	619	515	379
Lousã	7 052	131	2 511	2 235	2 175
Miranda do Corvo	5 692	224	1 812	1 910	1 746
Oliveira do Hospital	9 067	444	4 589	1 595	2 439
Pampilhosa da Serra	1 747	412	523	487	325
Penela	2 426	154	1 005	628	639
Tábua	4 699	368	2 101	966	1 264
Vila Nova de Poiares	2 921	114	981	799	1 027

Fonte: INE (actualização 31 de Maio de 2007)

#### 4.2. CARACTERIZAÇÃO DO FENÓMENO IMIGRATÓRIO NO DISTRITO DE COIMBRA

Sendo a nossa área de estudo o distrito de Coimbra é, fundamental, procurarmos perceber como se caracterizam os fluxos migratórios neste local.

Tendo em conta os recenseamentos de 1991 e 2001, verificamos que nos 17 concelhos que integram este distrito ocorreu um crescimento significativo da população estrangeira em todos eles à excepção de Mira e Góis. Esse aumento teve maior visibilidade nos concelhos de Coimbra e Figueira da Foz 1.45% e 1.08%, respectivamente (Tabela 3-23).

**Tabela 3-23. Proporção de população estrangeira residente por local de residência (censos 2001)**

Local de residência	1991	2001
Portugal	1.09	2.24
Cantanhede	1.03	1.09
Coimbra	0.73	1.45
Condeixa-a-Nova	0.58	0.79
Figueira da Foz	0.64	1.08
Mira	1.41	1.39
Montemor-o-Velho	0.22	0.41
Penacova	0.54	0.86
Soure	0.30	0.59
Arganil	0.57	1.05
Góis	0.88	0.60
Lousã	1.12	1.44
Miranda do Corvo	0.55	0.90
Oliveira do Hospital	0.47	0.92
Pampilhosa da Serra	0.09	0.38
Penela	0.87	1.44
Tábua	0.62	1.61
Vila Nova de Poiares	0.67	1.61

Fonte: INE



Quanto à taxa de crescimento migratório por local de residência (Tabela 3-24) verificamos que em 2008 diversos concelhos apresentaram uma taxa de crescimento negativo, nomeadamente Coimbra (-1.29%), Arganil (-0.11%), Pampilhosa da Serra (-0.74%), Góis (-0.09%) e Montemor-o-Velho e Oliveira do Hospital (-0.01%).

**Tabela 3-24. Taxa de crescimento migratório (%) por local de residência**

Local de residência	2000	2001	2004	2008
Portugal	0.46	0.63	0.45	0.09
Arganil	0.78	0.57	0.23	-0.11
Cantanhede	0.73	1.05	0.95	0.34
Coimbra	0.54	0	-0.98	-1.29
Condeixa-a-Nova	2.32	2.20	2.06	1.70
Figueira da Foz	0.52	0.68	0.52	0.19
Góis	0.33	0.23	0.13	-0.09
Lousã	2.27	2.35	2.76	2.37
Mira	-0.12	0.72	0.96	0.30
Miranda do Corvo	1.21	1.36	1.11	0.78
Montemor-o-Velho	0.10	0.20	0.26	-0.01
Oliveira do Hospital	-0.12	0.20	0.17	-0.01
Pampilhosa da Serra	0.46	0.14	-0.46	-0.74
Penacova	0.56	0.85	0.80	0.25
Penela	0.38	0.55	0.47	0.06
Soure	0.47	0.59	0.66	0.27
Tábua	0.25	0.44	0.55	0.21
Vila Nova de Poiares	2.25	1.73	1.28	0.94

Fonte: INE (última actualização 19 de Junho de 2009)

Atendendo a dados de 2000 (Tabela 3-25) os imigrantes residentes neste distrito eram escassos, registando-se valores mais elevados nos provenientes de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, ou seja, das ex-colónias portuguesas. A nacionalidade que a seguir mais se evidenciava era a chinesa.

Segundo dados oficiais do INE entre 2001 e 2004 foram passadas 6 087 Autorizações de Permanência e, em 2004 foram passadas 7 978 Autorizações de Residência, o que perfaz um total de 14.065, ou seja, 3,1% a nível nacional (Estatísticas da Imigração, 2006).

**Tabela 3-25. Stock de estrangeiros no distrito de Coimbra\* até 31.12.2000**

Países de Proveniência	n
Europa de Leste	
Rússia	27
Roménia	14
Bulgária	8
PALOP	
Cabo Verde	372
Angola	433
Guiné-Bissau	329
Outros	
Brasil	110
China	119
Total de estrangeiros	5 327

Fonte: SEF 2007 \* dados provisórios

Passados sete anos o fenómeno da imigração ganha maior expressão neste distrito, sendo os imigrantes provenientes do Brasil (2 316) e da Ucrânia (1 247) aqueles que registam valores mais elevados (Tabela 3-26).

**Tabela 3-26. População por principais nacionalidades (2007)\* - População estrangeira que solicitou Título de Residência, Prorrog. AP e Prorrog. Visto de Longa Duração, no distrito de Coimbra**

Países de Proveniência	n
Europa de Leste	
Ucrânia	1 247
Moldávia	190
Rússia	173
Bielorrússia	101
Lituânia	66
Roménia	389
PALOP	
Cabo Verde	948
Angola	722
Guiné-Bissau	500
Outros	
Brasil	2 316
China	3 38

Fonte: SEF 2007 \* dados provisórios

Relativamente aos fluxos migratórios provenientes dos países da Europa de Leste, é possível observar que eram a Ucrânia seguida da Roménia, que em 2006 e em 2007, os países de Leste que registam maiores valores (Tabela 3-27).

**Tabela 3-27. População estrangeira dos países da Europa de Leste em Coimbra**

Nacionalidade	2006			Total	TR	2007*		Total
	AR	Prorr. AP	Prorr. VLD			Prorr. AP	Prorr. VLD	
Lituânia	32	1	-	33	66	-	-	66
Bielorrússia	71	13	7	91	91	1	9	101
Bulgária	63	20	23	106	133	-	4	137
Croácia	1	-	-	1	1	-	-	1
Moldávia	122	23	32	177	172	4	14	190
Roménia	135	41	36	212	370	-	10	389
Rússia	133	18	25	176	162	4	7	173
Ucrânia	837	213	157	1 207	1 169	5	63	1 247

Fonte: SEF (2006, 2007) \* dados provisórios

Quanto à faixa etária dos imigrantes destaca-se uma maior frequência nas idades correspondentes à idade activa, ou seja, entre os 18-24, 24-30 e 30-36 anos de idade (Tabela 3-28), estando estes imigrantes na designada idade activa.

**Tabela 3-28. Faixas etárias da população estrangeira no distrito de Coimbra**

Grupos etários	Coimbra
0-6	213
6-12	75
12-18	443
18-24	706
24-30	839
30-36	704
36-42	541
42-48	383
48-54	228
54-60	188
+60	412

Fonte: Recenseamento Geral da População (Censos 2001)



## **CAPÍTULO 4**

### O percurso migratório enquanto transição pessoal e social: Imigrantes de Leste no distrito de Coimbra

---

#### **1. INTRODUÇÃO**

Num primeiro momento apresentámos um quadro teórico e conceptual que nos permitiu enquadrar e situar o nosso estudo, no qual se abordaram teorias explicativas da migração, assim como, se procurou compreender a imigração na sua vertente individual e social. O fenómeno migratório em Portugal foi igualmente analisado, dando maior enfoque à imigração proveniente dos países de Leste, procurando especificar essa mesma análise no distrito de Coimbra. Neste segundo momento, passaremos a uma descrição da metodologia usada na parte empírica desta investigação. Desta forma, começaremos por apresentar a problemática em questão, seguida dos objectivos a que nos propusemos, para a partir daí descrevermos a metodologia, nomeadamente a constituição e caracterização da amostra, os instrumentos utilizados e os procedimentos adoptados. Finalmente, apresentar-se-ão os resultados obtidos, terminando este capítulo com a discussão dos mesmos, fundamentando-os no enquadramento teórico apresentado inicialmente.

#### **2. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA**

Independentemente da problemática em estudo, um trabalho científico deverá ter o seu início, na delimitação da pergunta de partida, a qual funcionará como fio condutor de todo o trabalho. Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt consideram que uma boa forma de actuar consiste “em procurar enunciar o projecto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual o investigador tenta exprimir o mais exactamente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.17).

Através da revisão da literatura verificámos que a migração corresponde a um percurso migratório, ou seja, um conjunto de passos e etapas que o indivíduo terá de percorrer de uma forma sequencial e cronológica. Deste modo, a pergunta que deu origem a este estudo, consistiu em procurar perceber se a imigração pode ser considerada um processo de transição pessoal e social, isto é, se as mudanças provocadas nas vidas destes imigrantes teriam impacto ao nível dos papéis, das rotinas, das relações pessoais, podendo as mesmas afectar, a ideia ou conceito que tinham acerca de si e/ou do mundo. Para tal, tivemos em conta alguns dos momentos inerentes ao percurso migratório, desde a sua preparação (ainda no país de origem) até à sua integração no país de acolhimento. Relativamente à sua integração tivemos presente, alguns indicadores como o domínio da língua, inserção profissional, grupo de amigos, relacionamentos interpessoais, entre outros.

### **3. PROBLEMÁTICA E OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO**

A problemática desta investigação vai assim ao encontro da nossa pergunta de partida, ou seja, analisar a imigração enquanto processo de transição pessoal e social, de acordo com a perspectiva teórica de Schlossberg, Watters & Goodman (1995), e compreender de que modo as estratégias, o self, o suporte e a situação, estão presentes numa integração com sucesso no país de acolhimento. A nossa investigação será de cariz exploratório, no que se refere à análise do fenómeno imigratório à luz da Teoria Psicológica da Transição de Schlossberg (1989, 1995).

Deste modo, os principais objectivos a que nos propusemos consistem em:

- Compreender como o modelo de transição psicológica se pode observar ao longo do percurso migratório;
- Analisar as estratégias adoptadas com vista a alcançar os objectivos definidos para a emigração;
- Caracterizar e avaliar a rede de suporte social no decorrer de todo o percurso migratório.

### **4. METODOLOGIA**

Seguindo o conselho de Quivy e Campenhoudt (2005), para se efectuar uma investigação com qualidade é necessário “explorar as teorias, (...) ler e reler as investigações exemplares (...) e (...) adquirir o hábito de reflectir antes de se precipitarem sobre o terreno ou sobre os dados, ainda que seja com as técnicas de análise mais sofisticadas” (Quivy & Campenhoudt, 2005 p.50). Neste sentido,

realizámos uma revisão bibliográfica com o intuito de identificar e caracterizar, num primeiro momento, as principais características e causas que marcam este fenómeno migratório, nomeadamente o da imigração de Leste. Do mesmo modo, analisámos um referencial teórico da transição, relativo a explicação dos fluxos migratórios, assim como, da perspectiva desenvolvimental do indivíduo e da transição psicológica, mais concretamente a de Nancy Schlossberg (1989, 1995).

Assim, num primeiro momento de elaboração da nossa problemática procurámos fazer um “balanço das diferentes problemáticas possíveis, em elucidar os seus pressupostos, em compará-los e em reflectir nas suas implicações metodológicas” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p.90).

A partir daí construímos o nosso modelo de análise, no qual os diversos conceitos foram definidos de uma forma precisa, com vista a diminuir a ambiguidade e confusões que eventualmente pudessem surgir, sendo os mesmos fundamentados em ideias teóricas. A todo este processo designámos de conceptualização, o qual tem subjacente as diversas categorias, que nos permitiram chegar aos indicadores, que estiveram na base da construção do nosso questionário.

#### **4.1. CONSTITUIÇÃO DA AMOSTRA**

A população sobre a qual incidiu o presente estudo consistiu no grupo de imigrantes da Europa de Leste a residir no distrito de Coimbra, com idades superiores a 18 anos, independentemente do seu estatuto legal. Neste sentido, considerámos os imigrantes provenientes dos países que integraram os países do leste europeu, adoptando como critério a localização geográfica destes países<sup>33</sup>

Como refere Moreira na investigação social, na maior parte dos casos, não é possível abranger a totalidade da “realidade social que é objecto de estudo, pelo que se torna necessário, portanto, seleccionar um subconjunto dessa realidade” (Moreira, 2007, p.111).

Com vista a averiguar os nossos objectivos relativamente a esta população foi necessário, extrair um conjunto de unidades, ou seja, seleccionar e aceder a alguns

---

<sup>33</sup> A adopção deste critério deve-se ao facto de as alterações políticas, poderem alterar o conceito de países do leste europeu, pelo que consideramos a Lituânia e a Roménia, embora estes já façam parte da União Europeia desde 2004 e 2007, respectivamente.

sujeitos que constituíram a nossa amostra. Sabemos que a necessidade de se recorrer à amostragem na investigação social está relacionadas com “a) a representatividade; b) o aprofundamento e rigor já que a menor complexidade organizativa permite concentrarem recursos na qualidade do estudo; c) a diminuição de tempo para a recolha e elaboração de dados; d) a diminuição dos custos” (Moreira, 2007, p.111)

Na recolha da nossa amostra optámos por uma técnica não probabilística ou não aleatória, tendo sempre presente, que não é possível demonstrar a “representatividade da amostra relativamente à população teórica (o que também não significa que a amostra não seja de facto representativa) uma vez que a probabilidade de cada elemento da população pertencer à amostra não é igual para todos os elementos” (Maroco & Bispo, 2005, p.83). Essa técnica é denominada de “bola de neve”. Esta “consiste em partir de uma amostra comportando um número restrito de pessoas, às quais se vão acrescentando, até a amostra estar completa, pessoas com as quais as primeiras afirmam estar em relação” (Almeida & Pinto, 1976, p.113). Assim, os sujeitos incluídos na amostra resultaram da identificação realizada por imigrantes previamente inquiridos. Esta técnica de amostragem revela-se particularmente útil quando o objecto de estudo diz respeito a grupos pequenos, populações clandestinas<sup>34</sup> ou quando a população é constituída por “elementos raros” sendo estes, pouco numerosos e dispersos territorialmente.

Neste sentido foram recolhidos 39 questionários dos quais foram validados 36, os quais constituem a amostra deste estudo. É de salientar, que relativamente à dimensão amostral, esta não é representativa da população em questão, não havendo a pretensão da generalização dos resultados obtidos. Contudo, estes resultados não deixam de ter um valor próprio.

Os dados obtidos foram tratados através do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 17 para Windows.

---

<sup>34</sup> Quando Moreira fala em populações clandestinas refere-se a “todos aqueles grupos sociais cujos membros, por razões de carácter moral, legal, ideológico ou político, ou outros, tendem a ocultar a sua identidade ou a sua situação: imigrantes ilegais, membros de seitas religiosas, activistas de grupos políticos à margem da lei, consumidores de estupefacientes, sem-abrigo, pessoas que vivem em actividades ilegais” (Moreira, 2007, p.128).

## 4.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Esta amostra é constituída por imigrantes de diversas nacionalidades dos designados países da Europa de Leste, nomeadamente da Ucrânia, 61.1%( $n=22$ ), da Rússia, 19.4%( $n=7$ ), da Moldávia, 8.3%( $n=3$ ), da Bielorrússia, 5.6%( $n=2$ ), da Roménia, 2.8%( $n=1$ ) e da Lituânia, 2.8%( $n=1$ ). Esta amostra é composta por sujeitos de ambos os sexos, 63.9%( $n=23$ ) do sexo feminino e 36.1%( $n=13$ ) do sexo masculino (Tabela 4-1), com um nível médio-elevado, no que se refere às habilitações literárias, uma vez que a maioria dos sujeitos, 36.1%( $n=13$ ), completou o ensino secundário e 44.4% possui um grau de nível superior (bacharelato, licenciatura e pós-doutoramento).

**Tabela 4-1 Distribuição das variáveis *género, estado civil, nacionalidade e habilitações***

		n	%
Género	Masculino	13	36.1
	Feminino	23	63.9
	Total	36	100.0
Estado Civil	Solteiro/a	7	19.4
	Casado/a	22	61.1
	Separado/a	5	13.9
	Viúvo/a	1	2.8
	União de facto	1	2.8
	Total	36	100.0
Nacionalidade	Rússia	7	19.4
	Ucrânia	22	61.1
	Moldávia	3	8.3
	Bielorrússia	2	5.6
	Roménia	1	2.8
	Lituânia	1	2.8
	Total	36	100.0
Habilitações	9.º ano	2	5.6
	Curso Profissional	5	13.9
	Ensino Secundário	13	36.1
	Bacharelato	4	11.1
	Licenciatura	10	27.7
	A fazer Pós-doutoramento	2	5.6
	Total	36	100.0

As idades estão compreendidas entre os 19 e 52 anos ( $M = 35.1$ ;  $DP = 6.7$ ). Na média das idades não existe uma diferença significativa relativamente à variável sexo, ou seja, 35.0 para o sexo feminino e 35.4 para o masculino (Tabela 4-2).

**Tabela 4-2. Caracterização da variável *idade* de acordo com a variável *sexo* ( $n = 36$ )**

Sexo	Média	Moda	DP	Mínimo	Máximo
Masculino	35.3	32, 4	7.4	19	47
Feminino	35.0	37.0	6.5	22	52
Total	35.1	32, 4	6.7	19	52

Relativamente à situação legal, 50.0%( $n=18$ ) da amostra, já tinha o *título de residência temporária* e 25.0%( $n=9$ ) tinha o *título de residência permanente*. Quanto à religião 75.0%( $n=27$ ) dos imigrantes eram *ortodoxos* (Tabela 4-3).



**Tabela 4-3. Distribuição das variáveis *situação legal e religião***

		n	%
Situação legal			
	Sem visto	1	2.8
	Visto de estada temporária	1	2.8
	Visto de estudante	1	2.8
	Título de residência temporário	18	50.0
	Título de residência permanente	9	25.0
	Visto de Residência	6	16.6
	Total	36	100.0
Religião			
	Católica	6	16.6
	Ortodoxa	27	75.0
	Ortodoxa-católica	1	2.8
	Nenhuma	2	5.6
	Total	36	100.0

### 4.3. INSTRUMENTOS

#### 4.3.1. QUESTIONÁRIO DO PROCESSO PESSOAL E SOCIAL DA IMIGRAÇÃO (QPPSI) (RODRIGUES & PINHEIRO, 2008)

O inquérito por questionário é a técnica de recolha de dados privilegiada entre as diversas ciências sociais, tendo-se tornado num instrumento de recolha de dados de excelência nesta investigação. Como refere Ferreira (1986):

“O inquérito é, de facto, a técnica de construção de dados que mais se compatibiliza com a racionalidade instrumental e técnica que tem nas ciências e na sociedade em geral. Desta forma, se compreenderá a sua natureza quantitativa e a sua capacidade de “objectivar” informação conferindo-lhe o estatuto máximo de excelência e autoridade científica no quadro de uma sociedade e de uma ciência dominada pela lógica formal e burocrático - racional, mais apropriada à captação dos aspectos contabilizáveis dos fenómenos” (Ferreira, 1986, pp.167-168).

O inquérito não se resume a uma simples interrogação de um determinado número de indivíduos com o intuito de se fazerem generalizações. Citando Matalon e Rodolphe o inquérito visa “suscitar um conjunto de discursos individuais, em interpretá-los e generalizá-los. Os problemas teóricos e metodológicos levantados pela sua prática e utilização estão relacionados com estas características e só podem ser analisados relativamente a elas” (Matalon & Rodolphe, 1997, p.2).

Nesta linha, Virgínia Ferreira acrescenta a ideia de que tudo se resume à “arte de bem perguntar”, pois “obriga ao controlo da inteligibilidade da pergunta em toda a sua extensão e multiplicidade de dimensões e, (...) exige a fixação de critérios para distinguir o que é ruído do que é sinal de resposta à pergunta formulada (Ferreira, 1986, p.165).

Almeida & Pinto (1976) salientam ainda que ao falar-se em inquérito por questionário não se deve restringir à ideia de que este se resume a um documento escrito que integra um conjunto de perguntas (questões abertas ou fechadas), pois na realidade “o questionário pode, com efeito, incluir testes, escalas de atitudes, etc., ou seja, elementos destinados a aferir certo tipo de reacções (que não propriamente respostas a perguntas) dos inquiridos” (Almeida & Pinto 1976, p.104).

Estes autores (Almeida & Pinto, 1976) identificaram ainda as principais fases de preparação e realização de um inquérito por questionário: a) planeamento do inquérito; b) preparação do instrumento de recolha de dados; c) trabalho no terreno; d) análise dos resultados e e) apresentação dos resultados.

Estes procedimentos foram tidos em conta, num primeiro momento, aquando da definição dos objectivos, da revisão bibliográfica e da definição da amostra. Posteriormente, a partir de todos estes aspectos, tiveram-se presente as características socioculturais da amostra. Com vista a evitar enviesamentos, procuraram-se adequar as perguntas à população, das quais se destaca a adequação da linguagem às características da população (linguagem clara e simples), de modo a evitar ambiguidades e restringir apenas a perguntas relevantes para os inquiridos.

A partir da literatura consultada (Lages & Policarpo, 2003, Fonseca, 2005) foi possível construir o *Questionário do Processo Pessoal e Social da Imigração* (QPPSI) (Rodrigues & Pinheiro, 2008). Tendo havido a necessidade de simplificar a linguagem e adaptá-la à população imigrante, o recurso a esta literatura foi essencial para avaliar aspectos relacionados com as motivações da emigração, da situação profissional, das redes de apoio. Este questionário inclui 91 perguntas, das quais 90 são perguntas de resposta fechada e só uma é de resposta aberta (Anexo 1). Na construção deste questionário tivemos a preocupação de colocar as questões segundo uma determinada ordem e sequência, assim como, em estruturá-lo de uma forma simples e clara de modo a facilitar o seu preenchimento. Deste modo, procedeu-se a uma categorização das questões, a fim de obtermos informações pessoais, dados acerca do trajecto migratório (desde o país de origem até ao de destino), das condições de vida, do apoio/suporte social, do mercado de trabalho, das condições de habitação, da integração social, da família, do reagrupamento e dos projectos migratórios futuros (instalação definitiva em Portugal, nova migração para outro país ou retorno ao país de origem) (Anexo 2).

No seguimento das orientações de Bell (2004) procurámos que o questionário tivesse instruções de preenchimento claras, que tivesse perguntas espaçadas e com quadrados para respostas.

Quanto à disposição, este inicia-se com uma breve apresentação do âmbito e dos objectivos do estudo (Anexo 3), assim como, das instruções de preenchimento e do agradecimento pela participação e colaboração.

#### **4.4. PROCEDIMENTOS**

A recolha de dados foi realizada por inquéritos de auto-preenchimento. Esses inquéritos foram acompanhados por uma carta de informação, na qual se explicava o teor da investigação, assim como, continham instruções para o seu preenchimento. Estes instrumentos foram aplicados aos imigrantes, isoladamente ou em grupo, em diversos espaços.

O recrutamento dos inquiridos iniciou-se com a técnica da bola de neve, a partir de associações/instituições vocacionadas para o apoio e intervenção com cidadãos imigrantes. Salientamos a Univa-Imigrante (INOVINTER), que nos facultou alguns contactos de imigrantes, com a qual agendámos um primeiro encontro para a aplicação dos questionários. Por sua vez, esta Univa-Imigrante teve também a função de mediadora no contacto com outras associações, nomeadamente da Associação Centro Intercultural Espaço Vivo a qual, por sua vez, nos levou a uma turma de aulas de português para imigrantes adultos. Paralelamente, contactámos com o *Grupo de Instrução e Sport - GIS*, da Figueira da Foz, onde funciona o CLAII-Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes, que nos disponibilizou contactos que serviram de ponto de partida até chegarmos a outros imigrantes.

Posteriormente, foram estabelecidos contactos telefónicos com os imigrantes sinalizados, informando-os do âmbito e objectivos da investigação, solicitando a sua colaboração e, ao mesmo tempo, agendando a hora e o local de aplicação do questionário. Deste modo, deslocámo-nos aos locais marcados a fim de poder aplicar o questionário. Concomitantemente, solicitava-se aos imigrantes que levassem questionários para outros imigrantes, agendado um dia posterior, para os recolher. Por sua vez, a Univa-Imigrante disponibilizou-se para aplicar alguns questionários, os quais foram mais tarde recolhidos.

De acordo com as diferentes realidades, os questionários foram aplicados ou no momento do encontro, entregues a imigrantes que se disponibilizavam a

distribuir/recolher por outros imigrantes, ou enviados e recebidos por correio. O tempo de preenchimento era de aproximadamente 60 minutos.

## 5. RESULTADOS

No processo de análise dos questionários começámos por fazer uma análise por sujeito, procedimento através do qual resultou a eliminação de três sujeitos. Neste sentido, de um total de 39 questionários recolhidos, apenas 36 foram validados.

### 5.1. ACERCA DO PERFIL GERAL DOS IMIGRANTES E DO SEU TRAJECTO MIGRATÓRIO

Conforme referido anteriormente a amostra deste estudo foi constituída por 36 imigrantes de países do Leste Europeu. Através da informação facultada por estes imigrantes verificámos que estes eram maioritariamente *casados*, 61.1% ( $n=22$ ), os quais eram, sobretudo, do sexo feminino, 60.9% ( $n=14$ ) (Tabela 4-4).

**Tabela 4-4. Cruzamento das variáveis *estado civil e sexo***

Estado Civil	f	%	m	%	n	%
Solteiro(a)	3	13.0	4	30.8	7	19.4
Casado(a)	14	60.9	8	61.5	22	61.1
Separado(a)	4	17.5	1	7.7	5	13.9
União de facto	1	4.3	-	-	1	2.8
Viúvo(a)	1	4.3	-	-	1	2.8
Total	23	100.0	13	100.0	36	100.0

Por sua vez, considerou-se relevante perceber qual a nacionalidade do cônjuge/companheiro. Nesta análise excluíram-se os sujeitos *divorciados/separados* e viúvos (Tabela 4-5). Assim, entre aqueles que tinham uma relação amorosa (72.2%,  $n=26$ ), 88.5% ( $n=23$ ) referiu que o seu cônjuge/companheiro tinha a *mesma nacionalidade*, pelo que os restantes tinham uma relação com sujeitos de outras nacionalidades, 11.5% ( $n=3$ ).

**Tabela 4-5. Cruzamento da variável *estado civil e nacionalidade do cônjuge/companheiro (n=26)*<sup>35</sup>**

Estado Civil	Nacionalidade do cônjuge/ companheiro					
	A mesma		Portuguesa		Alemã	
	n	%	n	%	n	%
Solteiro	2	7.7	1	3.8	-	-
Casado	21	80.8	1	3.8	-	-
União de facto	-	-	-	-	1	3.8

<sup>35</sup> Pelo facto de haver muitas categorias de resposta, a percentagem total obtida não é de 100.0%, devido aos arrendamentos, pelo que, nos casos em que tal se verifica optámos por não colocar a percentagem total.

Quanto às habilitações eram os imigrantes da Rússia e da Ucrânia aqueles que tinham habilitações mais elevadas, ou seja, 11.1% ( $n=4$ ) eram *licenciados*, em ambas as nacionalidades. Salienta-se ainda que 30.5% ( $n=11$ ) dos imigrantes provenientes da Ucrânia tinham o *ensino secundário*. É de notar que 5.6% ( $n=2$ ) estava a fazer o *pós-doutoramento*, sendo um sujeito da Ucrânia e outro da Rússia (Tabela 4-6).

**Tabela 4-6. Cruzamento das variáveis *habilitações e nacionalidade***

Habilitações	Rússia		Ucrânia		Roménia		Lituânia		Moldávia		Bielorrússia		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
9 anos	-	-	2	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5.6
Curso Técnico Profissional	1	2.8	2	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	3	8.3
Ensino secundário	1	2.8	11	30.5	1	2.8	1	2.8	1	2.8	2	5.6	17	47.1
Bacharelato	-	-	2	5.6	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5.6
Licenciatura	4	11.1	4	11.1	-	-	-	-	2	5.6	-	-	10	27.8
A fazer pós-doutoramento	1	2.8	1	2.8	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5.6
Total	7	19.5	22	61.2	1	2.8	1	2.8	3	8.4	2	5.6	36	100.0

Analisando a variável habilitações em função da variável sexo foi possível observar, através da Tabela 4-7, que as mulheres tinham níveis de escolaridade mais elevados, ou seja, 30.4% ( $n=7$ ) eram *licenciadas* e 8.7% ( $n=2$ ) estavam a fazer do pós-doutoramento. Relativamente ao sexo masculino a maioria (53.8%,  $n=7$ ) tinha concluído o *ensino secundário*.

**Tabela 4-7. Cruzamento das variáveis *sexo e habilitações***

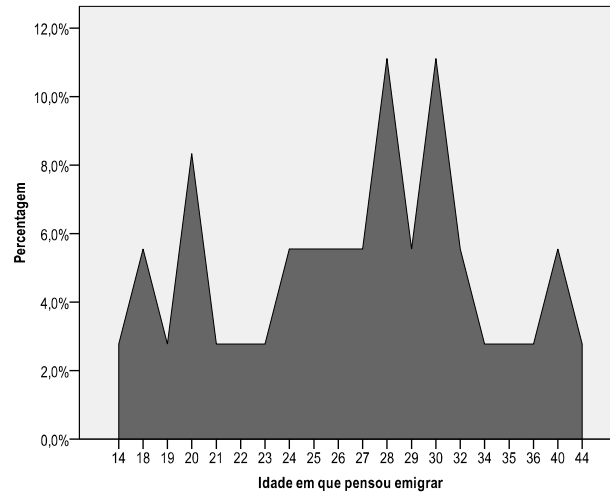
Habilitações	f	%	m	%
9 anos	1	4.3	1	7.7
Curso Técnico Profissional	4	17.4	1	7.7
Ensino secundário	6	26.1	7	53.8
Bacharelato	3	13.0	1	7.7
Licenciatura	7	30.4	3	23.1
A fazer pós-doutoramento	2	8.7	-	-

### 5.1.1. CARACTERIZAÇÃO DO PERCURSO MIGRATÓRIO

Quando estes imigrantes ponderaram a emigração tinham idades que se situavam num intervalo entre os 14 e os 44 anos de idade (Tabela 4-8), cuja média era de 27.2 anos de idade (DP 6.7), correspondente à *idade activa*. Denotou-se uma maior expressividade nos 28 e nos 30 anos de idade, mais concretamente, 11.1% ( $n=4$ ) dos imigrantes em cada, seguindo-se os 20 anos, com 8.3% ( $n=3$ ) imigrantes (Gráfico 4-1). Através da comparação de médias das idades, entre homens e mulheres, verificámos que não existia uma diferença significativa, embora a média de idades das mulheres fosse ligeiramente superior à dos homens, ou seja, 27.5 e 26.9, respectivamente (Tabela 4-8).

**Tabela 4-8. Caracterização da variável *idade em que pensou emigrar***

Sexo	M	DP	Mínimo	Máximo
Feminino	27.5	6.3	18	44
Masculino	26.9	7.5	14	40
Total	27.2	6.7	14	44

**Gráfico 4-1. Distribuição dos sujeitos de acordo com a *idade em que pensaram emigrar***

Subjacente à tomada de decisão pela emigração, estavam diversos motivos que a impulsionaram, ou seja, que contribuíram para que estes imigrantes tivessem deixado os seus países e procurassem oportunidades noutros locais do mundo. Para uma melhor percepção das motivações destes imigrantes, agrupámo-las de acordo com a sua natureza, ou seja, as de natureza *económica*, *familiar*, *académica* e *outras* (Tabela 4-9). É de salientar que diversos imigrantes apontaram mais do que um motivo inerente à sua emigração, o que justifica que o valor total correspondente a cada motivo seja superior ao número total de imigrantes. De entre as diversas motivações destacaram-se, com maior frequência, as de *cariz económico*, as quais foram apontadas por 83.3% (30), estando muitas vezes, associadas a *razões familiares*.

**Tabela 4-9. Distribuição da variável *motivos da emigração***

Motivos da emigração	n	%
Académicos	3	8.3
Económicos	30	83.3
Familiares	3	8.3
Outros	4	11.1

De entre as motivações económicas destacam-se razões como as *más condições de vida no país de origem* (47.2%,  $n=17$ ), *poupar para fazer casa e falta de trabalho*, cada uma identificada por 30.6% ( $n=11$ ) dos imigrantes, *razões de sobrevivência* (13.9%,  $n=5$ ) e o ter emigrado com o objectivo de *enriquecer* (11.4%,  $n=4$ ). Todos os outros motivos aparecem com percentagens inferiores destacando-se, 8.3% ( $n=3$ )

dos inquiridos que apontaram *razões familiares*. Incluídos em *outros motivos* destaca-se o *gosto pelo país*, a *vida mais tranquila em Portugal*, o *bem-estar psicológico*, assim como, questões relacionadas com a *saúde*, apontadas, cada uma, por 2.8%( $n=1$ ) dos sujeitos.

Fazendo uma análise das motivações em função da variável sexo, é de salientar que as razões económicas foram mais apontadas pelos imigrantes do sexo masculino, destacando-se as *más condições de vida* (61.5%,  $n=8$ ), o *poupar para fazer casa*, (38.5 %,  $n=5$ ), o *poupar para se estabelecer no país de origem*, (30.8%,  $n=4$ ) e o querer *enriquecer* (15.4%,  $n=2$ ). Por sua vez, nas questões económicas as mulheres apresentam valores mais expressivos no que se refere à *sobrevivência* (39.1%,  $n=9$ ), sendo estas as únicas que apontam motivações *académicas*, ou seja, 13% (3) e, com igual valor, *razões familiares*.

No nosso estudo tivemos como variável base o tempo de permanência em Portugal, mais concretamente aqueles que já estavam há *mais de cinco anos* (77.8%,  $n=28$ ) e os que estavam há *menos de cinco anos* (22.2%,  $n=8$ ), partir da qual analisámos outras variáveis.

Também fazendo uma avaliação em função do tempo de permanência verificámos que se destacava entre aqueles que já estavam em Portugal há mais de cinco anos, o facto de terem vindo, devido às *más condições de vida nos seus países de origem* (50.0%,  $n=14$ ), o *querem poupar para fazer uma casa nos seus países* (32.0%,  $n=9$ ), o *querem estabelecer-se nos seus países de origem* (28.6%,  $n=8$ ) e por *razões familiares* (10.7%,  $n=3$ ). A principal razão que se destaca entre aqueles que estavam há menos de cinco anos, era o facto de terem emigrado com o intuito de enriquecerem (37.5%,  $n=3$ ).

Relativamente, aqueles que acompanharam os imigrantes da nossa amostra, averiguámos que a maioria (47.2%,  $n=17$ ) afirmou ter vindo com *outros imigrantes* com os quais estabeleciam relações próximas, sendo que 33.3%( $n=12$ ) vieram com *imigrantes desconhecidos* e 19.4%( $n=7$ ) vieram *sozinhos* (Tabela 4-10)

Em termos temporais verificámos que, entre aqueles que já estavam em Portugal há mais de cinco anos, 46.5%( $n=13$ ) disse ter vindo com *outros imigrantes*, 39.3%( $n=11$ ) ter vindo com *imigrantes desconhecidos* e 14.2%( $n=4$ ) afirmou ter vindo *sozinho*. Analisando, mais concretamente, quem eram os imigrantes que os acompanharam nesta viagem, verificámos que 32.1%( $n=9$ ) eram *amigos* e

*conhecidos*. Com igual valor (3.6%,  $n=1$ ) afirmaram ter vindo com o *cônjuge*, com os *filhos*, com o *cônjuge e filhos*, e com o *cônjuge e amigos*. Verificamos assim, que nesta fase inicial, o carácter familiar, embora já tivesse algumas *nuances*, não era ainda representativo. Era mais evidente uma emigração entre indivíduos com o mesmo estatuto (imigrante com imigrante). Por sua vez, analisando estes mesmos aspectos, entre aqueles que estavam em Portugal há menos de cinco anos, apurámos que 37.5% ( $n=3$ ) imigrantes vieram *sozinhos*, mas 11.1% ( $n=4$ ) vieram com *outros imigrantes*, de entre os quais 25.0% ( $n=2$ ) eram os filhos e 25.0% ( $n=2$ ) eram os *pais*, o que demonstra um carácter mais familiar nesta fase, tendo apenas 12.5% ( $n=1$ ) vindo com *imigrantes desconhecidos*.

**Tabela 4-10. Cruzamento das variáveis, sexo, tempo de permanência em Portugal e quem os acompanhou na viagem para Portugal ( $n=36$ )**

Com que veio	< 5 anos		> 5 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Sozinho	3	37.5	4	14.3	7	19.4
Imigrantes desconhecidos	1	12.5	11	39.3	12	33.3
Pais	2	25.0	-	-		
Cônjuge	-	-	1	3.6		
Outros	2	25.0	1	3.6	17	47.2
Filhos						
Amigos/conhecidos ( $n=9$ )	-	-	9	32.1		
Cônjuge+filhos	-	-	1	3.6		
Cônjuge + amigo	-	-	1	3.6		

O facto de a nossa amostra ser constituída maioritariamente por mulheres ajuda a compreender, em parte, o modo *como* e *com quem* vieram para Portugal. Assim, verificamos através da Tabela 4-11 que 21.6% ( $n=5$ ) das imigrantes, vieram *sozinhas*, das quais 13.0% ( $n=3$ ) há menos de cinco anos e 8.6% ( $n=2$ ) há mais de cinco anos. De todos os imigrantes do sexo feminino, que vieram com *imigrantes desconhecidos*, 26.1% ( $n=6$ ) estava em Portugal há mais de cinco anos. Por sua vez, das mulheres que vieram com *outros imigrantes*, constatámos das que já estavam há mais de cinco anos, que 21.7% ( $n=5$ ) vieram com *amigos/conhecidos*, 4.3% ( $n=1$ ) com o *cônjuge*, 4.3% ( $n=1$ ) com os *filhos*, 4.3% ( $n=1$ ) com o *cônjuge e filhos* e 4.3% ( $n=1$ ) com o *cônjuge e amigos*. Entre aquelas que estavam há menos de cinco anos, 8.7% ( $n=2$ ) veio com os filhos e 4.3% ( $n=1$ ) com os pais. Podemos observar um carácter mais familiar nestas vagas migratórias mas, ao mesmo tempo uma emigração individual feminina. É ainda de salientar que as mulheres, que estavam há mais de 5 anos e que vieram acompanhadas por membros da família (*cônjuge e filhos*), estavam a fazer o pós-doutoramento, detectando-se aqui um tipo de imigração que se diferencia do padrão migratório da maioria desta amostra.

Relativamente aos imigrantes do sexo masculino 84.6% ( $n=11$ ) estavam em Portugal há mais de cinco anos, sendo que 30.8% ( $n=4$ ) veio acompanhado por *amigos*,



38.5%( $n=5$ ) por *imigrantes desconhecidos* e 15.3%( $n=2$ ) disse ter vindo *sozinhos*. Por sua vez, dos que estavam há menos de cinco anos, 7.7%( $n=1$ ) veio para Portugal acompanhado pelos *país*, assim como, 7.7%( $n=1$ ) veio com outros *imigrantes desconhecidos* (Tabela 4-11).

**Tabela 4-11. Distribuição da amostra por sexo, por tempo de permanência e quem os acompanhou na viagem para Portugal ( $n=36$ )**

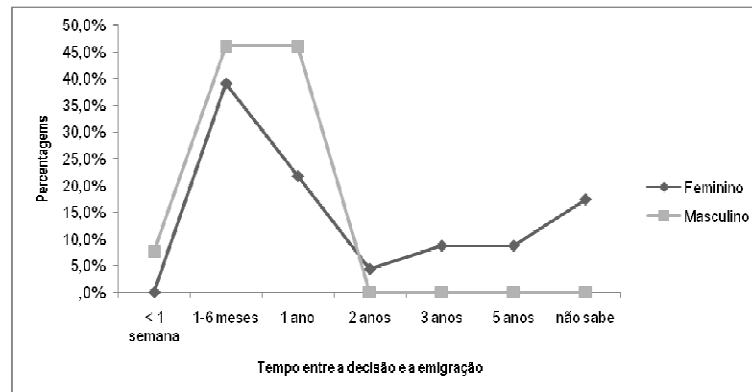
Com quem veio	f						m					
	<5ª	%	>5A	%	n	%	<5A	%	>5A	%	n	%
Cônjuge	-	-	1	4.3	1	4.3	-	-	-	-	-	-
Filhos	2	8.7	1	4.3	3	13.0	-	-	-	-	-	-
País	1	4.3	-	-	1	4.3	1	7.7	-	-	1	7.8
Cônjuge e filhos	-	-	1	4.3	1	4.3	-	-	-	-	-	-
Cônjuge e amigos	-	-	1	4.3	1	4.3	-	-	-	-	-	-
Amigos/conhecidos	-	-	5	21.7	5	21.7	-	-	4	30.8	4	30.8
Imigrantes desc.	-	-	6	26.1	6	26.0	1	7.7	5	38.5	6	46.2
Sozinho	3	13.0	2	8.6	5	21.6	-	-	2	15.3	2	15.3

A decisão pela emigração pareceu ter sido planeada com alguma antecedência, a constatar pelos dados obtidos. Desde que conceberam a situação de uma possível emigração, 74.9%( $n=27$ ) dos imigrantes disse ter emigrado num período inferior a um ano, enquanto para 14.0% (5) a viagem para Portugal ocorreu passado um período superior a dois anos (Tabela 4-12). Por sua vez, 11.1%( $n=4$ ) referiu não saber quanto tempo decorreu desde que conceberam esta hipótese até à sua concretização.

**Tabela 4-12. Cruzamento das variáveis sexo e tempo para a tomada de decisão pela emigração ( $n=36$ )**

Tempo para a tomada de decisão	f	%	m	%	n	%
< 1 semana	-	-	1	7.7	1	2.8
1-6 meses	9	39.1	6	46.1	15	41.6
1 ano	5	21.7	6	46.1	11	30.5
2 anos	1	4.3	-	-	1	2.8
3 anos	2	8.7	-	-	2	5.6
5 anos	2	8.7	-	-	2	5.6
não sabe	4	17.4	-	-	4	11.1

Através do Gráfico 4-2 é visível que o tempo de decisão pela emigração até a partida, propriamente dita, foi ligeiramente superior nas mulheres do que nos homens. Quer isto dizer que, relativamente às mulheres, 4.3%( $n=1$ ) emigrou ao fim de *dois anos*, 8.7%( $n=2$ ) demorou entre *três e cinco anos*, enquanto 17.4%( $n=4$ ) disse *não saber* quanto tempo decorreu até concretizar esta decisão. Por sua vez os homens foram aqueles que decidiram emigrar mais rapidamente, pelo que todos o fizeram até um ano, ou seja, com o mesmo valor, 46.2%( $n=6$ ) fê-lo até *seis meses* e *até um ano*, sendo de salientar 7.7%( $n=1$ ) que disse ter emigrado em *menos de uma semana*.

**Gráfico 4-2. Distribuição dos sujeitos por sexo e de acordo com tempo para a tomada de decisão pela emigração**

A definição da emigração, enquanto projecto de vida com vista a melhorar a situação económica, já tinha sido operacionalizada por outros elementos pertencentes a rede social ou das suas relações mais próximas, nomeadamente por 72.2% ( $n=26$ ) dos inquiridos, sendo estes, sobretudo, *familiares* (65.4%,  $n=17$ ), *amigos* (11.5%,  $n=3$ ) e *amigos e familiares* (11.5%,  $n=3$ ) (Tabela 4-13).

**Tabela 4-13. Distribuição das variáveis conhecidos que tinham emigrado e quem tinha emigrado**

	n	%
Conhecidos tinham emigrado		
Sim	26	72.2
Não	10	27.8
Total	36	100.0
Quem tinha emigrado		
Familiares	17	65.4
Amigos	3	11.5
Familiares e amigos	3	11.5
Amigos e Outros	1	3.8
Outros	2	7.7
Total	26	100.0

Através do cruzamento das variáveis *tempo de preparação da emigração* e *conhecidos já emigrados*, é curioso verificar que os imigrantes que demoraram menos tempo a emigrar (até 1 ano) foram 73.0% ( $n=19$ ) dos que referiam ter pessoas dos seus relacionamentos *pessoais mais próximos (familiares e amigos) emigradas* (Tabela 4-14).

**Tabela 4-14. Distribuição dos sujeitos por tempo para a tomada de decisão pela emigração e conhecidos que tinham emigrado ( $n=36$ )**

Tempo de decisão	Alguém tinha emigrado			
	Não		Sim	
	n	%	n	%
< 1 semana	-	-	1	3.8
1-6 meses	4	40.0	11	42.3
1 ano	4	40.0	7	26.9
2 anos	-	-	1	3.8
3 anos	1	10.0	1	3.8
5 anos	-	-	2	7.7
Não sabe	1	10.0	3	11.5

Dos imigrantes que constituíram a nossa amostra 58.3%( $n=21$ ) afirmou que esta decisão foi partilhada com pessoas com as quais tinham grande proximidade, nomeadamente com *familiares* (41.7%,  $n=15$ ) e com *familiares* e *amigos* (23.8%,  $n=5$ ) (Tabela 4-15). Dessa partilha resultaram sentimentos diversos como de desconfiança ou de incentivo (18.2%,  $n=2$ , cada) e de apoio à imigração (27.3%,  $n=3$ ). No entanto, 27.8%( $n=10$ ) dos indivíduos não respondeu a esta questão. Embora estes imigrantes tenham partilhado esta questão da emigração, a opinião que lhes foi transmitida, positiva ou negativa, foi importante para 76.2%( $n=16$ ) dos imigrantes, ao passo que para 23.8%( $n=5$ ), apesar de sentirem necessidade de partilhar a opinião não foi decisiva na sua tomada de decisão.

**Tabela 4-15. Distribuição das variáveis *partilha da decisão, com quem, a reacção e sua importância***

		n	%
A decisão foi partilhada			
	Sim	21	58.3
	Não	15	41.7
	Total	36	100.0
Com quem			
	Familiares	15	71.4
	Amigos	1	4.8
	Amigos e Familiares	5	23.8
	Total	21	100.0
Reacção			
	Ajuda/Apoio	3	27.3
	Positiva	1	9.1
	Emoção	2	18.2
	Não Aceitação	1	9.1
	Vai ver como é e depois nós vemos	1	9.1
	Uns concordaram outros não	1	9.1
	Desconfiança	2	18.2
	Total	11	100.0
Importante para a decisão			
	Sim	16	76.2
	Não	5	23.8
	Total	21	100.0

A possibilidade de emigrar pressupõe a idealização de um país de destino, do qual se criam expectativas culturais, económicas, pessoais e sociais. Os imigrantes que residiam, neste caso, em Portugal, serviram como fonte e veículo de informação acerca do país, a potenciais imigrantes e, ao mesmo tempo, assumiram um papel de grande importância à sua chegada. Este foi um dos principais motivos que pesou na escolha de Portugal, enquanto país de destino, tendo 52.8%( $n=19$ ) referido que Portugal tinha sido a sua *primeira opção* (Tabela 4-16). Após a escolha de Portugal, 97.2%( $n=35$ ) dos imigrantes conseguiu aqui entrar na *primeira tentativa*, ao contrário de 2.8%( $n=1$ ) que afirmou ter tentado entrar *mais de quatro vezes*.

Através da Tabela 4-16 destaca-se o facto de 24.0%( $n=6$ ) da amostra ter afirmado que escolheu Portugal porque *tinha aqui familiares* (24.0%  $n=6$ ) e *amigos* (24.0%  $n=6$ ). Verificamos assim, que estes assumiram a função de intermediários entre o

desejo de emigrar e a sua concretização propriamente dita, o que poderá ter contribuído, para que Portugal tivesse sido a sua primeira opção. Também a *facilidade da legalização* foi apontada por 16.0%( $n=4$ ) dos imigrantes, como tendo sido um motivo de grande peso na escolha de Portugal.

**Tabela 4-16. Distribuição de variáveis relacionadas com a escolha de Portugal**

	n	%
Tinha tentado entrar em Portugal		
Sim	1	2.8
Não	35	97.2
Total	36	100.0
Portugal 1. <sup>a</sup> escolha		
Sim	19	52.8
Não	17	47.2
Total	36	100.0
Razões da escolha de Portugal		
Já tinha cá familiares	6	24.0
Já tinha cá amigos e conhecidos	6	24.0
Facilidade da legalização	4	16.0
Acompanhamento do cônjuge	2	8.0
Sugestão empresa de trabalho	1	4.0
Gostar do País + Já tinha cá amigos	1	4.0
Já tinha cá amigos + facilidade legalização	1	4.0
Já tinha cá amigos e familiares	2	8.0
Tinha familiares + havia trabalho	1	4.0
Maior vencimento	1	4.0
Total	26	100.0

Na Tabela 4-17 apresentamos as principais razões apontadas por 72.2%( $n=26$ ) da amostra, para a escolha de Portugal, enquanto país de destino, de acordo com a variável sexo. Esta análise permite-nos verificar que as mulheres apontaram mais razões familiares, como o facto de *terem cá familiares* (26.7%,  $n=4$ ), *acompanhar o cônjuge* (13.3%,  $n=2$ ), enquanto nos homens para lá desta componente familiar estar presente (20.0%,  $n=2$ ), salienta-se, com maior representatividade, a *facilidade na legalização* (40.0%,  $n=4$ ) e os *vencimentos mais elevados* (10%,  $n=1$ ).

**Tabela 4-17. Cruzamento das variáveis sexo e razões para a escolha de Portugal ( $n=26$ )**

Razões para a escolha de Portugal	f	%	m	%
Já tinha cá familiares	4	26.7	2	20.0
Já tinha cá amigos e conhecidos	4	26.7	2	20.0
Facilidade da legalização	-	-	4	40.0
Acompanhamento do cônjuge	2	13.3	-	-
Sugestão empresa de trabalho	1	6.7	-	-
Gostar do País + Já tinha cá amigos	1	6.7	-	-
Já tinha cá amigos + facilidade legalização	-	-	1	10.0
Já tinha cá amigos e familiares	2	13.3	-	-
Tinha familiares + havia trabalho	1	6.7	-	-
Maior vencimento	-	-	1	10.0

Entre aqueles que escolheram Portugal pelo facto de aqui terem pessoas conhecidas (familiares, amigos), consideram que estes contactos foram importantes, sobretudo, numa primeira fase, para 54.1%( $n=13$ ) *conseguir trabalho*, para 25.0%( $n=6$ ) *encontrar alojamento* e para 8.3%( $n=2$ ) *resolver questões burocráticas* (Tabela 4-18).

**Tabela 4-18. Distribuição de variáveis relacionadas com a emigração para Portugal**

		n	%
Ajuda dos conhecimentos			
	Na burocracia	2	8.3
	No alojamento	6	25.0
	No trabalho	13	54.1
	Na burocracia e alojamento	1	4.2
	No Alojamento e Trabalho	1	4.2
	Em tudo	1	4.2
	Total	24	100.0
Emigração noutra país			
	Sim	6	16.7
	Não	30	83.3
	Total	36	100.0
País onde esteve emigrado			
	Itália	1	16.7
	Alemanha	1	16.7
	Holanda	1	16.7
	Polónia	1	16.7
	Grécia	1	16.7
	República Chega	1	16.7
Portugal 2.º escolha			
	Deixou de ter trabalho	1	16.7
	Não consegui legalizar-se	1	16.7
	Ouviu dizer que havia trabalho em Portugal	1	16.7
	Portugal tem melhor clima	1	16.7
	Dificuldades de integração	1	16.7
	Não consegui legalizar-se e dificuldade de integração	1	16.7

Antes da sua vinda para Portugal, 16.7% ( $n=6$ ) dos inquiridos referiu ter trabalhado noutra país, mais concretamente na Itália, Alemanha, Holanda, Itália, Polónia, Grécia e República Checa. As questões relacionadas com a saída desses países e a vinda para Portugal estiveram relacionadas com *dificuldades na legalização*, na *integração*, por *terem deixado de ter trabalho*, assim como, por terem *conhecimento da existência de oferta de trabalho em Portugal*, sendo cada uma destas causas apontadas por 16.7% ( $n=1$ ) dos imigrantes.

Neste sentido, é pertinente verificar através da Tabela 4-19 que há uma grande expressão entre aqueles que disseram que pessoas dos seus relacionamentos mais próximos já tinham emigrado e a escolha de Portugal, visto que da amostra 22.2% ( $n=8$ ) afirmou ter *familiares*, 5.6% ( $n=2$ ) ter *amigos/conhecidos* e 5.6% ( $n=2$ ) ter *familiares, amigos e conhecidos*.

**Tabela 4-19. Cruzamento das variáveis motivos da escolha de Portugal e conhecidos que emigraram ( $n=36$ )**

Motivos da escolha de Portugal	Alguém dos relacionamentos próximos tinha emigrado			
	Sim		Não	
	n	%	n	%
Já tinha cá familiares	8	22.2	-	-
Já tinha amigos /conhecidos	2	5.6	1	2.8
Facilidade legalização	3	8.3	2	5.6
Acompanhamento do cônjuge	1	2.8	1	2.8
Sugestão empresa trabalho	1	2.8	-	-
Gosto pelo país	-	-	1	2.8
Já tinha familiares, amigos e conhecidos	2	5.6	-	-
Agência de viagens	-	-	1	2.8
Já tinha cá amigos e facilidade legalização	-	-	1	2.8
Tinha familiares, amigos e facilidade legalização	-	-	1	2.8
Tinha familiares e disseram haver trabalho	1	2.8	-	-

Verificámos que foram as razões económicas, associadas, muitas vezes a razões familiares, que estiveram na origem da migração e que por sua vez, continuaram a assumir um papel fundamental na sua permanência em Portugal. Assim, 33.3%( $n=12$ ) dos imigrantes disse ainda aqui permanecer pelas *oportunidades de trabalho* e 30.6%( $n=11$ ) por estar a *acompanhar a família* (Tabela 4-20). Como anteriormente referimos, e fazendo uma análise de acordo com a variável sexo, é visível a tendência que se tem vindo a observar até este momento, ou seja, foram as mulheres que apontaram com maior frequência razões de cariz familiar, nomeadamente o *acompanhamento de pessoas da família* (34.8%,  $n=8$ ) seguida das *oportunidades de trabalho* (21.7%,  $n=5$ ) No que se refere aos imigrantes do sexo masculino foram as razões relacionadas com a oportunidade de *trabalho e negócios*, que tiveram maior expressividade (53.8%,  $n=7$ ), estando estas associadas com a *impossibilidade de ir para onde gostaria* (7.7%,  $n=1$ ), com a *facilidade de legalização* (7.7%,  $n=1$ ) e com o acompanhamento de um familiar (7.7%,  $n=1$ ), salienta-se ainda 23.1%( $n=3$ ) que referiu o facto de *estar a acompanhar pessoas da família*.

**Tabela 4-20. Cruzamento das variáveis sexo e motivos da sua permanência em Portugal ( $n=36$ )**

Motivos da permanência em Portugal	f	%	m	%	n	%
Oportunidade de trabalho e de negócios	5	21.7	7	53.8	12	33.3
Acompanhamento de pessoa de família	8	34.8	3	23.1	11	30.6
Impossibilidade de ir para onde gostaria	1	4.3	-	-	1	2.8
Constituição de família em Portugal	1	4.3	-	-	1	2.8
Depois de se ter conseguido integrar decidiu ficar	1	4.3	-	-	1	2.8
Mayor facilidade de acesso a outros países	-	-	1	7.7	1	2.8
Estudar	1	4.3	-	-	1	2.8
Constituição de família em Portugal + Gostar do país	1	4.3	-	-	1	2.8
Oportunidade de trabalho + Acompanhamento de familiar	2	8.7	1	7.7	3	8.3
Oportunidade de trabalho + Impossibilidade de ir para onde gostaria	-	-	1	7.7	1	2.8
Acompanhamento de familiar + Impossibilidade de ir para onde gostaria	2	8.7	-	-	2	5.6
Oportunidade de trabalho + Acompanhamento de familiar + Impossibilidade de ir para onde gostaria	1	4.3	-	-	1	2.8

Quanto à duração deste projecto migratório, verificámos que mais de metade da amostra, 63.8%( $n=23$ ), o perspectivou até dois anos, enquanto 8.4%( $n=3$ ) o concebeu pensando num período entre os *quatro* e os *dez anos* (Tabela 4-21). Se fizermos uma análise por sexo, a perspectivação da emigração com um carácter mais temporário, ou seja, até *dois anos*, foi mais expressiva nos homens (77.0%,  $n=10$ ). Quanto às mulheres imigrantes, embora 56.4%( $n=13$ ) a tenha perspectivado, igualmente, até dois anos, verificou-se que o período temporal era um pouco mais alargado, ou seja, 4.3%( $n=1$ ) delineou-o, com igual frequência, *por quatro, seis, oito anos*, e *sem um prazo definido*.

**Tabela 4-21. Cruzamento das variáveis sexo e tempo perspectivado para a duração da emigração (n=36)**

Tempo perspectivado para a emigração	f	%	m	%	n	%
1 a 6 meses	1	4.3	3	23.1	4	11.1
1 ano	9	39.1	3	23.1	12	33.3
2 anos	3	13.0	4	30.8	7	19.4
4 anos	1	4.3	.	-	1	2.8
6 anos	1	4.3	-	-	1	2.8
8 anos	1	4.3	-	-	1	2.8
10 anos	-	-	1	7.7	1	2.8
Sem prazo	1	4.3	-	-	1	2.8
Não sabe	6	26.1	2	15.4	8	22.2

Fazendo o cruzamento entre as variáveis *tempo de perspectivação da emigração* e *tempo de permanência em Portugal* (Tabela 4-22) verificámos que, há excepção de um sujeito (2.8%) que perspectivou a emigração por *seis anos* e ainda não residia em Portugal há esse tempo, todos os restantes já tinham ultrapassado o tempo definido. É de realçar que nesta análise não se contabilizaram os sujeitos que não sabiam por quanto tempo emigravam ou que emigraram sem prazo definido. Esta realidade poderá ter a ver com o desfasamento entre as expectativas criadas, ainda no país de origem, quanto às condições de vida e ao nível económico e profissional, as quais muitas vezes não correspondem à realidade encontrada no país de destino. Tal poderá, igualmente, estar relacionado com o facto de alguns imigrantes terem constituído família em Portugal, pelo que o retorno ao país de origem passou a ser um projecto a concretizar a longo prazo, como anteriormente observamos na apresentação dos motivos da sua permanência em Portugal.

**Tabela 4-22. Cruzamento das variáveis tempo de permanência em Portugal e perspectiva da duração da migração (n=36)**

Perspectiva da duração da migração	Tempo de Permanência em Portugal									
	1 a 6 meses		De 6 meses a 1 ano		De 1 a 2 anos		De 3 a 5 anos		Mais de 5 anos	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 a 6 meses	-	-	-	-	-	-	-	-	4	11.1
1 ano	-	-	-	-	-	-	2	5.6	10	27.8
2 anos	-	-	-	-	-	-	2	5.6	5	13.9
4 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2.8
6 anos	1	2.8	-	-	-	-	-	-	-	-
8 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2.8
10 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2.8
Sem prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2.8
Não sabe	-	-	1	2.8	1	2.8	1	2.8	5	13.9

Para preparar esta viagem 63.9% (n=23) recorreu às “Agências de Viagens”, que mais não eram do que as agências de tráfico, e 30.5% (n=11) referiu ter tratado de todos os procedimentos sozinho. O “pacote” oferecido por estas agências incluía a viagem, documentos, transporte e a promessa de um contrato de trabalho, sendo os preços, por elas praticados muito elevados, situando-se acima dos 600€, como referiu 50.0% (n=18) dos imigrantes (Tabela 4-23).

Do total de imigrantes 55.5% ( $n=20$ ) veio para Portugal de *autocarro* e 16.7% (6) de carro, tendo a viagem decorrido bem, para a maioria dos sujeitos (80.6%,  $n=29$ ). Contudo, entre os que referiram que a viagem não decorreu bem apontaram a ocorrência de alguns *assaltos* (57.1%,  $n=4$ ), *burlas na compra dos bilhetes* e *alterações do trajecto* (14.3%,  $n=1$ ), embora alguns afirmassem que estavam já alertados para estas eventualidades, mas que mesmo assim preferiram correr esse risco.

**Tabela 4-23. Distribuição das variáveis como trataram da viagem, transporte utilizado, custo e como decorreu a viagem**

		n	%
Como tratou da viagem			
	Sozinho	11	30.5
	Agências de viagens	23	63.9
	Mãe	1	2.8
	Instituição patronal em Portugal	1	2.8
	Total	36	100.0
Transporte utilizado			
	Carro	6	16.7
	Autocarro	20	55.5
	Avião	5	13.9
	Comboio	1	2.8
	Carrinha	1	2.8
	Comboio e autocarro	3	8.3
	Total	36	100.0
Custo da viagem			
	200€ - 400€	7	19.4
	400€-600€	11	30.6
	> 600€	18	50.0
	Total	36	100.0
Como decorreu a viagem			
	Bem	29	80.6
	Mal	7	19.4
	Total	36	100.0
Porque não decorreu bem?			
	Houve assaltos	4	57.1
	Burla na compra dos bilhetes	1	14.3
	Viagem muito demorada	1	14.3
	Alteração do trajecto previsto e cansaço	1	14.3
	Total	7	100.0

Entre aqueles que afirmaram ter decorrido *mal* a viagem (19.4%,  $n=7$ ), a grande maioria já estava em Portugal há mais de cinco anos (21.4%  $n=6$ ). Neste grupo de sujeitos, que estavam há mais tempo, as situações mais frequentes eram os *assaltos* apontados por 66.7% ( $n=4$ ), o facto de a *viagem ter sido muito demorada* (16.7%,  $n=1$ ) e a *alteração do trajecto* associado ao *cansaço*, referido por 16.7% ( $n=1$ ). Por sua vez, os que estavam há menos de cinco anos (apenas um sujeito) foi apontada a burla na compra de bilhetes (2.8%). Podemos considerar que o maior conhecimento e controlo destas redes organizadas, assim como, do seu modo de actuação, permitiu uma diminuição das situações referidas por aqueles que integraram as primeiras vagas migratórias. No entanto, e conforme referido por alguns sujeitos da amostra, os primeiros tempos no país de destino, correspondentes ao início desta vaga migratória,



foram muito difíceis devido à pressão, coacção e controlo que esses grupos criminosos continuavam a exercer.

Nesta amostra podemos perceber a existência de dois momentos distintos que caracterizam a emigração de Leste, ou seja, a fase inicial e a mais recente. Na sua diferenciação, destacam-se aspectos como *as pessoas que os acompanharam até Portugal*, que numa primeira fase eram mais *imigrantes desconhecidos, conhecidos e amigos*, e numa fase posterior já eram *familiares*. Podemos acrescentar a estes indicadores o *meio de transporte* utilizado para chegarem a Portugal. No que se refere a este aspecto, entre aqueles que estavam em Portugal há mais de cinco anos, 64.3%( $n=18$ ) veio de *autocarro* e 17.8%( $n=5$ ) de *carro*. Relativamente aos que estavam há menos de cinco anos, 50.0%( $n=4$ ) veio de *avião*. É ainda de salientar que o avião tinha sido apenas usado, há mais de cinco anos, pelo sujeito que estava a fazer o pós-doutoramento, o qual veio para Portugal através da empresa do marido (3.6%). Mais uma vez, se verifica uma grande diferença entre estes sujeitos que estavam a estudar e que vieram para Portugal com essa motivação e os que vieram com outro tipo de motivações, sobretudo, económicas (Tabela 4-24).

**Tabela 4-24. Cruzamento das variáveis *meio de transporte utilizado* e *tempo de permanência em Portugal***

Meio de transporte utilizado	Tempo de permanência em Portugal			
	<5 Anos		>5 Anos	
	n	%	n	%
Carro	1	12.5	5	17.8
Autocarro	2	25.0	18	64.3
Avião	4	50.0	1	3.6
Comboio	-	-	1	3.6
Carrinha	-	-	1	3.6
Comboio e autocarro	1	12.5	2	7.1
Total	8	100.0	28	100.0

Baseados nas informações, muitas vezes informais, que recolheram antes da sua partida, criaram expectativas fundamentadas em ideias, muitas vezes, não coincidentes com a realidade que encontra na sua chegada a Portugal. Como podemos verificar (Tabela 4-25) a maioria das expectativas criadas (de maior ou menor dificuldade) parecem ter estado adequadas à realidade, como foi o caso do acesso à *habitação* em que 58.3%( $n=21$ ) referiu estar adequadas à realidade, assim como, as especificidades da *vida de imigrante* e o *acesso à saúde* (52.8%,  $n=19$ , cada), o *processo de legalização* e o *acesso ao trabalho*, apontados cada um por 47.2%( $n=17$ ). Também a duração da estadia em Portugal foi ao encontro das perspectivas de 50.0%( $n=18$ ) dos imigrantes, sendo aqui de salientar que 30.6%( $n=11$ ) disse que as expectativas criadas relativamente à duração da migração eram inferiores à realidade, ou seja, tencionavam, permanecer menos tempo em Portugal. As expectativas face aos

ordenados foram excepção, pois destacaram-se pelo facto de a maioria (52.8%,  $n=19$ ) afirmar que considerava que estes seriam mais elevados face àqueles que estavam a ser praticados. Verificámos assim, que, de um modo geral, as expectativas criadas com a emigração e com o país, propriamente dito, não estavam muito longe da realidade, quer em situações mais fáceis quer nas situações mais difíceis, o que nos poderá levar a pensar que estes imigrantes já previam situações difíceis inerentes à sua condição de imigrante.

**Tabela 4-25. Distribuição da variável *expectativas em relação à emigração***

	Superiores à realidade		Adequadas à realidade		Inferiores à realidade	
	n	%	n	%	n	%
Habituação	8	22.2	21	58.3	7	19.4
Legalização	5	13.9	17	47.2	14	38.9
Vida de imigrante	11	30.6	19	52.8	6	16.7
Ordenados	19	52.8	9	25.0	6	16.7
Saúde	12	33.3	19	52.8	5	13.9
Trabalho ( $n=35$ )	10	27.8	17	47.2	8	22.2
Duração da estadia	7	19.4	18	50.0	11	30.6
Acolhimento	10	27.8	25	69.4	1	2.8

### 5.1.2. CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL

A nível profissional, a situação de desemprego não foi a principal motivo que impulsionou a emigração, uma vez que, aquando da saída dos seus países, apenas 33.3% ( $n=12$ ) dos imigrantes *não estavam activos*, pelo que os restantes, 66.7% ( $n=24$ ) *inseridos profissionalmente*. Retomando a análise das motivações inerentes à emigração podemos considerar que a instabilidade profissional (ordenados em atraso, baixos vencimentos, o querer enriquecer, entre outros) poderá ter sido uma das principais causas, que levou a que estes imigrantes deixassem os seus empregos e procurassem situações mais favoráveis noutros países.

Analisando a Tabela 4-26 é possível verificar que era nos imigrantes licenciados e nos que tinham ensino secundário concluído que se registava uma maior taxa de desemprego no país de origem (41.7%,  $n=5$ ). Em todos os outros níveis de ensino a taxa de ocupação profissional era superior à dos desempregados, ou seja, 16.7% ( $n=4$ ) tinha um curso profissional ou bacharelato (100.0%,  $n=4$ ) e 8.3% ( $n=2$ ) estava a fazer o pós-doutoramento.

**Tabela 4-26. Cruzamento das variáveis *situação face ao emprego no país de origem e habilitações***

Habilitações	Tinha trabalho no país de origem			
	Sim		Não	
	n	%	n	%
9 anos	1	4.2	1	8.3
Curso Profissional	4	16.7	1	8.3
Ensino Secundário	8	33.3	5	41.7
Bacharelato	4	16.7	-	-
Licenciatura	5	20.8	5	41.7
A fazer pós-doutoramento	2	8.3	-	-
Total	24	100.0	12	100.0

A entrada em Portugal foi permitida, à maioria destes imigrantes, através de um visto de curta duração, como verificámos anteriormente, que lhes autorizava estar no nosso país durante 90 dias, estando, contudo, restringidos a exercer qualquer actividade profissional. Quer isto dizer, que 77.8%( $n=28$ ) chegou ao país de destino enquanto *turista*, trazendo apenas com algumas promessas de contrato de trabalho (Tabela 4-27). Estas promessas provinham das “agências de viagens”, que mais não eram que grupos organizados de pessoas que funcionam como intermediários entre os dois países, pelo que, as mesmas eram frequentemente incumpridas. Deste modo, apenas uma minoria (5.6%,  $n=2$ ) já tinha um contrato de trabalho quando chegou a Portugal. Verificámos que as situações de entrada em Portugal eram bastante fragilizadas, activando alguns factores de risco, que poderiam impedir uma integração com sucesso na sociedade de acolhimento. Numa situação mais segura chegaram, para lá dos que tinham contrato de trabalho, 5.6%( $n=2$ ) dos imigrantes com *visto de estudo* e 5.6%( $n=2$ ) através do *Reagrupamento Familiar*.

**Tabela 4-27. Distribuição da variável *situação legal de entrada em Portugal face ao trabalho (n=36)***

	n	%
Contrato de trabalho	2	5.6
Visto de curta duração	28	77.8
Visto de estudo	2	5.6
Reagrupamento familiar	1	2.7
Outro: Visto de estada temporária	2	5.6
Outro: promessa de contrato de trabalho	1	2.7
Total	36	100.0

Neste âmbito, é mais uma vez evidenciado, que numa fase inicial da migração, os familiares e amigos (Tabela 4-28), residentes no país de acolhimento, assumiam um papel importante na sua integração, nomeadamente, no acesso ao primeiro trabalho, como referiram 54.6%( $n=18$ ) dos imigrantes. As “Agências de viagens” também exerceram um papel de destaque, no que se refere à inserção profissional, como foi apontado por 30.3%( $n=10$ ) dos imigrantes. É de destacar que destes imigrantes que recorreram às “agências de viagens” 80.0% estava em Portugal há mais de cinco anos e 20.0%( $n=2$ ) há menos de cinco anos.

**Tabela 4-28. Distribuição da variável *meios para encontrar o primeiro emprego***

	n	%
Familiar/amigo/conhecido em Portugal	18	54.6
Pessoa que prometeu arranjar trabalho	10	30.3
Organismo público e/ou instituição	3	9.1
Sozinho	1	3.0
Através de um anúncio	1	3.0
Total	33 <sup>36</sup>	100.0

<sup>36</sup> O  $n$  é igual a 33, pois 3 dos sujeitos eram estudantes.

Aquando da aplicação dos inquéritos, a maioria, 61.1%( $n=22$ ), estava inserida no mercado de trabalho, 8.3%( $n=3$ ) estava *desempregada*, 16.7%( $n=6$ ) a “fazer umas horas”, 8.3%( $n=3$ ) era estudante e 2.8%( $n=1$ ) era *beneficiária de RSI* (Rendimento Social de Inserção), conforme podemos analisar na Tabela 4-29.

**Tabela 4-29. Distribuição da variável *situação actual face ao trabalho* ( $n=36$ )**

Situação actual face ao trabalho	n	%
Empregado	22	61.1
Desempregado	3	8.3
Beneficiário RSI	1	2.8
Faz apenas umas horas	6	16.7
Estudante	4	11.1
Total	36	100.0

É de salientar que os desempregados e beneficiários de RSI eram todos do sexo feminino, 13.4%( $n=3$ ) e 4.4%( $n=1$ ), respectivamente. Dos imigrantes do sexo feminino, 52.2%( $n=12$ ) estavam empregados, assim como 76.9%( $n=10$ ) dos imigrantes do sexo masculino. Quanto aos que trabalhavam à hora (“faziam umas horas”), 17.4%( $n=4$ ) eram mulheres e 15.4% ( $n=2$ ) homens (Tabela 4-30).

**Tabela 4-30. Cruzamento das variáveis *sexo* e *situação actual face ao trabalho***

Situação actual face ao trabalho	f	%	m	%
Empregado	12	52.2	10	76.9
Desempregado	3	13.0	-	-
Beneficiário RSI	1	4.4	-	-
Faz apenas umas horas	4	17.4	2	15.4
Estudante	3	13.0	1	7.7
Total	23	100.0	13	100.0

É importante para a compreensão da integração destes imigrantes em Portugal, conhecermos as diversas trajetórias profissionais, desde que decidiram sair dos seus países, até à sua situação profissional que viviam quando foram aplicados os questionários. Deste modo, entre aqueles que, no país de origem, não estavam inseridos no mercado de trabalho (33.3%,  $n=12$ ), 25.0%( $n=3$ ) era *estudante*, estando os restantes 75.0%( $n=9$ ) em situação de desempregado. Destes últimos, 22.2%( $n=2$ ) mantinham a situação de desemprego desde o país de origem e 77.8%( $n=7$ ) tinham conseguido inserir-se profissionalmente em Portugal, ou seja, alteraram a situação de desemprego com a migração. Por sua vez, dos 66.7%( $n=24$ ) que trabalhavam no país de origem, 4.2%( $n=1$ ) era *beneficiário do RSI* e 4.2%( $n=1$ ) estava *desempregado*, pelo que não conseguiram uma melhoria profissional com a emigração. Dos imigrantes que tinham trabalho nos seus países, 91.6%( $n=22$ ), continuaram inseridos profissionalmente em Portugal.

No entanto, analisando a profissão exercida no país de origem e a profissão actual (no momento da aplicação dos questionários) verificámos que 33.3%( $n=12$ ) da nossa

amostra exercia actividades abaixo das suas habilitações, 36.1% ( $n=2$ ) mantinha a sua situação<sup>37</sup> de desemprego, 19.4% ( $n=7$ ) tinha melhorado a sua situação, ou seja, tinha conseguido inserir-se no mercado de trabalho e 8.3% ( $n=3$ ) mantinha o seu estatuto de estudante.

Independentemente da situação contratual, de entre todos os que exerciam uma actividade (77.7%,  $n=28$ )<sup>38</sup> 42.9% ( $n=12$ ) disse que a profissão que exercia equivalia às suas habilitações, enquanto, 57.1% ( $n=16$ ) dos imigrantes viveu uma desqualificação das suas habilitações, através do exercício das profissões que estavam a exercer<sup>39</sup> (Tabela 4-31). Porém, os inquiridos afirmam ter lidado *bem* com esta realidade, 62.5% ( $n=10$ ), parecendo assumir o papel de imigrante com todas as dificuldades e barreiras que tinham de ultrapassar, enquanto 25.0% ( $n=4$ ) disse ter lidado *mal* e 12.5% ( $n=2$ ) ter lidado *muito mal*.

**Tabela 4-31. Distribuição das variáveis *equivalência das habilitações e como lidou com a desqualificação***

		n	%
Actividade equivale às habilitações	Sim	12	42.9
	Não	16	57.1
	Total	28	100.0
Como lidou com a desqualificação	Muito Mal	2	12.5
	Mal	4	25.0
	Bem	10	62.5
	Total	16	100.0

Analisando as profissões exercidas nos seus países de origem (Tabela 4-32) as profissões com maior representatividade eram as de *docente do ensino básico* (16.6%,  $n=4$ ) e *universitário* (4.2%,  $n=1$ ), da *área de economia/contabilidade* (16.6%,  $n=4$ ), da *serralharia* (8.3%,  $n=2$ ) e da *área do comércio* (8.3%,  $n=2$ ). Quanto às primeiras profissões que exerceram em Portugal (Tabela 4-33), destacaram-se as de *construtor civil* (14.8%,  $n=4$ ), de *doméstica/limpezas* (14.8%,  $n=4$ ), de *empregado de balcão* (11.1%,  $n=3$ ) e a de *serralheiro* (7.4%,  $n=2$ ). Confirma-se assim, a desqualificação destes imigrantes, ou seja, com a vinda para Portugal passaram a exercer profissões que exigem menos qualificações do que aquelas que possuíam.

<sup>37</sup> É de relembrar que 5.5% da amostra total estava desempregada e mantém actualmente essa situação.

<sup>38</sup> É um total de 28 sujeitos pois à amostra total ( $n=36$ ), retiramos os 3 estudantes e os 5 imigrantes em situação de desemprego.

<sup>39</sup> Inclui os empregados, quem faz horas e os investigadores ( $n=16$ ).

**Tabela 4-32. Distribuição da variável *ocupação profissional no País de Origem* (n=24)**

Profissão país origem	n	%
Economia/contabilidade	4	16.6
Serralheiro	2	8.3
Professor	4	16.6
Professor universitário	1	4.2
Mineiro	1	4.2
Polícia	1	4.2
Vendedor	2	8.3
Técnico de produção/tipografia	1	4.2
Cabeleireiro	1	4.2
Técnico de Farmácia	1	4.2
Enfermeira	1	4.2
Carpinteiro	1	4.2
Electricista	1	4.2
Auxiliar enfermagem	1	4.2
Soldador	1	4.2
Não responde	1	4.2

**Tabela 4-33. Distribuição da variável *primeiro emprego em Portugal*<sup>40</sup> (n=27)**

	n	%
Empregada Balcão	3	11.1
Serralheiro	2	7.4
Construtor Civil	4	14.8
Carpinteiro	1	3.7
Operador máquinas	1	3.7
Professor universitário	1	3.7
Servente pedreiro	1	3.7
Recepcionista residencial	1	3.7
Restauração	1	3.7
Apoio a idosos	1	3.7
Operário fabril	1	3.7
Doméstica/limpezas	4	14.8
Operador ferro	1	3.7
Motorista	1	3.7
Cabeleireiro	1	3.7
Calceteiro	1	3.7
Operador supermercado	1	3.7
Contabilidade	1	3.7

Quanto ao vínculo laboral que tinham com a entidade patronal pareceu transparecer alguma estabilidade profissional (Tabela 4-34), uma vez que 28.6%(n=8) tinha um *contrato a prazo* e 25.0%(n=7) um *contrato efectivo*. Por sua vez, 21.4% (6) apesar de exercer uma actividade *não tinha um contrato de trabalho*.

Quanto ao sector correspondente à actividade exercida, 30.6%(n=11) dos inquiridos trabalhava na *área do comércio/serviços*, 17.9%(n=5) no *sector da construção civil* e 14.3%(n=4) na indústria. No que se referiu à entidade patronal, 82.1%(n=23) trabalhava numa *empresa privada*, 10.7%(n=3) trabalhava para *particulares* e 7.1%(n=2) eram *bolseiros da FCT* (Fundação para a Ciência e Tecnologia).

<sup>40</sup> Estes dados incluem o primeiro emprego que tiveram em Portugal (mesmo daqueles que entretanto já tinham mudado) e o emprego daqueles que não tiveram mais do que uma profissão. Não foram contabilizados os estudantes (n=4).

**Tabela 4-34. Distribuição das variáveis vínculo laboral, sector da actividade e personalidade jurídica**

	n	%
Vínculo laboral		
Contrato a prazo	8	28.6
Contrato efectivo	7	25.0
Recibos verdes	1	3.6
Sem contrato de trabalho	6	21.4
<i>Part-Time</i>	1	3.6
Trabalho Temporário	2	7.1
Bolsa FCT	2	7.1
Pago à hora	1	3.6
Total	28	100.0
Sector da actividade		
Construção civil	5	17.8
Indústria	4	14.3
Comércio/serviços	11	39.3
Transporte	1	3.6
Investigação	2	7.1
Saúde	1	3.6
Apoio a idosos	1	3.6
Limpezas	2	7.1
Contabilidade	1	3.6
Total	28	100.0
Entidade Patronal		
Empresa Privada	23	82.1
FCT	2	7.1
Pessoa Particular	3	10.7

Ao cruzarmos as variáveis sector da actividade em que está inserido e sexo (Tabela 4-35), verificamos que as mulheres desempenhavam maioritariamente profissões inseridas no sector informal da economia, ligadas ao *comércio e serviços* (50.0%,  $n=8$ ) e de *limpeza* (12,5%,  $n=2$ ), à excepção de 12.5% ( $n=2$ ) que estavam integradas na área da *investigação*. Para os homens era reservado o desempenho de tarefas como serventes da *construção civil* (41.7%,  $n=5$ ), da *indústria* (25.0%,  $n=3$ ) ou do *comércio e serviços* (25.0%,  $n=3$ ).

**Tabela 4-35. Cruzamento das variáveis sexo e sector da actividade ( $n=28$ )**

Sector da actividade	f	%	m	%
Construção civil	-	-	5	41.7
Indústria	1	6.3	3	25.0
Comércio/serviços	8	50.0	3	25.0
Transporte	-	-	1	8.3
Investigação	2	12.5	-	-
Saúde	1	6.3	-	-
Apoio a idosos	1	6.3	-	-
Limpezas	2	12.5	-	-
Contabilidade	1	6.3	-	-

Tendo em conta os 57.2% da amostra que tinham um contrato de trabalho (efectivo, a prazo ou *part-time*) e os que eram *bolseiros da FCT*, a sua maioria (85.7%,  $n=18$ ) era *trabalhador por conta de outrem* e 4.8% (1) *por conta própria* (Tabela 4-36). Por sua vez, os investigadores (9.5%,  $n=2$ ) recebiam uma bolsa de pós-doutoramento. Porém parte desta amostra vivia situações precárias a nível profissional, pois 21.4% ( $n=6$ ) *não tinha contrato de trabalho* e 3.6% ( $n=1$ ) era *pago à hora*. No que se refere ao montante salarial auferido por estes imigrantes no mês anterior à aplicação do questionário, 41.4% ( $n=12$ ) disse ter recebido entre os 250€ e os 500€ e, 37.9% ( $n=11$ ) auferiu

um salário cujo valor se posicionava entre os 501€ e 1 000€. A maioria destes imigrantes (57.1%,  $n=16$ ) referiu ainda ter trabalhado *mais de 22 dias* no último mês.

**Tabela 4-36. Distribuição das variáveis *tipo de contrato de trabalho, rendimento auferido e dias de trabalho***

		n	%
Contrato de trabalho			
	Trabalhador por conta de outrem	18	85.7
	Trabalhador por conta própria	1	4.8
	Bolsa FCT	2	9.5
	Total	21	100.0
Rendimento auferido			
	< 250€	4	13.8
	de 250€ a 500€	12	41.4
	De 501€ a 1 000€	11	37.9
	De 1 001€ a 2 000€	1	3.4
	> 2 001€	1	3.4
	Total	29	100.0
Dias de trabalho			
	1 a 5 dias	1	3.6
	6 a 10 dias	1	3.6
	11 a 15 dias	2	7.1
	16 a 22 dias	8	28.6
	Mais de 22 dias	16	57.1
	Total	28	100.0

Quanto à estabilidade profissional 39.4% ( $n=13$ ) referiu manter-se no mesmo trabalho. Por sua vez, foi visível uma grande “rotatividade de emprego” a maioria (60.6%,  $n=20$ ) dos sujeitos desta amostra referiu ter tido mais do que um emprego, ou seja, pelo menos tiveram dois empregos. Tal poderá evidenciar a situação fragilizada em que muitas vezes se encontram a nível profissional ou, pelo contrário, pode evidenciar a ascensão a nível da categoria do trabalho exercido (Tabela 4-37), sendo ainda de realçar que 19.4% ( $n=7$ ) da amostra estava ou tinha estado no seu quinto emprego.

**Tabela 4-37. Distribuição da variável *quantidade de empregos em que esteve inserido em Portugal***

		n	%
Teve mais do que um emprego			
	Sim	20	60.6
	Não	13	39.4
	Total	33	100.0
Quantos empregos já teve			
	2.º emprego	20	55.5
	3.º emprego	11	30.6
	4.º emprego	9	25.0
	5.º emprego	7	19.4
	6.º emprego	1	2.8

Relativamente ao primeiro emprego em Portugal, regista-se uma percentagem mais elevada nos sectores das limpezas/doméstica (20.0%,  $n=4$ ) e da construção civil (20.0%,  $n=4$ ). No segundo emprego, a profissão de *empregado de balcão* detinha valores mais expressivos (15.0%,  $n=3$ ), seguindo-se com igual valor, ou seja 10.0% ( $n=2$ ), as profissões de *soldador*, *limpeza/doméstica* e a de *vendedor*. Dos que mudaram a terceira vez, salienta-se a área da restauração e de *limpezas*, com 18.2% ( $n=2$ ), cada. É ainda de referir que entre os que mudaram de emprego quatro vezes, destacaram-se os que exerciam as suas profissões no *sector fabril* e da



*serralharia*, 22.2%( $n=2$ ). No quinto emprego salientam-se as profissões de *motorista* e *serralheiro*, com 28.6%( $n=2$ ). Finalmente, quanto ao único sujeito que referiu já ter mudado de emprego seis vezes, este trabalhava nas limpezas. Verificamos assim, que embora houvesse uma grande oscilação nos empregos, as áreas de trabalho não se alteravam.

Quanto à situação profissional do cônjuge, caso este residisse em Portugal, como era o caso de 69.4%( $n=25$ ), destacavam-se com maior representatividade profissões como as de *motorista*, 20%( $n=5$ ), seguida dos *empregados de balcão*, *investigador* e *estudante*, com 8.0%( $n=2$ ), cada.

A fim de se aprofundar o conhecimento desta realidade é importante conhecer as práticas exercidas pelos patrões com estes imigrantes, comparativamente aos restantes colegas de trabalho. Assim, 76.7%( $n=23$ ) afirmou não ter *ordenados em atraso* relativamente aos outros trabalhadores. Por sua vez, quanto ao *valor dos ordenados*, apenas 36.7%( $n=11$ ) referiu que este era inferior comparativamente ao dos outros colegas. No que se refere aos *trabalhos mais arriscados*, 46.7%( $n=14$ ) afirmou que eram eles próprios a realizá-los relativamente aos colegas (Tabela 4-38). Avaliando estas diferentes dimensões relativas às dinâmicas do trabalho, é notória uma tendência para aumentar a diferenciação, na comparação dos imigrantes com os colegas de trabalho, quando se trata de executar trabalhos mais arriscados, a qual diminui quando se refere ao valor dos vencimentos e ao atraso nos pagamentos.

**Tabela 4-38. Distribuição de variáveis de comparação das condições de trabalho em relação aos outros colegas**

		n	%
Há atrasos nos pagamentos	Sim	7	23.3
	Não	23	76.7
	Total	30	100.0
Vencimento menor	Sim	11	36.7
	Não	19	63.3
	Total	30	100.0
Trabalhos mais arriscados	Sim	14	46.7
	Não	16	53.3
	Total	28	100.0

Através da avaliação da actividade profissional que estavam a desempenhar, verificámos que a grande maioria dos inquiridos detinha habilitações literárias superiores às exigidas pelas tarefas que desempenham no contexto do mercado de trabalho da economia informal, pois 53.6%( $n=15$ ) da amostra referiu estar *abaixo das suas habilitações*. O trabalho que exerciam era assim visto por 78.6%( $n=22$ ) como um meio para conseguirem um trabalho melhor, como um *meio de ganhar a vida* (82.1%,

$n=23$ ) e 57.1% ( $n=16$ ) referiu ter sido o único que conseguiu arranjar. Contudo, 75.0% (21) afirmaram que no seu local de trabalho eram *reconhecidos e aceites* naquilo que faziam (Tabela 4-39). Transparece aqui a sujeição à sua condição de imigrante, que se traduz pelo tentar aproveitar todas as oportunidades que apareciam, mesmo quando estas não eram as melhores ou as idealizadas, pretendendo assim, rentabilizar ao máximo, o seu período de permanência neste país de acolhimento.

**Tabela 4-39. Distribuição de variáveis de acordo com a avaliação do trabalho exercido**

		n	%
O trabalho abaixo das habilitações	Sim	15	53.6
	Não	13	46.4
	Total	28	100.0
Meio para conseguir um trabalho melhor	Sim	22	78.6
	Não	6	21.4
	Total	28	100.0
Meio de ganhar a vida	Sim	23	82.1
	Não	5	17.9
	Total	28	100.0
Único Trabalho que conseguiu arranjar	Sim	16	57.1
	Não	12	42.9
	Total	28	100.0
Reconhecido no que faz	Sim	21	75.0
	Não	7	25.0
	Total	28	100.0

### 5.1.3. CARACTERIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO/INTEGRAÇÃO NO PAÍS DE ACOLHIMENTO

A maioria dos imigrantes da nossa amostra (77.8%,  $n=28$ ), estava a residir em Portugal há *mais de cinco anos*, cujo período de entrada no nosso país poderá ter coincidido com a chegada da maior vaga de imigrantes de Leste, mais concretamente nos finais do século XX. Por sua vez, 22.2% ( $n=5$ ) vivia em Portugal há *menos de cinco anos* (Tabela 4-40). Analisando esta variável temporal, relativamente ao sexo, verificámos que 84.6% ( $n=11$ ) dos homens e 73.9% ( $n=17$ ) das mulheres estava em Portugal há mais de cinco anos, o que poderá evidenciar, que provavelmente terão sido os homens os primeiros a sair dos seus países.

**Tabela 4-40. Cruzamento das variáveis sexo e tempo de permanência em Portugal**

Tempo de permanência em Portugal	f	%	m	%	n	%
Menos de 5 anos	6	26.1	2	15.4	8	22.2
Mais de 5 anos	17	73.9	11	84.6	28	77.8
Total	23	100.0	13	100.0	36	100.0

Quanto ao primeiro local onde residiram, 72.2% ( $n=26$ ) referiu ter sido no distrito de Coimbra, enquanto os restantes 27.8% ( $n=10$ ), se distribuíram por outros distritos como o de Lisboa (30.0%,  $n=3$ ), do Porto (20.0%,  $n=2$ ) e de Leiria (20.0%,  $n=2$ ) (Tabela 4-41), entre outros.

**Tabela 4-41. Distribuição da variável *primeiro distrito onde residiu***

		n	%
Veio residir logo para o distrito de Coimbra		26	72.2
	Sim	10	27.8
	Não	36	100.0
Onde residiu anteriormente			
	Aveiro	1	10.0
	Faro	1	10.0
	Guarda	1	10.0
	Leiria	2	20.0
	Lisboa	3	30.0
	Porto	2	20.0
	Total	10	100.0

No que se refere ao concelho actual de residência, 58.3% ( $n=21$ ) residia em Coimbra, 22.2% ( $n=8$ ) na Figueira da Foz, 8.3% ( $n=3$ ) em Soure e 5.6% ( $n=2$ ) em Condeixa-a-Nova (Tabela 4-42). O período de residência no distrito de Coimbra variou entre os *cinco meses* e os *onze anos*, sendo nos sete e nos *seis anos* de residência que se registam maiores picos, ou seja, 25.0% ( $n=9$ ) e 19.4% ( $n=7$ ), respectivamente (Tabela 4-43).

**Tabela 4-42. Distribuição da variável *concelho de residência***

Concelho de residência	n	%
Coimbra	21	58.3
Figueira da Foz	8	22.2
Montemor-o-Velho	2	5.6
Condeixa-a-Nova	3	8.3
Soure	2	5.6
Total	36	100.0

**Tabela 4-43. Distribuição da variável *tempo de residência no concelho do distrito de Coimbra***

Tempo de residência	n	%
5 meses	3	8.3
1 ano	2	5.6
3 anos	2	5.6
4 anos	5	13.8
5 anos	2	5.6
6 anos	7	19.4
7 anos	9	25.0
8 anos	3	8.3
9 anos	2	5.6
11 anos	1	2.8
Total	36	100.0

A chegada a um novo país exige a utilização de recursos pessoais e sociais, assim como, de estratégias que facilitem uma melhor integração no mesmo. Para compreendermos a integração funcional destes imigrantes foram considerados indicadores, tais como, o domínio oral e escrito da língua portuguesa, enquanto instrumento essencial para se estabelecer uma interacção com os membros e instituições da sociedade autóctone, as condições de acesso a um trabalho, a adaptação a uma nova cultura, entre outros aspectos.

Assim, procurámos saber como cada imigrante avaliava cada um dos aspectos, considerados fundamentais para a integração num novo país. Concomitantemente, procurámos compreender quais as dificuldades que sentiram, neste âmbito.

Deste modo, no seu processo de adaptação as principais áreas onde se verificou maior dificuldade (Tabela 4-44) estavam relacionadas com o *domínio da língua portuguesa*, mais concretamente na sua aprendizagem, 61.1%( $n=22$ ), na *escrita*, 58.3%( $n=21$ ) e na *oralidade*, 55.6%( $n=20$ ). Os *aspectos sociais* (redes de sociabilidade, discriminação) foram igualmente referenciados por 55.6%( $n=20$ ) dos imigrantes, seguidos dos *aspectos económicos* (vencimentos, poupanças) (52.8%,  $n=19$ ) e das condições de *acesso ao trabalho* (50.0%,  $n=18$ ). É ainda de salientar, dificuldades ao nível do *reconhecimento de competências* (47.2%,  $n=17$ ) e dificuldades na concretização de todo o *processo de legalização*, conforme referiu metade da amostra (50.0%,  $n=18$ ). Por seu turno, relativamente à integração, foram apontados como tendo sido os aspectos mais fáceis a *adaptação cultural* (77.8%,  $n=28$ ), o acesso aos *serviços públicos* (72.2%,  $n=26$ ) e o *acesso à saúde* (66.7%,  $n=24$ ).

Retomando a análise anterior, no que concerne às expectativas criadas pelos imigrantes aquando da definição do projecto migratório, considerámos importante comparar aquilo que tinham idealizado (Tabela 4-25) e a realidade que encontram em Portugal. Esta comparação poderá ser demonstrada pelas dificuldades *versus* facilidades por eles apontadas na avaliação da sua integração (Tabela 4-44). Assim, a questão relativa aos salários que perspectivaram como sendo mais elevados, coincide com o facto de demonstrarem dificuldades, ao nível económico (baixos salários e dificuldades em poupar). Por sua vez apesar do *acesso* e das *condições de trabalho* terem sido difíceis, como referiu 50%( $n=18$ ) dos imigrantes, estes já contavam com esta situação, pelo facto de terem criado *expectativas muito próximas da realidade* (47.2%,  $n=17$ ). Quanto às vivências típicas de quem emigra (*vida de imigrante*), como também já analisámos, estes imigrantes estavam sensibilizados para as dificuldades que poderiam vir a encontrar, como referiu 52.8%( $n=19$ ), das quais podemos apontar dificuldades na *aprendizagem da língua portuguesa* (61.1%,  $n=22$ ), ou no *estabelecimento de redes sociais* (55.6%,  $n=20$ ) (Tabela 4-43). Em relação à legalização metade da amostra (50.0%,  $n=18$ ) considerou que este processo tinha sido *difícil* e 44.4%( $n=16$ ) considerou-o *fácil*. Estas dificuldades poderiam estar associadas, ao facto de terem entrado em Portugal, com um visto não adequado às suas intenções emigratórias (trabalhar), ou seja, vieram com um visto de curta duração, como “turistas”, quando o seu objectivo era o de exercer uma profissão, pelo que conseguir

um contrato de trabalho, o qual, por sua vez, lhe dava acesso a um visto de trabalho, tornava-se mais difícil.

É ainda notório um desfasamento entre o valor dos salários perspectivados e os que efectivamente eram praticados, pelo facto de terem apontado factores de *ordem económica* (baixos salários, dificuldades em poupar) como condicionadores da sua integração, como afirmaram 52.8% ( $n=19$ ) dos imigrantes. Não tendo sido fácil o *acesso* e as *condições de trabalho*, 50.0% ( $n=18$ ) da amostra estava mentalizada para a existência destes entraves, devido ao facto de ter afirmado que as suas *expectativas estavam próximas da realidade* (47.2%,  $n=17$ ).

**Tabela 4-44. Distribuição da variável *avaliação da integração por área* ( $n=36$ )**

Área	Muito Fácil		Fácil		Difícil		Muito Difícil	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Acesso ao trabalho	3	8.3	13	36.1	18	50.0	2	5.6
Acesso à saúde	5	13.9	24	66.7	5	13.9	2	5.6
Habituação	2	5.6	18	50.0	16	44.4	-	-
Cultura	2	5.6	28	77.8	6	16.7	-	-
Económico	1	2.8	12	33.3	19	52.8	4	11.1
Sociais	2	5.6	13	36.1	20	55.6	1	2.8
Pessoais	2	5.6	20	55.6	13	36.1	1	2.8
Físicos	-	-	18	50.0	16	44.4	2	5.6
Serviços Públicos	1	2.8	26	72.2	9	25.0	-	-
Educação e reconhecimento de competências	-	-	17	47.2	17	47.2	2	5.6
Legalização	-	-	16	44.4	18	50.0	4	5.6
Aprendizagem língua portuguesa	-	-	11	30.6	22	61.1	3	8.3
Falar português	-	-	14	38.9	20	55.6	2	5.6
Ler português	-	-	19	52.8	14	38.9	5	13.9
Compreensão língua	-	-	17	47.2	14	38.9	5	13.9
Escrever português	1	2.8	7	19.4	21	58.3	7	19.4

Depois da análise individual dos factores inerentes ao processo de integração numa nova sociedade, estes imigrantes fizeram uma avaliação geral da sua integração desde a sua chegada até ao momento actual. Os resultados obtidos evidenciaram que 55.6% ( $n=20$ ) da amostra considerou este processo *difícil*, 5.6% ( $n=2$ ) *muito difícil*, enquanto 38.9% ( $n=14$ ) afirmou ter sido *fácil* a sua integração no país de acolhimento (Tabela 4-45).

**Tabela 4-45. Distribuição da variável *avaliação da adaptação a Portugal***

Avaliação da adaptação	n	%
Muito difícil	2	5.6
Difícil	20	55.6
Fácil	14	38.8
Total	36	100.0

A par da avaliação que cada um fez acerca da sua integração, foi importante conhecer quais os factores que, na óptica destes imigrantes, eram considerados estruturais e facilitadores num processo de adaptação. Solicitámos assim, que identificassem três aspectos essenciais à integração num novo país. Pelo facto de nem todos os imigrantes

terem identificado três aspectos, estes foram analisados individualmente. Neste sentido, para uma boa integração destaca-se, com igual valor (80.6%,  $n=29$ ) *saber falar português*, assim como, *ter um trabalho* (Tabela 4-46). Verificamos que estes dois requisitos estão inter-relacionados, ou seja, a aprendizagem da língua é o instrumento imprescindível para aceder ao mercado de trabalho (principal objectivo desta migração). Para além destes aspectos, foi referenciada a importância de se ter um grupo de amigos (58.1%,  $n=21$ ), de ser essencial conhecer o *modo de funcionamento* (político, legislativo, económico, cultural) *de um país* (33.3%,  $n=12$ ) e o *convívio com a comunidade autóctone* (22.2%,  $n=8$ ).

**Tabela 4-46. Distribuição da variável aspectos fundamentais para a integração no país de acolhimento ( $n=36$ )**

Aspectos fundamentais à integração	n	%
Saber falar português	29	80.6
Saber como funciona o país	12	33.3
Fazer parte de uma associação	3	8.3
Ter um trabalho	29	80.6
Conviver com a comunidade portuguesa	8	22.2
Ter um grupo de amigos	21	58.1
Ser aceite e sentir-me útil	1	2.8
Ser respeitado pelos outros	1	2.8

Durante o processo de transição e adaptação a um novo país, a presença de uma rede de apoio social, em termos individuais ou colectivos, revela ser uma condição fundamental para que o processo se faça com sucesso. Da nossa amostra apenas 36.1% ( $n=13$ ) considerou ter uma *rede de suporte à imigração*, ao contrário de 63.9% ( $n=23$ ). Porém, 80.6% ( $n=29$ ) considerou que desde que está em Portugal, recebeu ajuda, sendo que 19.4% ( $n=7$ ) que referiu não ter tido qualquer tipo de apoio. Os principais agentes prestadores dessa ajuda foram *familiares* (17.2%,  $n=5$ ), *amigos e conhecidos do país de origem* (17.2%,  $n=5$ ), *familiares, amigos ou conhecidos portugueses* (13.8%,  $n=4$ ) e *amigos ou conhecidos tanto do país de origem como de Portugal* (10.3%,  $n=3$ ) (Tabela 4-47).

**Tabela 4-47. Distribuição da variável fontes de apoio em Portugal ( $n=29$ )**

Fontes de apoio	n	%
Familiares	5	17.2
Amigos e conhecidos do país de origem	5	17.2
Amigos e conhecidos portugueses	4	13.8
Patrão	1	3.4
Familiares + Amigos e conhecidos do país de origem	1	3.4
Familiares + Amigos e conhecidos portugueses	2	6.9
Familiares + associação de imigrantes	1	3.4
Familiares + patrão	1	3.4
Amigos e conhecidos do país de origem + Amigos e conhecidos portugueses	3	10.3
Amigos e conhecidos do país de origem + patrão	1	3.4
Familiares + Amigos e conhecidos do país de origem e de Portugal	2	6.9
Familiares + Amigos e conhecidos do país de origem e de outras nacionalidades	1	3.4
Familiares + Amigos e conhecidos portugueses + Patrão	1	3.4
Familiares + Organização de solidariedade social	1	3.4

No que se referiu ao tipo de apoio recebido, a grande diversidade de agrupamentos com pouco expressividade, levou-nos a uma análise individual conforme descrito na Tabela 4-48. Desta leitura, destaca-se o apoio psicológico e moral (63.9%,  $n=23$ ), o apoio ao nível do *acesso ao trabalho* (61.1%,  $n=22$ ), e com o mesmo valor (38.9%,  $n=14$ ) o apoio recebido na *aprendizagem da língua portuguesa* e no *acesso ao alojamento*. É, todavia, de salientar que entre os diversos agrupamentos dos apoios recebidos, observados numa primeira análise, se destacou o agrupamento de áreas como o *acesso ao trabalho, alojamento e legalização*, apontado por 17.2% ( $n=5$ ) dos indivíduos, o que vai ao encontro das necessidades instrumentais referentes à primeira instalação no país de acolhimento.

**Tabela 4-48. Distribuição da variável *tipo de apoio recebido* ( $n=29$ )**

Tipo de apoio	n	%
Financeiro	9	25.0
Encontrar trabalho	22	61.1
Aprender português	14	38.9
Jurídico	6	16.7
Apoio Psicológico/moral	23	63.9
Saúde	4	11.1
Alojamento	14	38.9
Transporte	1	2.8
Alimentação	3	8.3

Sendo a família, um dos principais suportes emocionais, a sua presença e proximidade física pode ser de extrema importância quando nos referimos à integração/adaptação a um outro país. Depois de estarem em Portugal, 38.9% ( $n=14$ ) referiu que outros elementos da sua família se tinham juntado a eles, ao passo que 61.1% ( $n=22$ ) dos imigrantes referiu que ainda não tinha vindo nenhum familiar. Fazendo uma análise de acordo com a variável sexo, houve uma grande proximidade percentual entre aqueles cujos elementos da família já se tinham juntado a eles em Portugal, mais concretamente, 39.1% ( $n=9$ ) das mulheres e 38.5% ( $n=5$ ) dos homens. Salienta-se, uma vez mais, que sendo uma amostra maioritariamente feminina, estas já tinham vindo acompanhadas por familiares (cônjuge e filhos) ou vieram ao encontro de familiares que já estavam a residir em Portugal (segundo movimento migratório dentro do agregado), como referimos numa análise anterior.

O reencontro de familiares no país de acolhimento, muitas vezes pelo recurso ao “Reagrupamento Familiar”, como referiram 44.4% ( $n=16$ ) dos imigrantes, foi avaliado como *importante* para 37.5% ( $n=8$ ) e como *bastante importante* para 31.3% ( $n=5$ ) dos inquiridos (Tabela 4-49). Entre aqueles que ainda não tinham beneficiado desta medida (55.6%,  $n=20$ ), apenas 10.0% ( $n=2$ ) dos imigrantes estavam a pensar trazer familiares para Portugal.

**Tabela 4-49. Distribuição de variáveis relacionadas com o reagrupamento familiar (R.F.)**

		n	%
Juntaram-se elementos da família	Sim	14	38.9
	Não	22	61.1
	Total	36	100.0
Beneficiou do reagrupamento familiar	Sim	16	44.4
	Não	20	55.6
	Total	36	100.0
Pretende vir a beneficiar do R. F.	Sim	2	10.0
	Não	18	90.0
	Total	20	100.0
Avaliação do reagrupamento familiar	Pouco Importante	1	6.2
	Importante	6	37.5
	Bastante Importante	5	31.3
	Muito Importante	4	25.0
	Total	16	100.0

As questões relacionadas com a sociabilidade (redes sociais) são fundamentais quando pretendemos compreender a integração de um indivíduo no país de acolhimento. Desde que estavam em Portugal 36.1%( $n=13$ ) dos imigrantes tinham criado *algumas* amizades e 30.6%( $n=11$ ) criaram *muitas* amizades. A criação e estabelecimento de redes sociais baseadas na amizade é um processo um pouco moroso, exigindo tempo para conhecer e confiar no outro, pelo que pode ser compreensível o facto de serem os indivíduos que estavam em Portugal há mais tempo, ou seja, há mais de cinco anos, os quais tinham criado *muitas amizades*, isto é, 39.3%( $n=11$ ) ou *algumas amizades* (35.7%,  $n=10$ ). No entanto, através dos dados obtidos salientou-se entre os que estavam em Portugal há mais de cinco anos os que afirmaram ter feito *poucas amizades* (21.4%,  $n=6$ ) e *não ter criado amizades* (3.6%,  $n=1$ ). Analisando os que estavam há menos de cinco anos, 37.5%( $n=3$ ) referiram ter criado *algumas amizades* e 62.5%( $n=5$ ) estabeleceram *poucas amizades* (Tabela 4-49).

Neste sentido, 72.2%( $n=26$ ) dos imigrantes afirmou ter um *grupo de amigos*. Dos que estavam há menos de cinco anos, 87.5%( $n=7$ ) disse ter um grupo de amigos, assim como, 67.9%( $n=19$ ) dos imigrantes que já estavam há mais de cinco anos (Tabela 4-50), logo 32.1%( $n=9$ ) dos que estão há mais de cinco anos não tinham um grupo de amigo. É importante atender a estes dados uma vez que poderão antever uma maior vulnerabilidade à exclusão ou até ao isolamento social. No entanto, entre aqueles que tinham um grupo de amigos, 46.2%( $n=12$ ) sentiam-se por vezes sozinhos, o que já não acontecia com 53.8%( $n=14$ ) dos imigrantes. Dos que se sentiam sozinhos, 42.1%( $n=8$ ) já estava em Portugal há mais de cinco anos e 57.1%( $n=4$ ) dos imigrantes residiam há menos de cinco anos. A maioria das mulheres (73.9%,  $n=17$ ) tinha um grupo de amigos, assim como, a maioria dos homens (69.2%,  $n=9$ ). Embora



com valores muito aproximados, foi visível uma tendência para as mulheres se sentirem mais sozinhas, mesmo tendo afirmado que tinham um grupo de amigos, ou seja, 47.1% ( $n=8$ ), comparativamente a 44.4% ( $n=4$ ) dos imigrantes do sexo masculino.

**Tabela 4-50. Distribuição de variáveis relacionadas com as amizades e grupo de amigos**

	<5 anos	%	>5 anos	%	Total	%
Tem feito amizades						
Muitas	-	-	11	39.3	11	30.6
Algumas	3	37.5	10	35.7	13	36.1
Poucas	5	62.5	6	21.4	11	30.6
Nenhumas	-	-	1	3.6	1	2.7
Total	8	100.0	28	100.0	36	100.0
Tem um grupo de amigos						
Sim	7	87.5	19	67.9	26	72.2
Não	1	12.5	9	32.1	10	27.8
Total	8	100.0	28		36	100.0
Sente-se sozinho						
Sim	4	57.1	8	42.1	12	46.2
Não	3	42.9	11	57.9	14	53.8
Total	7	100.0	19	100.0	26	100.0

O número de elementos que constituíam esses grupos de amigos era bastante heterogéneo, oscilando de um a *quatro elementos*, para 35.7% ( $n=10$ ) dos imigrantes, ou ultrapassando mais de *quinze pessoas*, como referiu 32.1% ( $n=9$ ) (Tabela 4-50). É de mencionar que um dos inquiridos (5.6%), embora tenha afirmado ter feito algumas amizades considerou não ter um grupo de amigos.

Em relação à nacionalidade dos amigos destes imigrantes, estes eram maioritariamente (71.4%,  $n=20$ ) *portugueses e imigrantes*, sendo que 17.9% ( $n=5$ ) só tinha amigos imigrantes e 7.1% ( $n=2$ ) *amigos portugueses*. As mulheres tinham mais amigos imigrantes e portugueses (77.8%,  $n=14$ ), enquanto os principais amigos dos homens eram imigrantes (30.0%,  $n=3$ ). O contacto pessoal estabelecido com os amigos era frequente, ocorrendo *mais do que uma vez por semana* para 35.7% (10) ou *uma vez por semana* para 28.6% ( $n=8$ ) (Tabela 4-51).

**Tabela 4-51. Distribuição das variáveis número de elementos do grupo de amigos e nacionalidade**

	n	%
Número de elementos		
1 a 4 elementos	10	35.7
5 a 9 elementos	4	14.3
10 a 14 elementos	5	17.9
> 15 elementos	9	32.1
Total	28	100.0
Nacionalidade		
Portugueses	2	7.1
Outros imigrantes	5	17.9
Portugueses e imigrantes	20	71.4
Portugueses e imigrantes e outras nacionalidades	1	3.6
Total	28	100.0

Consideramos que estas relações de amizade parecem ser um forte suporte emocional, pois 82.1% ( $n=23$ ), ao contrário dos restantes imigrantes, sabia que podia contar com

esse grupo de amigos em qualquer situação, incluindo nas situações mais difíceis (Tabela 4-52).

**Tabela 4-52. Distribuição das variáveis *frequência de contactos e apoio efectivo do grupo de amigos***

		n	%
Frequência de contactos			
	Todos os dias	2	7.1
	> 1 vez por semana	10	35.7
	1 vez por semana	8	28.6
	Quinzenalmente	1	3.6
	1 vez por mês	4	14.3
	Raramente	2	7.1
	Sempre que tenho tempo livre	1	3.6
	Total	28	100.0
Pode contar o grupo			
	Sim	23	82.1
	Não	3	10.7
	Não Sabe	1	3.6
	Depende das situações	1	3.6
	Total	28	100.0

Paralelamente, às novas amizades que se vão criando é fundamental não quebrar os laços de amizade e vinculação estabelecidos no país de origem. Neste sentido, a par de uma rede de amigos no país de acolhimento, 88.9% ( $n=32$ ) dos inquiridos mantinha e preservava o grupo de amigos dos países de origem, ao contrário de 11.1% ( $n=4$ ) dos imigrantes. É de salientar que todos aqueles já não mantinham o grupo de amigos nos seus países, estavam em Portugal há mais de cinco anos.

Outro dos aspectos essenciais à integração num novo país diz respeito ao conhecimento dos seus direitos e deveres. A nova *Lei de Entrada, Permanência, Saída e Afastamento de Estrangeiros do Território Nacional* (Lei n.º 23/2007 de 4 de Julho de 2007), por exemplo, era apenas do conhecimento de 52.8% ( $n=19$ ) dos inquiridos, ao contrário dos restantes 47.2% ( $n=17$ ). Embora seja inferior o valor destes últimos, não deixa de ser bastante representativo, o que deixa antever que uma melhor integração poderá estar comprometida pelo facto destes imigrantes não conhecerem os seus direitos e deveres, nem os recursos existentes dos quais poderão usufruir, enquanto promotores de uma melhor inserção.

No entanto, devemos alertar que para que uma integração se faça com sucesso dependerá não só de quem chega, mas também de quem acolhe (processo bi-direccional). Na avaliação que estes imigrantes fizeram do acolhimento dos portugueses, 44.4% ( $n=16$ ) avaliou-o como *Bom* e *Razoável*, 8.3% ( $n=3$ ) como *Ótimo* e 2.8% ( $n=1$ ) como *Mau*. É ainda de referir que as mulheres avaliaram mais positivamente o acolhimento dos portugueses, comparativamente aos homens, ou seja, 13.0% ( $n=3$ ) avaliaram-no como *Ótimo* e 47.8% ( $n=11$ ) como *Bom* (Tabela 4-53).

**Tabela 4-53. Cruzamento das variáveis *sexo* e *avaliação do acolhimento dos portugueses* (n=36)**

Avaliação do acolhimento	f	%	m	%	n	%
Ótimo	3	13.0	-	-	3	8.3
Bom	11	47.8	5	38.5	16	44.4
Razoável	9	39.1	7	53.8	16	44.4
Mau	-	-	1	7.7	1	2.8

Relativamente a comportamentos discriminatórios existentes na sociedade de acolhimento, foi significativa a percentagem dos imigrantes que afirmou que alguns portugueses eram *racistas/xenófobos*, ou seja, 69.4%(n=25). Por sua vez, 27.8%(n=10) considerou que não havia discriminação nem racismo exercido pelos portugueses.

A percepção da existência de discriminação exercida por parte de alguns portugueses foi percebida de modo semelhante pelos imigrantes de ambos o sexo, ou seja, 69.6%(n=16) e 69.2%(n=9), do sexo feminino e masculino, respectivamente, os quais afirmaram que alguns portugueses eram *racistas/xenófobos* (Tabela 4-54). No entanto, para 4.3% (1) das mulheres todos eram considerados *racistas/xenófobos*.

**Tabela 4-54. Cruzamento das variáveis *sexo* e *comportamentos/attitudes dos portugueses***

Comportamentos/ Atitudes dos portugueses	f	%	m	%	n	%
Não discriminam nem são racistas/xenófobos	6	26.1	4	30.8	10	27.8
Só alguns são racistas/xenófobos	16	69.6	9	69.2	25	69.4
São todos racistas/xenófobos	1	4.3	-	-	1	2.8
Total	23	100.0	13	100.0	36	100.0

Os comportamentos discriminatórios e racistas (Tabela 4-50) eram visíveis em locais como, *a rua* (33.3%, n=12), sendo estes mais apontados pelos sujeitos do sexo masculino (38.5%, n=5) comparativamente ao do sexo feminino (30.4%, n=5). Da amostra 27.8%(n=10) referiu que tal era visível *por todo o lado*, mais concretamente, 30.4%(n=7) das mulheres e 23.1%(n=3) dos homens, assim como, no *local de trabalho* (22.2%, n=8), apresentado valores similares para ambos os sexos, 21.7%(n=5) e 23.1%(n=3), para o sexo feminino e masculino, respectivamente. É de salientar que os imigrantes nas suas respostas apontaram mais do que um local, embora pela baixa representatividade, estes fossem analisados individualmente (Tabela 4-55).

**Tabela 4-55. Cruzamento das variáveis *sexo* e *locais de discriminação***

Locais de discriminação	f	%	m	%	n	%
Na rua	7	30.4	5	38.5	12	33.3
No local de trabalho	5	21.7	3	23.1	8	22.2
Nos locais de entretenimento	-	-	3	23.1	3	8.3
Por todo o lado	7	30.4	3	23.1	10	27.8
Locais de atendimento público	1	4.3	1	7.7	2	5.6

Estas situações de discriminação tinham sido vivenciadas por 69.4%(n=25) pelo facto de serem imigrantes de Leste. Comparando esta realidade de acordo com a variável

sexo, observamos valores muito próximos entre ambos, ou seja, 69.6%( $n=16$ ) das mulheres imigrantes e 69.2%( $n=9$ ) dos homens, disseram já os *terem feito sentir-se mal* por serem imigrantes de Leste.

Por sua vez, dos que estavam há mais de cinco anos em Portugal, 71.4%( $n=20$ ) referiu ter sido vítima de atitudes discriminatórias, racistas e xenófobas. Nesta linha de análise, consideraram-se individualmente cada um dos agentes de discriminação, pois houve sujeitos que apontaram mais do que um agente, tendo dispersado os resultados. Os principais promotores de situações de discriminação, xenofobia e/ou racismo, segundo a nossa amostra, eram as *pessoas na rua*, (44.4%,  $n=16$ ) e os *patrões* (38.9%,  $n=14$ ) (Tabela 4-56). As mulheres eram mais discriminadas pelos *patrões* (39.1%,  $n=9$ ) e pelos *vizinhos* (21.7%,  $n=5$ ), enquanto os homens eram vítimas de comportamentos discriminatórios, sobretudo, pelas *pessoas na rua* (46.2%,  $n=6$ ), pelos *patrões*, (38.5%,  $n=5$ ) e pelos *colegas de trabalho* (30.8%,  $n=4$ ).

**Tabela 4-56. Cruzamento das variáveis *sexo* e *agentes de discriminação* ( $n=36$ )**

Agentes de discriminação	f	%	m	%	n	%
Colegas de trabalho	3	13.0	4	30.8	7	19.4
Patrões	9	39.1	5	38.5	14	38.9
Pessoas na rua	10	43.5	6	46.2	16	44.4
Candidatos a cursos de formação	1	4.3	-	-	1	2.8
Vizinhos	5	21.7	2	15.4	7	19.4
Imigrantes PALOP	-	-	1	7.7	1	2.8
Professores	-	-	1	7.7	1	2.8
Funcionários públicos	1	4.3	-	-	1	2.8
Empregados supermercado	1	4.3	-	-	1	2.8

A par das principais motivações que impulsionaram a emigração (razões económicas e familiares) foi importante compreender o modo como estes aproveitavam o seu tempo-livre. A maioria dos imigrantes afirmou que o tempo-livre que tinha era bastante escasso, pelo que 72.2%( $n=26$ ) o passava em casa, seguido de 44.4%( $n=16$ ) que costumava passear ou ir ao futebol (40.0%,  $n=14$ ) (Tabela 4-57).

**Tabela 4-57. Distribuição da variável *ocupação dos tempos livres* ( $n=36$ )**

Ocupação dos tempos livres	n	%
Em casa	26	72.2
No café	8	22.2
Passear	16	44.4
Ir ao futebol	14	40.0
Visitar familiares/amigos	2	5.6
Bares/discotecas	2	5.6
Clubes/associações	2	5.6
Prática actividades desportiva	4	11.1
Cinema/teatro	6	16.7
Museus/exposições	7	19.4
Outros	7	19.4

Outro dos indicadores que poderemos contemplar na avaliação da integração consiste na observação da participação destes imigrantes na vida comunitária, como por

exemplo através da pertença a uma associação de diferentes naturezas. Deste modo, 33.3%( $n=11$ ) dos imigrantes estava associado, mais concretamente a *associações culturais* (54.5%,  $n=6$ ), sendo de destacar que um destes imigrantes era presidente de uma associação de imigrantes. A pertença e participação nestas associações foram consideradas como fundamentais enquanto estratégia de *dinamização de actividades da cultura de origem* (36.4%,  $n=4$ ) e para além deste factor, enquanto local de *reencontro com pessoas dos seus países e apoio social* (16.7%,  $n=2$ ) (Tabela 4-58). A participação comunitária exige assim, que o indivíduo tenha uma atitude mais activa na sociedade de acolhimento.

**Tabela 4-58. Distribuição de variáveis relacionadas com o associativismo**

	n	%
Pertence a alguma associação		
Sim	11	33.3
Não	25	66.7
Total	36	100.0
Natureza da associação		
Cultural	6	54.5
Associação de imigrantes	2	18.2
Clube desportivo	2	18.2
Associação de estudantes	1	9.1
Total	11	100.0
Vantagens da associação		
Dinamização de actividades próprias da cultura de origem	4	36.4
Contacto com outras pessoas do meu país	1	9.1
Bom para a Saúde	1	9.1
Dinamização de actividades próprias da cultura de origem + Contacto com outras pessoas do meu país	2	18.2
Apoio social + Dinamização de actividades próprias da cultura de origem + Contacto com outras pessoas do meu país	2	18.2
Apoio Social + Ocupação dos tempos livres + Contacto com outras pessoas do meu país	1	9.1
Total	11	100.0

A questão da integração está ainda relacionada com o modo como o factor *cultura de origem* e do *país de acolhimento* está presente nos inquiridos. Sabemos que a cultura não é algo estanque nem com fronteiras bem definidas. No entanto, há elementos que caracterizam mais uma cultura do que outra. No que se refere à aculturação, 66.7%( $n=24$ ) dos imigrantes mantinham aspectos essenciais da sua cultura de origem e ao mesmo tempo procuravam estabelecer aderir culturalmente a aspectos pertencentes à sociedade de acolhimento, sendo esta situação designada de *integração* (Tabela 4-59). Com percentagem menos expressivas, 19.4%( $n=7$ ) dos imigrantes adoptou uma resposta assimilacionista, ou seja, suspenderam a própria cultura e adaptaram basicamente a cultura portuguesa e 13.9%( $n=5$ ) mantinha a própria cultura evitando o contacto com a cultura portuguesa (*separação*).

**Tabela 4-59. Distribuição da variável *respostas à aculturação***

Respostas à aculturação	n	%
Integração	24	66.7
Assimilação	7	19.4
Separação	5	13.9
Total	36	100.0

Nas suas casas 75.0% ( $n=27$ ) destes imigrantes falavam a *língua materna* com outros elementos do agregado (Tabela 4-60), 13.9% ( $n=5$ ) recorria à *língua portuguesa* e 5.6% ( $n=2$ ) falava ambas as línguas.

**Tabela 4-60. Distribuição da variável *língua falada em casa***

Língua falada em casa	n	%
Língua Portuguesa	5	13.8
Língua Materna	27	75.0
Língua Portuguesa e Materna	2	5.6
Língua Portuguesa, Materna e Inglês	2	5.6
Total	36	100.0

Estabelecendo um cruzamento entre a nacionalidade do cônjuge e a língua falada, denotámos que falavam português (80.0%,  $n=4$ ) os que tinham um companheiro ou cônjuge de nacionalidade diferente. O mesmo já não acontecia quando o cônjuge tinha a mesma nacionalidade, comunicando através da língua materna (85.2%,  $n=23$ ) (Tabela 4-61). Foi visível uma tendência para que a *língua materna* desse lugar à língua portuguesa quando os conjugues tinham nacionalidades diferentes. No caso de existirem filhos de casamentos com membros da mesma nacionalidade, a língua materna era preservada, permitindo, deste modo, que as crianças se tornassem bilingues.

**Tabela 4-61. Cruzamento das variáveis *língua falada em casa e nacionalidade do cônjuge* ( $n=32$ )**

Língua falada em Casa	Nacionalidade do cônjuge				Total	
	Mesma Nacionalidade		Nacionalidade Diferente			
	n	%	n	%	n	%
Língua Portuguesa	-	-	4	80.0	4	12.5
Língua Materna	23	85.2	1	20.0	24	75.0
Língua Portuguesa e Língua Materna	2	7.4	-	-	2	6.3
Língua Portuguesa, Língua Materna e Inglesa	2	7.4	-	-	2	6.3

Quanto à comida confeccionada por estes imigrantes 72.2% ( $n=26$ ) cozinhava *refeições de ambos os países*, 22.2% ( $n=8$ ) apenas do país de origem, 2.8% ( $n=1$ ) só preparava *comida portuguesa* e 2.8% ( $n=1$ ) fazia *refeições de origem variada*, desde portuguesa, do país de origem, até comida de outros países.

Tendo em consideração todos estes aspectos e o facto de já residirem em Portugal há tempo suficiente para avaliar o funcionamento do país (Tabela 4-62), solicitámos que apontassem os aspectos mais e menos positivos. Neste sentido, 38.9% ( $n=14$ ) dos imigrantes salientou como mais negativo o *acesso ao trabalho* (27.8%,  $n=10$ ), o

*reconhecimento pessoal e profissional* (27.8%,  $n=10$ ), o *acesso a um contrato de trabalho* (25.0%,  $n=9$ ), o *acolhimento* (25.0%,  $n=9$ ) e o *respeito* (25.0%,  $n=9$ ).

**Tabela 4-62. Distribuição da variável *aspectos negativos em Portugal* ( $n=36$ )**

Aspectos negativos em Portugal	n	%
Acolhimento	9	25.0
Alojamento	8	22.2
Acesso ao trabalho	14	38.9
Contrato de trabalho	9	25.0
Acesso à saúde	9	25.0
Acesso à educação	2	5.6
Reconhecimento pessoal e profissional	10	27.8
Respeito	9	25.0
Crianças passam muito tempo na escola	1	2.8

Quanto aos aspectos positivos, 30.6% ( $n=11$ ) dos imigrantes salientaram, com igual valor, o *acolhimento dos portugueses aos imigrantes*, o *alojamento*, o *acesso à saúde* e o *acesso à educação* (Tabela 4-63).

**Tabela 4-63. Distribuição da variável *aspectos positivos em Portugal* ( $n=36$ )**

Aspectos positivos em Portugal	n	%
Acolhimento	11	30.6
Alojamento	11	30.6
Acesso ao trabalho	4	11.1
Contrato de trabalho	3	8.3
Acesso à saúde	11	30.6
Acesso à educação	11	30.6
Reconhecimento pessoal e profissional	1	2.8
Respeito	8	22.2
Clima	1	2.8

Quanto à variável sexo, as mulheres destacaram positivamente (Tabela 4-64) o *alojamento*, o *acesso à educação* (65.2%,  $n=8$ ), o *acolhimento* e o *acesso à saúde* (30.4%,  $n=7$ ). Por sua vez, para os homens, apontavam como positivo o *acolhimento*, o *acesso ao trabalho* e à *saúde*, os quais apresentavam os mesmos valores, 30.8% ( $n=4$ ). Ainda neste âmbito, o *acolhimento* tinha valores muito próximos em função do sexo, 30.4% ( $n=7$ ) e 30.8% ( $n=4$ ), para as mulheres e homens, respectivamente, assim como, o *acesso à saúde*, para 30.4% ( $n=7$ ) das mulheres e 30.8% (4) dos homens.

**Tabela 4-64. Cruzamento das variáveis *sexo* e *aspectos positivos de Portugal* ( $n=36$ )**

Aspectos positivos em Portugal	f	%	m	%
Acolhimento	7	30.4	4	30.8
Alojamento	8	34.8	3	23.1
Acesso ao trabalho	-	-	4	30.8
Contrato de trabalho	2	8.7	1	7.7
Acesso à saúde	7	30.4	4	30.8
Acesso à educação	8	34.8	3	23.1
Reconhecimento pessoal e profissional	-	-	1	7.7
Respeito	7	30.4	1	7.7
Clima	1	4.3	-	-

Por sua vez, relativamente aos aspectos negativos (Tabela 4-65) segundo a avaliação das mulheres, destacou-se o *acesso ao trabalho* (43.5%,  $n=10$ ), à *saúde* (30.4%,  $n=7$ ) e o *reconhecimento pessoal e profissional* (30.4%,  $n=7$ ), enquanto os

imigrantes do sexo masculino salientaram o *alojamento* (46.2%,  $n=6$ ) e a *obtenção de um contrato de trabalho* (38.5%,  $n=5$ ).

**Tabela 4-65. Cruzamento das variáveis sexo e aspectos negativos de Portugal ( $n=36$ )**

Aspectos negativos de Portugal	f	%	m	%
Acolhimento	5	21.7	4	30.8
Alojamento	2	8.7	6	46.2
Acesso ao trabalho	10	43.5	4	30.8
Contrato de trabalho	4	17.4	5	38.5
Acesso à saúde	7	30.4	2	15.4
Acesso à educação	1	4.3	1	7.7
Reconhecimento pessoal e profissional	7	30.4	3	23.1
Respeito	6	26.1	3	23.1
As crianças passam demasiado tempo na escola	1	4.3	-	-

#### 5.1.4. CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E DAS CONDIÇÕES DE ALOJAMENTO

Compreender o modo de vida destes imigrantes, sempre na perspectiva da integração, passa por conhecer as principais características dos seus agregados familiares. Deste modo, a maioria dos imigrantes da nossa amostra (27.8%,  $n=10$ ) vivia com mais dois elementos ou com mais três elementos (22.2%,  $n=8$ ) (Tabela 4-66).

**Tabela 4-66. Distribuição da variável número de pessoas com quem vive ( $n=36$ )**

Número de pessoas com quem vive	n	%
Sozinho	3	8.3
1 Pessoas	7	19.4
2 Pessoa	10	27.8
3 Pessoas	8	22.2
4 Pessoas	4	11.1
5 Pessoas	1	2.8
6 Pessoas	3	8.3

Relativamente às pessoas com quem viviam, 38.8% ( $n=14$ ) vivia com o *cônjuge e filhos*, 19.4% ( $n=7$ ) vivia apenas com o *cônjuge* e 13.8% ( $n=5$ ) que vivia com *amigos* (Tabela 4-67).

**Tabela 4-67. Distribuição da variável pessoas com quem vive ( $n=36$ )**

Pessoas com quem vive	n	%
Cônjuge	7	19.4
Filhos	2	5.6
Cônjuge e filhos	14	38.8
Filhos e mãe	1	2.8
Mãe	1	2.8
Amigos	5	13.8
Sozinho	3	8.3
Namorada	1	2.8
Pais	2	5.6

Como foi possível verificar anteriormente, 52.8% dos sujeitos vieram para Portugal sozinhos, ou acompanhados por outros imigrantes desconhecidos, pelo que apenas 47.2% disse ter vindo com *familiares* (cônjuge, filhos e/ou pais). É ainda de salientar que 15.3% ( $n=2$ ) dos sujeitos masculinos e 21.6% ( $n=5$ ) do sexo feminino vieram *sozinhos*, assim como, 26.0% ( $n=6$ ) do sexo feminino e 46.2% ( $n=6$ ) do sexo masculino vieram com *imigrantes desconhecidos*.



No entanto, do total da amostra, dos que vieram sozinhos, 57.1% ( $n=4$ ) já vivia com o cônjuge, e dos que vieram com imigrantes desconhecidos, 16.7% ( $n=2$ ) já vivia com o cônjuge, 25.0% ( $n=3$ ) com o cônjuge e filhos e 18.3% ( $n=1$ ) com a mãe e filhos. Perante estes dados podemos confirmar a reunificação familiar, isto é, elementos da família que se juntaram a imigrantes da amostra ou imigrantes da amostra que vieram ter com familiares que residiam em Portugal, o que vem evidenciar, uma vez mais, o carácter familiar desta migração. Podemos ter ainda em conta os dados anteriormente analisados, em que 38.9% ( $n=14$ ) afirmou que outros elementos da sua família vieram para Portugal e que, por sua vez, 47.2% ( $n=13$ ) já tinham vindo acompanhado por familiares (pais, cônjuge e/ou filhos).

Estes imigrantes de Leste viviam, na sua maioria (72.2%,  $n=26$ ), em *casa/apartamento arrendado* e 8.3% ( $n=3$ ) tinha *casa própria* (Tabela 4-68). Este alojamento era maioritariamente *colectivo* (91.7%,  $n=33$ ), pois apenas 8.3% ( $n=3$ ) dos imigrantes vivia sozinho, enquanto os restantes viviam com outros imigrantes (cônjuge, filhos ou amigos).

**Tabela 4-68. Cruzamento das variáveis *propriedade e tipo de alojamento***

Tipo de alojamento	Propriedade									
	Própria		Arrendado		Sub-arrendada		Cedida		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Casa/ apartamento	3	8.3	26	72.2	-	-	2	5.5	31	86.1
Quarto	-	-	4	11.1	1	2.7	-	-	5	13.9
Total	3	8.3	30	83.3	1	2.7	2	5.5	36	100.0

Não existiam problemas com a vizinhança, como referiu 86.1% ( $n=31$ ) dos imigrantes, ao contrário dos restantes 13.9% ( $n=5$ ) que apontaram alguns problemas como *a falta de compreensão, receio por ser diferente, questões raciais, falta de higiene e o barulho*.

### 5.1.5. CARACTERIZAÇÃO QUANTO AO PAÍS DE ORIGEM

Apesar de residirem num país do qual não eram naturais e de terem de conviver com culturas, tradições e hábitos diferentes dos vividos nos seus países foi visível nestes imigrantes, uma tendência para preservar as suas raízes, pelo que estabeleciam contactos frequentes (telefónicos ou presenciais) com aqueles que lá permaneceram. Assim, desde que estavam imigrados em Portugal, apenas 16.7% ( $n=6$ ) disse *não ter viajado* até ao seu país de origem (Tabela 4-69).

**Tabela 4-69. Distribuição da variável *viagens ao país de origem***

Viagem ao país de origem	n	%
Sim	30	83.3
Não	6	16.7
Total	36	100.0

Dos que deixaram de estabelecer contacto com o país de origem, 16.7%( $n=1$ ) alegou o facto de não querer viajar, 16.7%( $n=1$ ) apontou *motivos financeiros* e 33.3%( $n=2$ ) referiu já *estar em Portugal há muito tempo* (Tabela 4-70).

**Tabela 4-70. Distribuição da variável *razões para não visitar o país de origem* ( $n=6$ )**

Razões para não visitar o país de origem	n	%
Motivos financeiros	1	16,7
Não quer	1	16,7
Há muitos anos em Portugal	2	33,3
Motivos financeiros + Receio de poder regressar a Portugal	1	16,7
Motivos financeiros + Não quer	1	16,7

Por sua vez, a maioria dos imigrantes da amostra (83.3%,  $n=30$ ) costumava viajar até aos seus países de origem, pelo que 63.3% (19) o fazia uma vez por ano (Tabela 4-71).

**Tabela 4-71. Distribuição da variável *frequência das viagens ao país de origem* ( $n=30$ )**

Frequência das viagens ao país de origem	n	%
Uma vez/ano	19	63.3
Várias vezes/ano	4	13.3
Raramente	7	23.3

O projecto migratório pressupõe que haja, por parte daqueles que partem, uma ligação constante entre os dois países. Seja uma migração familiar ou individual há sempre membros da família que ficam no país de origem. Embora os vencimentos não fossem muito elevados, como se referiu anteriormente, estes permitiam, a 55.6%( $n=20$ ) dos imigrantes, *enviar poupanças* para os países de origem, afirmando 55.0%( $n=11$ ) que o fazia uma vez por mês (Tabela 4-72). Este dinheiro era enviado para familiares que aí permaneceriam, sobretudo para os pais (55.0%,  $n=11$ ), os quais muitas vezes devido à idade mais avançada, não colocaram como estratégia para melhorar as condições de vida, a emigração. Essas poupanças eram também enviadas para os *filhos* (15.0%,  $n=3$ ) ou para os *cônjuges* (10%,  $n=2$ ). Por sua vez, 44.4%( $n=16$ ) referiu não ter meios financeiros que lhes permitisse enviar poupanças.

**Tabela 4-72. Distribuição das variáveis *envio de poupanças, frequência e para quem***

		n	%
Envio de Poupanças			
	Sim	20	55.6
	Não	16	44.4
	Total	36	100.0
Frequência			
	Uma vez por mês	11	55.0
	De 2 em 2 meses	2	10.0
	De 3 em 3 meses	1	5.0
	De 6 em 6 meses	4	20.0
	3 vezes ao ano	1	5.0
	Variável	1	5.0
	Total	20	100.0
Para quem			
	Cônjuge	2	10.0
	Filhos	3	15.0
	Pais	11	55.0
	Irmãos	1	5.0
	Cônjuge e pais	1	5.0
	Filhos e pais	1	5.0
	Pais e irmãos	1	5.0
	Total	20	100.0

É possível observar na Tabela 4-73 que eram aqueles que estavam há mais tempo em Portugal que enviam poupanças com maior frequência, ou seja, 77.9%( $n=14$ ) enviava as suas poupanças até um período máximo de *6 em 6 meses*. Tal poder-se-á dever, ao facto, de já terem conseguido fazer algumas poupanças e de terem alcançado uma vida mais estável em relação aos que estavam há menos tempo.

**Tabela 4-73. Cruzamento das variáveis *tempo de permanência em Portugal e frequência do envio das poupanças***

Frequência do envio de poupanças	Permanência em Portugal				Total	
	< 5anos		> 5 anos		n	%
	n	%	n	%		
1 vez por mês	1	50.0	10	55.6	11	55.0
De 2 em 2 meses	-	-	2	11.1	2	10.0
De 3 em 3 meses	-	-	1	5.6	1	5.0
De 6 em 6 meses	1	50.0	1	5.6	2	20.0
3 vezes ao ano	-	-	1	5.6	1	5.0
1 vez por ano	-	-	2	11.1	2	10.0
Variável	-	-	1	5.6	1	5.0
Total	2	100.0	18	100.0	20	100.0

Analisando os destinatários das poupanças, de acordo com o sexo dos imigrantes, verificamos que eram os homens, quem mais enviava as suas poupanças para o *cônjuge* (28.6%,  $n=2$ ), para os *filhos* (28.6%,  $n=2$ ) e para o *cônjuge e filhos* (14.3%,  $n=1$ ), ou seja, para elementos da sua família nuclear. Por sua vez, provavelmente pelo facto da maioria destas mulheres ter vindo para Portugal, a fim de se juntar aos seus maridos, ou de ter vindo com estes e/ou com os filhos, ou só com os filhos, explica o facto das poupanças, por estas enviadas, serem sobretudo para outros elementos da sua família alargada. Assim, das mulheres, apenas 7.7%( $n=1$ ) enviava as poupanças para os *filhos*, enquanto 69.2%( $n=9$ ) enviava para os *pais*, 7.7%( $n=1$ ), para os *irmãos* e 7.7%( $n=1$ ) para os *filhos e pais* (Tabela 4-74). Nas mulheres casadas havia uma tendência para enviar mais poupança para os *pais* (62.5%,  $n=5$ ), para *pais e*

*filhos* (12.5%,  $n=1$ ), para *pais* e *irmãos* (12.5%,  $n=1$ ) ou passo que, dos homens casados, 40.0% (2) enviava para os *cônjuges*, 20.0% (1) para os *filhos* e 20.0% (1) para o *cônjuge* e *filhos*.

**Tabela 4-74. Cruzamento das variáveis *sexo* e *destinatários das poupanças* ( $n=20$ )**

Destinatários das poupanças	f	%	m	%
Cônjuge	-	-	2	28.6
Filhos	1	7.7	2	28.6
Pais	9	69.2	2	28.6
Irmãos	1	7.7	-	-
Cônjuge e filhos	-	-	1	14.3
Filhos e pais	1	7.7	-	-
Pais e irmão	1	7.7	-	-

O apoio a nível financeiro, prestado àqueles que ficaram nos seus países de origem, pode ser retribuído pelo suporte emocional, o qual poderá ser fundamental para o sucesso da sua integração no país de acolhimento. Todos imigrantes, com maior ou menor frequência, contactavam com aqueles que tinham deixado nos seus países (familiares ou amigos), através do *telefone* (61.1%,  $n=22$ ) ou também pela *internet* (25.0%,  $n=9$ ) (Tabela 4-75). No entanto, é de destacar que, no que se refere à manutenção do *grupo de amigos do país de origem*, 88.9% ( $n=35$ ) continuava a estabelecer contacto, à excepção de um imigrante.

**Tabela 4-75. Distribuição da variável *meios de comunicação para contacto com o país de origem* ( $n=36$ )**

Meios de comunicação	n	%
Telefone	22	61.1
Internet	2	5.6
Telefone e internet	9	25.0
Telefone, internet e correio	2	5.6
Internet e correio	1	2.8

Quanto à frequência dos contactos, 50.0% ( $n=18$ ) fazia-o *uma vez por dia* e 38.8% ( $n=14$ ) contactava entre *duas a cinco vezes por mês* (Tabela 4-76). Fazendo uma análise por sexo, eram as mulheres que mais contactavam com o país de origem, ou seja, 60.9% ( $n=14$ ) faziam-no *uma vez por semana*, face a 30.8% ( $n=4$ ) dos homens. O contacto estabelecido pelos homens era mais esporádico, pois 53.8% ( $n=7$ ), contactavam o país de origem entre *duas e cinco vezes por mês*, comparativamente a 30.4% ( $n=7$ ) das mulheres.

**Tabela 4-76. Distribuição da variável *frequência do contactado com o país de origem***

Frequência do contacto com o país de origem	n	%
Todos os dias	2	5.6
Uma vez por semana	18	50.0
1 a 2 vezes por semana	1	2.8
1 vez por mês	1	2.8
2 a 5 vezes por mês	14	38.8
Total	36	100.0

## 5.2. CARACTERIZAÇÃO DA IMIGRAÇÃO ENQUANTO PROCESSO DE TRANSIÇÃO PESSOAL E SOCIAL

As vivências inerentes ao processo de migração são muitas e variadas, as quais passam pelo contacto com uma nova cultura, pelo exercício de uma profissão abaixo das suas habilitações, pela adaptação às características do novo alojamento, pela aprendizagem de uma nova língua. Ao longo de todo o percurso migratório o imigrante terá de se ir adaptando a estes novos desafios e exigências que a nova realidade lhe vai apresentado, pelo que é de esperar que ocorram mudanças nas rotinas, nos papéis, nos relacionamentos interpessoais e na percepção acerca de si e do mundo. Se de facto estas quatro áreas se alterarem podemos falar de uma transição pessoal e social, conforme nos refere a Teoria Psicológica da Transição de Nancy Schlossberg, Watters e Goodman (1995).

Como anteriormente referimos, Schlossberg e colaboradores (1995) consideravam que era fundamental que o indivíduo, neste caso o imigrante, tivesse consciência do que lhe estava a acontecer, ou seja, que fosse capaz de identificar a transição e o processo da transição propriamente dito (o impacto das mudanças ocorridas ao longo dos diferentes tempos deste processo: antes, durante e depois), assim como, que este conseguisse identificar os elementos determinantes para a criação de respostas à transição, pelo que só deste modo, poderia potenciar e reforçar os recursos individuais, a fim de conseguir o ajustamento à nova realidade. Assim, esta decisão exige que o indivíduo vivencie diferentes fases subjacentes a todo o percurso migratório, ao longo do qual é confrontado com desafios, os quais exigirão, por vezes, alterações nos padrões comportamentais, nas suas rotinas, tendo que adoptar novos papéis, mobilizar recursos e definir estratégias. Só deste modo poderão alcançar os objectivos delineados aquando da definição deste projecto.

As transições podem ocorrer a partir de um acontecimento esperado, não esperado ou de um não acontecimento (Schlossberg, 1989; Schlossberg *et al.*, 1995). O processo de transição, vivido por estes indivíduos, teve origem num acontecimento esperado: a emigração. Face aos resultados obtidos, observámos que a tomada de decisão pela emigração foi planeada, sendo a mesma partilhada com outros elementos do seu meio familiar, pelo que podemos considerá-la como um acontecimento esperado.

Perante a avaliação da situação vivida nos seus países de origem, com o apoio ou não daqueles que lhes eram mais próximos, estes imigrantes definiram como estratégia para melhorar as condições de vida: a emigração. Durante alguns meses ou até anos,

iniciaram os preparativos desta viagem, recorrendo a “agências de viagens”, que mais não eram que agências de máfia, ou à ajuda de amigos e familiares, quer do país de origem quer aqueles que se encontravam a viver em Portugal.

Salientamos neste ponto que a avaliação da situação e dos recursos disponíveis é subjectiva. Quer isto dizer que a mesma situação pode ter diversas avaliações para diferentes indivíduos, ou até o mesmo indivíduo a pode avaliar diferentemente, atendendo, por exemplo à sua fase de desenvolvimento no ciclo vital.

Neste estudo, verificámos que não só a situação vivida nos seus países impulsionou a emigração, como também características desenvolvimentais puderam tê-la estimulado, como mais à frente iremos verificar ao abordar as questões do *self*.

Numa fase inicial da migração esta caracterizava-se por ser *individual*, ou seja, apenas um dos elementos do agregado partia, no entanto, tal era resultado de uma lógica e estratégia familiar (por exemplo, primeiro partia o homem e passado algum tempo emigravam os restantes elementos do agregado). Porém, as alterações que a migração trouxe, não se fizeram sentir apenas no indivíduo-migrante, tendo igualmente afectado o seu contexto de vida do imigrante, a nível do próprio agregado, no trabalho (muitos estavam inseridos profissionalmente), no grupo de amigos, assim como, noutros espaços onde estivesse envolvido.

As motivações que impulsionaram a migração geraram, concomitantemente, expectativas fundamentadas nas informações que lhes eram transmitidas de modo informal. Porém, embora algumas das expectativas estivessem adequadas à realidade, como analisámos, outras estavam desfasadas da realidade que encontraram ao chegar ao novo país. Este imigrantes viveram assim um “choque cultural”, que mais não foi do que um confronto entre o idealizado e a realidade. Deste modo, tiveram de se ajustar ao novo contexto, o que provocou grandes mudanças nas suas vidas, visível através do impacto nos papéis, nas rotinas, nos relacionamentos interpessoais e na percepção de si e do mundo.

### **5.2.1. NOVOS PAPÉIS SOCIAIS**

De acordo com a Tabela 4-77, 52.8%( $n=19$ ) dos imigrantes referiu ter adquirido *novos papéis sociais*, ou seja, adquiriu um novo conjunto de atitudes, comportamentos, responsabilidades e deveres de acordo com o novo estatuto alcançado.

**Tabela 4-77. Distribuição da variável *aquisição de papéis sociais***

Aquisição de papéis sociais	n	%
Sim	19	52.8
Não	17	47.2
Total	36	100.0

Do estatuto de imigrante, que estes cidadãos adquiriram, resultaram diversas combinações de papéis como foi possível confirmar através da Tabela 4-78. O papel de *empregado/trabalhador* teve uma maior representatividade, ou seja, foi adquirido por 29.4%( $n=5$ ) da amostra, o que está de acordo com a natureza (económica) desta emigração, seguindo-se o *papel de estudante*, como referiu 17.6%( $n=3$ ), e o *de pai/mãe* (11.8%,  $n=2$ ). Por sua vez, verificámos que 64.4%( $n=11$ ) da amostra apenas adquiriu um papel, ao passo que os restantes adquiriram mais dois ou três papéis. O cariz destes papéis traduz o facto de muitos terem conseguido integrar-se no mercado de trabalho e de terem constituído e/ou alargado a família (papéis parentais).

**Tabela 4-78. Distribuição da variável *papéis adquiridos***

Papéis adquiridos	n	%
Empregado	5	29.4
Patrão	1	5.9
Estudante	3	17.6
Pai/mãe	2	11.7
Empregado/patrão	1	5.9
Empregado/pai/mãe	1	5.9
Empregado/chefe de família	1	5.9
Namorado/pai/mãe	1	5.9
Empregado/Pai/mãe/ cuidador de alguém	1	5.9
Pai/mãe/ Cuidador de alguém/ gestor da casa	1	5.9
Total	17	100.0

### 5.2.2. NOVAS ROTINAS

A adaptação a um novo país obriga igualmente à alteração e adaptação a novas rotinas, como aconteceu com 80.6%( $n=29$ ) da amostra (Tabela 4-79). Estes imigrantes consideraram que houve uma grande *alteração das suas rotinas*, comparativamente às que tinham nos seus países, mais concretamente pelo facto de *trabalharem mais horas em Portugal* (81.5%,  $n=22$ ), de *se deitarem mais tarde* (78.6%,  $n=22$ ), de *acordarem mais cedo* (71.4%,  $n=20$ ), de *terem menos tempo de lazer* (60.7%,  $n=17$ ) e de *passarem mais tempo em casa* (51.7%,  $n=15$ ). Estas rotinas vão ao encontro da situação de imigrante, quando a migração é essencialmente de cariz económico, em que muitas vezes, como estratégias para alcançarem os seus objectivos, procuram trabalhar mais horas, mais dias (rentabilizando férias e fins-de-semana), aproveitando todas as oportunidades de trabalho com o intuito de conseguirem maiores rendimentos e assim poderem fazer algumas poupanças.

**Tabela 4-79. Distribuição da variável *alteração de rotinas* (n=29)**

Rotinas	Portugal		Iguais		País de origem	
	n	%	n	%	n	%
Mais horas de trabalho	22	81.5	3	11.1	2	7.4
Mais saídas com os amigos/convívio	2	7.4	9	33.3	16	59.3
Prática actividade desportiva	2	8.3	9	37.5	13	54.2
Passar mais tempo em casa	15	51.7	6	20.7	8	27.6
Menos tempo de lazer	17	60.7	6	21.4	5	17.9
Acordar mais cedo	20	71.4	3	8.3	5	13.9
Deitar mais tarde	22	78.6	4	14.3	2	7.1
Comer mais refeições	15	51.7	8	27.6	6	20.7
Alteração de sono	17	60.7	28	39.3	-	-

Ao terem de se adaptarem a um novo contexto, estes imigrantes estabeleceram novas relações interpessoais, tendo criado bastantes amizades com portugueses e com outros imigrantes, como verificámos anteriormente. Estes conseguiram ainda, identificar uma rede de apoio inerente às vivências próprias da migração, que num primeiro momento os ajudou a resolver necessidades mais instrumentais, pelo que ao longo da sua permanência as necessidades se foram alterando, tendo-se este grupo de amigos revelado fundamental no apoio psicológico e moral, o que poderá ir ao encontro da teoria de Maslow.

### 5.2.3. NOVA PERCEÇÃO ACERCA DE SI E DO MUNDO

As alterações observadas nos seus padrões de vida (papéis sociais, rotinas e relacionamentos interpessoais) podem provocar alterações na percepção que cada um tem de si e do mundo. Neste sentido, 72.2% (n=26) dos imigrantes afirmou ter *mudado enquanto pessoa*, sendo que 26.9% (n=7) considerou ter ficado mais *responsável* e 7.7% (n=2) ter reforçado a sua *auto-confiança*. Estas características estavam, muitas vezes, associadas a outras, como por exemplo, ter-se tornado mais *responsável* e mais *corajoso* (7.7%, n=2). É de salientar, que a este propósito, um imigrante referiu que considerava que agora arriscava mais na vida, no entanto, não era mais optimista. Enquanto, 46.0% (n=12) identificou apenas uma alteração na nova percepção de si, os restantes identificaram duas ou três alterações (Tabela 4-80).

**Tabela 4-80. Distribuição da variável *mudança enquanto pessoa* (n=26)**

Mudança enquanto pessoa	n	%
Mais responsável	7	26.9
Mais corajoso	1	3.8
Maior auto-confiança	2	7.7
Maior optimismo	1	3.8
Maior auto-estima	1	3.8
Mais responsável + mais corajoso	2	7.7
Mais responsável + Maior auto-confiança	1	3.8
Mais responsável + Maior optimismo	1	3.8
Mais responsável + Maior auto-estima	2	7.7
Mais corajoso + Maior auto-confiança	2	7.7
Mais corajoso + Maior optimismo	1	3.8
Mais corajoso + Maior auto-estima	1	3.8
Mais responsável + Mais corajoso + Maior optimismo	1	3.8
Mais responsável + Mais corajoso + Maior auto-estima	1	3.8
Mais corajoso + Maior auto-confiança + Maior optimismo	1	3.8
Mais responsável + Mais corajoso + Maior optimismo + Maior auto-estima	1	3.8



A migração permitiu ainda, que estes imigrantes alterassem a imagem do mundo. Para aqueles que emigram, as oportunidades para melhorar as vidas não se restringem apenas ao território nacional, estando para lá das fronteiras, ou seja, à escala europeia e até mundial. Tendo como principal intuito o alcance dos seus objectivos, o país de destino seria aquele que reunisse as melhores condições e oportunidades (sociais, económicas, profissionais). As oportunidades passam a ser avaliadas a nível mundial e não local, o que por si só, altera a percepção que estes têm do mundo. Daí, alguns destes imigrantes já terem vindo para Portugal de outros países nos quais tinham estado imigrados, como observados anteriormente, ou de nos seus planos estar a possibilidade de emigrar para outros países, caso as ofertas sejam mais atractivas, que analisaremos a seguir. Por sua vez, como observámos, o facto de estes cidadãos terem o estatuto de imigrante, levou-os a que vivessem comportamentos discriminatórios por parte da sociedade autóctone, ficando por isso mais sensibilizados e conscientes desta face mais negativa que poderá existir num país de acolhimento.

Estes imigrantes viveram grandes alterações em diferentes áreas das suas vidas, a fim de conseguirem uma melhor qualidade de vida, deixando para trás uma cultura na qual estavam integrados e uma língua que dominavam, em busca da concretização dos seus principais objectivos e do alcance daquilo que consideram ser mais importante na sua vida. Sujeitaram-se assim, a uma nova realidade, com implicações directas e indirectas nas suas vidas, e nos restantes elementos pertencentes aos seus contextos de vida.

#### **5.2.4. A AVALIAÇÃO SUBJECTIVA DA TRANSIÇÃO**

A vivência desta transição esteve relacionada com a avaliação subjectiva que o indivíduo fez da mesma, como já referimos. Perante a situação vivida no país de origem é feita, como referiram Massey e colaboradores (1993) uma análise custo-benefício o qual é igualmente subjectivo, indo desde questões económicas, aprendizagem da língua até ao corte de laços familiares. Toda a transição tem por isso perdas e ganhos. Relativamente à migração estes aspectos poderão estar relacionados com a separação da família, com o deixar o local onde se está integrado, com o esforço pessoal que se terá de despender, com a procura de informação e com a aprendizagem da língua.

A situação vivida por estes imigrantes nos seus países de origem caracterizava-se por dificuldades económicas, nomeadamente ao nível de condições precárias de trabalho, ordenados baixos e em atraso, pela falta de trabalho, pela necessidade de juntar dinheiro para construir a sua própria casa. Estes motivos, assim como, razões familiares, como seja, vir ter com o cônjuge ou acompanhá-lo, ou até mesmo tentar

assegurar um futuro para os seus filhos, foram os factores impulsionadores deste acontecimento (*trigger*) - a emigração. Para além de uma avaliação dos custos-benefícios, poderemos recorrer à *Teoria do Ciclo de Vida*. O casamento é um marco importante, que implica a aquisição de novos papéis e responsabilidades relacionados com a promoção da qualidade de vida no agregado. Como verificámos a maioria da nossa amostra era casada, pelo que estas exigências familiares foram uma realidade para estes emigrantes. Este momento do ciclo de vida poderá ter estado, igualmente contemplado na avaliação da sua situação de vida.

De um modo, mais ou menos subjectivo, estas avaliações tiveram implícitos aspectos que estes imigrantes consideram como sendo os mais importantes na vida. Nesta linha, 86.1%( $n=31$ ) dos inquiridos considerou que o mais importante era *ter saúde* (63.9%,  $n=23$ ), *ter uma casa e dinheiro*, 61.1%( $n=22$ ) dizia que era *ter um emprego* e 41.7%( $n=15$ ) referia o *constituir família* (Tabela 4-81). Ao fazer-se uma análise de acordo com a variável *sexo*, para as mulheres o mais importante era *ter saúde* (91.3%,  $n=21$ ), *ter emprego* (65.2%,  $n=15$ ), seguido de *ter casa e dinheiro* (56.5%,  $n=13$ ), enquanto para os homens o *ter casa e dinheiro*, assim como, *ter saúde* (76.9%,  $n=10$ ) apresentavam percentagens mais elevadas face ao *ter emprego*, (53.8%,  $n=7$ ) constituir família (53.8%,  $n=7$ ).

**Tabela 4-81. Distribuição da variável *aspectos mais importantes na vida* ( $n=36$ )**

Aspectos mais importantes na vida	f	%	m	%	n	%
Ter casa e terra	3	13.0	1	7.7	4	11.1
Ter casa e dinheiro	13	56.5	10	76.9	23	63.9
Ter emprego	15	65.2	7	53.8	22	61.1
Passear/ viajar	-	-	2	15.4	2	5.6
Ter sucesso profissional	6	26.1	3	23.1	9	25.0
Ter uma boa relação amorosa e afectiva	3	13.0	2	15.4	5	13.9
Constituir família	8	34.8	7	53.8	15	41.7
Ter vida social	3	13.0	-	-	3	8.3
Ter saúde	21	91.3	10	76.9	31	86.1
Participação política	-	-	1	7.7	1	2.8
Ser solidário	2	8.7	1	7.7	3	8.3

Do mesmo modo, os medos e receios ocupam uma parte importante na avaliação que o indivíduo fazia da sua situação (Tabela 4-82). Em linhas gerais, 77.8%( $n=28$ ) disse ter medo de *ficar doente*, 47.1%( $n=16$ ) *ter medo de não dar um futuro aos seus filhos*, 38.9%( $n=14$ ) afirmou *ter medo de ficar sem trabalho* e, com a mesma percentagem, referiam *ter medo de se separar da família*. Os principais medos e receios dos imigrantes do sexo feminino eram *ficar doente* 73.9%( $n=17$ ), seguido de 47.8%( $n=11$ ) que referia *ter medo de não conseguir dar um futuro aos filhos* e *separar-se da família* (43.5%,  $n=10$ ). Com grande expressividade, nos homens, destacou-se o medo de ficar doente (84.6%,  $n=11$ ). Com valores bastante aproximados, 61.5% (8) dos homens afirmou ter *medo de ficar sem trabalho*, assim

como, 60.9% ( $n=14$ ) das mulheres. Estes dados vão ao encontro do anteriormente referido, no que se referia às suas responsabilidades inerentes aos papéis adquiridos, enquanto membros de um agregado, ou seja, os seus medos estavam muito relacionados com questões de índole e de responsabilidade familiar. Acrescentamos ainda a estes medos as questões associadas ao emprego e, paralelamente, o factor económico, o que vem comprovar que estes se relacionam com as grandes tarefas desenvolvimentais enquanto jovens adultos e adultos, relacionadas com a família e o trabalho.

**Tabela 4-82. Distribuição da variável *maiores receios* ( $n=36$ )**

Receios	f	%	m	%	n	%
Ser extraditado	1	4.3	1	7.7	2	5.6
Ficar sem trabalho	14	60.9	8	61.5	22	61.1
Ser maltratado	5	21.7	2	15.4	7	19.4
Ter conflitos raciais	1	4.3	-	-	1	2.8
Ficar doente	17	73.9	11	84.6	28	77.8
Perder o cônjuge	5	21.7	1	7.7	6	16.7
Separar-se da família	10	43.5	4	30.8	14	38.9
Não consegui dar um futuro aos seus filhos	11	47.8	5	38.5	16	47.1
Não tem medos	1	4.3	1	7.7	2	5.6

Sendo este um acontecimento esperado e planeado com alguma antecedência, tal permitiu que se controlassem alguns aspectos relacionados com a sua integração (*contro*), pelo que activaram mecanismos facilitadores da sua integração de modo a minimizar algumas barreiras que poderiam limitar o sucesso deste processo. Como anteriormente verificámos, o facto de perspectivarem uma rede social de apoio, à qual podiam recorrer assim que chegassem ao país de acolhimento, permitiu-lhes controlar algumas situações (factores protectores) relacionados com as necessidades instrumentais (alojamento, trabalho, mediação na comunicação, entre outras). Durante esta preparação foram criadas expectativas quanto à sua duração, pelo que a sua maior ou menor durabilidade (temporária/ permanente) determinaria fazer mais ou menos investimentos pessoais, sociais e económicos.

A adesão a este projecto migratório foi, igualmente, impulsionada pelo facto de pessoas próximas, já anteriormente terem emigrado, o que à partida poderia minimizar os factores de risco a ele inerentes. Esta migração constituía, para grande parte dos imigrantes, um segundo momento migratório dentro do mesmo agregado, pelo que os elementos que vieram em último lugar poderiam ter recebido informações mais credíveis e fidedignas da nova realidade e daí terem activado alguns dos seus mecanismos de *coping*.

Por sua vez, verificámos que para alguns migrantes a emigração para Portugal não tinha sido a primeira experiência desta natureza, pois já tinham estado emigrados

noutros países. A vivência de um acontecimento semelhante pode ter permitido adquirir aprendizagens baseados em experiências de migrações anteriores, ajudando-os a superar dificuldades, facilitando assim, a integração em Portugal, ao agirem, por exemplo, de modo semelhante ao respondido em situações anteriores.

Tendo em conta estes dados e a realidade vivida no país de origem, é necessário ter presente as características pessoais destes imigrantes. Como já referimos estes eram jovens adultos e adultos, em idades activas, sendo maioritariamente do sexo feminino e casados. Vivenciando nos seus países, situações instáveis de emprego ou estando mesmo desempregados, pelo que a emigração se tornou quase um imperativo, para satisfazer as tarefas inerentes a este período desenvolvimental (jovem adultez e adultez), relacionadas com a família e com o trabalho. No caso das mulheres foi notória uma maior expressividade, das que vieram para Portugal ter com os maridos, sendo, por sua vez, acompanhadas pelos filhos. Para os homens este projecto migratório inicialmente teve um carácter individual, pois vieram sozinhos ou com imigrantes desconhecidos, a fim de ajudar a família que tinha ficado nos seus países, acontecendo nalguns casos, posteriormente, a reunificação familiar.

A avaliação da sua situação de vida foi realizada no país de origem, ao longo da qual criaram expectativas acerca da sua vida noutro país, mas que ao mesmo tempo, permitiu alertá-los para algumas dificuldades que poderiam vir a encontrar. Porém, houve uma diversidade de cognições e emoções nesta avaliação, que não eram conhecidas nem foram contempladas neste momento avaliativo. Contudo, os imigrantes desta amostra revelaram, quando partiram, alguma sensibilidade para as adversidades que poderiam encontrar no país de destino, o que facilitou a activação dos recursos sociais, como anteriormente descrevemos.

Baseados nessa avaliação e activados os recursos, aquando da sua chegada e permanência ao país de destino, estes imigrantes deparam-se com algumas dificuldades, sobretudo associadas à língua portuguesa (aprendizagem, escrita, oralidade), a aspectos sociais (a criação de uma rede de amigos, a discriminação social), a aspectos económicos (dificuldade em conseguir poupar algum dinheiro) ou em conseguir integrar-se no mercado de trabalho. É curioso denotar que estas dificuldades coincidiram com os aspectos que estes imigrantes tinham anteriormente identificado como os principais pilares na integração num novo país, tais como o domínio da língua portuguesa, ter um trabalho e ter um grupo de amigos.

### 5.2.5. RECURSOS PESSOAIS E SOCIAIS PARA LIDAR COM A TRANSIÇÃO

A situação e condição de imigrante exige que sejam adoptadas determinadas tarefas e vivências próprias daqueles que pretendem iniciar a sua vida noutra país. Logo, foi importante que estes imigrantes tivessem consciência dos requisitos fundamentais para o sucesso de uma integração e para a superação das dificuldades/facilidades que poderiam sentir a diferentes níveis (serviços público, acesso ao trabalho, saúde, domínio da língua, entre outros).

Para superar estas dificuldades activaram os seus recursos pessoais ou sociais com vista a delinear estratégias que os auxiliassem na superação de obstáculos e assim, conseguirem ajustar-se à nova situação. É de realçar a importância da percepção e da avaliação que os imigrantes fizeram acerca do *suporte social* existente (rede de amigos, familiares, instituições) no país de origem e no país de acolhimento. Neste sentido, era fundamental que os imigrantes estivessem conscientes do hiato existente entre a realidade do novo país e aquilo que pretendiam alcançar, pois só assim conseguiriam activar os seus recursos pessoais, sociais, institucionais, captando estratégias que funcionassem como respostas às situações com as quais se iam deparando no seu dia-a-dia.

Verificamos, deste modo, que a escolha de Portugal, muito se deveu ao facto de já terem cá amigos, família e conhecidos, o que à partida seria facilitador na adaptação ao país, mais especificamente nos primeiros tempos. Devido ao facto de terem alguém que falava a mesma língua, que lhes podia facultar informações acerca do funcionamento do país e, como muitos referiram, no acesso ao primeiro emprego, estes conhecimentos funcionaram como factores de protecção à integração.

Estas relações serviram como factores impulsionadores da migração, como suporte, e ao mesmo tempo, como estratégia na superação das suas dificuldades, pois estes imigrantes afirmaram que recorreram ao apoio dos *amigos imigrantes* (47.2%,  $n=17$ ) e portugueses (75.0%,  $n=27$ ), para superar situações mais difíceis (Tabela 4-83). Relativamente à dificuldade na aprendizagem da língua, muitos imigrantes adoptaram múltiplas estratégias, das quais se salienta a *inscrição nas aulas de Português* (33.3%,  $n=12$ ). No que se refere ao tipo de estratégias podemos aqui identificar a acção directa e a procura de informação, segundo Lazarus & Folkman (1984).

**Tabela 4-83. Distribuição da variável *estratégias para superar dificuldades***

Estratégias	n	%
Inscrição em aulas de português	12	33.3
Amigos portugueses	27	75.0
Imigrantes	17	47.2
Contacto com instituições/associações	7	19.4
Órgão de administração local	6	16.7
Reagrupamento familiar	9	25.0
Participação em actividades interculturais	4	11.1
Pesquisa internet	1	2.8

O acesso ao emprego foi também um dos aspectos mais salientados como mais difícil e desfasado do idealizado. Sendo uma das principais característica da imigração de Leste as elevadas habilitações da maioria destes cidadãos, estes imigrantes não encontraram em Portugal trabalho nas áreas que correspondiam às suas habilitações. Deste modo, a fim de contornar situações de desemprego, definiram como estratégia para modificar esta situação stressante (o possível desemprego), a inserção em actividades pertencentes ao mercado informal, ou seja, viveram um processo de desqualificação. Porém estes trabalhos eram os que tinham menos concorrência, relativamente aos procurados pelos autóctones, pelo que estes imigrantes aproveitavam todas as oportunidades trabalhando mais dias e horas por mês a fim de concretizarem os seus objectivos, o que conseqüentemente alterou os seus padrões de vida diários, nomeadamente as suas rotinas, como verificámos.

Com o intuito de controlarem o significado da situação que estavam a viver, estes imigrantes solicitaram ajuda a nível individual e ao nível do grupo de amigos e familiares. Ao longo da sua permanência no país de acolhimento, espera-se que a integração seja mais abrangente, sendo importante que estes imigrantes recorram, a outras fontes, não só aos familiares e amigos mas, que criem novas amizades, que recorram a instituições e a diferentes comunidades (religiosas, associativas ou culturais). No caso da nossa amostra o apoio institucional prendeu-se mais com questões burocráticas. É de salientar, através da leitura da Tabela 4-80, que o recurso a um tipo de apoio mais institucional/associativo ou a nível da administração local é bastante diminuto, quando comparado com redes de apoio informais, apresentando aquele tipo de apoio valores como 19.4% ( $n=7$ ) e 16.7% ( $n=6$ ), respectivamente.

Para a integração revelou ser também importante perceber qual o funcionamento de um país, conhecer quais os serviços a que era necessário recorrer para concretizar a integração a nível legal, assim como, era fundamental saber quais os serviços poderiam vir a funcionar como fontes de suporte/estratégias. Dos diversos serviços/instituições apresentadas, aquelas às quais a maioria destes imigrantes já se tinha dirigido eram o *SEF* (97.2%,  $n=35$ ), o *Hospital/Centro de Saúde* (97.2%,  $n=35$ ) e as

*Embaixada/Consulado* (86.1%,  $n=31$ ). O contacto com estas instituições permitiu-lhe obter mais informação acerca do modo de funcionamento do país, o que contribuiu de modo positivo para uma melhor integração (*information seeking*). Quanto à sua avaliação relativamente ao funcionamento e atendimento, 20 (55.5%) dos indivíduos afirmou que alguns eram *bons* outros *maus*, seguidos de 10 (27.8%) que dizia que estes eram *razoáveis* (Tabela 4-84).

**Tabela 4-84. Distribuição da variável *recurso a serviços públicos e sua avaliação* ( $n=36$ )**

	n	%
Serviços a que recorreu		
Hospital/centro de saúde	35	97.2
Junta de Freguesia	29	80.6
Câmara Municipal	22	61.1
Embaixada/consulado	31	86.1
SEF	35	97.2
Polícia	15	47.1
Associação de imigrantes	13	36.1
Outras associações	2	5.6
Instituições religiosas	6	16.7
IEFP	22	61.1
Inspeção-Geral de trabalho	12	33.3
CLAll	8	22.2
Avaliação		
Ótimos	1	2.8
Bons	5	13.9
Satisfatórios	10	27.8
Alguns são bons outros maus	20	55.5
Total	36	100.0

Verificamos ainda, que para além destas relações de suporte estabelecidas no país de acolhimento, continuaram a ser mantidos contactos com familiares e amigos que tinham deixado nos seus países e que também funcionaram como suporte a vários níveis.

No que se refere ao grau de satisfação com a vida que tinham em Portugal, 72.2% ( $n=26$ ) dos imigrantes estava *satisfeito*, 13.9% ( $n=59$ ), estava *bastante satisfeito*, tendo igual valor, aqueles que diziam estar *pouco satisfeitos* e os que estavam *muito satisfeitos* (8.3%,  $n=2$ ). Relativamente à avaliação que faziam do país que os acolheu, 69.4% ( $n=25$ ) afirmou *gostar mais ou menos de Portugal*, enquanto 30.6% ( $n=11$ ) disse *gostar muito* de aqui viver.

### 5.2.6. MOVING OUT: O FINALIZAR DE UMA TRANSIÇÃO

Após esta fase de estadia, ou seja, de permanência no país de acolhimento (*moving through*) é importante que o imigrante tenha presente, quais as suas intenções relativamente à sua permanência em Portugal, ao seu regresso ao país de origem, ou até em emigrar para outro país, a fim de fechar este processo (*moving out*)

Verificámos, que para estes imigrantes os projectos futuros (Tabela 4-85) passavam para 47.2%( $n=17$ ) pelo *regresso ao país de origem*, enquanto 19.4%( $n=7$ ) pretendia ficar em Portugal e 33.3%( $n=12$ ) dos inquiridos dizia ainda não ter definido esta situação pois se, por um lado, queria regressar aos seus países, por outro, sentia que ainda não podia deixar Portugal, pelo facto do grande investimento dedicado a diferentes níveis das suas vidas, ainda não ter tido o retorno desejado

**Tabela 4-85. Distribuição da variável *projectos futuros* ( $n=36$ )**

Projectos futuros	n	%
Regressar ao país de origem	17	47.2
Permanecer em Portugal	7	19.4
Não sabe	12	33.3

Entre aqueles que pretendiam regressar aos seus países era intenção, que o mesmo acontecesse em menos de *dois anos* (41.2%,  $n=7$ ), (Tabela 4-86) a fim de trabalharem como *assalariados no comércio/serviços* 23.8%( $n=5$ ) (Tabela 4-87).

**Tabela 4-86. Distribuição da variável *tempo previsto para regresso ao país de origem* ( $n=17$ )**

Tempo previsto para regresso ao país de origem	n	%
Menos de 2 anos	7	41.2
2-3 anos	1	5.9
3-6 anos	3	17.6
Mais de 6 anos	3	17.6
Não sabe	3	17.6

**Tabela 4-87. Distribuição da variável *projectos profissionais a implementar no País de origem* ( $n=21$ )**

Projectos profissionais	n	%
Trabalhar como assalariado no comércio/serviços	5	23.8
Investir em pequena empresa/oficina	2	9.5
Investir no pequeno comércio	3	14.3
Cabeleireira	1	4.8
Estudar	1	4.8
Não sei	2	9.5
Só na reforma	1	4.8
Ensino	3	14.3
Voltar à agricultura tradicional ou Investir num pequeno comércio	2	9.5
Investir em pequena empresa/oficina ou Investir num pequeno comércio	1	4.8

Por sua vez, as razões apontada por aqueles que queriam continuar em Portugal, ou que ainda ponderavam a hipótese de aqui permanecer, prendiam-se com o facto de já aqui terem *estabelecido família* (23.1%,  $n=3$ ), assim como, pelas *melhores condições de vida* que tinham neste país (23.1%,  $n=3$ ) (Tabela 4-88).

**Tabela 4-88. Distribuição da variável *motivos para a permanência em Portugal* ( $n=13$ )**

Motivos para a permanência em Portugal	n	%
Melhores condições de vida em Portugal	2	15.4
Porque gosta mais de viver em Portugal	1	7.7
Porque tem a família já estabelecida	3	23.1
Melhores condições de vida em Portugal + Porque gosta mais de viver em Portugal	1	7.7
Melhores condições de vida em Portugal + Porque tem cá família estabelecida	3	23.1
Porque gosta mais de viver em Portugal + Porque tem cá família estabelecida	1	7.7
Melhores condições de vida em Portugal + Porque gosta mais de viver em Portugal + Porque tem cá família estabelecida	2	15.4



A maioria da nossa amostra já estava em Portugal há mais de cinco anos, tempo superior ao perspectivado, como anteriormente analisámos, o que esteve relacionado, em parte, com o facto dos objectivos que traziam ainda não se terem concretizado. Entre estes destacaram-se motivações de ordem económica, tais como as más condições de vida nos seus países, que ainda se mantinham (38.9%,  $n=14$ ), o necessitar de continuar a *poupar para construir uma casa*, (44.4%,  $n=16$ ), ou para se *estabelecer no país de origem* (25%  $n=9$ ) e o *querer enriquecer*, (27.8%,  $n=10$ ), pelo que de acordo com a Tabela 4-89, os *objectivos económicos* se destacam significativamente (91.7%,  $n=33$ ).

**Tabela 4-89. Distribuição da variável *objectivos da emigração que se mantém* ( $n=36$ )**

Objectivos que se mantêm	n	%
Estudar	8	22.2
Objectivos económicos	33	91.7
Objectivos Familiares	3	8.3
Todos alcançados	1	2.8

A decisão pela emigração exigiu esforços, sacrifícios, gastos, algumas perdas mas também permitiu obter retornos. Com a migração iniciaram um processo de transição que por um lado implicou perdas mas, por outro, trouxe ganhos. Assim, 75% (27) dos imigrantes sentiu que *valeu a pena* tudo o que tinha vivido até ao momento actual, ao contrário dos restantes 25.0 (9) (Tabela 4-90).

**Tabela 4-90. Distribuição da variável *valeu a pena a emigração***

Valeu a pena a emigração	n	%
Sim	27	75.0
Não	9	25.0
Total	36	100.0

Estes últimos apontaram os *baixos ordenados* (46.2%,  $n=6$ ), ou associaram este motivo a outro como o de não *terem conseguido poupar* (15.4%,  $n=2$ ), acrescentando ainda a estes dois factores, o facto de não ter correspondido às *suas expectativas* (30.7%,  $n=4$ ). Do total da amostra apenas 7.7% (1) referiu que *não valeu a pena* ter emigrado por *não ter conseguido fazer algumas poupanças* (Tabela 4-91).

**Tabela 4-91. Distribuição da variável *porque não valeu a pena a emigração***

Motivos	n	%
Ordenados Baixos	6	46.2
Não conseguir fazer poupanças	1	7.7
Ordenados Baixos + Não conseguir fazer poupanças	2	15.4
Não correspondeu às expectativas + Não conseguir fazer poupanças+ Ordenados Baixos	4	30.7
Total	13	100.0

Dada a avaliação que faziam da sua vivência em Portugal, 25.0% ( $n=9$ ) ponderava a hipótese de *emigrar para outro país*, apresentando como principais motivos, a possibilidade de conseguirem *melhores ordenados* (50.0%,  $n=5$ ) associando-se ainda a possibilidade de serem *menos discriminados* (20.0%,  $n=2$ ) (Tabela 4-92).

**Tabela 4-92. Distribuição das variáveis *ponderação da emigração para outro país e razões favoráveis a uma nova emigração***

	n	%
Pensa em emigrar para outro país		
Sim	9	25.0
Não	18	50.0
Não sabe	9	25.0
Total	36	100.0
Motivos da migração para outro país		
Melhor ordenado	5	50.0
Menos discriminação	1	10.0
Melhor ordenado e é maior facilidade em encontrar trabalho	1	10.0
Melhor ordenado e maior facilidade na legalização	2	20.0
Melhor ordenado, menos discriminação e fácil legalização	1	10.0
Total	10	100.0

## 6. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estudo aqui apresentado nasceu de uma curiosidade acerca das dinâmicas e variáveis pessoais e sociais que podem estar inerentes a todo o processo migratório. Depois de muitas pesquisas e leituras foi possível formular a nossa pergunta de partida que, ao mesmo tempo, nos permitiu encontrar um fio condutor que nos pareceu mais lógico para esta dissertação e, em especial, para a concretização da investigação empírica. Queríamos assim compreender, como pode o processo migratório ser visto enquanto processo de transição pessoal e social.

Na primeira parte deste estudo, em que procedemos à revisão da literatura, procurámos analisar as variáveis que a literatura tem vindo a considerar como importantes na área das migrações, do desenvolvimento humano e dos processos de transição. Na segunda parte, na qual nos encontramos, delineámos objectivos a alcançar com o estudo empírico, sendo agora o momento privilegiado em que passaremos a discutir os resultados por nós obtidos à luz da literatura recolhida e dos objectivos a que nos propusemos com este estudo.

Através da aplicação do Questionário do Processo Pessoal e Social da Imigração (QPPSI) (Rodrigues & Pinheiro, 2008) procedemos a uma retrospectiva de todo o **processo/percurso migratório** vivido por estes imigrantes. Neste sentido, à recolha e depois à descrição dos dados obtidos, seguiu-se um conjunto de passos, acções ou situações, que, de acordo com a literatura, tiveram de ser vividos e experimentados pelos migrantes, tais como: “a intenção de partir; os preparativos da partida; a viagem; a primeira instalação; a inserção no país receptor; a fixação com carácter permanente ou o regresso ao país de origem; e por fim a reinserção” (Rocha-Trindade, 1981, p.71).

É nossa intenção, como já referimos anteriormente, apresentar um estudo de cariz exploratório, no que se refere à possível aplicação da Teoria da Transição de

Schlossberg, Watters & Goodman (1995). Porém, queremos referir que temos presente a existência de algumas dificuldades e limitações metodológicas. Antes de mais, devido à dimensão da amostra (número reduzido de sujeitos), a qual não é representativa, não temos a pretensão de extrapolar os resultados. A dispersão das comunidades de Leste impediu que se integrassem mais sujeitos na amostra, assim como, a desconfiança na cedência de informação ou no preenchimento de questionários, pois receavam que estas informações tinham como finalidade órgãos de controlo e segurança (polícia, SEF, Inspeção geral de trabalho). O facto de muitos dos questionários não terem sido devolvidos contribuiu, de igual modo, para esta realidade.

A estas limitações acrescentamos ainda o desconhecimento da língua que poderá ter sido um obstáculo no preenchimento dos questionários. Mesmo procurando elaborar as questões de uma forma mais simplificada, determinados conceitos podem não ter tido o mesmo significado nas interpretações realizadas por estes imigrantes (por exemplo, os papéis sociais, eram muitas vezes confundidos com o que estes imigrantes dizem “ter papéis”, ou seja, estar legalizado).

Apesar das limitações por nós apresentadas, é de salientar o valor dos resultados obtidos para compreender esta questão da migração sob outra perspectiva, pelo que passaremos à discussão dos principais resultados que obtivemos ao longo desta caminhada.

Ao longo dessa apresentação são notórias determinadas *nuances* que permitem distinguir e caracterizar dois momentos da chamada migração do Leste: primeiro momento que pode ter coincido com as primeiras vagas migratórias provenientes destes países, mais concretamente nos finais dos anos 90, e o segundo, num passado mais próximo, até há cinco anos atrás. Os indicadores desta diferenciação dizem respeito às *peçoas que os acompanharam na vinda para Portugal*, que numa primeira fase eram mais imigrantes desconhecidos, conhecidos e amigos, e numa fase posterior, para além de amigos, eram, sobretudo, familiares. Podemos ainda acrescentar o *meio de transporte* utilizado para chegarem a Portugal, pois inicialmente recorreriam mais ao autocarro (64.3% dos que vieram há mais de cinco anos) e, mais recentemente, ao avião (50.0% dos que vieram há menos de cinco anos).

Devido aos factores internos, vividos nos seus países e às oportunidades que pareciam existir na Europa Ocidental, estes imigrantes, quer individual quer familiarmente, à semelhança de muitos outros, partiram rumo a Portugal. Se inicialmente o nosso país era caracterizado como um país de emigração foi, sobretudo, nos finais dos anos 90

que se começou a manifestar uma nova realidade em termos demográficos. O número de estrangeiros aumentou significativamente e, no caso da imigração de Leste, este fez-se sentir por todas as regiões do país, ao contrário do que acontecia com a imigração dos PALOP ou com a imigração Brasileira, que se concentravam, essencialmente, nas grandes cidades (Baganha *et al.*, 2002; Fonseca, 2003a, 2007; Rita & Rita, 2004; SEF, 2007).

O distrito de Coimbra não ficou alheio a estes fluxos migratórios, alterando igualmente a sua realidade, no que se refere a este aspecto. Tendo em conta os anos de 2000 a 2008 houve um crescimento da população imigrante, tal como aconteceu noutros distritos, denotando-se porém, no último ano um ligeiro decréscimo (INE 2000, 2001, 2002, 2004 e 2008, SEF, 2006 e 2007).

Os imigrantes da nossa amostra fixaram-se, na sua maioria (72.2%), aquando da sua chegada a Portugal, no distrito de Coimbra, no qual actualmente residem, embora alguns tenham vivido, primeiramente, noutras regiões do país como, por exemplo, em Lisboa, no Porto ou em Leiria. No entanto, o tempo de permanência naqueles que são os seus locais actuais de residência é já bastante alargado, salientando-se uma parte expressiva (25.0%) que já aí permanecia há mais de 7 anos.

Apresentaremos, então, como todo o processo de migração, desde a partida dos seus países, até à chegada e adaptação a Portugal, foi vivido e pode ser entendido à luz do Modelo da Transição Psicológica de Schlossberg, Watters e Goodman (1995). Este modelo, como verificámos, assenta em três grandes pilares: a identificação e o processo de transição propriamente dito; os elementos ou factores determinantes das respostas à transição e a maximização ou reforço dos recursos individuais (Schlossberg *et al.*, 1995).

Também as alternativas teóricas acerca dos fenómenos de migração nos foram úteis para pensar este nosso estudo e nele se revelam novamente úteis para a interpretação dos resultados, conferindo reforço ao nosso esquema de entendimento da migração enquanto processo de transição pessoal e social.

Através dos dados por nós recolhidos foi possível verificar que a migração trouxe alterações profundas e variadas nas vidas destes imigrantes de Leste. Contudo, embora não tenha sido uma transição normativa, esta resultou de um acontecimento esperado, de acordo com variados indicadores observados nas nossas análises.

Começaríamos então por discutir o facto de, na nossa amostra, a **decisão pela migração** parecer resultar, do que poderíamos dizer, evocando a teoria de *push-pull* (Ravenstein, 1885, 1889), de uma avaliação da realidade vivida nos seus países de origem, baseada em diversos factores, da qual os factores *pull* (factores de atracção existentes no país de destino, Portugal) tiveram maior peso, relativamente aos factores *push* (factores que empurram os indivíduos para fora do país).

Relembrando a perspectiva de Ravenstein (1885,1889), autor do modelo atracção/repulsão (*push-pull model*), o indivíduo ao procurar maximizar as vantagens e reduzir o desconforto, que possa sentir, relativamente à situação que vivência decide pela migração, a qual resulta de numa escolha individual racional, que terá por base os diferenciais salariais e a probabilidade em conseguir emprego (Figueiredo, 2005). Assim, a sua decisão seria pressionada pelos chamados factores de repulsão (factores *push*), aqueles que “empurram” os indivíduos para fora do país, como sejam, factores económicos, sociais, políticos, demográficos (falta de trabalho, más condições de vida, entre outras) e por factores de atracção (factores *pull*) que atraem para outros locais, que integram mais as vantagens face ao país de origem (bem-estar, melhoria das condições habitacionais, integração profissional, entre outras). Castles e Miller (2003) consideram assim, que estas teorias explicam “as causas dos movimentos migratórios como uma combinação heterogénea de factores *push* (...) e factores *pull*” (Castles & Miller, 2003, p.19).

Precisamente no nosso estudo, em que a situação de **desemprego nos seus países de origem** registou valores de 33.3% na nossa amostra, entre os quais se fazia sentir mais significativamente nos licenciados e nos que tinham o ensino secundário (41.7%), eram vividas situações de grande instabilidade, tais como, baixa oferta de trabalho, ordenados baixos e em atraso, dificuldades em poupar, a fim de adquirir uma habitação própria, etc. Toda esta conjuntura levava a que, como referem, não vivessem nas melhores condições (47.2%), havendo mesmo, nalguns casos, problemas que consideram de sobrevivência (13.9%). Por sua vez, através das **informações veiculadas por amigos e familiares** já emigrados e das promoções realizadas pelas “agências de viagens”, factores como vencimentos mais elevados, maior oferta de trabalho e facilidade na legalização, tornaram-se aliciantes (factores *pull*) para pôr termo às dificuldades que estavam a viver.

Nesta análise, devemos ainda ter em conta a posição de Lee (1966), quando alertava para o facto de esta avaliação não poder ser reduzida apenas à comparação das

vantagens e desvantagens do país de origem e de destino. Dever-se-ia ter igualmente em conta, a existência de **obstáculos intervenientes** e **factores de ordem individual** (alteração do ciclo de vida, casamento, entrada no mercado de trabalho, informação acerca do país de destino). No caso destes imigrantes, verificámos que a sua decisão não correspondeu à “decisão individual racional” (Ravenstein, 1885, 1889) uma vez que, nas suas avaliações relativas à possível migração, foram ainda tidas em conta opiniões solicitadas e transmitidas por familiares (71.3%) e amigos (23.8%), que revelaram ter um grande peso na decisão final, tal como consideraram 72.6% dos imigrantes. Podemos deste modo concordar com Fonseca (2005) ao afirmar que a migração é uma decisão colectiva, baseada numa **estratégia colectiva e familiar**, em que se pretende aumentar os rendimentos e minimizar os riscos.

Nesta **fase de ponderação**, contemplam-se diversas alternativas para melhorar as suas situações de vida, recolhem-se informações e estabelecem-se contactos relativamente aos possíveis países de destino. A informação que conseguiram obter pesou fortemente nas suas decisões, tal como Lee (1966) procurava chamar à atenção, ao referir a importância da informação que o potencial migrante dispõe para a sua tomada de decisão.

Este momento durou até 6 meses para grande parte destes imigrantes (41.6%). Porém, podemos afirmar que neste estudo se registaram diferenças entre os géneros no tempo em que decorreu a preparação da emigração. Os dados obtidos revelam-nos que foram os homens que tomaram mais rapidamente a decisão de emigrar visto que para todos os homens (100%) esse tempo não ultrapassou um ano, enquanto para as mulheres imigrantes o período de decisão e de preparação foi mais alargado, indo até aos cinco anos (87.0%).

Embora consciente da máfia associada a estes intermediários, entre os países de origem e destino, 63.9% recorreu a estas “agências de viagens”. Estes imigrantes afirmam que a sua acção foi marcada pela perturbação da viagem (19.4% referiu que a viagem não correu bem) nomeadamente no que se refere a assaltos durante o trajecto (57.1%), burla de bilhetes (14.3%) ou alteração dos trajectos (14.3%), assim como, aos elevados preços cobrados pelas mesmas (superiores a 600€). No entanto, estes imigrantes não quiseram deixar de aproveitar as oportunidades que pareciam existir no outro lado da Europa.

A migração foi então, resultado de algo **estrategicamente planeado**, baseando-se numa avaliação das situações de vida destes imigrantes e das oportunidades que pareciam

existir noutros locais. Podemos considerar por isso, que estamos perante o típico início de uma transição a partir de um acontecimento esperado (Schlossberg, 1981), o qual terá repercussões quer no próprio sujeito-migrante quer naqueles que o rodeiam, afectando e gerando mudanças (económicas, sociais, culturais, ecológicas) na sua vida e nas vidas de todos os outros elementos. Deste modo, a migração pode ser vista como um sistema amplo que articula países de destino e de origem, que no caso da imigração de Leste (Massey *et al.*, 1993).

Retomando a perspectiva ecológica de Bronfenbrenner (1979) verificamos assim, que a transição, neste caso provocada pela migração, pode ser consequência (efeito) e agente (causa) do desenvolvimento do indivíduo, o que alterará o seu cenário de vida e os seus papéis. A decisão pela migração não afectará apenas aquele que parte, mas provoca igualmente, alterações no contexto no qual estava integrado, isto é, envolve todos os que fazem parte das suas relações pessoais, neste caso a família, amigos, colegas de trabalho, entre outros. Considerando-se a migração como uma transição ecológica, o novo contexto do indivíduo sofrerá também modificações.

Como também foi referido na revisão da literatura (Brettel & Holifield, 2000; Stork & Bloom, 1985, cit. por Góis, 2006; Fonseca, 2005) a migração obedece a uma lógica e estratégia familiar, não só na decisão propriamente dita, mas na operacionalização da mesma, ou seja, “estratégias que em maior ou menor grau determinam como decorre o processo migratório e quais os indivíduos que migram. “As famílias poderão optar por enviar temporariamente algum dos seus membros para um local onde os rendimentos são mais elevados e, em contrapartida, beneficiar das remessas desse familiar para sustentar ou melhorar a situação da família no país de origem” (Massey, 1990; Jong, 2002; Salazar Parrenas, 2001 cit. por Fonseca, 2005, p.30).

Neste aspecto, embora a nossa amostra, não seja equitativa relativamente aos elementos de ambos os **géneros**, verificámos que houve uma tendência para que tenham sido os homens os impulsionadores da migração dentro do seu agregado, sendo esta uma migração de cariz mais individual, ou seja, 46.2% vieram com desconhecidos, 30.8% com amigos/conhecidos e 15.3% sozinhos. Contudo, como referimos, denotou-se ainda, existir um **segundo momento migratório**, por parte de outros elementos, no qual já foi notório um acompanhamento por parte de outros elementos da família, tais como as mulheres, filhos e pais. Quer isto dizer, que, na maioria dos casos da nossa amostra, não foram as mulheres que estiveram, na origem da migração mas antes, foram elas que mais tarde seguiram os seus maridos. Assim, a imigração numa primeira fase pode

ser caracterizava pelo *homem que parte e a mulher que espera*, procurando este conhecer a realidade do novo país e criar condições, para que, no caso de considerar favorável, reunir, posteriormente, a família (Santana, 2003; Ferreira *et al.*, 2005; Sarrantino & Sarrantino, 2005; Wall *et al.*, 2005; Farmhouse, 2006). Podemos considerar que estes movimentos migratórios obedeceram a uma lógica e estratégia familiar. Assim da avaliação da emigração dentro dos agregados resultou uma estratégia com vista a racionalizar, em maximizar esforços e por questões de sobrevivência. A família não só restrita como alargada, representa neste estudo o principal suporte em todo o processo migratório. A fim de colmatar algumas limitações das teorias micro e macro, como apresentámos no Capítulo 1, existem autores que apontam a família como unidade de análise de forma a interligar as abordagens individuais e histórico-estruturais, defendendo que a emigração não se deve apenas a factores pessoais nem a factores externos à pessoa. De facto a migração não obedece apenas a uma lógica individual, mas familiar e colectiva.

Como tínhamos antecipado no referencial apresentado, acreditamos que a decisão pela migração implica que o indivíduo viva diferentes fases inerentes ao percurso migratório. Ao longo do caminho que têm a percorrer encontram desafios (nem sempre muitos, nem sempre novos), os quais implicam, muitas vezes, mudanças nos seus padrões comportamentais, nomeadamente no que se refere à adopção de diferentes papéis. Só desta forma poderá fazer face aos constrangimentos, que encontra ao longo deste percurso, e definir e mobilizar as estratégias e os recursos que dispõe (recorrendo aos seus diferenciais culturais), a fim de conseguir um melhor ajustamento entre si e as novas situações ou acontecimentos e assim, concretizar os objectivos que delineou com a emigração.

No caso desta transição se fazer com sucesso, é então de prever o desenvolvimento e o progresso do indivíduo. Pelo contrário, se este processo não for bem sucedido, serão sentidas as suas consequências negativas. Assim era de esperar que encontrássemos na nossa amostra diferentes níveis de acção: “(1) avaliação das situações de transição; (2) estabelecimento de objectivos imediatos; (3) construção de um relacionamento interpessoal baseado numa relação de ajuda e aconselhamento; (4) implementação de um conjunto de acções que compõem a intervenção propriamente dita, e ainda (5) conclusão ou finalização quer do processo de transição quer do processo de ajuda ou de aconselhamento” (Pinheiro, 2003, p.130).



Schlossberg e colaboradores (1995) identificam mesmo um conjunto de factores individuais e contextuais específicos de uma situação de transição, que permitem determinar o grau de impacto que a mesma teve no indivíduo, em determinadas circunstâncias. Inicialmente Schlossberg (1989) referia-se à *adaptação à transição*, para a qual eram necessários factores de ordem individual, situacional e contextual. Todavia, na revisão da sua teoria (Schlossberg *et al.*, 1995) opta por falar em *respostas à transição*, ou seja, “o reconhecimento das diversas mudanças, a tomada de consciência dos recursos disponíveis e necessários para lidar com as mudanças, a capacitação para accionar e percorrer as diferentes fases da transição e ainda, se necessário e/ou desejado, encetar novas mudanças e enfrentar novas transições” (Pinheiro, 2004, p.10).

No caso específico em análise, dá-se assim a entrada na transição propriamente dita (*moving in*), com o início das mudanças, provocado pelo **contacto com novas realidades e situações**, com as quais o indivíduo terá de saber lidar. Nesta fase, como referia Jackson (1991) o migrante poderá viver situações de alteração do seu estatuto, podendo ver reduzidos os seus direitos (Baganha, 2001; Mile, Satzewich & Zolberg, 19898, cit. por Pires, 2003).

No impacto do processo migratório em análise, pudemos ver claramente reflectidas as áreas de mudança que Schlossberg e colaboradores (1995) atribuem a todo o processo de transição: as rotinas, os papéis sociais, os relacionamentos interpessoais e a percepção acerca de si e do mundo que o rodeia.

O impacto da migração, em termos de grau e intensidade das alterações sentidas nas vidas destes imigrantes é visível através da **aquisição de novos papéis**, tal como foi referido por 52.8%, os quais destacaram o papel de trabalhador e papéis parentais (os dois papéis inerentes à fase desenvolvimental destes imigrantes). A fim de melhor alcançar as suas intenções, estes imigrantes tiveram necessidade de alterar as suas **rotinas diárias** em diversos aspectos, pelo que 81.5% referiram o aumento das horas de trabalho e a alteração dos seus horários de descanso, acordando mais cedo (71.4%) e deitando-se mais tarde (78.6%), o que por sua vez, diminuía o seu tempo de lazer (60.7%), o qual era passado quase sempre em casa (72.2%). Tudo isto porque, sendo tendo motivações essencialmente económicas, todas as oportunidades de trabalho que fossem surgindo eram aproveitadas.

Como perspectivado, as mudanças fizeram-se sentir também, nos seus **relacionamentos interpessoais**. Chegados a um novo contexto, estes imigrantes tiveram de se relacionar

com novas pessoas, estabelecendo algumas relações de amizade, com portugueses ou com outros imigrantes, com colegas e patrões. Tiveram também que lidar com novas instituições, destacando-se aquelas que dão respostas específicas à migração (SEF, Embaixada). Deste modo os relacionamentos estabelecidos baseavam-se numa relação de ajuda e aconselhamento.

Das mudanças que decorreram de todo este processo, 72.2% dos imigrantes considera que **mudou enquanto pessoa**, sentindo-se mais responsáveis (26.9%) e mais auto-confiantes (7.7%).

Verificamos com esta investigação que são visíveis alterações nas quatro áreas principais: papéis, rotinas, relacionamento interpessoal e percepção acerca de si e do mundo, de acordo com o Modelo da Transição de Schlossberg, Watters e Goodman (1995).

Entrando na transição propriamente dita (*moving through*) é fundamental ter-se em conta a **avaliação individual** de cada imigrante faz da situação que está a viver, pois dela dependerá a sua capacidade para lidar com a transição. Esta avaliação permite que o indivíduo tome consciência do impacto das mudanças nas quatro áreas acima referidas, assim com, dependendo de uma avaliação positiva ou negativa e da avaliação dos 4 'S de Schlossberg (*Situation, Self, Support e Strategies*), seja capaz, perante estas mudanças, de gerar respostas adaptativas (recursos). A migração foi um acontecimento comum a todos estes indivíduos, porém a avaliação que fazem da mesma relativa e subjectiva, para a qual contribuem factores de natureza varada (pessoais, sociais, económicos, culturais, profissionais, educacionais).

Como verificámos, esta transição - a emigração - resultou de uma avaliação da situação vivida por estes imigrantes nos seus países de origem e das oportunidades existentes noutros países. Os principais motivos que impulsionaram a emigração, foram de **ordem económica**, indo desde questões de sobrevivência, falta de trabalho, até às más condições de vida (factores *push*) devido a situações de desemprego, baixos salários e salários em atraso, os quais estavam, por sua vez, associados ao querer enriquecer, poupar para se estabelecer no país de origem, poupar para construir uma casa, que só se tornaria possível com as oportunidades existentes noutros países (factores *pull*). Peixoto (2006, p.61) afirma a este propósito, que “não existe migração sem uma procura económica específica”. Podemos assim considerar esta conjuntura como o factor precipitante da transição (*trigger*).

Pelo facto da nossa amostra ser maioritariamente do sexo feminino, observou-se que a par destas motivações, estavam associados **factores de cariz familiar**. Apesar de as razões de natureza económica e/ou profissional (83.3%) se destacarem como impulsionadoras da emigração, encontravam-se, por vezes, associadas às razões familiares (18.3%), como por exemplo, juntar-se à família que já estava em Portugal, igualmente, confirmado noutros estudos (Wall, *et. al.*, 2005; Lages *et al.* 2006; Ferreira *et al.*, 2005).

Embora Ravenstein (1885, 1889) defendesse que a migração resultava de uma escolha individual racional, verificámos que muitos elementos não foram contemplados na avaliação destes imigrantes, pelo que a tornaram subjectiva, gerando, por vezes, expectativas desfasadas da realidade, podendo mesmo vir a condicionar a sua integração. Nesta análise dos custos-benefícios não podem estar apenas contemplados factores económicos, como as diferenças salariais e a possibilidade de emprego, como temos vindo a confirmar. O projecto migratório abraçado por este imigrantes foi resultado da ponderação de ganhos e perdas de factores económicos, mas também de factores sociais, familiares, pessoais, emocionais, políticos e demográficos. Ao abraçar um projecto migratório observa-se então, uma separação da família e do grupo de amigos, o estabelecimento de contactos com os elementos das “agências de viagens”, a activação de contactos com familiares, amigos e conhecidos emigrados no país de destino, o contacto com instituições de ambos os países, o estabelecimento de novos relacionamentos, a adaptação a uma nova cultura, a aprendizagem da língua, entre muitos outros aspectos.

Como referia Lee (1966) é igualmente importante ter em conta aspectos de ordem pessoal (*self*), como por exemplo a capacidade de adaptação, idade, sexo, alterações do ciclo vital, características essas que por nós foram analisadas. Para além das razões económicas, as mulheres foram aquelas que mais apontaram razões de ordem familiar, enquanto impulsionadoras da migração, enquanto determinantes na escolha do país de destino, referindo a este propósito, o facto de *já terem familiares em Portugal* (26.7%) ou como justificação da sua permanência em Portugal, alegando o acompanhamento de familiares (34.8%). Quanto aos homens denotou-se uma maior preocupação económica, relacionada com *vencimentos mais elevados* (10.0%), no que se referiu à escolha de Portugal e com a *facilidade de legalização* (40.0%). As motivações económicas e familiares para além de interligadas estavam em consonância com as tarefas desenvolvimentais (trabalho e família) destes imigrantes jovens adultos e adultos (Freud, 1961; Jung, 1966, cit. por Papalia *et al.*, 2006; Erikson, 1968; Levinson,

1986; Levinson, 1990; Craig, 1996; Havighurst, 1973). Estes imigrantes cumpriam tarefas próprias da etapa do ciclo vital em que estavam inseridos (Lee, 1966).

Sendo uma migração essencialmente de cariz económico, aquando da aplicação dos inquéritos, a média das idades destes imigrantes era de 35.1 anos, assim como, era de 27.2 anos, quando potencializaram uma possível migração, as quais correspondiam à **idade activa**. A tendência perspectivada segundo a Teoria do Capital Humano (Becker, 1962 e 1983, Sjaastad, 1962, cit. por Peixoto, 1998; Keely, 2000) seria a diminuição da motivação pela imigração à medida que a idade avançasse, pois os custos seriam maiores e o retorno menor, não podendo, por isso, a emigração ser analisada a curto prazo. No panorama nacional, os imigrantes de Leste tinham idades mais elevadas comparativamente às das outras nacionalidades, devido à emigração recente destes países. Contudo, as idades destes imigrantes reforçam as motivações de ordem económica/financeira subjacente a esta decisão corroborando a Teoria do Capital Humano.

Experiências anteriores de migração tinham sido vividas por 16.7%, o que de algum modo lhes poderia ter dado conhecimentos e estratégias no confronto com uma situação semelhante. Porém, esta era uma realidade ainda desconhecida para os restantes imigrantes (83.3%). Deste modo, foi notória uma preocupação em **controlar a situação desconhecida**, a fim de minimizar os possíveis riscos a ela inerentes. Assim, durante a ponderação da avaliação, a par da informação veiculada pelas “agências de viagens”, estes imigrantes estabeleceram contactos com outros compatriotas que já estavam emigrados. É de acrescentar, que a para lá da *facilidade na legalização* (16.0%) e dos *elevados vencimentos* (4.0%), a existência de familiares e amigos no país que definiram como destino, foi um dos aspectos mais salientados (48.0%), pois poderiam sempre funcionar como fontes de apoio fundamentais, o que vai ao encontro do facto do suporte social ser um recurso essencial para lidar com a transição. Por sua vez, entre os 72.2% imigrantes que diziam ter pessoas próximas que já tinham emigrado, 27.8% apontou o facto de terem familiares e amigos em Portugal, como principal razão para a escolha do país de destino.

No entanto, o que é idealizado nem sempre corresponde à realidade, tendo-se gerado **expectativas demasiado elevadas**, como ordenados maiores (52.8%) ou facilidade no acesso ao trabalho (27.8%). Aliando as principais motivações (económicas) às expectativas criadas, perspectivaram a sua estadia mais curta (30.6%) do que aquela que viriam a permanecer. O mesmo foi observado noutros estudos (Lages & Policarpo,

2002, Baganha *et al.*, 2004, Carvalho, 2004) em que estes imigrantes viam a sua estadia em Portugal como temporária.

Como refere a Teoria do Capital Humano o que impele o Homem para a migração é um sentido de investimento, pelo que realiza um cálculo racional dos custos/benefícios com a emigração tendo por base a sua permanência nesses países. Os investimentos iniciais, tais como o deixar a família, aprendizagem da língua, procura de informação, acesso ao trabalho, obtenção de um documento legal que lhes permitisse o exercício de uma actividade ou as dificuldades de poupar e o facto de já se terem conseguido adaptar a um novo contexto, conhecendo um pouco melhor aquilo que dele podem esperar, fez com que a migração, que se pretendia temporária (63.8% perspectivou-a até 2 anos), ainda se prolongasse no tempo, com vista a **maximizar o tempo de usufruto** desse investimento (Modelo Custo-Benefício de *Massej et al.*, 1993), daí 77.8% estarem já emigrados há mais de 5 anos. Todos os imigrantes, há excepção de um, que estava em Portugal há menos de um ano, já tinham ultrapassado o tempo inicialmente previsto para a duração deste projecto, o que veio invalidar a avaliação racional do custo-benefício, pois este poder-se-á ter fundamentado em expectativas (sociais, económicas, profissionais, culturais) não ajustadas à realidade.

É de salientar, que foi no sexo feminino que a perspectiva da duração da emigração foi superior. Tal facto poderá estar relacionado com informações mais fidedignas, veiculadas pelos familiares, e não por outros intermediários (por exemplo “agências de viagens”), que poderiam ter um melhor conhecimento da realidade, definindo assim, em conjunto, o tempo de emigração para estas mulheres. Sendo o homem, na maior parte das vezes, o primeiro a emigrar, permitiu criar situações de maior segurança e estabilidade para a recepção de outros membros do agregado, com expectativas mais próximas da realidade (informações trocadas dentro do mesmo agregado e não apenas veiculadas pelas “agências de viagens”).

A par de tudo isto, há medida que o tempo decorre, estes imigrantes começam a ganhar mais raízes sociais, profissionais e económicas, a alargar a família, ficando adiado o regresso aos seus países. Pesam agora factores como as oportunidades de trabalho (33.3%) e o acompanhamento de pessoas da família (30.6%)

Os sujeitos que constituem esta amostra, são maioritariamente do sexo feminino (63.9%), sendo a nacionalidade predominante a ucraniana (61.1%). Têm habilitações médio-elevadas, sendo que 38.9% têm um curso superior e 55.6% o ensino secundário ou profissional. Na perspectiva de Chiswick (2000, cit. por Figueiredo,

2005) as qualificações elevadas podem ser um dos factores facilitadores da adaptação e inserção no país de acolhimento, o que não pudemos comprovar neste estudo, como já mencionados na apresentação das limitações do mesmo. Quanto ao estatuto legal, 50.0% já tinha o título de residência temporária e 25.0% o título de residência permanente, encontrando-se naquele que era considerado o “estatuto máximo da condição de imigrante” (Santos, 2008, p.44), ou seja, a autorização de residência (segundo a legislação anterior). Excluindo 2.8% que se encontrava numa situação ilegal, todos os outros imigrantes já estavam legalizados, sendo esta uma condição essencial ao sucesso da integração,

Poderemos ainda, neste âmbito, conciliar a perspectiva das teorias psicossociais as quais, embora com terminologias diversificadas, consideravam que, estes imigrantes em idade activa estavam incumbidos de realizar duas **tarefas desenvolvimentais** relacionadas com o **envolvimento da pessoa na família e na carreira** (Havighurst, 1953; Freud, 1964; Erikson, 1968; Levinson, 1986, 1990), as quais lhes atribuíam novos papéis e conseqüentemente novas responsabilidades, sendo esta, a idade de estabelecer e manter um padrão económico de vida (Havighurst, 1953).

Se atendermos ao modelo ecológico de Bronfenbrenner verificamos que o desenvolvimento do indivíduo se baseia num contexto marcado por valores, tradições, costumes, do qual faz ainda parte a noção de tempo, relevando-se uma alteração da composição do agregado familiar. Por sua vez, também a Teoria do Ciclo de Vida ou da Trajectória Social (Rossi, 1955, cit. por Peixoto, 2004a, p.11; Sandefur & Scott, 1981) pretendia explicar que a alteração das características do agregado familiar (a maioria dos nossos imigrantes eram casados) traria o assumir de novos papéis e responsabilidades. Esta alteração poderia gerar insatisfação em relação às suas condições de vida, levando-os a migrar, pelo facto de sentirem a necessidade de assegurar o bem-estar de todos os seus elementos. É no cumprimento destas tarefas/responsabilidade que também se pode justificar a decisão pela migração (Rossi, 1955 cit. por Peixoto, 2004a).

É ainda de realçar, que para além do estágio de desenvolvimento, em questão, estes emigrantes, segundo a teoria da selecção reuniriam outras especificidades, para lá da insatisfação pelas circunstâncias de vida, a nível familiar ou profissional, uma vez que tal situação poderia ser semelhante à de outros, que não viram a emigração como solução. O facto de se vivenciarem as mesmas circunstâncias (instabilidade profissional, baixos salários, entre outros) não implica, que todos optem pela melhoria

das suas condições de vida noutros países. Esta diferenciação deve-se, como já frisado, à avaliação individual (subjectiva) que de acordo com a Teoria da Transição de Schlossberg e colaboradores (1995), se baseia na avaliação da situação vivida pelos sujeitos de acordo com das características do *self*, da percepção do suporte social e das estratégias a adoptar.

Pode assim, explicar-se o porquê de perante a mesma situação serem adoptadas respostas diferenciadas, por diferentes indivíduos, visto que esta decisão é também resultado das variáveis da personalidade e das características do meio/ambiente envolvente, como definia Kurt Lewin (1936) na sua Teoria de Campo. Se averiguarmos, verificamos que existiu como que uma modelação do comportamento para com estes indivíduos, no que se refere à migração, pois se, por um lado, 72.2% disse ter conhecidos que já tinham emigrado, 65.4% refere que estes eram familiares. Podemos considerar que havia uma tradição pela emigração, no seu contexto familiar e social mais próximo, o que facilitou a ponderação desta opção para resolução de alguns constrangimentos nas suas vidas. Concordamos, pois com a perspectiva da *Teoria da Selecção*, visto considerarmos que estão presentes, nestes indivíduos, habilidades importantes a nível económico, social e até familiar.

A família funcionou aqui como um uma **rede de suporte e de inter-ajuda**, que começou, no caso da nossa amostra, na partilha da tomada de decisão pela migração, com os familiares. Neste sentido, as decisões não foram decisões racionais individuais, tomadas por actores individuais isolados, mas por grupos de pessoas geralmente agregados familiares. Concordamos com Portes (1999) ao afirmar que o migrante faz parte das redes sociais, sendo através desse capital social que mobiliza os seus recursos, com o intuito de alcançar os seus objectivos e de responder a diferentes situações.

Como afirmaram Portes e Boröcz (1989), a propósito da Teoria das Redes Sociais, para lá dos cálculos individuais estas redes, formais e informais, ajudam a explicar as diferentes propensões para emigrar, explicando o porquê de nem todos os que têm o mesmo capital económico e cultural emigrarem (Bourdieu, 1997 cit. por Góis, 2006). Salienta ainda Papalia e colaboradores (2006), que o homem resulta de factores internos e externos, do meio natural, familiar, dos amigos e da comunidade. O capital social poderá um papel de grande peso enquanto impulsionador da tomada de decisão por parte destes imigrantes.

Existiam já **tradições familiares de emigração** ou até de elementos do seu grupo de amigos, salientando-se aqueles que estavam emigrados em Portugal. A par da escolha do país de destino e da recolha de informações, a fim de tornar todo este processo migratório mais seguro, uma das lógicas evidenciadas nestes imigrantes consistiu no recurso a estas **redes informais**. Estas fontes de **suporte social** eram constituídas por conhecidos, amigos e familiares já imigrados em Portugal, e pelas “agências de viagens”, as quais eram vistas como mecanismos de recurso de informação, acerca das oportunidades de trabalho e da realidade existente nos possíveis países de destino, funcionando, deste modo, como factores protectores. A partir daqui criaram expectativas e prepararam-se para algumas dificuldades que poderiam vir a ser sentidas (52.8% criaram expectativas adequadas à realidade relativamente à vida de imigrante).

Activada esta rede, a escolha de Portugal foi a primeira opção para 52.8%, pelo facto de terem aqui familiares e amigos. Deste modo, se evidencia que a acção do indivíduo não pode ser vista apenas como agente individual, mas como parte integrante de uma estrutura social. Os dados da nossa amostra vão assim, ao encontro dos resultados de outros estudos (Baganha *et al.*, 2006; Ferreira *et al.*, 2006) no que se refere ao facto de existir uma rede de conhecidos no país de destino, que assume a função de intermediário entre os dois países, tendo um peso significativo na escolha do país de destino, sendo até mesmo, incentivador da emigração. São criadas assim expectativas face ao apoio social que possa vir a ser prestado, funcionando como factor protector e, numa situação oposta, como factor de risco (quando em determinados países não existem redes sociais de apoio). Concordamos, por isso, com a perspectiva de Portes e Boröcz (1989) ao afirmarem que a propensão para migrar muito se deve à comunicação da inserção dos indivíduos nessas redes sociais.

Acrescentamos ainda, que neste estudo, foram os indivíduos que referiram ter pessoas dos seus relacionamentos mais próximos, emigradas, os que demoraram menos tempo na sua tomada de decisão (73.0% fê-lo em menos de um ano). Essas pessoas eram, sobretudo, familiares, o que, mais uma vez, vem reforçar a ideia do carácter familiar da emigração e o facto destes emigrantes vivenciarem experiências muito próximas de migração.

A acção das redes informais não se restringe apenas à escolha do país de destino, visto que esta continua à chegada e nos primeiros momentos no novo país. Como salientam Figueiredo (2005) e Marques (2006) estas redes sociais, que podem variar no tamanho e na dimensão, permitem minimizar os custos e riscos inerentes a emigração.



Os principais **obstáculos** que encontram na chegada a um novo país prendem-se com o domínio da língua, com o acesso ao trabalho, habitação, legalização, questões burocráticas, ausência da família nuclear e alargada, e dos amigos, solidão, entre outras. As redes de apoio que perspectivaram ainda nos seus países, foram realmente importantes aquando da sua chegada, pois consideraram que a presença deste suporte lhes foi fundamental no acesso ao trabalho (58.3%), no alojamento (16.7%) e na burocracia (12.5%), tendo o mesmo sido observado na investigação de Santana (2003), em que esses apoios prestados por amigos, familiares e conhecidos começaram a ser prestados quando o migrante ainda estava no seu país de origem.

Para lá deste **suporte perspectivado**, outras fontes de apoio surgiram, pelo que 80.6% que referiu ter sido ajudado desde que estava em Portugal, salientaram ter recebido apoio psicológico e moral (63.9%), ajuda na procura de emprego (61.1%), no alojamento (38.9%), na aprendizagem da língua (38.9%) e apoio financeiro (25.0%). Estes apoios foram prestados por amigos dos seus países de origem (17.2%), familiares (17.2%) e amigos ou conhecidos portugueses (13.8%).

À medida que o tempo decorre e as necessidades mais prementes no processo de integração são satisfeitas e, ao mesmo tempo, se estabelecem novas amizades, verificámos que o apoio prestado deixa de estar situado ao nível básico, como seja, as necessidades fisiológicas e de segurança, de acordo com a teoria de Maslow (1954), passando a ser prestado apoio a um nível superior, apoio moral e psicológico, ou seja, com vista a colmatar necessidades de pertença e amor, assim como de estima (Maslow, 1954). Há necessidade de recorrer a um tipo de apoio mais emocional, pelo que, como eles próprios referiram, que a sua rede de amigos era importante a este nível. Neste âmbito, Santana (2003) considera que é possível falar em “migração faseada”, ou seja, há fases que “podem ser identificadas a partir de vários critérios, o trabalho, a legislação, o alojamento, a integração familiar e, ainda, a construção sucessiva de novos patamares de expectativas à medida que os patamares alicerçados vão sendo conquistados” (Santana, 2003, p.82).

Por seu turno, o papel destas redes aumentou à medida que as “**agências de viagens**”, organizações mafiosas, começou a perder a força de actuação. As agências de viagens “(...) criadas especificamente para o efeito, procedem ao seu controlo através de meios coercivos, passando por rotas previamente definidas até à chegada ao país de destino (...)” (Relatório sobre a evolução do fenómeno migratório, Inspeção Geral do Trabalho *et al.*, 2002 cit. por Baganha *et al.*, 2006, p.6). Diversos sujeitos desta amostra

referiam ainda que estas agências de viagem exerciam a sua coação não só aquando da preparação e de todo o trajecto até Portugal, mas também já no país de destino (...) os grupos criminosos continuam a controlar a situação dos imigrantes se necessário através da coacção, por meio de retenção dos respectivos passaportes e de ameaças sobre a família ou de denúncia às autoridades (...)."

Assim verificamos, que também a maioria destes imigrantes que vieram para Portugal aderiram a promoções organizadas por estas agências, comprando a custos elevados, acima dos 600€, pacotes nos quais estavam inseridas promessas de trabalho, contactos privilegiados em Portugal, um visto para entrar em Portugal e a viagem, na maioria das vezes de autocarro. Este panorama era mais significativo entre aqueles tinham deixado os seus países há mais de cinco anos. Os imigrantes salientam que ao comprarem estes pacotes já estavam informados de máfias e burlas que poderiam estar associados. Mesmo assim, devido à vulnerabilidade em que se encontravam (más condições de vida, necessidade de emigrar, desconhecimento da língua e ausência de contactos estratégicos) não tiveram outra alternativa se não recorrer a estas agências. A viagem dos imigrantes que estão em Portugal há mais de cinco anos, foi mais conturbada, comparativamente à outra parte da amostra que referiu que tudo decorreu bem, reforçando o papel das redes de apoio informais em detrimento das "agências de viagens".

A nível relacional e social, podemos dizer que estes imigrantes facilmente criaram amizades, quer com portugueses quer com outros imigrantes, pelo que afirmam ter constituído e ter uma rede de apoio com a qual podiam contar.

O seu tempo de residência no distrito de Coimbra era, nalguns casos, superior 11 anos (2.8%), estando a maioria há mais de 8 anos (25.0%) o que pressupõe que todos os investimentos iniciais de quem chega a um novo país já tivessem sido ultrapassados. Como referimos na revisão bibliográfica, diversos estudos (Hellerman, 2005; Monteiro, 2006; Dias & Gonçalves, 2007) chamam à tenção para a grande vulnerabilidade, desta população, ao isolamento social. Os elevados níveis de stresse ocupacionais, relacionados com o excesso de horas de trabalho, a dificuldade em fazer poupanças e a vivência de algumas situações de discriminação contribuem para esse isolamento. O facto de viverem há já muito tempo no mesmo local permitia-lhe, por seu turno, ter um grupo de amigos, composto por indivíduos de diferentes nacionalidades, desde imigrantes a portugueses, com o qual podem contar e com quem contactam frequentemente (35.7% referia ser mais do que uma vez por semana), o que contraria

uma tendência para o isolamento social a que esta população está mais predisposta, e que por sua vez, embora passassem muito tempo em casa, estes gostavam de passear de ir ao café, cinema, ao futebol, entre outros.

Informalmente, podemos considerar que os imigrantes desta amostra têm uma rede social de apoio e ao mesmo tempo fazem parte dessa rede, pelas interações com outros imigrantes ou com potenciais migrantes, como defendiam Brettel e Hollifield (2000). Dada a sua integração e adaptação conseguem ainda ajudar, económica e emocionalmente, aqueles que ficaram nos seus países através do envio de poupanças (55.5%), mesmo quando o valor mensal auferido pelos que estão empregados (61.1%) e pelos que trabalham “à hora” (16.7%) se situa entre os 250€ e os 500€. Nesta amostra, ao contrário de outros estudos que demonstraram que há medida que o tempo de permanência aumenta, os imigrantes tendem a enviar menos poupanças (Ferreira *et al.*, 2005) verificamos, com a nossa investigação, que os que enviam poupanças com maior frequência estavam há mais tempo em Portugal. Esta realidade poderá estar associada à conquista de uma maior estabilidade económica, sendo que as condições económicas, dos imigrantes mais recentes, são ainda fragilizadas e difíceis

O espírito associativo está ainda pouco presente nestes imigrantes, 33.3% pertence a uma associação quer de cariz cultural, de apoio a imigrantes, desportivo ou de estudantes, assumindo, muitos deles, o papel de ajudar os outros, sendo visível um envolvimento no apoio à integração dos outros e no reforço da sua própria integração. Salienta-se o facto de um dos sujeitos ser presidente de uma associação de imigrantes. A existência e pertença a estas redes, parece contribuir positivamente para minimizar a vulnerabilidade destes imigrantes face à exclusão social (Matias, 2004). Outras investigações (Almeida *et al.*, 2000; Silva, 2003 e Upcraft, 2002, cit. por *Seco et al.*, 2005a; Pinheiro, 2003) têm ainda vindo a reforçar que a integração social é facilitada quando o indivíduo tem uma participação activa em actividades de natureza associativa, dado que não só permite o desenvolvimento de sentimentos de identidade e de competências relacionais, como funciona como fonte de suporte emocional, de aceitação e orientação. A manutenção do contacto estabelecidos à distância, com aqueles que ficaram nos países de origem (familiares e amigos), é importante para a sua estabilidade emocional e conseqüentemente para a integração no novo país. Estes imigrantes (88.9%) mantêm contactos frequentes com aqueles que deixaram nos seus países (50.0% fazia-o mais do que uma vez por semana). Estes contactos reportam-se a contactos de natureza afectiva e emocional (Castro, 2008) estabelecidos por telefone (61.1%) e/ou internet (25%). Por sua vez, 83.3% viaja com alguma regularidade até

aos países dos quais eram nativos, dos quais 63.3% refere que o faz uma vez por ano. Há uma preocupação em manter o grupo de amigos do país de origem (88.9%). Por sua vez, é igualmente importante ter grupo de amigos em Portugal, com o qual 82.1% pode contar em qualquer situação.

O suporte social destes imigrantes é colectivo, sendo constituído por um grupo de amigos e familiares, quer do país de origem quer dos países de destinos. No caso da rede de amigos criada em Portugal são estabelecidos contactos presenciais, baseados numa relação mais directa. Estes contactos são fundamentais na integração, uma vez que também estes imigrantes, como iremos ver mais à frente, consideram que ter um grupo de amigos, é um dos aspectos essenciais para que um processo de integração se faça com sucesso.

Durante a sua estadia, estes imigrantes recorreram também a redes formais existentes em Portugal, que lhes davam respostas mais burocráticas, relativas às condições que tinham de reunir a fim de conseguirem legalizar-se, como é o caso da Embaixada/consulado (86.1%), do SEF (97.2%), Junta de freguesia (80.6%) ou IEFP (61.1%). No caso de instituições que prestavam outro tipo de serviços, de carácter mais cultural, assistencial e informativo, 36.1% recorreu a associações de imigrantes, 22.2% ao CLAII e 16.7% a instituições religiosas.

Os enclaves étnicos, como referimos no enquadramento teórico, ao potencializarem a criação de oportunidades de trabalho, com base numa relação de etnicidade, colmatam dificuldades de inserção no mercado autóctone. Eram estes, o elo e agentes mediadores dos recém-chegados ao país de acolhimento. De acordo com a nossa amostra verificámos que na sua maioria, a existência de pessoas amigas ou conhecidas em Portugal, também elas imigrantes, foram os principais agentes no acesso ao primeiro trabalho. Confirmando e citando Faustino, “os enclaves étnicos assumem um papel importante no desenvolvimento social e no *empowerment* daqueles que se encontram em condições mais vulneráveis dentro da própria comunidade étnica” (Faustino, 2009, pp.39,40). São assim, importantes redes sociais para o sucesso da integração e crescimento dos enclaves.

Como temos vindo a constatar a avaliação das realidades destes imigrantes é subjectiva, uma vez que não são contemplados todos os factores que determinarão a sua integração. Mesmo tendo sido previsto situações, mais ou menos difíceis, e consequentemente gerado expectativas acerca das mesmas, verificou-se um desfasamento entre a realidade e o idealizado.

Há uma grande diversidade de vivências inerentes à migração, mais ou menos previstas, com as quais estes imigrantes foram confrontados como seja a adaptação à nova cultura, o exercício de uma profissão abaixo das suas qualificações, a adaptação às características de um novo alojamento, o partilhar o mesmo espaço com pessoas desconhecidas, a aprendizagem de uma nova língua, entre outras. Estes imigrantes tiveram de enfrentar uma determinada conjuntura, que envolveu mudanças cognitivas e comportamentais, tendo que lidar com as exigências internas e externas que consideravam como mais stressantes (*stress* cultural) ao longo do processo de aculturação, como considerava Neto (2008).

Quando falamos em integração num país referimo-nos a aquisição de competências linguísticas e comunicativas, de competências pessoais, profissionais, relacionais, organizacionais e sociais, do usufruto dos direitos de cidadania, do acesso económico, institucional, cultural e à participação na vida democrática. Segundo a perspectiva destes imigrantes integração com sucesso dependeria de ter um trabalho (80.6%), de saber falar a língua portuguesa (80.6%), de ter um grupo de amigos (58.1%) e de conhecer o modo de funcionamento do país (33.3%).

Na auto-avaliação que fizeram da sua **integração** a maioria considerou-a *difícil* (55.6%), salientando, como aspectos mais difíceis, aqueles que se relacionavam com o *domínio da língua portuguesa* (o *falar* referido por 55.6% e o *escrever* 58.3%), com os *aspectos económicos* (55.6%), com os *aspectos sociais* (55.6%), com o *acesso ao trabalho* (50.0%) e com a *legalização* (50.0%). Em contrapartida, os aspectos que consideraram mais *fáceis*, no que se referiu à sua integração, foram a *adaptação à cultura portuguesa* (77.8%), o acesso à saúde (66.6%), o ler em português (52.8%) e o *acesso à habitação* (50.0%).

Perante tal realidade, somos confrontados com o facto de as principais dificuldades estarem relacionadas com motivações que impulsionaram a emigração, ou seja, sendo estas de cariz económico, os imigrantes referiram ter mais dificuldade em conseguir um trabalho e, ao mesmo tempo, em conseguir economizar. Como verificámos anteriormente, dos que estavam numa situação de desemprego nos seus países, apenas 77.8% (7) tinha conseguido inserir-se no mercado de trabalho, alterando a situação de desemprego com a migração e 91.6% manteve-se no mercado de trabalho, desde o seu país de origem, apesar de se registar uma mobilização descendente, ao exercerem profissões cujas habilitações eram inferiores às que possuíam (53.6%). Na fase inicial o acesso ao emprego pareceu ter sido ligeiramente mais fácil (dada a

conjuntura económica nos finais do século XX), porém com a continuidade, e dada a crise actual, começaram a sentir-se dificuldades na sua inserção profissional, mesmo em trabalhos anteriormente rejeitados pelos autóctones.

A **dificuldade no reconhecimento das habilitações**, e consequentemente os entraves ao acesso a trabalhos inseridos no mercado formal, ajudam a explicar o exercício de profissões abaixo das suas habilitações (53.6%), de realizarem trabalhos mais arriscados (46.7%), relativamente aos outros colegas e de trabalharem mais de 22 dias por mês (57.1%). Foi notória uma grande mobilidade profissional, por dos 60.0% que afirmaram ter tido mais do que um emprego, 19.4% já mudado de trabalho cinco vezes. Porém, é de salientar que esta mobilidade se processava dentro do mesmo sector económico (serviços, construção civil, limpezas), e não de uma forma ascendente.

Salientam-se ainda dificuldades a nível social, no que concerne à vivência de **situações de discriminação**, 69.4% afirma terem feito sentir-se mal por ser imigrante de leste. As atitudes e comportamentos mais discriminatórios eram exercidos sobretudo, pelas *peças na rua* (44.4%), pelos *patrões* (38.9%), pelos *colegas de trabalho* (19.4%) e *vizinhos* (19,4%), através do exercício de trabalhos mais arriscados, por atitudes preconceituosas, pela diferenciação no atendimento público, entre outros. Deste modo, 69.4% considerara que *alguns portugueses são racistas/xenófobos*.

Policarpo e Lages (2006), no estudo acerca da percepção dos portugueses, demonstraram que os imigrantes de Leste eram avaliados pelos portugueses, em comparação com os restantes imigrantes, como sendo os mais trabalhadores. Porém, neste mesmo estudo os imigrantes de Leste tanto eram avaliados como “pouco semelhantes” ou como “muitos semelhantes”, o que conjuntamente com as suas vivências e dificuldades linguísticas, assim como, pela percepção do distanciamento entre as habilitações e a profissão exercida, poderiam ser factores a contribuir para alguma discriminação social (auto e hetero discriminação). Na nossa amostra os imigrantes identificam como principais agentes de discriminação os patrões, considerando que muitas vezes exigem que façam trabalhos mais arriscados (46.7%) em comparação aos colegas portugueses. No entanto, essas situações de diferenciação diminuíam no que se referia ao atraso nos pagamentos (23.3%) e ao valor das remunerações (36.7%).

A aprendizagem e o domínio da língua foram, igualmente, aspectos considerados como mais difíceis na sua integração. Sabemos que o conhecimento da língua é uma das

*sine qua non* para a inserção no mercado de trabalho. Neste aspecto, mais uma vez as redes de suporte, informais, muito contribuíram para ultrapassassem esta barreira, nomeadamente através do apoio de alguns patrões, colegas de trabalho e outros imigrantes, ou através da inscrição em cursos de língua portuguesa (33.3%). Embora relatassem situações de grande constrangimento e dificuldades por não dominarem a língua, no momento da aplicação do questionário este aspecto parecia ter sido superado.

Confrontados com estas dificuldades e após uma avaliação das mesmas, os imigrantes definiram um conjunto de respostas (**estratégias de coping**) a fim de as superar. Atentos às possíveis dificuldades que iriam encontrar no novo país, activaram uma rede de apoio em Portugal, quando ainda estavam no país de origem (elementos pertencentes às “agências de viagens” e familiares/ amigos já imigrados), com a qual a maioria dos imigrantes pode contar, no acesso ao trabalho, no alojamento, na aprendizagem da língua portuguesa e na legalização. Por sua vez, com o intuito de estarem melhor preparados, ou seja, de controlarem o significado da situação que estavam a vivenciar, pediram ajuda de diferentes naturezas (económica, profissional, psicológica, burocrática) aos que já se encontravam no país de destino. Assim, numa primeira fase recorreram a estas redes para resolver necessidades mais instrumentais e numa fase posterior procuraram um outro tipo de apoio, que lhes proporcionava uma melhor estabilidade emocional.

A concretização dos objectivos da emigração, não passava por uma realização profissional, dadas às dificuldades em reconhecer as suas habilitações, que os impediam de aceder a trabalhos pertencentes ao sector formal. As suas motivações económicas levaram-nos inserir-se no **mercado de trabalho informal**, conseguindo assim alterar a situação stressante, ou seja, a existência de barreiras no acesso ao mercado primário e, conseqüentemente, o desemprego. Sendo muito difícil o reconhecimento das suas habilitações e com vista a rentabilizarem, no menor tempo possível, a sua permanência em Portugal, estes imigrantes, à semelhança de resultados de estudos variados (Santana, 2003; Baganha, *et. al.*, 2006, Santana & Sarratino, 2005, Lages *et al.*, 2006) adoptaram esta estratégia, da inserção em profissões pouco qualificadas, de atracção para os imigrantes e, muitas vezes, rejeitadas pela população autóctone, como pretendeu explicar a Teoria do Mercado Dual do Trabalho (Piore, 1979). Apesar de estarem inseridos no sector da economia informal, foi-lhes permitido melhorar as condições de vida comparativamente às que tinham antes da sua chegada a Portugal, conseguindo até auferir rendimentos neste sector, do que aqueles que

obteriam num trabalho do sector formal. Embora com condições económicas mais parcas, estes imigrantes conseguiram aumentar o padrão de vida anterior.

Conforme referiu Rosa (2005) os imigrantes de Leste apresentam elevadas qualificações académicas, superiores à média nacional e até em relação a outros contingentes, embora não tenham visibilidade no mercado de trabalho onde estão inseridos. Observou-se um **processo de desqualificação** nestes imigrantes, pelo facto do nível educativo não corresponder ao da profissão exercida. Contudo, a adopção desta estratégia permitiu, a grande parte dos imigrantes, sair da situação de desemprego em que se encontrava. Estão inseridos no sector do comércio ou serviços, na indústria e construção civil (77.8%), sendo os seus contratos de trabalho a prazo (28.6%) ou efectivos (25.0%), embora 21.4% não tenha um contrato de trabalho.

A maioria afirmou ter lidado bem com esta situação de desqualificação, pois esta foi encarada como uma estratégia para alcançar os objectivos definidos, por reconhecerem esta situação como temporária e por conseguirem juntar mais dinheiro, do que se estivessem a exercer outro tipo de actividades. Tendo em conta a perspectiva da Taxa de Retorno da Educação, esta situação, apesar da existência de uma descida da posição/realização profissional, houve uma compensação a nível financeiro, como referiu Rosa (2005). Deste modo, vêem o seu trabalho como um meio de ganhar a vida (82.1%), como um meio para alcançar um trabalho melhor (78.6%) ou como tendo sido o único trabalho que tinham conseguido arranjar (57.1%). No entanto, afirmam ser reconhecidos naquilo que fazem (75.0%).

Podemos considerar que a integração social parece estar relacionada com a integração económica e com a inserção no mercado de trabalho. Como refere Bruto da Costa (2005) este é um aspecto de socialização e consequentemente de integração social, porém é de lembrar que quanto maior for a amplitude entre as habilitações e a actividade profissional exercida, maior será a sua vulnerabilidade às dificuldades de inserção económica e social, o que ajuda a predizer, tal como já abordámos anteriormente, a longevidade da imigração.

Como temos vindo a verificar ao longo desta análise, a família revelou ter um papel de extrema importância ao nível do apoio e do suporte prestado durante todo o percurso migratório, o qual pode ser prestado à distância ou em proximidade. Contudo, a presença de familiares no país de acolhimento, é fundamental como falamos de integração.



A lei contempla uma medida, que permite, reunidas determinadas condições, trazer para Portugal membros da família do migrante que aqui resida, através do **Reagrupamento Familiar**. Dado o carácter permanente da migração por parte destes sujeitos, e a fim de superar as dificuldades inerentes à separação da família, 38.9% afirma que familiares seus já vieram para Portugal, posteriormente à sua chegada, e por sua vez 44.4% dos imigrantes da amostra já tinha usufruído do Reagrupamento Familiar. Na realidade, e para comprovar a natureza mais familiar que esta migração ganhou, a maioria (77.8%) tinha vindo sozinho (19.4%), com amigos (25.0%) ou outros imigrantes desconhecidos (33.4%). Contudo, deste 63.8% já vivia com elementos da sua família nuclear (cônjuge e filhos). Assim, a migração passou a assumir um carácter mais familiar através da reunificação da família no país de acolhimento. Estes imigrantes viviam com mais dois (27.8%) ou três (22.2%) familiares, em casa/apartamento arrendado (72.2%) ou em habitação própria (8.3%).

Segundo os nossos imigrantes, para ocorrer uma integração com sucesso, é fundamental saber como funciona o país. No entanto, embora conhecessem algumas leis inerentes à migração, 47.2% desconhecia a nova lei da imigração em Portugal, o que poderia condicionar o usufruto dos seus direitos e o cumprimento dos seus deveres.

Embora Portugal seja um país relativamente novo no que se refere à imigração, tem vindo a desenvolver um conjunto de directrizes que pretendem promover uma melhor integração de todos aqueles que escolheram o nosso país como destino. Deste modo, procurou especializar respostas prestadas àqueles que fazem parte desta realidade, embora algumas instituições abranjam toda a população. A fim de resolver necessidades de natureza variada, os imigrantes da nossa amostra recorreram a redes de apoio mais formais, cujos serviços prestados são avaliados como satisfatórios por 27.8%, enquanto 55.6% consideram que alguns serviços têm um *bom* e outros um *mau* funcionamento. Segundo as Teorias Institucionais, o tipo de política migratória adoptada pelos países receptores e a articulação das diferentes políticas ao nível da saúde, segurança social e de trabalho são determinantes para a concretização da integração do imigrante na sociedade autóctone.

Compilando as principais estratégias utilizadas por estes migrantes durante a fase *moving through*, na qual era necessário ao indivíduo manter a energia e realizar as actividades de compromisso com a decisão, destacaram-se o recurso a amigos portugueses (75.0%) e a outros imigrantes (47.2%) para os ajudarem nas questões

mais prementes da migração, a inscrição nas aulas de português para superara a dificuldades relacionadas com a língua (33.3%), o recurso ao reagrupamento familiar (25%) para terem mais perto os seus entes queridos e ainda a vivência de um processo de desqualificação profissional (53.6%) a fim de conseguirem uma inserção no mercado de trabalho, de fazerem algumas poupanças e de se legalizarem.

Verificamos assim, que a migração trouxe um conjunto de mudanças nas vidas destes imigrantes, ao nível das suas rotinas, dos papéis, dos relacionamentos e das percepções acerca de si e do mundo. Perante novas realidades e situações tiveram de se por à prova, de assumir os seus compromissos e activar recursos e estratégias que lhes permitissem um ajustamento e integração no país de acolhimento.

O contacto com a cultura foi um dos aspectos considerados mais fáceis no que se referia à sua integração. Daí ser visível que ao longo do processo de aculturação estes imigrantes conseguiram conciliar aquilo que fazia parte da sua cultura com os aspectos da cultura portuguesa, não negando uma nem rejeitando a outra. Conseguiram fazer um conjunto de ajustes que não lhes impediam de manter as suas tradições e ao mesmo tempo conseguiam adaptar-se e viver segundo a realidade cultural de Portugal, o que permitiu a sua *integração* (66.7%), no que se refere à aculturação (Berry, 1990).

Ainda neste sentido, foi visível nos seus padrões de vida diária, que embora já dominassem minimamente o português, preservam a sua língua materna em contexto habitacional (75.0%), nomeadamente, quando todos os elementos tinham a mesma nacionalidade (85.2%). Em situações contrárias comunicavam em português. Também, no que se referia à confecção de refeições mantinham as dos seus países de origem, assim como, tinham aderido à gastronomia portuguesa, pelo que para 72.2% faziam as refeições típicas de ambos os países.

É chegado o ponto, em que decorrente de toda esta situação resultante da migração, é necessário começar a perspectivar o encerrar deste processo (*moving out*), porque tal como referia Schlossberg, *Today is not forever* (Schlossberg *et al.*, 1995).

Estes imigrantes para os quais o mais importante na vida é ter saúde (86.1%), ter casa e dinheiro (63.9%) e ter um emprego (61.1%) e que, por sua vez, a situação contrária corresponde aos seus maiores medos, tinham que, fazer uma avaliação de todas estas vivências, para (re)pensar naquilo que pretendiam fazer no futuro.

Consideraram como aspectos negativos o *acesso ao trabalho* (38.9%), o *reconhecimento pessoal e profissional* (27.8%), e, com igual valor (25.0%), o *alojamento*, o *acesso à saúde*, o *respeito*, o *contrato de trabalho*, o *acesso à educação* e o *acolhimento da sociedade autóctone*. Embora tenham vivido algumas situações de discriminação em locais públicos, na rua ou no trabalho, consideram que os portugueses os acolheram *bem* (44.4%) e *razoavelmente* (44.4%).

Verificámos que 69.4% gosta *mais ou menos* do país que os acolheu, pelo que 72.2% está satisfeito com a sua vida aqui. Daí a maioria destes imigrantes (75.0%) considera que a decisão pela migração valeu a pena, apesar de todas as dificuldades e investimentos que fizeram e que ainda se mantêm. Porém, 25.0% considerou que todos os esforços dispendidos não tinham valido a pena, os quais apontam os baixos ordenados (46.2%) ou este factor em conciliação com o facto de não ter correspondido às suas expectativas e de não terem conseguido poupar (30.7%) o que haviam perspectivado. No entanto, no total da amostra, a emigração para outro país foi perspectivada por 25.0%.

Quando saíram dos seus países estes imigrantes viviam bastantes **dificuldades económicas e profissionais**, pelo que, para conseguirem alcançar melhores condições de vida, para si e para as suas famílias, tiveram de deixar para trás os seus países e aproveitar as oportunidades que pareciam surgir no outro lado da Europa. As motivações que os levaram a tomar esta decisão foram, sem dúvida, económicas e familiares. No entanto, aquele que parecia ser um projecto a curto prazo tinha ultrapassado há muito o tempo perspectivado, pelo facto de muitos dos objectivos que traziam ainda não terem sido alcançados. Deste modo, 19.4% afirmou que não queria regressar ao país de origem. Como justificação, estes apresentaram o facto de alguns já terem aqui a família estabelecida (23.1%) e por terem melhores condições de vida (15.4%). Todavia, independentemente de quererem ou não regressar ao país de origem, ou até de emigrarem para outro país, 91.7% ainda permanecia em Portugal, pois ainda não tinha alcançado os objectivos económicos delineados para a emigração. Em contrapartida, a maioria (47.2%), passava regressar ao país de origem, dos quais 41.2% perspectivam que tal ocorresse em menos de dois anos, querendo trabalhar no comércio ou em serviços (23.8%).

Verificamos assim que a maioria destes imigrantes conseguiu integrar-se com sucesso no nosso país. Reuniram determinados factores protectores e facilitadores dessa mesma integração, desde o facto de a migração ser um projecto decidido colectivamente, de já

ter sido abraçado por aqueles que lhes eram mais próximos, de terem pessoas conhecidas no país de destino, de possuírem uma rede de apoio, informal e formal, que os ajudaram nas questões relacionadas com a migração, de terem habilitações médio-elevadas que poderiam facilitar a sua adaptação e de conseguirem, a partir das suas avaliações, definir um conjunto de recursos e estratégias que lhes permitiram ajustar-se à nova realidade e facilitar o alcance dos seus objectivos.

Tudo isto trouxe uma série de mudanças nas suas vidas, nomeadamente nas rotinas, nos papéis, nos relacionamentos, na percepção de si e do mundo, na redução de estatuto e de direitos. No entanto, avaliaram esta decisão positivamente, sentindo-se satisfeitos com a sua vida em Portugal, pelo que se, por um lado, quando optaram pela emigração tinham em mente regressar a curto prazo, aquando da recolha de dados, e dado o prolongamento no tempo da emigração, já eram visíveis interesses em permanecer em Portugal ou até emigrar para outro país.

Aos muitos debates e perspectivas do fenómeno migratório, acrescentamos a ideia de que o percurso migratório coincide com o processo de transição pessoal e social, ao qual deveremos estar atentos e conscientes, quer enquanto cidadãos quer enquanto membros dos diversos sistemas do país receptor. Temos presente que há determinadas características relacionadas com o perfil do imigrante que têm de ser contempladas na análise deste processo, algumas das quais predictoras do sucesso da sua adaptação. No entanto, dado o número reduzido da nossa amostra não nos foi possível fazer esse tipo de análise, nem verificar as especificidades relativas às diferentes nacionalidades (dos países de leste) e ao sexo dos imigrantes, assim como às suas habilitações, que consideramos serem variáveis importantes no que se refere à integração e consequentemente à resolução com sucesso da transição.

Através deste estudo foi notório que o processo migratório gera uma mudança ecológica, que coincide uma **transição pessoal e social**, na qual as redes de apoio, constituídas por familiares e amigos, revelaram estar presentes ao longo de todo o percurso. A literatura e a investigação empírica têm-nos transmitido que a existência de relacionamentos interpessoais e a percepção do suporte social que deles advêm são promotores da adaptação social, nas mais variadas situações de stresse, mudança ou de transição (Sarason *et al.*, 1990, Cohen, Gottlieb & Underwood, 2000, Lencastre *et al.*, 2000 cit. por Seco, *et al.*, 2005a; Pinheiro & Ferreira, 2002; Pinheiro, 2003). Torna-se portanto imperioso, conhecer e perceber, de um modo mais objectivo, como se promove esta adaptação social num novo país, através da avaliação e da percepção

do número de pessoas que cada imigrante percebe como disponíveis para o ajudarem em determinadas situações, e qual o seu grau de satisfação relativamente ao suporte percebido.

Contudo, embora este estudo se tenha baseado em imigrantes provenientes dos países de leste, consideramos que será muito interessante, em pesquisas futuras, analisar as características que este processo terá em imigrantes de outras nacionalidades. Para tal, recomendamos estudos com um maior número de participantes, podendo recorrer-se a escalas de avaliação e a outros instrumentos de recolha de dados que facultem informações inerentes às diversas temáticas relacionadas com o percurso migratório, enquanto processo de transição pessoal e social.

## CONCLUSÃO

---

No século XVIII, em Portugal, já eram visíveis alguns indícios de imigração, nomeadamente de ingleses residentes na cidade invicta, devido ao negócio do vinho (Rocha-Trindade, 2001). Contudo, não se consegue precisar ao certo quando começaram a surgir os primeiros fluxos migratórios. Estes fluxos paulatinos, só muito recentemente, deram lugar a vagas mais intensas e com dimensões mais significativas. Dá-se então, uma alteração da ideia de Portugal, não só como país de emigrantes mas, também, como país de destino para muitos imigrantes.

De acordo com o X Recenseamento Geral da População, em 1960, verificou-se que em Portugal residiam 29 428 estrangeiros, os quais correspondiam a 0.3% da população residente total dessa altura. Estes eram oriundos, maioritariamente (67%) de países europeus como a Espanha, França e Alemanha, exercendo actividades relacionadas com a indústria, os quais estavam fixados, sobretudo, nas grandes cidades, como seja, Lisboa e Porto. Destacavam-se ainda os imigrantes provenientes do Brasil, mais concretamente 22%, que residiam no norte do país e no litoral. Deste modo, as principais nacionalidades que mais se evidenciavam eram a espanhola, correspondente a 40% a população estrangeira e a brasileira, representando 20% (Baganha & Góis, 1999). De facto, até à década de 60, Portugal era um país de índole predominantemente emigratória, sendo, por sua vez, a partir desta, que a presença de cidadãos estrangeiros começa a ganhar maior relevância.

Atendendo a dados mais recentes, e de acordo com o Relatório do SEF relativo ao ano de 2008, o Brasil ocupa o topo dos países de origem dos imigrantes residentes em Portugal, com 106 961 imigrantes, seguido da Ucrânia que ocupa actualmente o segundo lugar, com 52 495 residentes e de Cabo-Verde com 51 352 imigrantes. É de

salientar que a Roménia teve um crescimento significativo, tornando-se o país da União Europeia com mais residentes em Portugal, aumentando de 19 155 em 2007 para 63 925 em 2008 (SEF, 2008). Segundo os dados relativos à imigração em Portugal em 2008, registaram-se 440 277 estrangeiros com permanência regular em Portugal (SEF, 2008).

Até chegar à realidade actual, no que se refere à imigração em Portugal, podemos destacar três momentos específicos. O primeiro momento poder-se-á situar por volta de 1975, mais concretamente no pós-revolução do 25 de Abril de 1974, até ao início dos anos 80, sendo este marcado pela grande afluência das antigas colónias, na sequência do processo de descolonização que, em conjunto com os retornados, constituíram o núcleo-base daquelas que viriam a ser as grandes comunidades africanas estabelecidas em Portugal nos anos subsequentes. O segundo momento inicia-se nos princípios dos anos 80 até à década de 90, cujo número de imigrantes continuou a aumentar, assim como, a diversidade de nacionalidade de origem dos imigrantes, aumentando de 102 nacionalidades em 1981 para 129 em 1991 (Baganha, 1998). A par da imigração proveniente dos PALOP, sobretudo, imigrantes desqualificados, começam a registar-se fluxos provenientes do Brasil caracterizados pela diversidade socioprofissional e, ao mesmo tempo, assiste-se a um lento mas progressivo crescimento da imigração asiática (chineses e indianos). Os finais da década de 90 (1998-99) marcam o terceiro momento ou fase na imigração em Portugal. Entrar para o Espaço Schengen tinha deixado de ser atractivo para os cidadãos da ex-colónia, começando a surgir novas vagas migratórias vindas dos países do Leste Europeu (Baganha, 2005), especialmente da Ucrânia, Rússia, Moldávia e Roménia (Malheiros, 2005).

Nesta última fase, correspondente à imigração de Leste, o fenómeno migratório ganha novas características, face àquelas tradicionalmente registadas, pelo facto de se começarem a ouvir línguas diferentes, se cruzar com cidadãos com culturas e costumes diferentes, provenientes de países com os quais não existia até ligação. Acrescenta-se ainda o facto desta vaga migratória se caracterizar, pela forte dispersão geográfica e pelo facto destes cidadãos terem habilitações mais elevadas, do que aquelas que possuíam os imigrantes vindos dos PALOP ou do Brasil. Deste modo, este fenómeno começou a ganhar outra dimensão e a despertar maior interesse a nível governamental, em geral, e de algumas instituições locais, em particular.

Deixar o seu país de origem, a sua casa, o seu ambiente, a sua língua em que tudo compreendem e são compreendidos, e partir para um mundo no qual nada conhecem,

nada entendem, e onde não são, muitas vezes compreendidos é, acima de tudo, um acto de enorme coragem. Porém, por detrás desta determinação, mais do que o alcance de uma melhor qualidade de vida estão questões de sobrevivência, gerando nestes cidadãos, a motivação suficiente para superar dificuldades burocráticas, legislativas, sociais (exclusão, racismo, xenofobia) encontradas aquando da sua chegada ao país de acolhimento (Marques, 2005).

É neste contexto que se enquadra o estudo por nós apresentado, ao longo do qual, procurámos demonstrar que todo o percurso migratório, ou seja, o “conjunto de passos, acções ou situações, dados pelo indivíduo”, com um valor sequencial e cronológico (Rocha-Trindade, 1995, p.31) se inicia muito antes da chegada do migrante ao novo país. Quer isto dizer, que este começa ainda no país de origem e só termina com a integração do indivíduo no país de acolhimento.

Podemos considerar que este processo se inicia quando há a intenção de partir, e que para o efeito se tentam recolher informações acerca do potencial local de destino, comparando as oportunidades e ofertas existentes em relação à situação vivida no país de origem, se começam a criar expectativas acerca de uma vida futura, estabelecem-se contactos de potenciais redes de apoio no país de destino, contemplando diversas alternativas na sua avaliação. Podemos ainda acrescentar que tal poderá partir de uma percepção individual, colectiva ou até estrutural.

Após esta fase de balanço, e da preparação da viagem, dá-se a partida propriamente dita e o primeiro contacto com o país de acolhimento, ocorre assim uma fase de inserção, baseada no confronto entre o esperado e o real. A partir daqui é necessário fazer reajustes sendo exigidas e postas à prova competências pessoais, sociais e culturais como condição determinante no sucesso da sua integração na nova sociedade. O imigrante terá de ser capaz de dar um conjunto de respostas e de lidar com uma série de agentes de stresse, como sejam a escassez de uma rede de suporte e de recursos financeiros, a angústia relacionada com o desemprego, os baixos salários, o sentimento de não pertença àquela sociedade, a desorientação própria de um meio não familiar e de alguma discriminação (Neto, 2008).

Porém, é de salientar, que no caso específico dos imigrantes provenientes da Europa de Leste existe uma outra barreira relacionada com a língua, pelo que lhes é ainda acrescida a aquisição de competências linguísticas. Só o conhecimento de uma língua permite que se estabeleçam relacionamentos interpessoais, com a população



autóctone, se aceda a serviços existentes na comunidade, se alargue o leque de oportunidades a nível profissional e, acima de tudo, permite adquirir autonomia, diminuindo assim o grau de dependência relativamente aos outros. Claro que todo o investimento dependerá da duração perspectivada para a concretização deste projecto, a qual muitas vezes não corresponde à duração efectivamente vivenciada, pois de acordo com determinadas conjunturas a emigração que se previa temporária começa a ganhar um cariz mais prolongado, em que se recorre, por vezes, ao reagrupamento familiar, se começam a multiplicar gerações e a criar raízes mais profundas no país de acolhimento. Porém ao concretizarem todos os objectivos propostos com a imigração, poderão querer fixar-se permanentemente no país que os acolheu ou regressar aos países dos quais são nativos.

Toda esta transição, ou seja, viver num novo país, traz impreterivelmente um conjunto de mudanças, nomeadamente a nível ecológico e desenvolvimental (resolução de tarefas de desenvolvimento cognitivo e psicossocial), o que implica a adaptação a novas culturas, tradições, língua, estabelecimento de novos relacionamentos pessoais, o assumir novos papéis, o que nem sempre é uma tarefa fácil. Inerentes a esta transição estão a utilização de factores individuais, contextuais e situacionais, salientando desde já a importância que o suporte social poderá vir a exercer neste âmbito (Schlossberg *et. al.*, 1995; Pinheiro, 2004).

Podemos considerar que a transição para um novo país coincide com outros processos de transição, nomeadamente com um processo de adaptação, cuja vivência se pretende geradora de um sucesso na sua integração e ao mesmo tempo, impulsionadora de um bem-estar psicológico e social (Pinheiro, 2004).

Deste modo, nesta investigação, pretendemos perceber o processo migratório, a fim de melhor compreender este fenómeno, tendo como base conceptual o Modelo da Transição de Schlossberg, Watters e Goodman (1995), visto centrar-se não só no indivíduo, mas também no modo como este vivência e avalia cada situação e as consequentes modificações.

Partimos de conceitos-base como *percurso migratório* e *integração*, entendendo por este último, de acordo com Alfredo Bruto da Costa (2005) o acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos, dos quais fazem parte cinco domínios: social, económico, territorial, institucional e de referências simbólicas. Deste modo, evidenciamos que todos os passos e etapas inerentes ao percurso migratório coincidem com um processo

de transição pessoal e social, tal como definido no referido modelo (Schlossberg *et al.*, 1995).

A vivência da migração trouxe um conjunto de mudanças na vida do indivíduo, cujo impacto se fez sentir a nível do seu estatuto, inclusive com uma percepção da redução de alguns direitos (Jackson, 1991), assim como, a nível dos seus relacionamentos interpessoais (Jackson, 1991; Schlossberg *et al.*, 1995), das rotinas, dos papéis e da percepção acerca de si e do mundo (Schlossberg *et al.*, 1995).

Todavia, as mudanças decorrentes da migração não se fizeram sentir apenas no indivíduo migrante, mas nos restantes elementos da sua família e em todos aqueles que o rodeavam (Bronfenbrenner, 1979). Na realidade foi visível que a emigração obedeceu a uma estratégia que, por um lado, conciliou a perspectiva individual e, por outro, a realidade colectiva.

Neste sentido, ao pretender-se fazer uma análise interpretativa do fenómeno migratório não nos podemos restringir apenas a uma visão micro ou macro, como propunham alguns autores apresentados na revisão da literatura, isto é, não só se podem valorizar apenas as condicionantes particulares que levam à decisão individual de emigrar, nem às diversas forças que impelem as populações geograficamente determinadas à migração (Peixoto, 2004). A migração é então, um acontecimento multifactorial. Não podemos, tal como tinham afirmado Massey e colaboradores (1993), e como constatámos, explicar a migração tendo em conta apenas um único factor.

A fase inicial do fenómeno migratório vivido pelos imigrantes deste estudo, teve um carácter individual, porque vieram para Portugal sozinhos, com imigrantes desconhecidos ou com amigos. Todavia, tal facto não quer dizer que tivesse obedecido a uma lógica individual. Como constatámos, no momento da ponderação de uma possível migração, foi observado, como referido por Fonseca (2005), que esta resultava de uma estratégia familiar. Houve a necessidade de partilharem esta decisão com amigos, mas sobretudo com os familiares, que se revelou fundamental para a concretização deste projecto. A visibilidade da existência de um segundo momento migratório dentro do mesmo agregado, resultou de uma decisão, em que no início migrava só um elemento, geralmente o homem, que avaliaria a taxa de retorno, os custos-benefícios e só mais tarde (de acordo com a avaliação positiva das circunstâncias) se poderiam juntar outros elementos. Na nossa amostra pudemos acrescentar a esta lógica, que o prolongamento da sua estadia em Portugal lhes conferiu uma melhor qualidade de vida relativamente aquela que tinham nos seus

países. O alcance de uma maior comodidade, de uma maior integração no país de acolhimento, da inserção profissional e da aquisição de uma habitação, possibilitou-lhes reunir condições de maior estabilidade, permitindo-lhes assim, trazer elementos da sua família, recorrendo alguns ao *Reagrupamento Familiar*.

As principais motivações que impulsionaram a migração foram, sobretudo, económicas e familiares. Das mudanças sociais, políticas e económicas consequentes do desmembramento da ex-URSS, resultou uma grande instabilidade marcada pela escassez das ofertas de emprego, pela redução dos ordenados e do atraso no seu pagamento, o que consequentemente gerou dificuldades em economizar, chegando mesmo a registarem-se situações de sobrevivência. Tudo isto gerou nestes imigrantes fortes motivações, para deixarem o seu país em prol de oportunidades que se faziam sentir noutros locais sujeitando-se à vivência de restrições legais e físicas. Na mira tinham Portugal, do outro lado da Europa, onde se vivia nos finais do século XX o *boom* da construção civil, em especial, de grandes obras públicas, para as quais a mão-de-obra exigida não era colmatada pela população autóctone nem pelos imigrantes já residentes. Deste modo, migrar para uma país do qual se geraram expectativas de melhores condições de vida para si e para a sua família, era a solução para alterar a situação em que viviam.

Os imigrantes da nossa amostra eram, maioritariamente, mulheres, com habilitações médio-elevadas, com idades correspondentes à idade activa, sendo, sobretudo, casadas. De entre os diversos sujeitos foi visível a existência de dois momentos migratórios dentro do mesmo agregado, ou seja, de familiares que se juntaram ao imigrante e de imigrantes que vieram ter com familiares que já aqui residiam. As motivações económicas e familiares, inerentes a este projecto migratório estão deste modo, relacionadas com as principais tarefas de desenvolvimento próprias da idade adulta, ou seja, com a família e ainda com o trabalho.

A migração correspondeu assim, a uma tomada de decisão ponderada e avaliada, sendo por isso um acontecimento esperado, o qual trouxe grandes mudanças nas suas vidas, para as quais tiveram de definir um conjunto de respostas e estratégias promotoras de sucesso do seu processo de integração.

Com este estudo foi possível avaliar o papel do suporte social ao longo de todo o percurso migratório. Nos imigrantes estudados existiu sempre uma rede de suporte, em que alguns elementos se mantiveram ao longo de todo o percurso, outros tiveram a sua acção em diferentes momentos, os quais se revelaram fundamentais para minimizar o

risco de isolamento social e emocional. Verificamos assim que o fenómeno migratório está relacionado, em todos os seus momentos, com a presença de três tipos de capital: o económico, o cultural e o social. Para lá de um investimento no capital humano para promover a integração, o capital social (redes sociais) que o indivíduo possuía, foi igualmente importante, pois activou-o e mobilizou-o em prol da sua integração (Góis, 2006).

Como verificámos aquando da decisão de partir para um outro país, a família e os amigos tiveram um papel importante na decisão final. A activação do contacto com amigos/ conhecidos e até familiares que já tinham emigrado, para além de ter acelerado o tempo de decisão pela migração, permitiu-lhes obter informações acerca do mesmo (elevada oferta de trabalho, elevados vencimentos, facilidade na legalização, abertura ao Espaço Schengen), assim como, o contacto com outras redes organizadas mais formalmente, as designadas “agências de viagens”, lhes permitiam contactos privilegiados e promessas de contratos de trabalho. A percepção destas redes enquanto existentes no país de acolhimento revelou-se fundamental no seu processo de integração. Aliás, na escolha do país de destino, para além de todos os motivos anteriormente apontados, a presença de amigos e familiares foi determinante para que abraçassem esta decisão com mais segurança, funcionando deste modo, como factores protectores na sua integração.

Contudo, apesar de terem tentado controlar o mais possível a nova situação, uma mudança, neste caso ecológica, exige sempre um ajustamento que o indivíduo terá de fazer em relação ao novo contexto social e cultural. Verificámos que estes imigrantes criaram algumas expectativas desfasadas da realidade, realçando-se o facto de esperarem encontrar bastantes facilidades a nível profissional, financeiro e na legalização, pelo que perspectivaram o seu tempo de permanência em Portugal como temporário, uma vez que planeavam alcançar os seus objectivos a curto prazo. Por sua vez, já vinham preparados para as dificuldades inerentes à vida de um imigrante recém-chegado, o que poderá ter facilitado a sua integração, uma vez que estas não estavam desfasadas daquelas que tinham idealizado.

O impacto sentido nas suas vidas com a emigração foi referido pela maioria como tendo tido reflexos nas suas rotinas diárias, nos seus papéis, nos seus relacionamentos interpessoais afectando a percepção acerca de si e do mundo, ou seja, houve alterações naquelas que Schlossberg, Watters e Goodman (1995) consideravam as áreas de potencial mudança.

Este ajustamento à nova realidade, ou seja, a adaptação/integração, foi considerado por mais de metade como difícil. Porém, apesar destas dificuldades iniciais, próprias de quem chega a uma nova cultura e realidade, estes imigrantes procuraram conviver de acordo com os seus padrões culturais e simultaneamente, relacionar-se com a sociedade de acolhimento, da qual pretenderam adoptar comportamentos e valores, que no processo de aculturação, se caracteriza por integração (Berry, 1990).

Segundo a perspectiva destes imigrantes, uma integração com sucesso assentaria em quatro pilares: saber falar a língua do país de acolhimento, estar inserido no mercado de trabalho, ter um grupo de amigos e conhecer o modo de funcionamento de um país (legislativo, burocrático, institucional e cultural). Porém, as principais dificuldades que encontraram à chegada relacionavam-se com aquelas áreas que consideravam fundamentais, nomeadamente o acesso ao trabalho, a aprendizagem da língua, os aspectos sociais (vítimas de um racismo mitigado), a legalização e o reconhecimento das suas habilitações. Por sua vez, o atravessar a fronteira alterou o seu estatuto, passando a ser visto pela população autóctone como imigrante, ou seja, colocando-os numa posição de inferioridade correspondendo, nalgumas situações, a uma redução dos seus direitos.

A fim de superar estes entraves iniciais os imigrantes tiveram de recorrer a estratégias que permitiam redefinir papéis, reconstruir redes de relações e rotinas diárias. Sendo o acesso ao mercado de trabalho mais difícil do que tinham perspectivado, assim como, os ordenados inferiores aos esperados, estes imigrantes tiveram de alterar rotinas trabalhando mais horas e dias, alterando os seus horários de descanso (deitavam-se mais tarde e acordavam mais cedo). Embora com habilitações médio-elevadas, a maioria dos que tinham curso superior (à excepção dos investigadores com bolsas da FCT) não as viram reconhecidas nos seus locais de trabalho. É de realçar que muitos não quiseram proceder ao reconhecimento formal das suas habilitações, pelo facto de este ser um processo bastante moroso e dispendioso. Neste sentido, foram, barrados acessos ao mercado de trabalho formal. Dada esta limitação e, pelo facto, de perspectivarem a sua permanência em Portugal, como temporária, aceitaram trabalhos inseridos no sector informal (no qual não havia tanta concorrência, como no mercado primário, pois estas actividades tornavam-se mais atractivas para aqueles que deixavam os seus países por motivos económicos não sendo desejadas, muitas vezes, pelos autóctones), mas que lhes permitiam alterar as condições de vida que tinham nos seus países e, ao mesmo tempo, obter um contrato de trabalho que permita a sua legalização. Os trabalhos que realizavam eram assim vistos como um meio de ganhar a

vida e de conseguir um trabalho melhor. Para além do aspecto financeiro, a inserção no mercado, é também um factor de socialização e consequentemente de integração social, pelo que neste âmbito, é preferível, como refere Alfredo Bruto da Costa (2005) ter um emprego precário com um salário baixo, a uma situação de desemprego mesmo com um subsídio razoável.

À partida a desqualificação que poderia ser vista como um factor impeditivo na integração, foi bem aceite por estes imigrantes, sendo uma das estratégias para se integrarem profissionalmente, para conseguirem uma estabilidade financeira e, ao mesmo tempo, para superarem a dificuldade da legalização. Conseguindo um contrato de trabalho, poderiam obter um visto adequado aos seus objectivos com a chegada a Portugal, ou seja, permitia-lhes trabalhar legalmente. Este é então considerado um tipo de integração, como referem Eisenstadt (1954) e Esser (1980), mais instrumental, o qual tem em vista satisfazer as suas necessidades básicas.

Outra das dificuldades de integração relacionou-se com a aprendizagem da língua portuguesa, apontada como essencial para o sucesso da integração. Ao referirmo-nos à língua subentendemos domínios como ouvir/falar, ler, escrever e compreender. Segundo estes imigrantes os aspectos mais difíceis na aprendizagem da língua portuguesa consistiam no *escrever* e no *falar*, pelo que *ler* e *compreender* eram aspectos relativamente mais fáceis. Para superar este aspecto recorreram mais uma vez à rede de suportes informais, constituída por amigos portugueses e imigrantes, assim como, por patrões, que iam corrigindo e ensinando correctamente a língua portuguesa. A inscrição em aulas de português foi mais uma das estratégias observadas.

Os aspectos sociais consistiram, igualmente, numa das áreas de maior dificuldade. Estes envolvem não só uma rede de apoio, um grupo de amigos e instituições mas também, no sentido oposto, a vivência de comportamentos discriminatórios, xenófobos e racistas. Verificamos que estes imigrantes conseguiram facilmente estabelecer novos relacionamentos criando amizades quer com os portugueses quer com outros imigrantes, com os quais estabeleciam contactos regulares, considerando por isso, ter um grupo de amigos com o qual podiam contar para qualquer situação. Estes conseguiam ainda reconhecer uma rede de apoio que os ajudou nas questões específicas da migração (amigos, familiares), mais concretamente numa fase inicial, que se ligavam às necessidades mais instrumentais (encontrar emprego, alojamento, burocracia, aprendizagem da língua). Verificámos ainda que a natureza das necessidades se alterou com o passar do tempo, pois a partir do momento em que

estes aspectos ficavam mais estabilizados, com a continuidade da sua permanência começavam a surgir necessidades de afecto e de estima. A vivência de alterações nas suas rotinas, a diminuição do seu tempo de lazer, a distância dos seus familiares e do seu país e cultura e os investimentos e os esforços dispendidos para conseguirem adaptar-se, exigia a par da satisfação das necessidades mais básicas uma estabilidade emocional e afectiva.

No outro extremo, temos a vivência de atitudes/comportamentos discriminatórios, xenófobos e racistas, pelos quais estes imigrantes passaram nos mais variados locais, em especial, em contexto laboral, na rua ou locais de atendimento público. Os principais agentes de discriminação eram, sobretudo, as pessoas na rua, os vizinhos e os patrões, pelo que consideravam que alguns portugueses eram racistas e xenófobos. Anteriormente a conjuntura económica era mais favorável, facilitando a recepção dos imigrantes, uma vez que estes vinham ocupar lugares que os autóctones rejeitavam. Todavia, em tempos de crise, em que o desemprego afecta quer nacionais quer imigrantes, estes últimos passam a ser vistos como rivais indesejados, pois aceitam salários inferiores aos mínimos nacionais, gerando uma concorrência vista como desleal, enfraquecendo, deste modo, o poder de reivindicação dos nacionais (Bruto da Costa, 2005).

É de referir, que hoje se assiste a um racismo mitigado que tem formas de actuar diferentes das do *velho* racismo, mas que são “socialmente melhor aceites”. As desigualdades no acesso ao emprego, à saúde, à habitação, são alguns desses exemplos. Porém, a nível geral, estes imigrantes avaliaram o acolhimento dos portugueses como bom.

Para a integração foi ainda referenciada a importância de conhecer o modo de funcionamento de um país, ou seja, saber quais as suas leis, conhecer os seus direitos e deveres. Referimo-nos ao domínio institucional, o qual é fundamental quando falamos em integração. No nosso estudo, a nova lei da migração ainda não era do conhecimento de todos os imigrantes. O não conhecimento das leis e trâmites dos mais variados órgãos institucionais poderá criar barreiras no acesso aos sistemas prestadores de serviços (a educação, a saúde, a justiça, a habitação) e a outros serviços mais relacionados com os direitos cívicos, políticos e sistemas sociais. Neste âmbito, foi visível que, uma vez mais, a rede de apoio, constituída por amigos imigrantes e familiares, contribuiu na resolução destas questões burocráticas.

A vivência de um processo de transição envolve assim ganhos e perdas, das quais resultam mudanças nas suas vidas. Neste sentido, alguns imigrantes viveram uma alteração de papéis, pelo que enquanto uns se inseriram no mercado de trabalho, passando a ser empregados e a exercer funções diferentes das anteriores, outros houve que constituíram aqui família, adquirindo assim papéis conjugais e parentais, ou assumiram, num primeiro momento aquando da migração individual, o papel de responsável pela economia familiar. Nalguns casos, devido à melhoria das suas condições de vida, alguns adquiriram ainda o papel de empregador.

Tendo em conta todas estas alterações, entraves, limitações e investimentos o auto-conceito dos imigrantes alterou-se. Passaram a olhar-se como mais corajosos e optimistas, pelo facto de considerarem que conseguiram resistir a todos os desafios com os quais se foram deparando, alterando assim a percepção acerca de si.

É ainda de salientar que estes imigrantes ainda nos seus países, e também em Portugal, demonstraram uma postura diferente na sua percepção do mundo. Para estes, as oportunidades são avaliadas a nível europeu e mundial, e não localmente. Deixaram os seus países à procura de melhores condições de vida em Portugal, porém no caso de os seus objectivos não estarem a ser concretizados plenamente e de a conjuntura económica começar a ganhar mais peso, é ponderada novamente a partida para um outro país com ofereça melhores condições.

Como observámos a migração exige muitos investimentos (pessoais, familiares, económicos, emocionais, adaptação social) na sua fase inicial, assim como, o retorno dos mesmos implica que decorra um determinado período de tempo. Apesar de a maioria ter avaliado positivamente a tomada de decisão pela migração verificamos que estes imigrantes procuravam ainda, usufruir de todo esse investimento no país de acolhimento, pois era evidente que os benefícios da emigração começavam agora a ser superiores aos custos. Daí muitos ponderarem ficar em Portugal sendo que, mesmo os que tencionavam regressar aos seus países não o consideravam a curto prazo.

Embora, este tenha sido um estudo exploratório da análise do percurso migratório, foi possível verificar que este corresponde a um processo de transição pessoal e social, de acordo com o Modelo da Transição Psicológica de Schlossberg, Watters e Goodman (1995), ao longo do qual o suporte social se revelou essencial, para que todo este processo se concretizasse com sucesso.



A migração coincide, como vimos, com um processo de transição que tem implicações na vida dos imigrantes, ou seja, cujo impacto é visível nas rotinas, nos papéis e na percepção acerca de si e do mundo. Todas as mudanças ocorridas foram consequência de um acontecimento esperado, o qual foi ponderado e avaliado quanto aos custos-benefícios, assim como, se activaram redes de apoio social a fim de minimizar os riscos inerentes a esta tomada de decisão. Embora já perspectivassem algumas dificuldades, deparam-se no confronto com a realidade, com aspectos não previstos nessas avaliações (barreiras linguísticas, económicas, culturais e sociais).

Confrontados com as diversas dificuldades, estes imigrantes tiveram que activar os seus mecanismos de *coping*, ou seja, dar-lhes resposta, que dependiam dos 4'S de Schlossberg: *situation, self, support* e *strategies*, que, como verificámos, permitiram inserir-se no mercado de trabalho, legalizar-se, aprender a língua, resolver situações burocráticas e resolver uma série de necessidades instrumentais de quem chega a um novo país.

Embora, estivessem bem claros quais os principais pilares essenciais à integração no país de acolhimento, à sua chegada revelaram ter sido nessas mesmas áreas que sentiram maior dificuldade, como já referimos. Apesar da nossa amostra não seja representativa da população imigrante proveniente da Europa de Leste verificámos, tendo em conta a literatura e investigações, que estas dificuldades parecem ser comuns à maioria dos imigrantes.

O aumento significativo dos imigrantes residentes em Portugal e em Coimbra, em específico, a par da falta de um diagnóstico da situação actual e real (devido à inexistência de recenseamento, da falta de documentação, da desconfiança) faz com que muitas destas problemáticas vividas por aqueles que aqui chegam sejam desconhecidas, estando assim sujeitos a uma maior vulnerabilidade ao isolamento e exclusão social, sendo a mesma mais visível, quando nos referimos às mulheres imigrantes (às quais são vítimas de atitudes mais preconceituosas). Por sua vez, sendo a imigração bastante recente, nomeadamente a proveniente dos países de leste, são visíveis por vezes problemas relacionados com os direitos dos cidadãos dos países terceiros.

O recurso a redes de suporte mais informal tem sido o mais frequente, sendo as mesmas activadas ainda nos seus países de origem. Podemos considerá-las como *mediadores naturais*, baseadas numa acção voluntária e espontânea, em relações de confiança e de solidariedade, acolhendo e alojando os recém-chegados, orientando-os e

ajudando-nos no funcionamento da sociedade receptora e facilitando a comunicação e o acesso aos serviços que nela existem (Anderson, *et al.*, 2002).

No entanto, deparamo-nos que apesar de terem consciência das áreas primordiais para uma integração com sucesso, o recurso a essas redes informais parece não ser suficiente para minimizar as dificuldades sentidas por aqueles que aqui chegam. Por sua vez, tudo isto coincide com um processo de transição pessoal e social que o indivíduo terá igualmente de resolver. Neste sentido, o recurso a estas redes informais parece não ser suficiente. A resolução de determinadas necessidades e entraves (sociais, económicos, culturais) passa por outras redes mais formais, ou seja, por um apoio mais institucional.

Os imigrantes referiram ter recorrido a instituições pertencentes à sociedade receptora, porém as que apresentavam valores mais significativos eram as que estão incluídas nas fases inerentes ao processo de legalização e de inserção profissional, não estando, no entanto, outro tipo de necessidades (sociais, psicológicas, emocionais) asseguradas, nomeadamente, as que permitam estabelecer um equilíbrio indivíduo-meio.

Falar de integração não pressupõe o abandono da cultura de origem, tudo isto implica o diálogo entre culturas, pois reconhecer que o outro é diferente não tem de ser necessariamente inferior, de parte a parte é necessário que se respeite no outro o direito de ser diferente.

É importante valorizarmos estes indivíduos, não os olhando apenas como trabalhadores, mas enquanto pessoas, conhecê-los quanto à sua diversidade cultural, familiar e étnica, a fim de que estes consigam criar as suas próprias respostas num país que se quer acolhedor e consigam responder aos desafios de quem chega a um novo país e de quem vive uma transição. É fundamental aumentar a sua percepção de aceitação e valorização da sua cultura e especificidades e combater o “racismo escondido” existente ainda no nosso país. Se antes estas nacionalidades eram bastante diminutas, hoje já falamos em comunidades imigrantes dos países do leste europeu, pelo que não podemos ignorar esta realidade.

A transição para um novo país activa todo um processo de adaptação cujas vivências pessoais, sociais, profissionais e culturais se pretendem geradoras de um sucesso na sua integração, ao mesmo tempo que impulsionadoras de um bem-estar e satisfação com a vida. O suporte social informal é imprescindível, no entanto é importante a presença de um suporte institucional. Tal poderá começar a nível local, baseado na

identificação de necessidades, problemas e prioridades através de uma articulação entre as instituições, criando parcerias efectivas, que permitam a troca de informações.

Conhecendo as principais áreas fundamentais para que se proceda uma integração com sucesso, assim como, o processo de transição pessoal e social, ajudará a implementar planos de intervenção interdisciplinares actuando a um nível preventivo (intervenção primária), de modo a apoiar o imigrante a otimizar recursos provenientes de fontes diversificadas de suporte social; a controlar e ajustar expectativas, a evitar situações de crise e de ruptura, [e] a desenvolver estilos de *coping* (...) no sentido de se promover a maximização dos pontos fortes do indivíduo e a minimização dos pontos fracos” (Seco, 2005b, p.19)

É, todavia importante, atendermos aos casos em que este processo de integração não ocorra com sucesso, é necessária uma intervenção mais especializada na inadaptação, discriminação, e na exclusão social, ou seja, uma intervenção a nível remediativo (intervenção secundária e terciária).

Conhecendo quais as principais áreas de maior dificuldade sentidas pelos imigrantes dificuldades vividas a nível laboral, como a perpetuação da situação de ilegalidade (ausência de contratos de trabalho, baixos salários, excesso de horas de trabalho), social (alojamento, discriminação) e económico é importante para intervir ao nível das causas e não nas suas modificações aparentes. Só assim, será possível desenvolver um plano de intervenção mais concertado, agindo preventivamente, ou em situações mais problemáticas a nível remediativo. Os desafios que estes imigrantes têm de ultrapassar situam-se em diversos níveis, (económico e laboral, acesso à saúde e protecção social e integração social e cultural) e intervir directamente nelas, contribuirá para que este processo seja resolvido com sucesso.

É importante conhecer bem a realidade local, a fim de se definirem estratégias para bem acolher, a nível do ensino da língua, da promoção de convívios (relações interpessoais), de promoção dos seus direitos no trabalho, na saúde, no ensino, de apoio emocional, social e económico.

Tal não é uma questão de tolerância. É um dever cívico de cada um de nós, e consequentemente das instituições, passar de discursos baseados na “tolerância” para o respeito e compreensão. Devemos mudar o foco, não nos concentrarmos na nossa cultura única e exclusivamente, para formarmos juízos acerca de outras culturas, tradições, hábitos de vida, etc. O contacto com outra cultura deve ocorrer em condições

de igualdade e justiça, não de dominação/subordinação. É fundamental adoptar uma atitude intercultural, que promova uma igualdade de oportunidades, democracia e desenvolvimento, promova o reconhecimento recíproco das culturas de origem e da acolhida, procure aspectos convergentes em vez de divergentes e admita e aceite valores interculturais (Fermoso, 1997).

Segundo a Cimeira de Copenhaga em 1995, a noção de desenvolvimento social pressupõe que se contribua para a igualdade de oportunidades, garantindo as condições de vida dignas, assim como direitos de cidadania a todos os cidadãos. Porém, é fundamental que haja colectivamente uma tomada de consciência acerca dos problemas existentes, de forma a mobilizar diferentes actores sociais na sua resolução e promover o desenvolvimento baseado nas redes locais e nas forças endógenas que as consolidam. Deste modo, uma intervenção em rede é um motor por excelência no caminho do desenvolvimento social. Consideramos, tal como na perspectiva da Educação Social, que as comunidades imigrantes têm de ser olhadas com especial atenção, visto tratarem-se de grupos de risco ou de vulnerabilidade elevada, nomeadamente no que concerne à exclusão social.

Vivemos num país marcado pela imigração, daí ser fundamental sabermos-nos relacionar num contexto cada vez mais multicultural e heterogéneo, baseado numa acção intercultural<sup>41</sup>. Pretendendo conhecer melhor a realidade do fenómeno migratório em Portugal, que parte pelo reconhecimento desta diversidade cultural, que inclui olhar cada cultura como algo que integra “conhecimentos, crenças, arte, moral, direitos, costumes ou qualquer outro hábito e capacidade adquirido pelo homem enquanto membro de uma sociedade” (Taylor, 187, cit. por Fermoso, 1997, p.252), permite caminhar para a integração, ao olhar a diversidade como riqueza e não como factor de exclusão.

---

<sup>41</sup> Muitas vezes recorre-se aos conceitos de multiculturalidade e interculturalidade para falar na pluralidade resultante da diversidade, quando se convive no mesmo espaço, como refere Fermoso (1997). Porém, enquanto a multiculturalidade, embora indique pluralidade transmite a ideia de sobreposição e de algo estático. O mesmo não acontece com a interculturalidade que pressupõe dinâmica e interrelação entre as culturas, as quais permitem um enriquecimento e influência mútuos (Fermoso, 1997).

O respeito e a compreensão das diferenças de culturas e dos seus valores, não é algo inato. Por isso ouvimos falar cada vez mais em Educação (inter)cultural. Salientamos a este propósito que não olhamos para as culturas como totalmente rígidas e diferentes entre si, com fronteiras bem definidas. Há pontos em que se tocam, embora haja especificidades. Por sua vez, esta diversidade cultural não se deve apenas há existência de imigrantes, pois há muito que coexistimos com pessoas de culturas e origem diferente.

Neste sentido, há todo um trabalho de (in)formação que sensibilize aqueles que estão no país receptor para (saber) bem acolher e que informe todos os que representam estas instituições, que prestam serviços da mais variada natureza, que conheçam e estejam sensibilizados para esta realidade. Citando Fernand Ouellet (1991), referimo-nos a uma formação dirigida quer a grupos majoritários quer minoritários que vise uma “melhor compreensão das culturas nas sociedades modernas; maior capacidade de comunicar entre pessoas de culturas diferentes; atitudes mais adaptadas ao contexto da diversidade cultural, através da compreensão dos mecanismos psicossociais e dos factores sociopolíticos capazes de produzir racismo; maior capacidade de participar na interacção social, criadora de identidades e de sentido de pertença comum à humanidade” (p. 29-30).

A educação é promotora do desenvolvimento social. Se ao educarmos tivermos presente as ideias-chave da interculturalidade, caminharemos, certamente, em direcção ao respeito e à protecção dos imigrantes, combatendo o racismo e a xenofobia, em prol do desenvolvimento social. Por acreditarmos nisso, procurámos abordar esta temática num mestrado em Ciências da Educação, com especialização em Educação e Desenvolvimento Social, pois cremos que partindo da base, ou seja, da educação, contribuiremos para o alcance do desenvolvimento social, no que se refere à integração de comunidades imigrantes, permitindo-nos, enquanto actores sociais, melhorar as nossas intervenções diárias, através da criação de respostas mais especializadas.

As mudanças que se fazem sentir num mundo globalizado, do qual Portugal faz parte, exige que todas as instituições se sensibilizem e estejam atentas a esta realidade, de modo a serem capazes de responder a uma sociedade multicultural e cada vez mais complexa.

Sendo apresentado este estudo no ano em que se comemora o Ano Europeu de Combate à Pobreza e Exclusão Social, pretendemos que este contribua para que todos, quer enquanto cidadãos, quer enquanto interventores sociais consigam no seu dia-a-

dia, tornar possíveis os objectivos propostos para este ano, ou seja, “o reconhecimento do direito das pessoas em situação de pobreza e exclusão social a viver com dignidade e participar plenamente na sociedade; o aumento do sentimento de pertença colectiva relativamente às políticas de inclusão; a existência de uma sociedade coesa; compromisso de todos os actores (REAPN, 2010).

Paralelamente, a estas questões de integração/exclusão na sociedade autóctone, não nos podemos esquecer do processo de transição que concomitantemente o imigrante vivência, evidenciado nos principais resultados desta investigação. Logo, é importante apoiá-lo no sentido de que este compreenda que aquilo que está a viver é transitório, capacitando-o a fazer uma avaliação pessoal da estrutura da transição individual nas suas diferentes fases (*moving in, moving through e moving out*). Ao mesmo tempo, é essencial promover uma articulação entre os recursos internos/pessoais e externos/sociais, no sentido de gerar mecanismos de *coping* essenciais à integração. Perante esta realidade, os imigrantes deverão estar preparados que após o *terminus* de uma transição se inicia um novo processo, logo, novas mudanças (permanecer ou regressar ao país de origem) tendo que, conseqüentemente, adoptar novas respostas as quais terão inerentes, muitas aprendizagens da transição anterior.

Em jeito de conclusão, relembramos que é imprescindível conhecermos os pilares essenciais de uma integração num novo país, conhecer as dificuldades vividas por estes imigrantes, sendo igualmente importante eliminar barreiras, que ainda existem, as quais aumentam o risco do isolamento e da exclusão social destas comunidades imigrantes. Os principais objectivos de uma educação intercultural parecem estar relacionados com o que se pretende com este Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, ou seja, lutar contra a exclusão e adaptar a educação à diversidade; garantir igualdade de oportunidades; respeitar o direito à própria identidade e progredir no respeito pelos direitos humanos (Díaz-Aguado, 2000).

A par de pesquisas mais alargadas e profundas no que se refere à migração enquanto processo de transição, e tendo em conta a noção de desenvolvimento social, consideramos que a nível institucional deverá estar presente a necessidade de um maior conhecimento da realidade local no que se refere à migração, intervindo e participando de uma forma activa, articulada e em parceria em prol de uma acção mais concertada (nos aspectos primordiais que referimos) e de uma integração com sucesso de quem chega e de um melhor acolhimento de quem recebe.

Constatámos que as redes de apoio informal são as mais requisitadas (mas não suficientes), no entanto, a nível formal é importante que se vá prestando esse apoio, minimizando sentimentos de desconfiança e de isolamento. Referimos ainda a estes propósitos, que as associações de carácter mais cultural e recreativo, incluindo as de imigrantes, afiguram-se como muito importantes na manutenção da estadia destes imigrantes em Portugal, dada a intervenção em proximidade com estes grupos, o que permite colmatar necessidades, para lá das instrumentais, e ao mesmo tempo servirem de intermediárias em relação a outras instituições. Logo, também estas associações deverão estar incluídas nesta intervenção que se pretende baseada no respeito e no diálogo intercultural, geradora de um crescimento recíproco. É assim, neste âmbito, que procuramos caminhar e contribuir para a concretização do que se considera ser um dos principais objectivos da Educação Social segundo Perez-Serrano (2004, p.126): possibilitar que o individuo se “integre na sociedade da melhor maneira possível e seja capaz de a melhorar e transformar”.

## BIBLIOGRAFIA

---

- Albuquerque, R.; Ferreira, L. E. & Viegas, T. (2000). *O fenómeno associativo em contexto migratório: Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta Editores.
- Almeida, A. C.; Norte, C.; Mortágua, M. J.; Rosa, M. J. V.; Sílvia, P. D. & Santos, V. (2004). *O impacto da imigração nas sociedades da Europa – Um estudo para a rede Europeia das migrações: O caso português*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna.
- Almeida, J.F. & Pinto, J. M. (1976). *A investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Anderson, K. B.; Martín-Prat, R. G.; González-Gordon, H. G.; Lahib, A.; Fuertes, F. P.; Román, G. P. S.; Miranda, J. S. & Pinillos, E. U. (2002). *Mediación intercultural: una propuesta para la formación*. Madrid: Editorial Popular, S. A.
- Bach, R. & Schraml, L. (1989). Migration, Crisis and Theoretical Conflict. In R. Cohen (Ed.), *Theories of Migration*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Baganha, M. I.; Ferrão, J. & Malheiros, J. M. (2001). Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português. *Análise Social*, **150**, 147-173.
- Baganha, M. I.; Ferrão, J. & Malheiros, J. (2002). Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no Mercado de trabalho em Portugal. *Estudos e Análises*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional, **14**.
- Baganha, M. I.; Marques, J. C. & Góis, P. (2004b). The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal. In M. I. Baganha & M. L. Fonseca (Eds). *New waves: migration from eastern to southern Europe*. Lisboa: Luso-American Foundation, 23-39.



- Baganha, M. I., Marques, J. C. & Góis, P. (2004c). Novas imigrações, novos desafios: A imigração do leste europeu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **69**, 95-115.
- Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: a regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, **73**, 29-44
- Baganha, M. I.; Marques, J. C. & Góis, P. (2006). *Quando os extremos se tocam: Imigrantes de Leste em Portugal*. Projecto financiado pela FCT.
- Bandura, A. (1969). *Principles of behavior modification*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Barreto, A. (2005). Mudança Social em Portugal: 1960-2000. In A. C. Pinto (Coord.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações D. Quixote
- Bastos, S. P. & Pereira, J. G. (2006). *Filhos Diferentes de Deuses Diferentes – Manejos da Religião em Processos de Inserção Social Diferenciada: Uma abordagem Estrutural Dinâmica*. Lisboa: ACIME.
- Bee, H. (1987). *The journey of adulthood*. New York: Macmillan Publishing Company
- Bell, J. (2004). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. (3ª edição). Lisboa: Gradiva,
- Berry, J. & Annis, R. (1974). Acculturation stress. *Journal of cross-cultural Psychology*, **5**, 382-406.
- Berry, J. (1989). Acculturation as varieties of adaptation. In A. Padilla (Ed.) *Acculturation: Theory, models and some new findings*. Boulder: Westview Press.
- Berry, J. (1990). Psychology of acculturation: understanding individuals moving between cultures. In R. W. Brislin (Ed.). *Applied cross-cultural psychology*. London: Sage.
- Block, J. & Hahn, R. (1971). *Lives through time*. Berkeley, California: Bancroft Books.
- Borjas, G. (1989). Economic theory and international migration. *International Migration Review*, **23** (3), 457-85.
- Borjas, G. (1990). *Friends or Strangers*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1951). Maternal care and mental health. *Bulletin of the World Health Organization*, **3**, 355-534.

- Brettel, C. & Hollifield J. (2000). *Migration Theory – Talking across Disciplines*. London: Routledge.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge, M. A.: Harvard University Press.
- Caramujo, M. S. (2003). *Educação de adultos: caminho para o bem-estar pessoal*. Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Carvalho, F. (s/d). *Filhos de imigrantes caboverdeanos em Portugal: A questão identitária*. Disponível em: [http://www.socinovamigration.org/portallizer/upload\\_ficheiros/franciscocarvalho.pdf](http://www.socinovamigration.org/portallizer/upload_ficheiros/franciscocarvalho.pdf). Acedido a 08.06.2009.
- Carvalho, L. S. & Assunção, J. (2003). O papel da restrição de crédito na auto-selecção dos emigrantes. In *XXVº Encontro Brasileiro de Econometria*. Disponível em <http://www.socinovamigration.org>. Acedido a 17.10.2007.
- Carvalho, L. X. (2004). *Impacto e reflexos do trabalho imigrante nas empresas portuguesas*. Lisboa: ACIME.
- Carvalho, L. X. (2007). *Os limites da formalidade e o trabalho imigrante em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração.
- Castles, S. (2000), International Migration at the Beginning of the Twenty-First Century: Global Trends and Issues. *International Social Sciences Journal*, UNESCO, **165**, 269-281
- Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Frederico Goa (Trad.). Lisboa: Fim de século.
- Castles, S. & Miller, M. (2003). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. London: Guildford.
- Castro, F. V. (2008). *A Europa do Outro – A imigração em Portugal no início do século XXI. Estudo do caso dos imigrantes da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa*. Lisboa: ACIDI.
- Chickering, A. W. & Schlossberg, N. (1995). *How to get the most out of college*. Boston: Allyn & Bacon.

- Chiswick, B. (1978). The effect of americanization on the earnings of foreign-born Men. *Journal of Political Economy*, **86**, 897-922.
- Cohen, R. (2005). Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano. In A. Barreto (Org.). *Globalização e Migrações*. Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 25-43.
- Costa, A. B. (2005). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Costa, P. M. (2008). A situação de irregularidade dos estrangeiros perante a Lei portuguesa. *Working Paper*, 5. Disponível em <http://www.pmcosta.co.pt>. Acedido a 05.06.2008.
- Costa, T. M. (2006). *Educação de adultos para o desenvolvimento sustentável: cidadania e gestão de resíduos em Souselas*. Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Craig, G. J. (1996). *Human development*. New Jersey: Prentice Hall.
- Craik, F. L. M. (1999). *Aging and memory: What changes, and what can be do about it? Brain and Cognition*, **39**, 6-8.
- Cross, R. P. (1984). *Adults as learners*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Dacey, J. (2002). *Human development: across the lifespan*. (5<sup>th</sup> Ed.). Boston: MCGraw-Hill.
- Dias, S. & Gonçalves, A. (2007). *Migração e Saúde*. *Migrações*, **1**, 15-26.
- Diáz-Aguado, M. J. (2000). *Educação Intercultural e Aprendizagem Cooperativa*. Porto: Porto Editora.
- Duvall, E. M. (1962). *Family development*. New York: Lippincott.
- Eisenstadt, S. N. (1954). *The absorption of immigrants*. London: Routledge & Kegan.
- Esser, H. (1980). *Aspekte der wanderungssoziologie. Assimilation und Integration von Wanderern, ethnischen gruppen und minderheiten*. Darmstadt: Luchterhand.
- Erikson, E. (1950). *Childhood and society*. New York: Norton.
- Erikson, E. (1959). *Infancia y Sociedad*. Bs.As., Ed. Paidós, Hormé.
- Erikson, E. (1964). *Insight and responsibility*. New York: Norton.

- Erikson, E. (1968). *Identity: youth and crisis*. New York: Norton.
- Erikson, E. (1972) *Adolescence et crise. La quête de l'identité*. Paris: Flammarion, Éditeur.
- Erikson, E. (1976). *Identidade e crise* (2.<sup>a</sup> Ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Erikson, E. (1980). *Identity and the life cycle: a reissue*. New York: W.W.Norton.
- Farmhouse, R. (2006). *A imigração no feminino - Percursos e Obstáculos*. Disponível em [http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Gulbenkian/RosarioFarmhouse\\_metropolis2006.pdf](http://www.ceg.ul.pt/metropolis2006/WorkshopPresentations/Gulbenkian/RosarioFarmhouse_metropolis2006.pdf). Acedido a 17.09.2008.
- Faustino, H.; Peixoto, J. & Baptista, P. (2009). *As características da imigração em Portugal e os seus efeitos no comércio bilateral*. Lisboa: ACIDI.
- Fazito, D. (2002, Novembro). Análise das redes sociais e a Migração: Mito ou realidade? Comunicação apresentada no XIII *Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Minas Gerais.
- Fermoso, P. (1997). Interculturalismo y Educación no formal. In Antonio Petrus (Org). *Pedagogía social*. Barcelona: Ariel Educación.
- Ferreira, E. de S.; Rato, H. & Mortágua, M. J. (2005). *Novos caminhos da Europa. A imigração de leste*. Lisboa: Celta Editores.
- Ferreira, J. A. & Hood, A. B. (1990). Para a compreensão do desenvolvimento psicossocial do estudante universitário. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, **24**, 391-406.
- Ferreira, J. A.; Medeiros, M. T. & Pinheiro, M. R. (1997). A teoria de Chickering e o estudante do ensino superior. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXI, **1**, **2 e 3**, 139-164
- Ferreira, J. A. & Pinheiro, M. R. (1995). O inventário de domínio das emoções. In L. S. Almeida, Simões M. R. & M. M. Gonçalves (Eds), *Provas Psicológicas em Portugal*, Vol. I. APPORT. Braga.
- Ferreira, V. (1986). O inquérito por questionário na construção de dados sociológicos. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs), *Metodologia das ciências sociais*. (3<sup>a</sup> Ed). Porto: Edições Afrontamentos, 165-196.

- Figueiredo, A. (2006). Percursos de vida e modos de inserção socioeconómico dos imigrantes em Portugal. Estudo de caso. In J. Peixoto; S. F. Casaca; A. Figueiredo; M. Gonçalves; A. Floriano; C. Sabino; M. C. Lopes; P. Perista & A. Phizacklea (2006). *Mulheres migrantes: Percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 167-214.
- Figueiredo, J. (2005). *Fluxos Migratórios e Cooperação para o Desenvolvimento: Realidades compatíveis no contexto Europeu?*. Lisboa: ACIME.
- Fonseca, M. L. (2003a). Imigrantes de Leste nas áreas rurais portuguesas: o caso do Alentejo Central. In *Actas Imigração de Leste – uma nova realidade: oportunidades e desafios*. Fundação Calouste Gulbenkian 14 de Outubro de 2003. (<http://www.ceg.ul.pt/mcm/ImigLesteLF.htm>). Acedido a 20.10.2005.
- Fonseca, M. L. (2003b). Trajectórias demográficas e imigração - reflexões em torno do caso europeu. In *A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*, Parlamento Europeu, 55-58.
- Fonseca, M. L. (2005). *Reunificação familiar e imigração em Portugal: Relatório Final*. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa.
- Fonseca, M. L., Alegria, J. & Nundes, A. (2004). Immigration to medium sized cities and rural areas. The case of eastern Europeans in the Évora Region (southern Portugal) In Maria Ioannis Baganha e Maria Lucinda Fonseca. *New Waves: Migrations from Eastern to Southern Europa*. Lisboa: Metropolis Portugal.
- Fonseca, M. L., Malheiros, J. & Silva, S. (2005). *Current Immigration Debates in Europe: A Publication of the European Dialogue*. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/mcm/publications.htm>. Acedido a 13.10.2006.
- Fotakis, C. (2003). Imigração: Debate sobre a política da União Europeia, Dimensão social e imigração. *Cadernos Sociedade e Trabalho: Dimensão Social e imigração*. Lisboa: DEPP/CIDES, 3.
- Freud, S. (1961). *Civilization and its discontents*. Nova York: WW Norton.
- Gabinete de Estudos Estatísticos (GEE) (2006). *Enquadramento da Imigração em Portugal* ACIME. Disponível em: [http://www.acidi.gov.pt/docs/GEE/Caracterizacao\\_Imigracao.pdf](http://www.acidi.gov.pt/docs/GEE/Caracterizacao_Imigracao.pdf). Acedido a 09.07.2008.

- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. (4ª Ed.). Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- Góis, P. (2006). *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: ACIME.
- Góis, P. & Marques, J. C. (2007). *Estudo prospetivo sobre imigrantes qualificados em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração.
- Gonçalves, M. (2006). As mulheres imigrantes em Portugal: Análise Quantitativa. In J. Peixoto *et al.*, (Eds). *Mulheres migrantes: Percursos laborais e modos de inserção sócio-económica das imigrantes em Portugal*. Instituto Superior de Economia e Gestão: Universidade Técnica de Lisboa.
- Harley, D. A., Beach, D. & Alston, R. J. (2008). Using Schlossberg's Transition Model in Response to Natural Disaster for People with disabilities. *Journal of Applied Rehabilitation Counseling*, **39**, p. 3.
- Harris, J. & Todaro, M. P. (1970). Migration, unemployment and development: a two sector analysis. *American Economic Review*, **60** (1), 126-142.
- Havighurst, R. J. (1953). *Human development and education*. New York: Longman.
- Havighurst, R. J. (1972). *Developmental tasks and education*. New York: David Mckay.
- Heisler, B. (2000). The Sociology of Immigration – From Assimilation to Segmented Integration, from the American Experience to the Global Arena. In C. Brettel & J. Hollifield (Eds.). *Migration Theory – Talking across Disciplines*. London: Routledge.
- Hellerman, C. (2005). *Migração de Leste: Mulheres Sozinhas: Imigração e Etnicidade - Vivência e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo.
- INE (1960). *X Recenseamento Geral da População*.
- INE (2001). *XIV Recenseamento Geral da População*.
- Inspeção Geral do Trabalho (IGT) (2001). Relatório de 10 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2001.
- Jackson, J. A. (1991). *Migrações*. Lisboa: Escher.
- Jansen, Clifford J. (1969). Some sociological aspects of migration. In J.A. Jackson (Ed.), *Migration, Cambridge, Cambridge University Press*, 60-73.
- Jung, C. C. (1966). Two essays of life. In *Collected Works*. Princeton University Press, **7**.

- Kastoryano, R. (2005), "Participação e cidadania transnacionais: os imigrantes na União Europeia". In A. Barreto (org.), *Globalização e migrações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. [145]-166.
- Kaslow, F. W.; Massey, R. F., & Massey, S. D. (Eds.). (2002). *Comprehensive handbook of psychotherapy*. New York: John Wiley & Sons, 3.
- Kegan, R. (1994). *In over our heads: The mental demands of modern life*. Cambridge, M. A.: Harvard University Press.
- Keely, C. (2000), Demography and International Migration. In C. Brettel e J. Hollifield (ed.), *Migration Theory – Talking across Disciplines*. London: Routledge.
- Kimmel, D. C. & Weiner, I. (1998). *La adolescencia: una transición del desarrollo*. Barcelona: Ariel.
- Kimmel, D. C. (1980). *Adulthood and aging* (2<sup>nd</sup> Ed.). New York: John Wiley & Sons.
- Kirasic, K. C. (2003). *Midlife in context*. New York: McGraw – Hill.
- Kohlberg, L. & Ryncarz, R. (1990). Beyond justice reasoning; development and consideration of a seventh stage. In C. Alexander & E. Langer (Eds), *Higher stages of human development*. New York: Oxford University Press. Its nature, origins and development. Cambridge: Cambridge University Press, 191- 207.
- Kohlberg, L. (1981). *The philosophy of moral development: Moral stages and the idea of justice* (Vol. 1). San Francisco: Harper & Row.
- Kramer, D. A. (1990). Conceptualizing wisdom: the primacy of affect-cognition relations. In R. Sternberg (Ed.), *Wisdom: its nature, origins and development*. Cambridge University Press, 279-309.
- Kroger, J. (1989). *Identity in adolescence: the balance between self and other*. London: Routledge.
- Lages, M. & Policarpo, V. (2002). *Análise preliminar de duas sondagens sobre imigrantes em Portugal*. Lisboa: CEPCEP - Universidade Católica Portuguesa.
- Lages, M. F. & Policarpo, V. (2003). *Atitudes e Valores Perante a Imigração*. Lisboa: ACIME
- Lages, M. F., Policarpo, V. M., Marques, J. C. L., Matos, P. L. & António, J. H. C. (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas. Análise de duas sondagens*. Lisboa: Observatório da Imigração.

- Lazarus, R. S. & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal and coping*. New York: Springer Press.
- Lee, E. S. (1966). A theory of migration. In John A. Jackson (Ed.). *Migration*, Cambridge: Cambridge University Press, 282-297.
- Levinson, D. (1974). The psychosocial development of men in early adulthood and mid-life transition. In D. Ricks; A. Thomas & M. Roff (Eds). *Life history research in psychopathology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 3.
- Levinson, D. (1986). A conception of adult development. *American Psychologist*, **41**, 3-13.
- Levinson, D. (1990). A theory of life structure development in adulthood. In C. Alexander & E. Langer (Eds). *Higher stages of human development*. Oxford: oxford University Press. 35-53.
- Levinson, D.; Darrow, D.; Klein, C.; Levinson, M. & McCree, B. (1978). *The seasons of a man's life*. New York: A. A. Knopf.
- Lewin, K. (1936). *Principles of topological psychology*. New York: McGraw-Hill.
- Loevinger, J. (1982). *Ego development*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Machado, F. L. (1997). Contornos e especificidades da imigração em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, **24**, 9-44.
- Machado, F. L. (2003). Imigração e imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão. *Sociologia*, **41**, 183-188.
- Machado, F. L. & Abranches, M. (2005). Caminhos limitados de integração social. Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, **48**, 69 -91.
- Machado, I. J. R. (2006). Imigração em Portugal. *Estudos Avançados* **20** (57). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a10v2057.pdf>. Acedido a 05.06.2009.
- Malheiros, J. M. (2005). Jogo de relações internacionais: Repensar a posição de Portugal no arquipélago migratório global. In A. Barreto (Ed.). *Globalização e migração*. Lisboa: ICSPP, 251-272.



- Malheiros, J. M., Medes, M., Barbosa, C. E., Silva, S. B., Schiltz, A. & Vala, F. (2007). *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: ACIDI.
- Malynovska, O. (2004). International labour migration from the Ukraine: the last ten years. In M. I. Baganha & M. L. Fonseca. *New waves: migration from eastern to southern Europe*. Lisboa: Luso-American Foundation, 11-21.
- Marchand, H. (2005). *Temas de desenvolvimento psicológico do adulto*. Coimbra: Editora Quarteto.
- Marcia, J. E. (1966). Development and validation of ego-identity status. *Journal of Personality and Social Psychology*, **3**, 551-558.
- Marcia, J. E. (1967). Ego identity status: Relationships to change in self-esteem, "general adjustment" and authoritarianism. *Journal of personality*, **35**, 118-133.
- Maroco, J. & Bispo, R. (2005). *Estatística aplicada às ciências sociais e humanas*. (2.<sup>a</sup> Ed.) Lisboa: Climepsi Editores.
- Marques, M. M. & Rosa, M. J. (2003). L'intégration des immigrés au Portugal: Singularité ou retard?. *Sociologia*, **41**, p.9-36.
- Marques, R. (2005). *Uma mesa com lugar para todos: Para uma visão humanista da Imigração*. Lisboa: Instituto Padre António Vieira.
- Marques, R. (2006). Os fluxos migratórios: da Gestão a uma melhor integração. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, **6**, 25-30.
- Marx, M. H. & Hillix, W. A. (1995) *Sistemas e teorias em psicologia*. (10.<sup>a</sup> Ed.). Álvaro Cabral (Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Maslow, A. H. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper & Brothers.
- Maslow, A. H. (1968). *Toward a psychology of being* (2<sup>nd</sup> Ed.). New York: Van Nostrand Reinhold.
- Maslow, A. H. (1970). *Motivation and personality* (2<sup>nd</sup> Ed.). New York: Harper & Row.
- Massey, D. S. (1999). International migration at the dawn of the twenty-first century: the role of the state. *Population and Development Review*, **25** (2), 303-322.
- Massey, D. S.; Arango, J.; Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., Taylor, E. (1993). *Population and Development Review*, **19** (3), 431-466.

- Matalon, B. & Rodolphe, G. (1997). *O inquérito*. Oeiras: Celta Editores.
- Matias, A. R. (2004). Da Ucrânia a Portugal: Trajectos migratórios e modalidades de inserção no mercado de trabalho. *V Congresso do Minho*, 12 e 15 de Maio de 2004. Disponível em <http://www.oi.acime.gov.pt/docs/pdf/Imigucraniana.pdf>. Acedido a 23.03.2006.
- Matos, C. (1993). Migrações: Decisões Individuais e Estruturas Sociais. Lisboa: *Socius, Working Papers*, 5.
- Meleiro, M. B. (2004). *Imigrantes: uma nova face da sociedade portuguesa: um estudo de caso no concelho de Barcelos*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Miller, P. H. (1989). *Theories of developmental psychology*. (2<sup>nd</sup> Ed.). New York: W. H. Freeman and Company.
- Mincer, J. (1978). Family Migrations Decisions. *Journal of Political Economy*, 86, 749-773.
- Moen, P. & Wethington, E. (1999). Midlife development in a life course context. In Sherry L. Willis e James D. Reid. *Life in middle. Psychological and social development in middle life age*. San Diego: Academic Press, 3-23.
- Monteiro, A. P. T. (2006). Imigração e Saúde. Imigrantes da Europa de leste em Portugal. *Referência*, 2, 9-20.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e práticas de Investigação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais.
- Moren-Alegret, R. (2002). *Integration and resistance: The relation of social organization, global capital, governments and international immigration in Spain and Portugal*. Aldershot: Ashgate.
- Moura, R. M. (1999). *A vida adulta: uma visão dinâmica*. Disponível em: <http://members.tripod.com/RMoura/vidaadult.htm>. Acedido a 02.11.2008.
- Neto, F. (1993). *Psicologia da migração portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (2008). *Estudos de Psicologia Intercultural: Nós e Outros*. (3.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Newman, B. & Newman, P. R. (2003). *Development through life. A psychosocial approach*. (8<sup>th</sup> Ed.). South Melbourne, Vitoctoria: Thomson.

- Nico, M., Gomes, N., Rosado, R. & Duarte, S. (2007). *Licença para criar. Imigrantes nas artes em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Nikolinakos, M. (1975). Notes Towards a General Theory of Migration in Late Capitalism. In R. Cohen (Ed.). *Theories of Migration*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Oliveira, C. (2004). Estratégias empresariais de origem imigrante em Portugal. Oportunidades Étnicas e Estruturais e Recursos Pessoais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, **45**, 71-98.
- Oliveira, C. (2005). *Empresários de Origem Imigrante – Estratégias de Inserção Económica em Portugal*. Lisboa: ACIME.
- ONU - Organização das Nações Unidas (1997). Concise Report on World Population.
- Ouellet, F. (1991). *L'Éducation Interculturelle. Éssai sur la Formation des Maîtres*. Paris: L' Harmattan.
- Palácios, J. (2004b). Psicologia evolutiva: conceito, enfoques, controvérsias e métodos. In C. César; A. Marchesi & J. Palácios (Eds.). *Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva*. (2.<sup>a</sup> Ed.) Porto Alegre: Artmed, **1**, 13-52.
- Palácios, J (2004a). Mudança e desenvolvimento durante a idade adulta e a velhice. In C. César; A. Marchesi & J. Palácios (Eds.). *Desenvolvimento psicológico e educação. Psicologia evolutiva*. (2.<sup>a</sup> Ed.). Porto Alegre: Artmed, **1**, 371-289.
- Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, E. D. (2006). *Desenvolvimento humano*. (8.<sup>a</sup> Ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Papademetriou, D. G. (2003). *Policy considerations for Immigrant Integration, Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach, Migration Policy Institute*. Disponível em: [www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171](http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171). Acedido a 23.06.2008.
- Parkes (1971). Psycho-social transitions: A field for study. *Social Science and Medicine*. London: Pergamon, **5**, 105-115.
- Peixoto, J. (1998). *As Migrações dos Tabela Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*. Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa.

- Peixoto, J. (1999). *A mobilidade Internacional dos Tabelas*. Oeiras: Celta Editora.
- Peixoto, J. (2002a). Os Mercados da Imigração. In MSST/DEEP (Eds.). *Imigração e Mercado de Trabalho*. Oeiras: Celta Editora.
- Peixoto, J. (2002b). Strong market, weak state: the case of recent foreign immigration in Portugal. In *Journal of ethnic and migration studies*. **28** (3), 483-497.
- Peixoto, J. (2004a). *As teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro-sociológicas*. Lisboa: Socius Working Papers. Lisboa: Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, **11**.
- Peixoto, J. (2004b). País de Emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório português. *Socius Working Papers*.
- Peixoto, J. (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências diferentes. *Migrações*, **2**, 19- 46.
- Peixoto, J., Casaca, S. F.; Figueiredo, A.; Gonçalves, M.; Floriano, A., Sabino, C.; Lopes, H.C.; Perista, P. & Phizacklea, A. (2006). *Mulheres migrantes: Percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa.
- Perista, P. (2004). Imigrantes de Leste em Portugal: da migração à inserção. In *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Braga: Universidade do Minho.
- Perotti, A. (2003). *Apologia do Intercultural*. Lisboa. Secretariado Entreculturas.
- Piaget, J. (1929). *The child's conception of world*. New York: Harcourt Brace.
- Pinheiro, M. R. (1994). *O Domínio das emoções e o desenvolvimento da autonomia: Contributos para o estudo do desenvolvimento psicossocial do estudante universitário*. Dissertação de Mestrado não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Pinheiro, M. R. (2003). *Uma época especial – Suporte social e vivências académicas na transição e adaptação ao ensino superior*. Tese de doutoramento não publicada. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Pinheiro, M. R. (2004). O desenvolvimento da transição para o Ensino Superior: o princípio depois de um fim. *Aprender*, **29**, 9-20.

- Pinheiro, M. R. (2005a, Fevereiro). *Hoje não é para sempre: Uma reflexão sobre o desenvolvimento da transição para o ensino superior*. Comunicação apresentada no Encontro de Professores do Ensino Secundário e do Superior. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.
- Pinheiro, M. R. (2005b). *Desenvolvimento Psicossocial de jovens e adultos: teorias temas e problemas*. Apresentação no Mestrado de Educação e desenvolvimento Social e Gestão de Formação e Administração Educacional. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pinheiro, M. R. & Ferreira, J. A. (1995). O Inventário de Desenvolvimento da Autonomia. In L. S. Almeida; M. R. Simões & M. M. Gonçalves (Eds.). *Provas Psicológicas em Portugal*. Braga: APPORT, **1**.
- Pinheiro, M. R. & Ferreira, J. A. (1996). O Domínio das Emoções do Jovem Adulto em Contexto Universitário. In *Actas das I.ª Jornadas de Educação de Adultos em Portugal: Situação e perspectivas*. Coimbra.
- Pinheiro, M. R. & Ferreira, J. A. (2002). Questionário de Suporte Social: Adaptação e validação portuguesa do Social Support Questionnaire (SSQ6). *Psychologica*, **30**, 315-333.
- Pinheiro, M. R. & Figueiredo, C. (2008). *Que as há, há!. As boas práticas dos estudantes universitários*. Projecto de Formação Interna. Coimbra.
- Pinho, F. (2001). *Migrações e Processos Comunicacionais - O caso dos brasileiros em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação. Lisboa: ISCTE.
- Pinto, A. V. (2004). Sessão de Abertura. In *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade-Cidadania-Integração*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Piore, M. (1979). *Birds of Passage: Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pires, R. P. (2002). Mudanças na imigração - Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal 1998-2001. *Sociologia, Problemas e Práticas*, **39**, 151-166.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.

- Pires, S. (2002). O terceiro sector imigrante e as associações dos imigrantes do leste europeu em Portugal - estruturação de um Espaço de cidadania. Núcleo de Estudo das Migrações. Centro de Estudos Sociais. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/204/204.pdf>. Acedido a 07.06.2007.
- Portes, A. (1995). Economic Sociology and the Sociology of Immigration: a Conceptual Overview. In A. Portes (Ed.). *The Economic Sociology of Immigration: Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*. New York: Russel Sage Foundation.
- Portes, A. (1999). *Migrações Internacionais: Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras, Celta Editora.
- Portes, A. & Böröcz, J. (1989). Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on its Determinants and Modes of Incorporation. In R. Cohen (Ed.). *Theories of Migration*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Portugal, G. (1992). *Ecologia e desenvolvimento humano em Bronfenbrenner*. Aveiro: Edição Cidine.
- Portugal, S. (2006). *Novas famílias, modos antigos. As redes sociais na produção do bem-estar*. Tese de doutoramento não publicada. Faculdade de Economia de Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rabello, E.T. & Passos, J. S. (s/d). *Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.josesilveira.com>. Acedido a 6.10.2008.
- Ravenstein, E. G. (1885). The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*, Vol. 48, Part II, pp. 167-227
- Ravenstein, E. G. (1889). The laws of migration. *Journal of the Royal Statistical Society*. **52** (II), 241-301.
- Rebelo, E. M. M. (2006). *Planeamento Urbano para a Integração de Imigrantes*. Lisboa: ACIME.
- REAPN (2010). *Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social - 2010*. Disponível em: [www.reapn.org/download.php?file=561](http://www.reapn.org/download.php?file=561). Acedido a 18.02.2010.

REAPN (2001). Rediteia. **24**, p.12.

Regulamento (CE) n.º 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Julho de 2007.

Reis, J.; Tolda, J; Pereira, T; Serra, N. & Bastos, E. (2007). *Imigrantes em Portugal. Economia, sociedade, pessoas e território*. Relatório do Projecto de Investigação financiado pela FCT: A Imigração Qualificada: Imigrantes em sectores dinâmicos e inovadores da sociedade portuguesa. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Reyneri, E. (2003) *Underground Economy and the New Immigration: The Case of Southern Europe* Paper presented to the EU Workshop Informal/Undeclared Work: Research on its changing nature and policy strategies in an enlarged Europe. DG Research/DG Employment and Social Affairs. Bruxelas 21 de Maio 2003. Disponível em: [http://www.cordis.lu/improving/socio-economic/conf\\_work.htm](http://www.cordis.lu/improving/socio-economic/conf_work.htm)). Acedido a 23.07.2006.

Rita, J. P. & Rita, P. L. (2004). A escola no caminho da fixação dos imigrantes de Leste no interior do país. Constrangimentos e desafios. *Revista Sociedade e Trabalho*, **19/20**, 45 - 60.

Rocha-Trindade, M. B. (1981). Emigração portuguesa: as políticas de trajecto de ida e de ciclo fechado. *Revista de História Económica e Social*. **1-2**, 71-96.

Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

Rocha-Trindade, M. B. (2001). *História da imigração em Portugal (I)*, Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores, Lisboa, pp. 170-171.

Rodrigues, A. F. & Pinheiro, M. P. (2007). A imigração enquanto transição pessoal e social. Estudo de caso de um imigrante de leste. *Comunicação apresentada no III Congresso Internacional A Imigração em Portugal e na União Europeia*. Torres Vedras: AGIR - Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural.

Rogers, C. R. (1965). *On becoming a person*. Boston: Houghton Mifflin.

Rosa, M. J. V. (2005). *(Des)encontro entre as Migrações Internacionais (Laborais) e as Qualificações (escolares): o caso dos europeus de Leste em Portugal*. Lisboa: SociNova Migration, Universidade Nova de Lisboa.

- Rosa, M. J. V.; Seabra, H. & Santos, T. (2004). *Contributos dos imigrantes na demografia portuguesa: O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Lisboa: ACIDI.
- Saaki, E. M. & Assis, G. O. (2000). *Teorias das Migrações internacionais*. XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16\\_2.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf). Acedido a 23.07.2007.
- Sandefur, G.D. & Scott, W. J. (1981). A dynamic analysis of migration: an assessment of the effects of age, family, and career variables. *Demography*, **18** (3), 355-368.
- Santana, V. (2003). *Qualificação e inserção económica e social dos imigrantes do Leste: Relatório final*. Lisboa: ACIME.
- Santana, V. & Sarratino, P. (2005). Percursos de vida de imigrantes de leste. In *Imigração e etnicidade – Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal. SOS Racismo*. Projecto de investigação “Qualificação e Inserção económica e social dos imigrantes da Europa de Leste”.
- Santos, R. (2008). *Quanto custa ser imigrante?*. Lisboa: ACIDI.
- Sarriera, J. C. (2000). Educação para a integração entre culturas e povos: da aculturação para o multiculturalismo. In J. C. Sarriera (Org.). *Psicologia comunitária: estudos actuais*. Porto Alegre: Sulina, 179-202.
- Sarriera, J. C.; Oliveira, A. P. S.; Hofstaetter, C. H. & Hermel, J. S. (2005a). O processo de integração de imigrantes hispano-americanos: análises e perspectivas. *Psico*, **36**, (1), 73-80.
- Sarriera, J. C.; Pizzinato, A. & Meneses, M. P. R. (2005b). Aspectos psicossociais da imigração familiar na Grande Porto Alegre. *Estudos de Psicologia*, **10** (1), 5-13.
- Schaie, K. W. & Willis, S. L. (1991). *Adult development and aging*. (3<sup>rd</sup> Ed.). New York: Harper Collins.
- Schlossberg, N. (1981). A model for analyzing Human Adaptation to transition. In *The counseling Psychologist*. University to Maryland, **9** (2), 1-18.



- Schlossberg, N. (1989). *Overwhelmed: Coping with life's ups and downs*. Lexington, MA: Lexington Books.
- Schlossberg, N.; Watters, E. & Goodman, J. (1995). *Counseling adults in transition*. New York: Springer.
- Schneider, F. (2002). *Size and measurement of the informal Economy in 110 Countries around the world*. Disponível em: [http://www.amnet.co.il/attachments/informal\\_economy110.pdf](http://www.amnet.co.il/attachments/informal_economy110.pdf)). Acedido a 19.06.2008.
- Seco, M. G.(coord.); Casimiro, M. C.; Pereira, M. I.; Dias, M. I. & Custódio, S. M. (2005a). Para uma abordagem psicológica da transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior: Pontes e alçapões. *Cadernos do Ensino Superior*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, **4**.
- Seco, M. G.; Pereira, I.; Dias, I.; Casimiro, M. & Custódio, S. (2005b). Para uma abordagem psicológica da transição do Ensino Secundário para o Ensino Superior: Pontes e alçapões. *Psicologia e Educação*. IV, **1**, 7-21.
- SEF (2000). *Relatório Anual*. Disponível em [www.sef.pt](http://www.sef.pt). Acedido a 23.05.2006
- SEF (2001). *Relatório Anual*. Disponível em [www.sef.pt](http://www.sef.pt). Acedido a 23.05.2006
- SEF (2002). *Relatório Anual*. Disponível em [www.sef.pt](http://www.sef.pt). Acedido a 23.05.2006
- SEF (2006). *Relatório Anual*. Disponível em [www.sef.pt](http://www.sef.pt). Acedido a 19.09.2008
- SEF (2007). *Relatório anual*. Disponível em [www.sef.pt](http://www.sef.pt). Acedido a 19.09.2008
- SEF (2008). *Relatório Anual*. Disponível em [www.sef.pt](http://www.sef.pt). Acedido a 02.09.2009
- Seligman, M. E. P. (1972). *Helplessness: On depression, development and death*. San Francisco: Freeman.
- Serrano, G. P. (2004). *Pedagogiasocial – Educación Social*. Madrid: Narcea.
- Simões, A. P. (2007, Novembro). Papel das associações de imigrantes na inserção social: representações e perspectivas. Comunicação apresentada no *III Congresso Internacional A Imigração em Portugal e na União Europeia*. Torres Vedras: AGIR - Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural.

- Soares, W. (2002). Para Além da Conceção Metafórica de Redes Sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. *Comunicação apresentada no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Minas Gerais. Disponível em: <http://www.abep.nepo.inicamp.br>. Acedido a 29.11.2007.
- Sousa, J. E. X. F. (2006). *Os imigrantes ucranianos em Portugal e os cuidados de saúde*. Lisboa: ACIME.
- Sprinthall & Collins (1988). *Adolescent Psychology. A Developmental View (2<sup>nd</sup> Ed.)*. Nova Iorque: McGraw-Hill. [Trad. portuguesa: *Psicologia do Adolescente. Uma abordagem desenvolvimentista (4<sup>a</sup> Ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.]
- Sternberg, R. J. (1990). *Wisdom and its relation to intelligence and creativity*. In R. J. Sternberg (Ed.). *Wisdom: It's nature, origins, and development* Cambridge, England: Cambridge University Press, 142-159.
- Todaro, M. P. (1976) *Internal Migration in Developing Countries*. Genève: OIT.
- Troll, L. E. (1975). *Early and middle adulthood. Life-span human development series*. Monterey, Ca : Brooks/Cole Publishing Company
- Vailliant, G. (1977). *Adaptation to life*. Boston: Little, Brown.
- Vala, J. (2003). Processos identitários e gestão da diversidade. In *Actas do I congresso Imigração em Portugal: Diversidade - Cidadania - Integração*. Lisboa: ACIME
- Wall, K.; Nunes, C. & Matias, A. M. (2005). *Female Migration vision. Immigrant Women in Portugal: migration trajectories, main problems and policies*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Weathersby, R. (1978). Life stages and learning interests. In *The adult learner: current issues in higher education*. Washington: D. C. American Association for Higher Education.
- Whitbourne, S. K. (1986). *Adult development (2<sup>nd</sup> Ed.)*. New York: Praeger.
- Whitbourne, S. K., & Connolly, L. A. (1999). The developing self in Midlife. In S. L. Willis & J. D. Reid. (Eds). *Life in middle. Psychological and social development in middle life age*. San Diego: Academic Press, 25-45.

- Witter, G. Porto. (2006). Tarefas de desenvolvimento do adulto idoso. *Estudos de psicologia*. Campinas: Universidade Católica de Campinas, **23** (1), 13-18.
- Zlotnik, H. (2003). Théories sur les migrations internationales. In G. Caselli; J. Vallin & G. Wunsch. (Eds.). *Démographie: analyse et synthèse 4 Les déterminants de la migration*. Paris: INED, 55-78.
- ГРУППА, Н. (2007, Novembro). «*O nosso grupo*». *O Clube Aliança e o Ensino da Língua Russa em Ponta Delgada*. Comunicação apresentada no *III Congresso Internacional A Imigração em Portugal e na União Europeia*. Torres Vedras: AGIR - Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sociocultural.

## ANEXOS

---



## ANEXO 1 – QPPSI - Questionário do Processo Pessoal e Social da Imigração (Rodrigues & Pinheiro, 2007)<sup>42</sup>

---

Por favor preencha cuidadosamente todos os dados pedidos. Existem questões em que é necessário completar dados, outras em que basta assinalar com um **X** o quadrado correspondente à sua resposta.

### **I. Informações gerais**

**1. IDADE:** \_\_\_\_\_ anos

**2. SEXO:**

Feminino

Masculino

**3. QUAL O PAÍS ONDE NASCEU?**

Rússia

Ucrânia

Roménia

Lituânia

Moldávia

Bulgária

Outro país de leste: Qual \_\_\_\_\_

**4. ESTADO CIVIL ACTUAL?**

Solteiro(a)

Casado(a)

União de facto

Separado(a)

Viúvo(a)

**5. QUAL A NACIONALIDADE DO SEU CÔNJUGE?**

A mesma que a sua

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

---

<sup>42</sup> A autorização para qualquer utilização e reprodução, parcial ou total, deste documento deve ser solicitada aos autores, através dos emails [anafigueiredorodrigues@gmail.com](mailto:anafigueiredorodrigues@gmail.com) e [pinheiro@fpce.uc.pt](mailto:pinheiro@fpce.uc.pt).

**6. QUAL A SUA SITUAÇÃO ANTES DA APLICAÇÃO NA NOVA LEI DE ESTRANGEIROS (N.º 23/2007 DE 4 DE JUNHO)?**

- Não tenho nenhum visto → Passa à 6.2
- Tinha visto turístico → Passa à 6.1
- Tinha visto de curta duração → Passa à 6.1
- Tinha visto de residência → Passa à 6.1
- Tinha visto de trabalho → Passa à 6.1
- Reagrupamento familiar → Passa à 6.1
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**6.1. Qual a sua situação ACTUAL EM TERMOS LEGAIS?**

- Não tenho nenhum visto → Passa à 6.2
- Tenho visto de trânsito → Passa à 7
- Tenho visto de curta duração → Passa à 7
- Tenho visto de estada temporária → Passa à 7
- Tenho visto de residência → Passa à 7
- Título de residência temporária → Passa à 7
- Título de residência permanente → Passa à 7
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**6.2. SE A SUA SITUAÇÃO NÃO ESTÁ REGULARIZADA, DIGA PORQUÊ? (resposta múltipla)**

- Por falta de informação
- Por desconhecimento da lei
- Por falta de meios financeiros para o fazer
- Por receio de ser identificado
- Outros Quais? \_\_\_\_\_

**7. QUANTOS ANOS ANDOU NA ESCOLA?**

- Ensino Primário
- Ensino Secundário Profissional
- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Pós-doutoramento
- Outro. \_\_\_\_\_

**8. QUAL A SUA RELIGIÃO?**

- Católica
- Protestante
- Islâmica
- Judaica
- Budista
- Ortodoxa
- Outra Qual? \_\_\_\_\_
- Nenhuma, não tenho religião

**II. Partida**

**9. QUE IDADE TINHA QUANDO PENSOU EM EMIGRAR?** \_\_\_\_\_ anos de idade

**10. QUAIS OS PRINCIPAIS MOTIVOS QUE O FIZERAM SAIR DO SEU PAÍS E EMIGRAR?** (resposta múltipla, máximo 3)

- Estudar
- Razões de sobrevivência
- Más condições de vida
- Pagar dívidas e hipotecas
- Poupar para fazer casa
- Guerra
- Falta de trabalho
- Saúde
- Poupar para se estabelecer no país de origem
- Poupar para se estabelecer em Portugal
- Enriquecer
- Outros Quais? \_\_\_\_\_

**11. A DECISÃO DE EMIGRAR FOI PARTILHADA/CONVERSADA COM MAIS ALGUÉM?**

- Não → Passa à 12
- Sim

**11.1. SE SIM, COM QUEM?**  Familiares  Amigos  Outro \_\_\_\_\_

**11.2. QUAL FOI A ATITUDE DELES?**

\_\_\_\_\_

**11.3. A OPINIÃO DELES FOI IMPORTANTE NA SUA DECISÃO DE EMIGRAR?**

- Sim  Não

**12. POR QUANTO TEMPO PERSPECTIVOU A DURAÇÃO DA SUA EMIGRAÇÃO?** (EXEMPLO:  2 meses<sup>X</sup>)

- \_\_\_\_\_ meses  \_\_\_\_\_ anos

**13. ALGUÉM DOS SEUS RELACIONAMENTOS MAIS PRÓXIMOS JÁ TINHA EMIGRADO?**

- Não → Passa à 14  Sim

**13.1. SE SIM, QUEM?**  Familiares  Amigos  Outros \_\_\_\_\_

**14. QUANTO TEMPO DECORREU DESDE O TOMAR A DECISÃO DE EMIGRAR E A PARTIDA DO SEU PAÍS?** (EXEMPLO:  2 meses)

- \_\_\_\_\_ dias  \_\_\_\_\_ meses  \_\_\_\_\_ anos

**15. PENSOU LOGO EM EMIGRAR PARA PORTUGAL?**

- Não → Passa à 17  Sim

**15.1 SE SIM, PORQUÊ?** (resposta múltipla)

- Já tinha cá familiares → Passa à 16
- Já tinha amigos ou conhecidos aqui → Passa à 16
- Facilidade na legalização → Passa à 17
- Outro \_\_\_\_\_

**16. EM QUE É QUE ESSES CONHECIMENTOS O AJUDARAM NA TOMADA DE DECISÃO?**

- Na burocracia
- No alojamento
- No trabalho
- Outro \_\_\_\_\_

**17. COMO TRATOU DA VIAGEM?**

- Sozinho
- Agência de viagens
- Outro \_\_\_\_\_



**18. QUANTO PAGOU?**

- <200€
- 200€-400€
- 400€ – 600€
- > 600€

**19. HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ EM PORTUGAL**

- Menos de 6 meses
- De 6 meses a 1 ano
- De 1 a 2 anos
- De 3 a 5 anos
- Mais de 5 anos

**20. COM QUEM VEIO PARA PORTUGAL?**

- Sozinho
- Com outros imigrantes → Passa à 20.1
- Outros. Quem? \_\_\_\_\_

**20.1 SE VEIO COM OUTROS IMIGRANTES, COM QUEM VEIO? (resposta múltipla)**

- Cônjuge
- Filhos
- Pais
- Irmãos
- Amigos/conhecidos
- 

Outros \_\_\_\_\_

**21. Que meio de transporte utilizou para sair do seu país?**

- Carro
- Autocarro
- Avião
- Comboio
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**22. A VIAGEM DECORREU BEM?**

- Sim → Passa à 23  Não

**22.1 SE NÃO, PORQUÊ?**

- Houve assaltos
- Burla na compra dos bilhetes
- Alteração do trajecto previsto
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**23. O QUE O LEVOU A FICAR EM PORTUGAL?**

- Oportunidade de trabalho ou de negócios
- Acompanhamento de pessoa de família
- Impossibilidade de ir para onde gostaria
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**24. JÁ TINHA TENTADO ENTRAR E VIVER EM PORTUGAL?**

- Não
- 1 vez
- 2 vezes
- 3 vezes
- 4 ou mais vezes

**25. LOCAL ONDE VIVE EM PORTUGAL?** \_\_\_\_\_

**26. VEIO RESIDIR LOGO PARA O DISTRITO DE COIMBRA?**

- Sim → Passa à 27  
 Não

**26.1. SE NÃO, ONDE MOROU ANTERIORMENTE?**

- Aveiro  
 Faro  
 Guarda  
 Lisboa  
 Porto  
 Viana do Castelo  
 Vila Real  
 Outra Qual? \_\_\_\_\_

**27. HÁ QUANTO TEMPO VIVE NESTE LOCAL?** (EXEMPLO:  2 ~~m~~ses)

- \_\_\_ dias  \_\_\_ meses  \_\_\_ anos

**III - CARACTERIZAÇÃO PROFISSIONAL****28. TINHA TRABALHO NO SEU PAÍS QUANDO DE LÁ SAIU?**

- Não → Passa à 29  Sim

**28.1. SE SIM, QUAL ERA A SUA OCUPAÇÃO OU PROFISSÃO NO SEU PAÍS?** \_\_\_\_\_**29. QUANDO VEIO PARA PORTUGAL JÁ TINHA CONTRATO DE TRABALHO?**

- Sim, tinha contrato de trabalho  
 Vim como turista  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**30. QUAL A SUA SITUAÇÃO PROFISSIONAL ACTUAL?**

- Empregado(a) → Passa à 31  
 Desempregado(a) → Passa à 39  
 Beneficiário(a) do Rendimento Social de Inserção → Passa à 39  
 Faz apenas umas horas → Passa à 31  
 Outro \_\_\_\_\_

**31. QUAL A SUA PROFISSÃO/ACTIVIDADE ACTUAL?** \_\_\_\_\_**32. QUANTO GANHOU NO ÚLTIMO MÊS?**

- Menos de 250€  
 De 250€ a 500€  
 De 501€ a 1000€  
 De 1001€ a 2000€  
 Mais de 2001€  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**33. QUANTOS DIAS TRABALHOU NO ÚLTIMO MÊS?**

- Nenhum dia  
 De 1 a 5 dias  
 De 6 a 10 dias  
 De 11 a 15 dias  
 De 16 a 22 dias  
 Mais de 22 dias

**34. A SUA ACTIVIDADE EQUIVALE ÀS SUAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS?**

- Sim → Passa à 35  
 Não

**34.1. SE NÃO, COMO LIDOU COM O FACTO DE TER HAVIDO UMA DESQUALIFICAÇÃO?**

- Muito Bem  Bem  Mal  Muito Mal

**35. ACTUALMENTE ENCONTRA-SE NA SITUAÇÃO DE:**

- Trabalhador por conta própria  
 Trabalhador por conta de outrem  
 Outro \_\_\_\_\_

**36. REGIME CONTRATUAL:**

- Contrato a prazo  
 Contrato efectivo  
 A “recibos verdes”  
 Sem contrato de trabalho  
 Outro Qual? \_\_\_\_\_

**37. PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA ONDE TRABALHA:**

- Empresa pública  
 Empresa privada  
 Instituição particular de solidariedade social  
 Outra Qual? \_\_\_\_\_

**38. EM QUE SECTOR EXERCE O SEU TRABALHO?**

- Agricultura  
 Construção civil  
 Fábrica  
 Comércio/serviços  
 Outro \_\_\_\_\_

**39. JÁ TEVE MAIS DO QUE UM EMPREGO?**

- Não → Passa à 40  Sim

**39.1. SE SIM, INDIQUE-OS DESDE O MAIS ANTIGO PARA O MAIS RECENTE**

- 1.º \_\_\_\_\_ 4.º \_\_\_\_\_  
 2.ª \_\_\_\_\_ 5.ª \_\_\_\_\_  
 3.ª \_\_\_\_\_ 6.ª \_\_\_\_\_

**40. ANTES DE VIR PARA PORTUGAL TRABALHOU EM ALGUM PAÍS?**

- Não → Passa à 41  
 Sim

**40.1. SE SIM, EM QUE PAÍS TRABALHOU?**

- Espanha  
 Itália  
 França  
 Alemanha  
 Holanda  
 Outro país. Qual? \_\_\_\_\_

**40.2. PORQUE RAZÃO NÃO CONTINUOU NESSES PAÍSES E VEIO PARA PORTUGAL?** (resposta múltipla, até 3 respostas)

- Deixou de ter trabalho  
 Não conseguiu legalizar-se  
 Teve problemas com as autoridades  
 Porque não se adaptou ao país (cultura, língua, etc.)  
 Ouviu dizer que em Portugal havia trabalho  
 Tinha familiares ou amigos em Portugal  
 Portugal tem um melhor clima  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**41. SE O SEU CÔNJUGE (MARIDO/MULHER) RESIDE EM PORTUGAL QUAL A SUA PROFISSÃO ACTUAL?** \_\_\_\_\_

**42. POR QUEM TEVE CONHECIMENTO DO SEU PRIMEIRO TRABALHO EM PORTUGAL?**

- Familiar/amigo/conhecido que esteve em Portugal  
 Pessoa que lhe prometeu arranjar trabalho  
 Organismo público e/ou institucional  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**43. OS SEUS MEIOS FINANCEIROS PERMITEM-LHE ENVIAR POUPANÇAS PARA O SEU PAÍS?**

- Não → Passa à 44  Sim

**43.1. SE SIM, COM QUE FREQUÊNCIA ENVIA DINHEIRO?**

- Uma vez por mês  
 De 2 em 2 meses  
 De 6 em 6 meses  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**43.2. PARA QUEM ENVIA O DINHEIRO?**

- Cônjuge  
 Filhos  
 Pais  
 Outros. Quem? \_\_\_\_\_

**44. COMO OCUPA OS SEUS TEMPOS LIVRES?** (resposta múltipla, até 3 respostas)

- Em casa  
 No café  
 Passear  
 Ir ao futebol  
 Visitar familiares e amigos  
 Bares/discotecas  
 Em clubes/associações  
 Na prática de desporto  
 Cinema/teatro  
 Visitar museus /exposições  
 Outro: \_\_\_\_\_

**45. AS SUA ROTINAS DIÁRIAS ACTUAIS ALTERARAM-SE EM RELAÇÃO ÀQUELAS QUE TINHA NO SEU PAÍS DE ORIGEM?**

- Não → Passa à 46  Sim

**45.1. SE SIM, ASSINALE COM UM X AS ROTINAS QUE TINHA EM CADA UM DOS PAÍSES?**

- |                                      |                                   |   |                                |
|--------------------------------------|-----------------------------------|---|--------------------------------|
| . Mais horas de trabalho             | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Mais Saídas com os amigos/convívio | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Prática de actividade desportiva   | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Passar mais tempo em casa          | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Menos tempo de lazer               | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Acordar mais cedo                  | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Deitar mais tarde                  | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Comer mais refeições               | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Alteração do sono                  | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |
| . Outra _____                        | <input type="checkbox"/> Portugal | <input type="checkbox"/> País de origem | <input type="checkbox"/> Igual |

**46. HOUVE MUDANÇAS NOS SEUS PAPÉIS SOCIAIS (POSIÇÕES SOCIAIS)?**

- Não → Passa à 47  Sim

**46.1. SE SIM, QUAIS AQUELES QUE ADQUIRIU?** (resposta múltipla, até 3 respostas)

- Empregado  
 Trabalhador  
 Patrão  
 Estudante  
 Namorado(a)  
 Pai/mãe  
 Chefe de família  
 Cuidador de alguém  
 Outros \_\_\_\_\_

**47. ESTÁ ASSOCIADO/ORGANIZADO?**

- Não → Passa à 48  
 Sim

**47.1. SE SIM, EM QUE ASSOCIAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO?**

- Associação cultural  
 Associação recreativa  
 Associação de imigrantes  
 Sindicatos  
 Clube desportivo  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**47.2. QUAIS AS VANTAGENS QUE ENCONTRA NESSA ASSOCIAÇÃO?** (resposta múltipla, até 3 respostas)

- Apoio económico  
 Apoio legal  
 Apoio social  
 Dinamização de actividades próprias da minha cultura  
 Contacto com outras pessoas do meu país  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**48. QUAL DAS SEGUINTE SITUAÇÕES MELHOR TRADUZ A SUA REALIDADE:**

- Mantém vivos muitos aspectos da sua cultura, mas adapta ao máximo aspectos da cultura portuguesa  
 Suspendeu a própria cultura e adapta basicamente a portuguesa  
 Mantém a própria cultura e evita contacto com a sociedade portuguesa  
 Perdeu a sua cultura de origem e não participa na vida e cultura portuguesa  
 Outro \_\_\_\_\_

**IV Adaptação/Integração no país de acolhimento****49. COM QUE FREQUÊNCIA CONTACTA O SEU PAÍS DE ORIGEM?**

- Nunca  
 1 vez por semana  
 2-5 vezes por mês  
 Outra \_\_\_\_\_

**50. QUE MEIOS UTILIZA PARA ESTABELECEER CONTACTO?**

- Correio  
 Telefone  
 Internet  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**51. A NÍVEL GERAL, COMO FOI A SUA ADAPTAÇÃO NO NOSSO PAÍS?**

- Muito difícil       Difícil       Fácil       Muito fácil

**52. COMO AVALIA AS EXPECTATIVAS QUE TRAZIA ANTES DE CHEGAR A PORTUGAL, QUANTO:**

	Superiores à realidade	Adequadas à realidade	Inferiores à realidade
. Habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Legalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Vida de um imigrante	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Ordenados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Duração da estadia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Acolhimento da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**53. COMO CONSIDEROU A SUA TRANSIÇÃO PARA UM NOVO PAÍS QUANTO (assinale com um X):**

	Muito Fácil	Fácil	Difícil	Muito difícil
. Acesso ao trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Acesso à saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Acesso à habitação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Aspectos culturais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Aspectos económicos (vencimentos, poupanças)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Aspectos Sociais (redes de sociabilidade/discriminação)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Aspectos pessoais (adaptação, satisfação, segurança)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Aspectos físicos (saúde, esforço físico)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Acesso a serviços Públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Educação e reconhecimento de competências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Processo de legalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Aprendizagem da Língua Portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Falar português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Ler Português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Compreensão da língua portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
. Escrever Português	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**54. QUE TIPO DE ATITUDES/COMPORTAMENTOS ADOPTOU PARA SUPERAR AS DIFICULDADES? (resposta múltipla)**

- Inscrição em aulas de Português
- Solicitou ajuda a amigos portugueses
- Solicitou ajuda a outros imigrantes
- Contactou com associações/instituições
- Contactou com órgão de administração local (Junta de freguesia, Câmara Municipal)
- Solicitou o reagrupamento familiar
- Participação em actividades interculturais/ na comunidade
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**55. PARA A SUA INTEGRAÇÃO, QUAL DAS SEGUINTE OPÇÕES, LHE PARECE MAIS NECESSÁRIA? (resposta múltipla, até 3 respostas)**

- Saber falar português
- Saber como funciona o país
- Fazer parte de uma associação
- Ter um trabalho
- Conviver com a comunidade portuguesa
- Ter um grupo de amigos
- Outro(s): \_\_\_\_\_

**56. JÁ ALGUMA VEZ VIVEU ALGUMA SITUAÇÃO EM QUE O FIZERAM SENTIR MAL POR SER UM IMIGRANTE DE LESTE?**

Não → Passa à 57  Sim

**56.1 – SE SIM, QUEM O FEZ SENTIR ASSIM?**

- Colegas de trabalho  
 Patrões (empregadores)  
 Professores  
 Jornalistas  
 Pessoas na Rua  
 Vizinhos  
 Outros: \_\_\_\_\_

**57. NO SEU TRABALHO, COMPARANDO COM OS SEUS COLEGAS PORTUGUESES:**

- . Há mais atrasos no pagamento do seu salário  Sim  Não  
 . O seu salário é menor  Sim  Não  
 . Tem trabalhos mais arriscados  Sim  Não

**58. RELATIVAMENTE ÀS SEGUINTE AFIRMAÇÕES ACERCA DO SEU TRABALHO ACTUAL, QUAL É A SUA OPINIÃO?**

- . Está abaixo das suas capacidades/ habilitações  Concordo  Discordo  
 . É apenas um meio para conseguir um trabalho melhor  Concordo  Discordo  
 . É apenas um meio de ganhar a vida  Concordo  Discordo  
 . Foi o único que consegui arranjar  Concordo  Discordo  
 . No meu local de trabalho sou reconhecido e aceite naquilo que faço (nível profissional e pessoal)  Concordo  Discordo

**59. DESDE QUE CHEGOU A PORTUGAL ALGUÉM O TEM AJUDADO,?**

Não → Passa à 60  Sim

**59.1. SE SIM, EM QUÉ?**

- A encontrar trabalho  
 A encontrar alojamento  
 A aprender português  
 A tratar da legalização  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**59.2. SE SIM, DE QUEM TEM RECEBIDO AJUDA?**

- Familiares  
 Amigos e conhecidos do país de origem  
 Amigos e conhecidos portugueses  
 Associação de imigrantes  
 Organização de solidariedade social  
 Organização ligada à Igreja  
 Organização do Estado  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**59.3. SE SIM, DE QUE TIPO DE APOIO BENEFICIOU?**

- Financeiro  
 Jurídico  
 Apoio psicológico/moral  
 Saúde  
 Alimentação  
 Outro Qual? \_\_\_\_\_

**60. DEPOIS DE TER VINDO, HOUVE MAIS ELEMENTOS DA FAMÍLIA QUE SE LHE JUNTARAM?**

Sim  Não

**61. DURANTE A SUA ESTADIA EM PORTUGAL TEM FEITO AMIZADES?**

- Muitas                       Algumas                       Poucas                       Nenhumas

**62. SENTE QUE TEM RELAÇÕES MUITO PRÓXIMAS COM OUTRAS PESSOAS, OU SEJA, UM GRUPO DE AMIGOS?**

- Não → Passa à 63    Sim

**62.1. SE SIM, APESAR DE TER UM GRUPO DE AMIGOS SENTE-SE POR VEZES SOZINHO?**

- Sim    Não

**62.2. O SEU GRUPO DE AMIGOS É CONSTITUÍDO POR QUANTOS ELEMENTOS?**

- 1 a 4                       5 a 9                       10 a 14                       > 15

**62.3. SENTE QUE QUANDO ALGO DE MAU OU PERTURBADOR LHE ACONTECE PODE CONTAR COM ESSES AMIGOS/ALGUÉM?**

- Sim  
 Não

**62.4. OS SEUS AMIGOS SÃO EM MAIORIA:**

- Indivíduos portugueses  
 Outros imigrantes  
 Portugueses e imigrantes

**62.5. COM QUE FREQUÊNCIA ESTÁ COM OS SEUS AMIGOS?**

- > 1 vez por semana  
 1 vez por semana  
 Quinzenalmente  
 Uma vez por mês  
 Outro \_\_\_\_\_

**63. CONSIDERA QUE TEM UMA REDE QUE O APOIOU EM TODO O PROCESSO DE MIGRAÇÃO E NA PRÓPRIA INSERÇÃO NA SOCIEDADE?**

- Sim  
 Não

**64. MANTÉM CONTACTO COM O GRUPO DE AMIGOS QUE TINHA NO SEU PAÍS?**

- Sim  
 Não

**65. QUEM VIVE CONSIGO?**

- Cônjuge (marido/mulher)  
 Filhos  
 Mãe  
 Pai  
 Irmãos  
 Amigos  
 Outros \_\_\_\_\_

**66. TEM FILHOS?**

- Não → Passa à 67  
 Sim

**66.1. ALGUM DESSES FILHOS ANDA NA ESCOLA?**

- Sim  
 Não

**67. QUE TIPO DE LÍNGUA FALA EM CASA?**

- Língua Portuguesa  
 Língua materna  
 Outra \_\_\_\_\_



**68. QUE TIPO DE COMIDA FAZEM EM CASA?**

- Do país de origem  
 Do país de origem e portuguesa  
 Portuguesa

**69. A QUE TIPO DE SERVIÇOS JÁ RECORREU EM PORTUGAL?**

- Hospital/ Centro de saúde  
 Junta de Freguesia  
 Câmara Municipal  
 Embaixada/ Consulado  
 SEF - Serviços de Estrangeiros e Fronteiras  
 Polícia  
 Associações de imigrantes  
 Outras Associações  
 Instituições Religiosas  
 IEFP – Instituto de emprego e formação profissional  
 Inspeção Geral do trabalho  
 CLAIL – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes  
 Outro Qual? \_\_\_\_\_

**70. COMO AVALIA O ATENDIMENTO DESTES SERVIÇOS?**

- Óptimos     Bons     Satisfatórios     Maus     Péssimos     Alguns são bons, outros maus

**71. TEM CONHECIMENTO DA NOVA LEI PORTUGUESA DA ENTRADA, PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS?**

- Sim     Não

**72. COMO AVALIA O ACOLHIMENTO DOS PORTUGUESES AOS IMIGRANTES?**

- Óptimo     Bom     Razoável     Mau     Péssimo

**73. O QUE PENSA DOS PORTUGUESES?**

- Não discriminam nem são racistas     Só alguns são racistas     São todos racistas

**74. SE HÁ DISCRIMINAÇÃO, ONDE SE EXERCE?**

- Na rua  
 No local de residência  
 No local de trabalho  
 Nos locais de entretenimento  
 Por todo o lado  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**V. País de Origem****75. PENSA REGRESSAR AO SEU PAÍS DE ORIGEM?**

- Sim → Passa à 75.1     Não → Passa à 75.2     Não sabe

**75.1. SE SIM, DENTRO DE QUANTO TEMPO?**

- Menos de 2 anos     2-3 anos     3-6 anos     Mais de 6 anos

**75.1.1. SE PENSA REGRESSAR O QUE TENCIONA FAZER?**

- Voltar à agricultura tradicional  
 Comprar máquinas/equipamentos/fazer feituas  
 Trabalhar como assalariado na agricultura  
 Trabalhar como assalariado na indústria  
 Trabalhar como assalariado no comércio/serviços  
 Investir em pequena empresa/oficina  
 Investir em pequeno comércio  
 Outra actividade Qual? \_\_\_\_\_

**75.2. SE NÃO PRETENDE REGRESSAR, QUAL A RAZÃO?**

- Porque tem melhores condições de vida em Portugal
- Porque há guerra no seu país
- Porque gosta mais de viver em Portugal
- Porque os portugueses são acolhedores
- Porque tem família já estabelecida
- Porque tem mais amigos em Portugal
- Outra Qual? \_\_\_\_\_

**76. VIAJA ATÉ AO SEU PAÍS DE ORIGEM?**

- Sim → Passa à 76.1
- Não → Passa à 76.2

**76.1. SE SIM, QUANDO?**

- Uma vez/ano
- Várias vezes/ano
- Raramente
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**76.2 SE NÃO, PORQUÊ?**

- Motivos financeiros
- Pela situação em que se encontra o país de origem
- Receio de poder regressar a Portugal
- Não quer
- Porque está cá há pouco tempo
- Outro \_\_\_\_\_

**VI Alojamento****77. QUAL O SEU TIPO DE ALOJAMENTO?**

- Casa/apartamento
- Quarto
- Hotelaria
- Barraca
- Lares de estudantes
- Lares de Instituições Sociais
- Outro Qual? \_\_\_\_\_

**78. A SUA HABITAÇÃO É:**

- Própria
- Arrendada
- Sub-arrendada
- Cedida
- Outra Qual? \_\_\_\_\_

**79. TEM PROBLEMAS COM A VIZINHANÇA?**

- Não → Passa à 80
- Sim

**79.1. SE SIM, PORQUÊ?**

- Por motivos raciais
- Falta de compreensão
- Razões culturais
- Por falta de diálogo
- Receio de ser diferente
- Outro Qual? \_\_\_\_\_

**80. QUANTAS PESSOAS VIVEM ACTUALMENTE CONSIGO, EM PORTUGAL? \_\_\_\_\_****81. JÁ BENEFICIOU NO REAGRUPAMENTO FAMILIAR?  Sim → Passa à 81.1  Não → Passa à 81.2****81.1. SE SIM, COMO O AVALIA QUANTO À IMPORTÂNCIA NA SUA INTEGRAÇÃO NESTE PAÍS?**

- Pouco Importante
- Indiferente
- Importante
- Bastante Importante
- Muito Importante

**81.2. SE AINDA NÃO BENEFICIOU, PENSA TRAZER PARA PORTUGAL ALGUMAS DESSAS PESSOAS QUE AINDA ESTÃO NA SUA TERRA?**

Não → Passa à 82  Sim

**81.2.1. SE SIM, DENTRO DE QUANTO TEMPO?**

- Dentro de 6 meses
- De 6 meses a 1 ano
- Nos próximos 2-3 anos
- Mais tarde
- Não Sabe

**82. O QUE É MAIS IMPORTANTE NA SUA VIDA? (escolha três opções)**

- Ter casa e terra
- Ter casa e dinheiro
- Ter emprego
- Passear/viajar
- Ter sucesso profissional
- Ter boa relação amorosa e afectiva
- Constituir família
- Ter vida social
- Ter saúde
- Participação política
- Ser solidário
- Outro Qual? \_\_\_\_\_

**83. QUAIS OS SEUS MAIORES RECEIOS OU MEDOS? (escolha três opções)**

- Ser extraditado
- Ficar sem trabalho
- Ser maltratado
- Ter conflitos raciais
- Ficar doente
- Perder o cônjuge
- Separar-se da família
- Não conseguir dar um futuro aos filhos

**84. ESTÁ EM GERAL SATISFEITO COM A SUA VIDA AQUI?**

Muito satisfeito  Bastante Satisfeito  Satisfeito  Pouco Satisfeito  Insatisfeito

**85. GOSTA DO PAÍS QUE O ACOLHEU?**

Muito  Mais ou menos  Pouco  Nada

**86. QUAIS OS OBJECTIVOS QUE TRAZIA CONSIGO E QUE AINDA SE MANTÊM? (resposta múltipla, até 3 respostas)**

- Estudo
- Razões de sobrevivência
- Más condições de vida
- Pagar dívidas e hipotecas
- Poupar para fazer casa
- Guerra
- Falta de trabalho
- Saúde
- Descolonização
- Poupar para se estabelecer no país de origem
- Poupar para se estabelecer em Portugal
- Enriquecer
- Outros Quais? \_\_\_\_\_

**87. CONSIDERA QUE MUDOU ENQUANTO PESSOA, COM TODAS AS EXPERIÊNCIAS QUE VIVENCIAU AO LONGO DESTE PROCESSO DE TRANSIÇÃO?**

Não → Passa à 88  Sim

**87.1 SE SIM, EM QUÊ?**

- Mais responsável
- Mais corajoso(a)
- Maior auto-confiança
- Maior optimismo
- Maior auto-estima
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**88. DESDE A SUA PERMANÊNCIA EM PORTUGAL, QUE ASPECTOS SALIENTA COMO MAIS NEGATIVOS?**

- Acolhimento
- Alojamento
- Acesso ao trabalho
- Contrato de trabalho
- Acesso à Saúde
- Acesso à Educação
- Reconhecimento pessoal e profissional
- Respeito
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**89. DESDE A SUA PERMANÊNCIA EM PORTUGAL, QUE ASPECTOS SALIENTA COMO MAIS POSITIVOS?**

- Acolhimento
- Alojamento
- Acesso ao trabalho
- Contrato de trabalho
- Acesso à Saúde
- Acesso à Educação
- Reconhecimento pessoal e profissional
- Respeito
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**90. SENTE QUE VALEU A PENA TER EMIGRADO?**

Sim → Passa à 91  Não

**90.1. SE NÃO PORQUÊ?**

- Não correspondeu às expectativas
- Ordenados baixos
- Não conseguir poupar
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

**91. PENSA EM EMIGRAR PARA UM OUTRO PAÍS?**

Não → Passa à 92  Sim  Não sabe

**91.1. SE SIM, PORQUÊ?**

- Melhor ordenado
- Menos discriminação
- Fácil legalização
- Ir ter com familiares
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_



## ANEXO 2 – Categorização das variáveis

Categorias	Questões
<p><b>Identificação pessoal</b> (self)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q1 Idade</li> <li>- Q2 Sexo</li> <li>- Q3 Nacionalidade</li> <li>- Q4 Estado Civil</li> <li>- Q5 Nacionalidade do cônjuge</li> <li>- Q7 Habilitações</li> <li>- Q8 Religião</li> <li>- Q19 Tempo de permanência em Portugal</li> </ul>
<p><b>Trajecto Migratório</b> (<i>Moving in</i>) (situação)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q6.1. Legal/ Ilegal - Tipo de visto</li> <li>- Q10 Motivações</li> <li>- Q11/ Q11.1/Q11.2/Q11.3 Decisão individual ou colectiva (contexto)</li> <li>- Q14 Tempo de decisão</li> <li>- Q15 Directamente para Portugal</li> <li>- Q15 Motivações da Escolha de Portugal</li> <li>- Q24 Tentativas de entrada em Portugal</li> <li>- Q17 Como tratou da viagem/ Q18 Quanto Pagou</li> <li>- Q20/ Q20.1 Com quem veio</li> <li>- Q21 Transporte utilizado</li> <li>- Q22/ Q22-1 Como decorreu a viagem</li> <li>- Q26/ Q26.1 Primeiro distrito onde residiu</li> <li>- Q40/ Q40.1/ Q40.2 Outro país onde para onde tenha emigrado</li> <li>- Q52 Expectativas formuladas (emprego, família, tolerância, habitação, etc)</li> </ul>
<p><b>Permanência</b> (<i>Moving Through</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q23 Porque ficou em Portugal</li> <li>- Q25 Local onde reside</li> <li>- Q27 Tempo de permanência no distrito de Coimbra</li> </ul>
<p><b>Apoio/ suporte social</b> (suporte)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q13/ Q13.1 – Alguém já tinha emigrado</li> <li>- Q16 – tipo Apoio prestado pela rede existente em Portugal</li> <li>- Q49 Contactos com o país de origem</li> <li>- Q50 Meios de comunicação e frequência</li> <li>- Q59 Tem recebido ajuda</li> <li>- Q59.1./ Q59.2/ 59.3 Qual o tipo de apoio e Da parte de quem</li> <li>- Q63 Rede de apoio à inserção</li> <li>- Q62.1 Sente-se sozinho</li> <li>- Q62.2 número de elementos</li> <li>- Q62.3 Pode contar com o grupo de amigos</li> <li>- Q64 Mantém amigos país de origem</li> </ul>

<b>País de origem</b>	- Q76/ Q76.1 / Q76.2 Viagens ao país de origem/frequência
<b>Situação económica</b>	- Q43/ Q43.1/ Q43.2 Poupanças
<b>Mercado de trabalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q28 Situação profissional no país de origem (contexto)</li> <li>- Q28.1 Profissão exercida no país de origem</li> <li>- Q29 Veio com Contrato de trabalho</li> <li>- Q30 Situação Profissão actual</li> <li>- Q31 Profissão actual</li> <li>- Q32 Salário mensal</li> <li>- Q33 Dias de trabalho mensais</li> <li>- Q34 Profissão exercida corresponde às habilitações</li> <li>- Q34.1 Avaliação da desqualificação</li> <li>- Q35 Tipo de trabalhador (conta própria/ de outrem)</li> <li>- Q36 Regime Contratual</li> <li>- Q37 Personalidade Jurídica da empresa</li> <li>- Q38 Sector de trabalho</li> <li>- Q39/ Q39.1 Mobilidade profissional</li> <li>- Q41 Profissão do cônjuge</li> <li>- Q42 Meios de conhecimento do primeiro trabalho</li> <li>- Q57 Comparação em relação aos trabalhadores portugueses, por parte dos patrões (mesmas funções, rendimentos, tipo de contrato)</li> <li>- Q58 Satisfação com o emprego</li> </ul>
<b>Integração social/ Adaptação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q51 Avaliação da adaptação</li> <li>- Q44 Ocupação dos tempos livres</li> <li>- Q47 Membro associativo</li> <li>- Q47.1 Natureza da associação</li> <li>- Q47.2 Vantagens da Associação</li> <li>- Q48 Aculturação</li> <li>- Q53 Tipo de dificuldades (avaliação da transição)</li> <li>- Q55 Condições essenciais à integração</li> <li>- Q56/ Q56.1 - Discriminação</li> <li>- Q61 Criação de Amizades</li> <li>- Q62/ Q62.4/ Q62.5 Grupo de amigos/nacionalidade/contactos</li> <li>- Q67 Língua falada em casa</li> <li>- Q68 Tipo de comida cozinhada</li> <li>- Q72 Acolhimento dos portugueses</li> <li>- Q73 Avaliação dos portugueses</li> <li>- Q74 Discriminação</li> <li>- Q85 Gosto pelo país de acolhimento</li> <li>- Q88 Identificação dos aspectos negativos de Portugal</li> <li>- Q89 Identificação dos aspectos positivos de Portugal</li> </ul>
<b>Estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q54 Superar dificuldades</li> <li>- Q69 Serviços a que já recorreu</li> <li>- Q70 Avaliação dos serviços</li> <li>- Q71 Conhecimento da lei portuguesa</li> </ul>
<b>Família/ Reagrupamento familiar</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Q60 Juntaram-se elementos da família</li> <li>- Q65 Constituição do agregado familiar (quem)</li> <li>- Q 80 Número de elementos do agregado</li> <li>- Q66 Tem filhos</li> <li>- Q81/ Q81.1/ Q81.2/ Q82.2.1 Benefício do Reagrupamento Familiar/ Avaliação</li> </ul>

<b>Condições de Habitação</b>	- Q77 Tipo de alojamento - Q78 Habitação
<b>Transição</b>	
<b>Rotinas</b>	- Q45/ Q45.1 Alteração das rotinas
<b>Papéis</b>	- Q46/ Q46.1 Aquisição de papéis sociais
<b>Percepção de si e do mundo</b>	- Q87/ Q87.1 Mudou como pessoa
<b>Relações Interpessoais</b>	- Q61 Criação de Amizades - Q62/ Q62.4/ Q62.5 Grupo de amigos/ nacionalidade/contactos - Q79/ Q79.1 Problemas com a vizinhança - SQQ6
<b>Satisfação com a vida</b>	- Q82 O mais importante na vida - Q83 Medos - Q84 Avaliação da satisfação com a vida
<b>Saída (Moving out)</b>	- Q75 Regresso ao país de origem/ quando - Q75.3 O que tenciona fazer - Q75.2 Permanência em Portugal - Q86 Objectivos da migração ainda não concretizados - Q90/ Q90.1 Avaliação da tomada de decisão (emigrar) - Q91/ Q91.1 Emigração para outro país





## ANEXO 3 – Carta de Apresentação

---



Caro Imigrante!

Proponho-lhe participar numa investigação no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação sobre o processo de adaptação pessoal e integração social e profissional dos imigrantes de leste, em Portugal enquanto país de acolhimento. Agradeço antecipadamente a sua colaboração, pedindo-lhe que responda a todas as questões que lhe são colocadas.

Algumas questões podem parecer-lhe redundantes. Contudo, é necessário que assim seja tendo em conta os objectivos desta investigação e a complexidade e importância daqueles temas para todos nós. Não há respostas certas ou erradas. Todas as suas respostas são igualmente importantes pelo que é necessário que responda de acordo com o que pensa ou sente acerca dos diversos assuntos em que pretendemos escutá-lo.

Todos os dados serão confidenciais e apenas utilizados para fins da investigação.

Esta folha é para si. Deverá destacá-la e guardá-la. Nesta folha encontra ainda o e-mail deste projecto, que poderá utilizar sempre que pretender algum esclarecimento relativamente aos temas que integram esta investigação.

Uma vez mais muito obrigada pela sua valiosa colaboração e pelo tempo que lhe tomei.

Ana Figueiredo Rodrigues

Coimbra, Setembro de 2008

Rua do colégio Novo – Apartado 6153  
3001-802 Coimbra (Portugal)  
e-mail: anafigueiredorodrigues@gmail.com